



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2114

Terça-feira - 01 de Novembro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Garopaba.....	205	Porto Belo.....	344
Alto Bela Vista.....	3	Gaspar .....	211	Porto União.....	345
Antônio Carlos .....	11	Governador Celso Ramos .....	216	Presidente Nereu.....	346
Atalanta.....	13	Grão Pará .....	227	Princesa .....	357
Balneário Piçarras.....	14	Guaramirim.....	228	Rio do Sul.....	358
Balneário Rincão .....	15	Guarujá do Sul .....	237	Rio Fortuna.....	362
Barra Bonita.....	16	Herval d'Oeste .....	240	Santa Rosa do Sul .....	364
Barra Velha.....	17	Ibiam .....	243	Santiago do Sul.....	365
Bela Vista do Toldo.....	18	Imarui .....	248	São Bento do Sul.....	366
Benedito Novo .....	19	Imbituba .....	260	São Cristóvão do Sul.....	368
Biguaçu .....	20	Indaial.....	261	São Domingos.....	369
Blumenau .....	25	Iratí.....	263	São João do Sul .....	372
Botuvera.....	31	Itaiópolis .....	264	São Joaquim .....	377
Braço do Trombudo .....	32	Itapiranga.....	265	São José.....	379
Brusque.....	36	Itapoá .....	269	São Lourenço do Oeste.....	383
Camboriú.....	38	Ituporanga .....	272	São Miguel do Oeste.....	387
Campo Alegre .....	150	Jaraguá do Sul .....	273	São Pedro de Alcântara.....	391
Campo Erê.....	156	Joaçaba .....	313	Schroeder .....	394
Campos Novos.....	158	Lages .....	317	Seara .....	397
Canoinhas.....	162	Luzerna .....	318	Serra Alta .....	398
Capinzal .....	168	Mafra .....	319	Sombrio.....	400
Caxambu do Sul.....	174	Massaranduba.....	320	Sul Brasil .....	401
Chapadão do Lageado .....	176	Meleiro .....	321	Timbé do Sul .....	402
Chapecó .....	185	Navegantes.....	322	Timbó .....	403
Cocal do Sul.....	186	Nova Trento .....	325	Três Barras .....	408
Concórdia .....	188	Novo Horizonte .....	326	Tunápolis.....	409
Cordilheira Alta .....	189	Orleans .....	333	Turvo .....	411
Correia Pinto.....	190	Palhoça .....	335	União do Oeste .....	412
Corupá .....	192	Passo de Torres.....	336	Vidal Ramos.....	415
Curitibanos .....	194	Passos Maia .....	337	Videira.....	416
Flor do Sertão.....	196	Peritiba.....	340	Vitor Meireles.....	456
Forquilha.....	197	Pinheiro Preto .....	341	Xanxerê.....	462
Fraiburgo.....	199	Planalto Alegre.....	342	Xavantina .....	466
Frei Rogério .....	204	Ponte Serrada .....	343	Xaxim.....	467

### Consórcios

AGIR .....	468
ARIS .....	469
CIGA .....	470
CIS Nordeste .....	471
CIS/AMMVI.....	472
CISAM .....	475
CPIMMOC .....	475
CIRSURES.....	475

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 264/2016

PORTARIA Nº 264/2016 de 31 de outubro de 2016

“CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. Lei complementar 058/2009 de 09/06/2009 e Lei Complementar 070/2011 de 12/07/2001.

Resolve:

Artigo 1º Conceder Função Gratificada de Responsável Técnico na Área de Engenharia Civil ao funcionário CILES PAULO DE MORAES JUNIOR, inscrito sob CPF nº 569.102.749-20, funcionário efetivo no cargo de Engenheiro Civil – 20 horas, a partir de 01/11/2016.

Artigo 2º A referida Função Gratificada será remunerada com 50% do valor do vencimento do cargo efetivo ocupado, conforme artigo 2º, Parágrafo Único da Lei Complementar 070/2011 de 12 de julho de 2011.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 31 de outubro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2266 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

#### DECRETA:

Art. 1º Conceder quinze (15) dias de férias ao Servidor Público Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, GUSTAVO ELIAS LOHMANN, ocupante do cargo de COORDENADOR DE CONTROLE PATRIMONIAL E TRIBUTAÇÃO, lotado na Gerência de Administração e Finanças.

Art. 2º Período aquisitivo de 07/04/2015 à 06/04/2016, período de gozo de 01 a 15 novembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 31 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

### DECRETO Nº 2267 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando: ata do conselho de saúde municipal;

Considerando: solicitação do gerente de saúde do município; e

Considerando: parecer jurídico pela excepcionalidade;

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, a partir da presente data, o Sr. GABRIEL RIBEIRO MATTER, para exercer o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL - 20 HORAS, contratação temporária por tempo determinado para atendimento a necessidade temporária de excepcional interesse público, com vencimento salarial previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 31 de janeiro de 2017 ou até realização de concurso público.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 31 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2268 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

#### DECRETA:

Art. 1º Conceder trinta (30) dias de férias a Servidora Pública Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, JESSICA TAIS FISCHER, ocupante do cargo de COORDENADOR DE UNIDADE ESCOLAR, lotada na Gerência de Educação e Esporte.

Art. 2º Período aquisitivo de 11/06/2015 à 10/06/2016, período de gozo de 01 a 30 novembro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 31 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

### DECRETO Nº 2269 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de janeiro de 2005;

**DECRETA:**

Art. 1º Conceder trinta (30) dias de férias ao Servidor Público Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, MARLICIO JOÃO SCHNEIDER, ocupante do cargo de COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, lotado na Gerência de Educação e Esporte.

Art. 2º Período aquisitivo de 24/03/2015 à 23/03/2016, período de gozo de 01 a 15 novembro de 2016.

Art. 3º Período aquisitivo de 24/03/2016 à 23/03/2017, período de gozo de 19 a 30 novembro de 2016.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 31 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

**DECRETO Nº 2270 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**  
REVOGA FUNÇÕES GRATIFICADAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica revogado art. 3º do decreto 2.137 de 05 de fevereiro de 2016, das funções gratificadas dos servidores, Josi Vitoria Lermen Finger, Marcelo Contessotto e Elsi Inês Kruger a partir de presente data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), em 31 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

**LEI MUNICIPAL N 706 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**  
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMAN REICHERT, Prefeita do Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara

Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento às disposições do art. 165, § 2º, da Constituição Federal, do art. 130, § 2º da Lei Orgânica do Município e do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município, para a elaboração da legislação orçamentária anual de 2016, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração pública municipal, em consonância com o Plano Plurianual aprovado pelo período de 2014 a 2017.

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;

V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – as disposições relativas à política de pessoal;

VII – as disposições relativas às alterações na legislação tributária municipal;

VIII – o equilíbrio entre receitas e despesas;

IX – os critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses de frustração das metas bimestrais da receita, nos termos das disposições do art. 9º e art. 31, § 1º, II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;

X – as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos municipais;

XI – as condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas; e

XII – as disposições gerais.

**CAPÍTULO II**  
**DAS PRIORIDADES E METAS DA**  
**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º Em conformidade com o art. 165, § 2º da Constituição Federal e do art. 130, § 2º, I, da Lei Orgânica do Município, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2017 são as identificadas no Anexo das Metas e Prioridades, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual de 2017 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, devendo observar os seguintes objetivos:

I – garantir o crescimento econômico integral e, ambientalmente sustentável, com o desenvolvimento social;

II – consolidar a participação popular e o controle social na elaboração e na execução orçamentária;

III – criar condições para o desenvolvimento sócio-econômico do Município, objetivando:

a) a geração de renda e sua melhor distribuição, em todos os setores de atividades econômicas no Município;

b) garantir o desenvolvimento integrado das atividades agropecuárias e agroindustriais;

c) aumentar o nível de emprego.

IV – garantir acesso às escolas de todos os alunos com idade própria à educação infantil e ao ensino fundamental, com condições de qualificar o ensino e de reduzir o absenteísmo e erradicar o analfabetismo;

V – garantir o direito e o acesso a programas de saúde pública à toda a população, oferecendo serviços básicos, com ênfase às ações e serviços preventivos;

VI – combater a pobreza, por meio da inserção social;

VII – realizar campanhas e promover ações para a solução dos problemas ambientais, específicos ou gerais, para debelá-los e erradicá-los;

VIII – integrar a área rural e áreas periféricas, ainda à margem de estrutura e serviços de saneamento básico;

IX – integrar os programas e ações municipais com os do Governo do Estado e os do Governo Federal;

X – intensificar as relações com os Municípios vizinhos, especialmente os da associação microrregional, a fim de se dar solução conjunta a problemas comuns;

XI – promover e patrocinar a capacitação contínua dos servidores públicos municipais, para se alcançar a eficiência administrativa.

§ 1º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2017, guardam conformidade com o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017.

§ 2º Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano.

§ 3º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo de que trata este artigo, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas municipais, desde que obedecidas as disposições da Lei do Plano Plurianual relativa ao período dos exercícios de 2014 a 2017.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá o Poder Legislativo e o Poder Executivo, além dos fundos municipais deste e será estruturado em conformidade com a Estrutura Administrativa do Governo Municipal.

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual, para 2017, evidenciará as receitas e as despesas de cada uma das unidades gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos e ao orçamento fiscal e da seguridade social desdobrada às despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais, nos termos da Portaria MPOG nº, 42, de 14 de abril de 1999 e, quanto a sua natureza, no mínimo por categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a portaria interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na forma dos seguintes anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as categorias econômicas – Anexo 1, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Anexo II, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001;

II – Demonstrativo da Receita, segundo as categorias econômicas – Anexo 2, da Lei Federal nº 4.320/64;

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as categorias econômicas – Anexo 3, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo III, da Portaria SOF nº 8/85;

IV – Demonstrativo da Despesa Por Categoria Econômica, Grupos de Natureza da Despesa e Modalidade de Aplicação em cada unidade orçamentária – Anexo 3, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo III, da Portaria SOF nº 8/85;

V – Programa de Trabalho – Adendo V, da Portaria SOF nº 8/85;

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais – Anexo 6, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo V, da Portaria SOF nº 8/85;

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais – Anexo 7, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo VI, da Portaria SOF nº 8/85;

VIII – Demonstrativo Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos – Anexo 8, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo VII, da Portaria SOF nº 8/85;

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções – Anexo 9, da Lei Federal nº 4.320/64 e Adendo VIII, da Portaria SOF nº 8/85;

X – Planilha de apresentação da despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da evolução da receita por fontes, conforme estabelecido no art. 12, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

XII – Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIII – Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que serão geradas em 2017, com a indicação das medidas de compensação, na forma do art. 5º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa, no mínimo por categoria econômica, conforme dispõe o art. 22, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, na forma do art. 165, § 5º, da Constituição Federal;

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na forma do art. 5º, I da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2017, conforme disposto no art. 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio

Público, na forma do art. 44, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal para o exercício de 2017 e para os dois exercícios seguintes, conforme estabelece o art. 4, § 1º e art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Para fins desta Lei entende-se por:

I – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas que competem à administração pública municipal;

II – Subfunção, representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto das competências da administração pública municipal;

III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos, no Plano Plurianual;

IV – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

V – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação e da atuação de governo;

VI – operações especiais agregam as despesas que não contribuem para a manutenção de ações de governo, que não geram produto nem exigem contraprestação direta sob a forma de bens e serviços e têm relação direta com a função “encargos especiais”.

§ 2º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando a classificação econômica, os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis para a realização da ação.

§ 3º Cada atividade e projeto identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades ou projetos e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas e respectiva classificação econômica.

§ 5º Os orçamentos dos Fundos Municipais que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

Art. 5º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária atenderá as disposições estabelecidas no parágrafo único do art. 22, Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

#### CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 6º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2017 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos, fundamentando-se, também, no princípio do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte.

Art. 7º O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos.

Art. 8º Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento das Unidades Gestoras Descentralizadas em que estiverem vinculados, e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação, representados nas planilhas de despesas referidas no art. 4º, X, desta Lei.

Art. 9º Os estudos para definição dos orçamentos da receita para o exercício de 2017 deverão observar os efeitos da alteração na legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 10. Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, quando da apreciação e discussão da proposta orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar ao Poder Executivo, se for o caso, e promover a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 11. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e a movimentação financeira nos montantes necessários, para as seguintes dotações abaixo:

I – contrapartida para projetos e atividades vinculados a recursos oriundos de transferências voluntárias, de operações de crédito, de alienação de ativos, em qualquer caso, desde que ainda não comprometidos;

II – de obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – de concessão de subvenções ou auxílios à entidades privadas;

IV – de despesas com diárias, serviço extraordinário e de publicidade institucional.

§ 1º Não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias destinadas à despesas de pessoal, com a amortização da dívida consolidada e seus respectivos encargos.

§ 2º Também, não serão objeto de limitação de empenho as dotações orçamentárias destinadas aos dispêndios que estejam enquadrados nos limites constitucionais mínimos de aplicação, como manutenção e desenvolvimento do ensino e manutenção e desenvolvimento das atividades de saúde, exceto quando o montante aplicado estiver acima do limite constitucional mínimo de aplicação.

§ 3º Presente a necessidade de limitação de empenho, esta será feita de forma a atender proporcionalmente a frustração das metas de arrecadação, preferencialmente nas dotações destinadas a “outros serviços de terceiros”, além daquelas identificadas nos incisos do caput deste artigo.

§ 4º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para a implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado, ainda, o resultado financeiro apurado no balanço consolidado do exercício anterior, observada a vinculação da destinação dos recursos.

Art. 12. As despesas obrigatórias de caráter continuado, em relação à receita corrente líquida, programadas para 2016, poderão ser expandidas até o percentual correspondente à elevação da receita

estimada, tomando-se por base a mesma relação apurada na Lei Orçamentária Anual.

Art. 13. Constituem riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas do Município, aqueles constantes de anexo próprio, nos termos exigidos no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos alocados na reserva de contingência e, também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º Sendo os recursos identificados no parágrafo anterior insuficientes, o Poder Executivo submeterá proposta legislativa, propondo a anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 14. Os orçamentos para o exercício de 2017 poderão destinar recursos para a reserva de contingência, limitados ao máximo de 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo único. Os recursos alocados na reserva de contingência, se estas forem contempladas, será destinada ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no art. 5º, da Portaria MPOG nº, 42, de 14 de abril de 1999 e no art. 8º, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001.

Art. 15. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só serão inclusos na Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, na parcela destinada ao exercício de 2017.

Art. 16. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo:

I – publicará as metas bimestrais de arrecadação para a receita corrente e para a receita de capital; e

II – estabelecerá e publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º As metas bimestrais de arrecadação serão estabelecidas e publicadas considerando-se a previsão consolidada da receita.

§ 2º A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso será estabelecida por unidade gestora.

Art. 17. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual para 2017 com dotações vinculadas a recursos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e direitos e outros só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, será realizada em cada fonte e destinação de recursos, para fins de utilização como contrapartida na abertura de créditos adicionais, conforme exigência estampada no parágrafo único do art. 8º e no art. 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Na Lei Orçamentária anual, os orçamentos da receita e da despesa identificarão, com codificação adequada, cada uma das fontes e das destinações dos recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto neste artigo.

Art. 18. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 19. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, comunitário, recreativo, cultural, esportivo, de fortalecimento da economia local, de cooperação técnica e às voltadas ao fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica e ou de identificação das mesmas e do respectivo objeto na Lei Orçamentária Anual.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar os documentos elencados na Lei Federal 13.019 e demais normas aplicáveis.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal aplicarão os valores recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias e prestarão contas no prazo de 90 (noventa) dias ao serviço de contabilidade municipal, exceto os casos específicos definidos no termo de repasse.

Art. 20. Os procedimentos administrativos de demonstração da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa, nos termos do art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, deverão estar insertos nos anexos dos projetos de lei de alteração da estrutura funcional ou que afetem os gastos com pessoal e a legislação tributária.

Art. 21. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo se programados com recursos vinculados à transferências voluntárias ou à operações de crédito.

Art. 22. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstas em convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária Anual, ou em leis que disponham sobre a abertura de créditos adicionais.

Parágrafo único. Se a despesa for decorrente da cessão de pessoal com custeio pelo Município, além do previsto no caput deste artigo, dependerá de autorização legislativa para cada caso.

Art. 23. A previsão da receita e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2017 a preços correntes, sendo admissível a revisão mediante a aplicação da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, verificado nos doze meses anteriores aquele da apresentação do projeto da lei orçamentária anual.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, através de ato próprio e adequado de abertura de crédito adicional suplementar, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, o saldo, parcial ou total, das dotações dos grupos de natureza ou elementos de despesas que o compõe.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a abertura de créditos adicionais suplementares, através da utilização de saldos do superávit financeiro de exercícios anteriores ou do excesso de arrecadação, ambos entendidos nos termos do art. 43, §§ 2 e 3º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Poderão ser abertos créditos adicionais suplementares, com a alocação dos recursos previstos no parágrafo anterior, através de ato próprio do Poder Executivo Municipal, mesmo havendo a necessidade de alteração do vínculo com a respectiva fonte de recursos.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2017, o Poder Executivo, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades

ou operações especiais, no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017, ou, excepcionalmente estejam contempladas no Plano Plurianual.

Art. 26. O controle de custo das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, na forma prevista no art. 50, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, será desenvolvido de forma a apurar os custos dos serviços, tais como o custo de programas, das ações, do m<sup>2</sup> (metro quadrado) das construções, do m<sup>2</sup> (metro quadrado) das pavimentações, do aluno/ano da educação infantil e do ensino fundamental, do aluno/ano com alimentação escolar e com o transporte escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento às unidades de saúde, das horas/máquina em serviços de infra-estrutura rodoviária e agrícola, das crianças atendidas em creche; dos programas de saúde e outros.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 27. Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária Anual de 2017 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento de seus objetivos, corrigirem desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 28. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I – novas locações destinadas a atender atividades e ações que não sejam de competência exclusiva do Município;

II – aquisição de mobiliário e equipamentos para uso em ações que não sejam de competência exclusiva do Município, exceto quando houver previsão expressa em lei ou em termo de convênio; e

III – ações de que não sejam de competência exclusiva do Município, ou ações que a Lei Orgânica do Município ou a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e financeiramente, exceto quando obedecidas as disposições do art. 22 desta Lei.

Art. 29. A Lei Orçamentária, observadas as disponibilidades, após a alocação de recursos nas dotações necessárias às despesas oriundas das competências municipais, destinará dotações ao incentivo à instalação e ampliação de unidades industriais no Município.

Art. 30. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

Parágrafo Único - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução de programas, de atividades, projetos e ações previstas.

Art. 31. Os valores consignados em projetos ou atividades, vinculados às receitas de convênios ou de alienação de bens, não serão utilizados para fins de abertura de créditos adicionais de qualquer das suas espécies, mesmo que não efetivada a receita vinculada estimada.

Parágrafo único. Quando o projeto ou atividade consignar os valores de contrapartida, não efetivada a receita estimada e vinculada a transferência de convênios, os respectivos valores poderão ser utilizados para fins de abertura de créditos suplementares, através de ato do Poder Executivo Municipal.

#### CAPÍTULO V

#### DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. A Lei Orçamentária Anual de 2017 poderá conter autorização para contratação de operações de crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento de 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida apurada até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do respectivo contrato.

Art. 33. A contratação de operações de crédito prescindirá de prévia autorização legislativa em lei específica.

Art. 34. Ultrapassado o limite de endividamento estabelecido no art. 32 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 11 desta Lei.

#### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 35. O Poder Executivo, através da Gerência de Administração e Finanças, publicará até 31 de outubro de 2017, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro de pessoal, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados e de cargos vagos e de aprovados em concurso público, ainda, não admitidos.

§ 1º O Poder Legislativo adotará a mesma providência determinada ao Poder Executivo, nos termos das disposições do caput deste artigo.

§ 2º Junto à tabela a que se refere o caput deste artigo será publicado relatório com a identificação dos cargos e dos respectivos ocupantes, o vencimento básico, o vencimento atualizado, a identificação nominal e valorativa das vantagens e o total da remuneração.

§ 3º Constarão do relatório a que aludem este artigo os cargos ocupados por servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36. O Poder Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, alterar, criar, cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da Lei, observados os limites e as regras estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Incluem-se nas possibilidades de criação de cargos e funções, nos termos previstos no caput deste artigo, a criação ou a extinção de cargos de provimento em comissão e de funções de confiança.

§ 2º Os recursos para as despesas decorrentes das possibilidades previstas no caput deste artigo deverão estar previstos na Lei do Orçamento para o exercício de 2017.

Art. 37. Ressalvada a hipótese prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, em 2017, não excederá em percentual da receita corrente líquida, a despesa com pessoal verificada em 2015, acrescida de 20% (vinte por cento), obedecidos os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da receita corrente líquida, respectivamente.

Art. 38. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente autorizado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, exceto quando as despesas totais com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20,

III, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 39. O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas de pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – redução em pelo menos vinte e cinco por cento das despesas com cargos de provimento em comissão e funções de confiança;

II – eliminação de vantagens concedidas a servidores, desde que temporárias e que não constituam direitos adquiridos;

III – redução das despesas com horas extras;

IV – eliminação das despesas com horas extras;

V – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

VI – exoneração de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, que não tenham adquirido a estabilidade; e

VII – exoneração de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, mesmo que estáveis, em decorrência da redução do número de vagas ou da extinção de cargos.

Art. 40. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores, de que trata o art. 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de serviços cujas atividades, atribuições ou funções guardem relação com atividades, atribuições ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades consideradas próprias da Administração Pública Municipal, desde que em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver o fornecimento de materiais ou a utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, somente será considerada substituição de servidores o valor referente, especificamente à mão-de-obra empregada na execução dos serviços contratados, sendo o valor da contratação classificado em elementos de despesas diverso.

Art. 41. No decorrer de 2017, o Poder Executivo e Legislativo, diante da necessidade preencherão vagas existentes do Quadro de Pessoal, mediante a realização de concurso público, ou excepcionalmente, através de contratação de caráter temporário, para atender necessidade excepcional de interesse público, conforme dispuser a legislação específica.

## CAPÍTULO VII DA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária objetivando o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 43. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se considerando renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou

benefício de natureza tributária, financeira, constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adotadas as medidas de compensação, na forma prevista no art. 14, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 45. O Poder Executivo enviará a proposta orçamentária para 2017, à Câmara Municipal de Vereadores no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2016.

§ 1º A Câmara Municipal de Vereadores não entrará em recesso enquanto não cumprir o prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º Se o projeto da lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Poder Executivo autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual, ao limite de 1/12 avos por mês.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2016, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos previstos ao atendimento de riscos fiscais imprevistos e a meta de resultado primário.

Art. 46. O Poder Executivo Municipal está autorizado a celebrar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos e entidades da administração direta ou indireta para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou de competência concorrente, ou mesmo de competência daquelas esferas de governo, porém de interesse direto do Município.

Art. 47. As despesas decorrentes de penalidades financeiras decorrentes de infrações de trânsito, estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, serão contabilizadas como despesas da Administração Municipal e por esta paga, com imediata instauração de processo de ressarcimento do agente que deu causa às mesmas.

Parágrafo único. Se aquele que der causa às infrações de trânsito for agente público municipal remunerado, o valor será retido em folha de pagamento, nos termos estabelecidos na Lei Municipal que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Alto Bela Vista/SC, em, 31 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva  
Responsável Pelas Publicações

**PORTARIA Nº 130 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**

DESTITUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA Á SERVIDOR PUBLICO EFETIVO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º Destituir Função de Confiança (FG) de SECRETARIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR, conforme dispõe o anexo IV da Lei Complementar nº 066 de 19 de dezembro de 2014 e suas alterações do servidor TARCISIO GOSSENHEIMER, Matrícula 280, ocupante de cargo de provimento efetivo de AGENTE DE CONTROLE INTERNO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando a portaria 006 de 2 de janeiro de 2013 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 31 de outubro de 2016.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas publicações

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### 104 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

104º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 01/11/2016 a 30/11/2016 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 31 de outubro de 2016.  
Antonio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: TECNICO DE ENFERMAGEM

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
11º	SABRINA SCHAPPO	1380

### DECRETO N 106/2016

DECRETO N.O 106/2016

" Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal "

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VII, da Lei Orgânica desta municipalidade, e:

CONSIDERANDO que a transição governamental é ferramenta para transferência de dados fundamentais buscando facilitar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações do candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO a importância de um processo de transição governamental para preservação da continuidade dos serviços públicos, visando os interesses da população da Cidade de Antônio Carlos/SC;

CONSIDERANDO a inexistência de Lei Municipal que rege a matéria;

DECRETA:

Art. 1º. O funcionamento da equipe de transição do candidato eleito para o cargo de Prefeito fica regulamentado nos termos deste decreto.

Art. 2º. A transição governamental é o processo que objetiva propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de Prefeito possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação do programa do novo governo, desde a data de sua posse.

Parágrafo único. Caberá ao Secretário de Administração e Finanças Municipal coordenar os trabalhos voltados à transição governamental.

Art. 3º. O processo de transição governamental terá início após a divulgação, pela Justiça Eleitoral, do resultado da eleição majoritária, com a proclamação do candidato eleito e se encerrará no ato da posse do novo Prefeito.

Art. 4º. O candidato eleito para o cargo de Prefeito deverá indicar equipe de transição, mediante ofício dirigido ao Chefe do Executivo, onde conste os nomes e a qualificação de seus integrantes, além da indicação do responsável pela coordenação da equipe.

Parágrafo único. O candidato eleito poderá indicar para compor sua equipe de transição até 08 (oito) pessoas, que farão parte da portaria que será editada e publicada para essa finalidade.

Art. 5º. À equipe de transição serão prestadas informações sobre:

- I – o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;
- II – as contas públicas;
- III – os programas e projetos do Prefeito.

Art. 6º. As informações referidas no artigo 5º deste decreto serão prestadas no prazo de até 06 (seis) dias úteis, mediante solicitação escrita do coordenador de equipe de transição, encaminhada ao Secretário de Administração e Finanças Municipal, a quem competirá requisitar dos órgãos e entidade da Administração Pública Municipal os dados solicitados.

Art. 7º. Os Secretários Municipais e os dirigentes dos demais órgãos municipais deverão encaminhar ao Secretário municipal de Administração e Finanças, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, as informações requisitadas na forma do artigo 6º deste decreto, as quais serão consolidadas pela coordenação do processo de transição.

Art. 8º. O Secretário Municipal de Administração e Finanças solicitará aos Secretários Municipais e aos dirigentes dos demais órgãos municipais informações circunstanciadas sobre:

- I – programas realizados e em execução relativos ao período de mandato do Prefeito;
- II – assuntos que demandarão ação ou decisão da administração nos 100 (cem) primeiros dias do novo governo;
- III – projetos que aguardam implementação ou que tenham sido interrompidos;
- IV – glossários de projetos, termos técnicos e siglas utilizadas pela Administração.

Art. 9º. O Secretario Municipal de Administração e Finanças,

quando solicitado, colocará à disposição dos candidatos eleitos para os cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito do Município:

- I – local considerado próprio para as atividades da equipe de transição;
- II – a infraestrutura e o apoio técnico-administrativo necessários ao pleno desempenho de suas atividades no período de transição governamental, se ele achar necessário.

Art. 10. As reuniões de servidores com integrantes da equipe de transição devem ser objeto de agendamento e registro sumário em atas que indiquem os participantes, os assuntos tratados, as informações solicitadas e o cronograma de atendimento das demandas apresentadas.

Art. 11. Caberá à equipe de transição elaborar os atos de competência do novo Prefeito, a serem editados imediatamente após sua posse.

Art. 12. O Secretário Municipal de Administração e Finanças poderá expedir normas complementares necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 13. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos, em 31 de outubro de 2016.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO Nº 150/2016**

##### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 150/2016; Origem: Processo de Licitação nº 64/2016 – Concorrência Pública nº 04/2016 Contratante: Município de Antônio Carlos; Contratada: Conpesa Construção Pesada Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, com fornecimento de material e mão de obra especializada para a execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua 4 de Dezembro, na Localidade Santa Bárbara, Município de Antônio Carlos/SC, com extensão de 1.810,50 metros, de acordo com contrato de operação de crédito firmado entre Banco Regional de Desenvolvimento (BRDE) e o Município de Antônio Carlos, Programa BRDE Municípios. Valor: R\$ 875.663,23 (oitocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e três centavos). Prazo: 31 de outubro de 2016 a 28 de maio de 2017.

Antônio Carlos, 31 de outubro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO - QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 088/2016**

##### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Quarto Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº. 088/2016; Origem: Pregão Presencial nº 030/2016. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA.; Objeto: O presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 088/2016, que consiste no Registro de Preços para aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Aditamento: Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do medicamento "Furesumida 40 mg" para R\$ 0,0378. As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 01 de novembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO - TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 088/2016**

##### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Terceiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº. 088/2016; Origem: Pregão Presencial nº 030/2016. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA.; Objeto: O presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 088/2016, que consiste no Registro de Preços para aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Aditamento: Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do medicamento "Dipirona 500 mg" para R\$ 0,072. As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 31 de outubro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA N 383/2016**

##### **PORTARIA Nº 383/2016.**

Exonera cargo comissionado.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, MONIQUE OLIVEIRA JUNCKES, do Cargo Comissionado de COORDENADORA DE PLANEJAMENTO, a partir de 31 de outubro de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 31 de outubro de 2016.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de novembro de 2016.

# Atalanta

## PREFEITURA

### LEI Nº 1484/2016

LEI Nº 1484/2016

“Autoriza Subsidiar Despesas de Viagem aos Integrantes do Programa Vereador Mirim”.

TARCISIO POLASTRI, Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Câmara Municipal autorizada a subsidiar despesas de viagem dos integrantes do “Programa Vereador Mirim”, podendo participar de encontros, palestras, assembleias e cursos. Todos com a finalidade de aprimorar o conhecimento e desta forma, desenvolver o cidadão consciente.

Art. 2º - Fica assegurada a participação de vereadores e servidores da Câmara Municipal acompanhando os alunos e demais integrantes do Programa, mediante acompanhamento de um servidor da Câmara ao qual ficará responsável pelo acompanhamento dos participantes do evento.

Art. 3º - As despesas a serem subsidiadas, de que trata o Art. 1º, estão relacionadas ao transporte, eventuais gastos com alimentação, inscrições e diárias de servidores participantes.

Parágrafo Único - Os vereadores mirins e os servidores da Câmara deverão apresentar relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, escrito ou em plenário.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Programa 01.01 – Câmara Municipal de Vereadores, Atividade 2001 – Manutenção da Câmara de Vereadores, do orçamento para 2016.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Atalanta/SC, 18 de outubro de 2016.

TARCÍSO POLASTRI

Prefeito Municipal

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 024/2016 PMBP/ PROCESSO ADMINISTRATIVO 050/2016 PMBP**

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016 - PMBP

Pregão Presencial nº 021/2016-PMBP - SRP

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por Lote, para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças para reposição dos veículos da Polícia Civil de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 16/11/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 16/11/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição no endereço acima citado ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras(SC), 31 de outubro de 2016. Leonel José Martins- Prefeito Municipal.

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - FMS

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 049/FMS/2016; IÇARAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA – ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de medicamento para atendimento de “Processo Judicial”, no Município de Balneário Rincão – SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/FMS/2016. No valor global de: R\$ 51.670,80 (Cinquenta e Um Mil Seiscentos e Setenta Reais e Oitenta Centavos). ASSINATURA: 11/10/2016; VIGÊNCIA: 31/12/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Srª. Renata Cesino Dal Farra.

CONTRATO Nº. 050/FMS/2016; CRICIGÁS LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuo com fornecimento de aproximadamente 5.000 m³ de oxigênio medicinal com acessórios (cilindro, regulador de pressão, suporte p/ cilindro, máscara, fluxômetro, cateter, umidificador e prolongador) para tratamento médico em residências de pacientes carentes do Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/FMS/2016. No valor global de: R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais). ASSINATURA: 11/10/2016; VIGÊNCIA: 11/10/2017; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Edvaldo Francisco Monteiro.

### EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 102/PMBR/2016; NADINE ALBERTON VIEIRA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Materiais de Construção, suprimento para informática e material de expediente, Mudas de Árvores Frutíferas e Adubo, casinha de boneca, material de artesanato, esporte, gênero alimentícios para a finalização do Projeto Técnico Social (PTTS) beneficiadas no Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Prefeito Deobaldo Donato Pacheco) no Município de Balneário Rincão – SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 071/PMBR/2016. No valor global de R\$ 11.528,26 (Onze mil quinhentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos). VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 24/10/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Artedanio Silva Vieira.

## SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

### TOMADA DE PREÇO 023 SAMAE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE BALNEÁRIO RINCÃO TP Nº. 023/SAMAE/2016

OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução de ampliação de rede de abastecimento de água de 625m de adutora DN150/DEFoFo com travessia na SC 445 por MND (metido não destrutivo) com interligações nas adutoras existentes em carga (e outros pontos definidos em projeto) e construção de duas caixas de vista nas extremidades da travessia no município de Balneário Rincão.

REGIMENTO: Lei n. 8.666/93 e Lei Complementar n. 123/2006 e demais atualizações posteriores.

DATA DA ABERTURA: 18/11/2016 ÀS 14H30MIN

PROTOCOLO: 18/11/2016 ATÉ ÀS 14H20MIN

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital e seus anexos poderão ser conhecidos ou adquiridos, de 2ª a 6ª feiras (em dias úteis), das 08h00min às 17h00min, no Departamento de Compras e Licitações sito, Rua Paraná, 389 Centro do Município de Balneário Rincão, ou pelo e-mail: [licitacao.samaebr@gmail.com](mailto:licitacao.samaebr@gmail.com), sem qualquer custo.

INFORMAÇÕES: Dúvidas e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelos fones (48) 3468.7800 ou pelo e-mail [licitacao.samaebr@gmail.com](mailto:licitacao.samaebr@gmail.com).

Balneário Rincão (SC), 31 de outubro de 2016.

TAMARA SCARPARI MAGAGNIN

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### EDITAL CONVITE Nº13/2016 FMAS

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº13/2016  
EDITAL DE CONVITE Nº13/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Convite para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando Reforma do telhado do prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos deste Convite. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 17 de novembro de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 24 de outubro de 2016.

AURÉLIA TEREZINHA BOFF DOS SANTOS  
Gestora FMAS

### EDITAL CONVITE Nº57/2016

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº57/2016  
EDITAL DE CONVITE Nº57/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Convite para Obras e Serviços de Engenharia, objetivando Execução de Acessibilidade nas Esquinas do perímetro urbano da cidade, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e demais Anexos deste Convite. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 09:30 horas do dia 17 de novembro de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 24 de outubro de 2016.

DARCO JOÃO FRIZON  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 313, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016. "EXONERA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º 313, de 31 de outubro de 2016.

"Exonera servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica exonerada a servidora Aline Felipi ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, do quadro de pessoal da

Prefeitura Municipal, sob regime Geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 31 de outubro de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

### PORTARIA N.º 314 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016. "DISPENSA SERVIDOR TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

PORTARIA N.º 314 de 31 de outubro de 2016.

"Dispensa servidor temporário e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado

Resolve;

Art. 1º - Dispensar o servidor, Fabio Martinelli matricula nº111207, ocupante do cargo de Professor, Anexo II, Grupo I, nível I, do Quadro de Pessoal do Magistério, e lotação no Órgão Central da Administração, com jornada de trabalho de 10 horas semanais, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 31 de outubro de 2016.

Darci Joao Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

# Barra Velha

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL DA APAE DE BARRA VELHA (SC).**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL DA APAE DE BARRA VELHA (SC). A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Barra Velha, com sede em Barra Velha, na rua Jose Raimundo Ramos, nº180, bairro São Cristóvão, através da sua diretoria Executiva, devidamente representada por sua presidente Sr Neusa de Souza Freitas, CONVOCA através do presente edital, todos os associados especiais e contribuintes da APAE, para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na sede da APAE, as 19:00, do dia 30 de NOVEMBRO DE 2016, com a seguinte ordem do dia;

1-Apreciação e aprovação do relatório de atividades da gestão 2014/2016

2-Apreciação e aprovação das contas dos exercícios 2014/2016, mediante parecer do Conselho Fiscal.

3-Eleição da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da APAE de Barra Velha, em cumprimento ao disposto no artigo 25, inciso III e 26 do Estatuto padrão da APAE de Barra Velha.

4-Outros.

A inscrição das chapas candidatas deverá ocorrer na secretaria da APAE até 20 (vinte) dias antes da eleição, que se realizara dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral. (Art. 58, inciso I, do Estatuto padrão da APAE.).

Somente poderão integrar as chapas os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 01 (um) ano nos programas de atendimento da APAE, e os associados contribuintes, exigindo-se, destes serem associados da APAE, e no mínimo, 01 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras e terem preferencialmente, experiência diretiva no Movimento Apaeano (art. 58, inciso II, do novo Estatuto padrão das Apaes).

É vedada a participação de funcionários da APAE na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, com vínculo empregatício direto ou indireto (art.58, inciso VI, do novo Estatuto Padrão das Apaes).

A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação dia 30 de novembro às 19:00 horas, com a presença da maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, não exigindo a lei quórum especial (art. 24§2º, do novo Estatuto padrão das Apaes).

Barra Velha, 27 de outubro de 2016.

Neusa de Souza Freitas

Presidente da APAE de Barra Velha

CPF nº 381.361.559-68

### **PORTARIA Nº 1594, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**

PORTARIA Nº 1594, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 1088, de 07

de março de 2016 e Decreto nº 1089, de 14 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata ANGELA MARIA TESTONI, para o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Nível 1, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 31 de outubro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### **PORTARIA Nº 1597, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**

PORTARIA Nº 1597, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 001/2012, homologado pela Portaria nº 192/2013, de 31 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata TATIANE ANDREIA SCHMITT para o cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, Nível 4, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, a teor do disposto no item 9.4, do Edital do Concurso nº 001/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 31 de outubro de 2016.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### **AVISO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016 - PREF**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

PROCESSO LICITATÓRIO 034/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2016

ABERTURA DAS PROPOSTAS

O município de Bela Vista do Toldo, torna público e para o conhecimento de todos os interessados e as empresas habilitadas que a sessão de abertura do envelope contendo a Proposta de Preços da licitação em epígrafe será realizada no dia 04 de novembro de 2016 (sexta-feira) às 09h00, no Setor de Licitações, situado na Rua Estanislau Schumann nº 839, em Bela Vista do Toldo/SC. Bela Vista do Toldo, 01 de Novembro de 2016. GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA. Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### DECRETO 119/2016 - DISPÕE SOBRE A QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, ESTADO DE SANTA CATARINA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

DECRETO Nº 119/2016, de 25 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a quebra da ordem cronológica de pagamentos do Município de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município no Art. 70, I, "n";

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, a dificuldade de caixa, decorrente da queda da arrecadação nos últimos meses em razão do cenário político e econômico que vive o Brasil e também da dificuldade de reduzir ou suspender serviços considerados essenciais;

Considerando que as receitas do Município sofrem quedas e alterações que independem da vontade do administrador.

Considerando, que a redução do fluxo de caixa leva a atraso no pagamento das obrigações assumidas;

Considerando, que a Prefeitura vive um processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos;

Considerando, que a manutenção da ordem cronológica prejudicará o funcionamento da máquina administrativa, porque não será possível o pagamento de despesas imprescindíveis como salários, encargos sociais, assistência social, saúde, educação, dentre outra;

Considerando que a administração pública possui despesas que o não pagamento traz interrupção dos serviços básicos oferecidos à população;

Considerando que diante dos fatos acima citados fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos para despesas inadmissíveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais, por ser esta única medida capaz de evitar lesão ao interesse público;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal, através do serviço de tesouraria, autorizado a efetuar o pagamento de obrigações que se enquadram como essenciais dentre aquelas citadas no art. 2º, não obedecendo a ordem cronológica de exigibilidade estabelecida nos termos do artigo 5º da Lei 8.666/93.

Art. 2º São consideradas essenciais as despesas de pessoal, obrigações patronais (INSS e FGTS), vale alimentação, auxílios assistenciais, obrigações tributárias (taxas, licenciamentos), amortização, juros e encargos da dívida, energia elétrica, água, telefone, publicações em diários oficiais, seguros, aluguéis, serviços de postagens, adiantamentos, estagiários, tarifas bancárias, subvenções sociais, convênios com Hospital OASE, contrapartida nos contratos

de repasse (federal) e proposta de transferência (estadual), casas de acolhimento e manutenção dos sistemas de informática.

Art. 3º As disposições deste decreto deverão ser aplicadas a cada fonte de recurso e/ou destinação vinculada de receitas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e tem efeito sobre as obrigações adquiridas na execução do orçamento do exercício de 2016.

Art. 5º Fica revogado a partir desta data o Decreto nº 068/2016, de 23 de junho de 2016.

Município de Benedito Novo, aos 25 de outubro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 119/2016 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 25 de outubro de 2016.

Marília Panoch

Agente Administrativo

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 196/2016

DECRETO Nº 196/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, declara a vacância do cargo público da servidora MARIZETE DORALICE PEREIRA HAMMES, a partir de 01/11/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, à servidora MARIZETE DORALICE PEREIRA HAMMES, detentora da matrícula funcional nº 510, portadora do CPF nº 602.754.219-53, inscrita no RG nº 1.965.169, PIS/PASEP nº 1702894243-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 30 hs – Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 4.193,44 (quatro mil cento e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/11/2016, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, em 31 de outubro de 2016.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### DECRETO Nº 197/2016

DECRETO Nº 197/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Concede pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo Altino Gregório Adriano, em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, à dependente presumida ZILDA ADRIANO, com efeitos a partir de 09/09/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

DECRETA:

Art.1º Conceder, pensão por morte, em face do óbito do servidor inativo ALTINO GREGÓRIO ADRIANO, brasileiro, casado, ex-portador do CPF nº 461.082.389-68, em caráter integral, nos termos do

inciso I do §7º do art. 40, da Constituição da República, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Municipal nº 1.619/2001, à dependente presumida ZILDA ADRIANO (esposa).

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte em caráter integral, nos termos do inciso I do §7º do art. 40 da Constituição da República, observada a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, perfazendo o montante bruto total de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) que serão pagos mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e retroage seus efeitos a 09/09/2016 – data do óbito do servidor inativo.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de outubro de 2016.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### DECRETO Nº 198/2016

DECRETO Nº 198/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, declara a vacância do cargo público da servidora MARIA APARECIDA CARDOSO, a partir de 01/11/2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c parágrafo 5º do art. 40 da Constituição Federal, à servidora MARIA APARECIDA CARDOSO, detentora da matrícula funcional nº 321, portadora do CPF nº 637.626.689-49, inscrita no RG nº 2.082.751, PIS/PASEP nº 1703311888-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor I - 40 hs - Educação Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 5.621,73 (cinco mil seiscentos e vinte e um reais e setenta e três centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/11/2016, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de outubro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

### **HOMOLOGAÇÃO TP133-2016-PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 133/2016-PMB

O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP133/2016 PMB, contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviço de mão de obra para pavimentação a lajotas das seguintes Ruas: Rua Emídio Serafim Duarte, Rua Bernardina Tomás, Rua Jorge Alberto Zimmermann, Rua Antônio Gabriel Prim, Rua Maria Rita Conceição, Rua Clementina de Andrade, Rua Neide Terezinha dos Santos Régis, Rua José Sebastião Correia e Rua José Lino Cunha, neste Município, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos, parte integrante deste edital. Recurso Federal - Pró Transporte - Contrapartida 5% do Município, bem como o julgamento efetuado pela Comissão de Licitação, adjudicando o objeto licitado a empresa classificada e seu respectivo valor: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP. Valor: R\$ 783.823,25. Data da Homologação: 31/10/2016.

Biguaçu 31 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 2748/2016**

PORTARIA Nº 2748/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), BERNARDO HERINGER RODRIGUES SILVA, ocupante do Cargo efetivo de ADVOGADO – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9965/2016 em anexo no período de 14/10/2016 a 18/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 2749/2016**

PORTARIA Nº 2749/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANDRE SILVA FENNER, ocupante do Cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS I

– SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9854/2016 em anexo no período de 13/10/2016 a 22/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 2750/2016**

PORTARIA Nº 2750/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LEDA REGINA LOCKS, ocupante do Cargo eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9950/2016 em anexo no período de 18/10/2016 a 27/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 2752/2016**

PORTARIA Nº 2752/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LILIANE DOMINGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9971/2016 em anexo no período de 17/10/2016 a 15/11/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 2753/2016**

PORTARIA Nº 2753/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), AIDE PRISCILA TELES DA CUNHA SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme

processo nº 9833/2016 em anexo no período de 14/10/2016 a 24/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2754/2016**

PORTARIA nº 2754 de 27 de outubro de 2016

Concede ao(a) servidor(a) Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente, nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) Glaci Vieira Cascaes Frederico, brasileiro(a), detentor(a) do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro I, inscrito(a) na matrícula funcional nº 7612-1, a Gratificação de Apoio ao Filho Deficiente nos termos do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor fixado para o piso mínimo dos servidores públicos municipais, observada a aplicação do art. 139, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos são retroativos a 18/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 2755/2016**

PORTARIA Nº 2755/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARÇAL FRANCELINO RODRIGUES, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9962/2016 em anexo nos períodos de 17/10/2016 a 19/10/2016 e de 22/10/2016 a 20/11/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2756/2016**

PORTARIA Nº 2756/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo comissionado de CHEFE DE DIVISÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de

suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9918/2016 em anexo no período de 06/10/2016 a 20/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2757/2016**

PORTARIA Nº 2757/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSILANE CAPISTRANO NUNES DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9813/2016 em anexo no período de 13/10/2016 a 11/11/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2758/2016**

PORTARIA Nº 2758/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MATEUS SCHAPPO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9949/2016 em anexo no período de 18/10/2016 a 21/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 2759/2016**

PORTARIA Nº 2759/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), RODRIGO DIAS OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9901/2016 em anexo no período de 14/10/2016 a 11/04/2017.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2760/2016**

PORTARIA Nº 2760/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), GLADES MENDES DE SOUZA MACEDO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9937/2016 em anexo no período de 17/10/2016 a 21/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2761/2016**

PORTARIA Nº 2761/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), JUSSIRA SILVEIRA, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9782/2016 em anexo no período de 10/10/2016 a 24/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2762/2016**

PORTARIA Nº 2762/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANGELA APARECIDA COELHO, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9843/2016 em anexo no período de 17/10/2016 a 26/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2763/2016**

PORTARIA Nº 2763/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), PRISCILLA SOUZA DOS SANTOS LAMB, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9960/2016 em anexo no período de 18/10/2016 a 19/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2764/2016**

PORTARIA Nº 2764/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CLAUDIA PEREIRA ROSA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9932/2016 em anexo no período de 18/10/2016 a 22/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2765/2016**

PORTARIA Nº 2765/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA LUCIA SILVA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9978/2016 em anexo no período de 17/10/2016 a 20/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2766/2016**

PORTARIA Nº 2766/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANDRESSA CRISTINA ALVES, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9859/2016 em anexo no período de 17/10/2016 a 21/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2769/2016**

PORTARIA Nº 2769/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) MAURICEIA DE LARA NUNES SIQUEIRA, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO, da Secretaria Municipal de Administração, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 172/2016, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2767/2016**

PORTARIA Nº 2767/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) OSVALDO CORREA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 174/2016, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2768/2016**

PORTARIA Nº 2768/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) AFONSO PEDRO BORBA, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO, da Secretaria Municipal da Fazenda, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 173/2016, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/10/2016.

Biguaçu, 27 de outubro de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON  
Secretária Municipal de Administração

# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA SEDEAD Nº 30.850/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.850/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FRANCIELE MATEUS JASPER.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a servidora ocupante de cargo de provimento efetivo indicada:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
230040	FRANCIELE MATEUS JASPER	SEMED	2016/1098	17.10.2016	26.10.2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 26 de outubro de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

### EXTRATOS PROCESSOS DISPENSA 2016 - 1

Processo de Dispensa: 08-117/16

Objeto: MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM VEÍCULOS LEVES - SEMUS

Artigo: Inciso 24, XVII da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: SANTA PAULINA STRASBOURG VEÍCULOS LTDA. (CNPJ: 05.210.259/0001-80).

VALOR: R\$ 1.330,38

Processo de Dispensa: 08-123/16

Objeto: MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM VEÍCULOS LEVES - SEMUS

Artigo: Inciso 24, XVII da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: SANTA CLARA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. (CNPJ: 82.029.587/0002-70).

VALOR: R\$ 782,04

Processo de Dispensa: 08-124/16

Objeto: MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM VEÍCULOS LEVES - SEMUS

Artigo: Inciso 24, XVII da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: BREITKOPFVEICULOS LTDA. (CNPJ: 82.637.513/0001-72).

VALOR: R\$ 1.213,77

Processo de Dispensa: 08-120/16

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: LABORATÓRIO SANTA ISABEL DE ANALISES CLÍNICAS LTDA. (CNPJ: 82.629.361/0001-66)

VALOR: R\$ 1.010,00

Processo de Dispensa: 08-176/16

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS - PROGEM

Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: DINAMICA AGÊNCIA VIAGENS E TURISMO LTDA ME. (CNPJ: 03.715.197/0001-33) VALOR: R\$: 2.095,20

E : MG AGÊNCIA DE TURISMO LTDA ME. (CNPJ: 02.439.103/0001/88) VALOR: R\$: 4.249,38

TOTAL: R\$ 6.344,58

Processo de Dispensa: 08-157/16

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: GERALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME. (CNPJ: 11.891.664/0001-04)

VALOR: R\$ 15.000,00

Processo de Dispensa: 08-148/16

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.

FORNECEDORES: CRISTALIA, DIMASTER, INOVAMED, PROMEFARMA.  
VALOR TOTAL: 82.5588,60

-----  
Processo de Dispensa: 08-119/16  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS  
Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.  
CONTRATADA: CRISTAL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ: 92.132+786/0001-19)  
VALOR: R\$ 3.253,20

-----  
Processo de Dispensa: 08-149/16  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS- SEMUS  
Artigo: Inciso 24,IV da Lei 8.666/93.  
CONTRATADA: GENESIO A MENDES E CIA LTDA.(CNPJ: 82.873.068/0001-40)  
VALOR: R\$ 745,78

## **EXTRATOS PROCESSOS DISPENSA 2016 - 2**

Processo de Dispensa: 08-81/16  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS  
Artigo: Inciso 24, XXVI da Lei 8.666/93.  
CONTRATADA: CISAMVI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - (CNPJ: 03.269.695/0001-08).  
VALOR: R\$ 383.088,20

-----  
Processo de Dispensa: 08-159/16  
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS - PROEB  
Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.  
CONTRATADA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU. (CNPJ: 82.654.088/0001-20).  
VALOR: R\$ 186.624,00

-----  
Processo de Dispensa: 08-178/16  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA - SESUR  
Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.  
CONTRATADA: RENTAL SERVICCE EPP. (CNPJ: 01.070.448/0001-44).  
VALOR: R\$ 2.164.948,00

-----  
Processo de Dispensa: 08-161/16  
Objeto: ORGANIZAÇÃO DO DESFILE DA 33º OKTOBERFEST - PROEB  
Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.  
CONTRATADAS: LOTES: 1,2,3: LEGO FEIRAS LTDA ME, (CNPJ:05.645.469/0001--00) LOTE 4, ASKNEW CONSULTORIA LTDA. (CNPJ: 18.696.425/0001-42).  
VALOR TOTAL: R\$ 595.998,92

-----  
Processo de Dispensa: 08-145/16  
Objeto: LO9CAÇÃO DE MAQUINAS - SESUR  
Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.  
CONTRATADAS:EMPRESAS CONTRATADAS:  
1 - BIRO TERRAPLANAGEM E CONSTRUTORA LTDA EPP - R\$ 740.797,20  
2 - COOPERTRAN COOP. TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE - R\$ 2.733.866,40  
3 - FREEDOM ENGEN. E CONSTRUÇÃO LTDA - R\$ 967.867,20  
4 - HELIO PEDRO DA SILVA - R\$ 74.474,40  
5 - MFK TERRAPLANAGEM LTDA ME - R\$ 546.883,20  
6 - M.R.J PISA SERVIÇOS LTDA - R\$ 272.505,60  
7 - SAMIL TERRAPLANAGENS E TRANSP. EIRELI - EPP - R\$ 434.632,00  
8 - SOLUÇÃO CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA - R\$ 465.436,80  
9 - TEKRA TERRAPLENAGEM KRATZ LTDA - R\$ 86.875,20  
VALOR TOTAL: R\$ 6.323.338,00 (seis milhões trezentos e vinte três mil e trezentos e trinta e oito reais)

-----  
Processo de Dispensa: 08-160/16  
Objeto: LOCAÇÃO DE RÁDIOS POTÁTEIS C/MANUTENÇÃO, ATIVAÇÃO E PROGRAMAÇÃO - SETERB.  
Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.  
CONTRATADA:DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. (CNPJ:83.159.087/0001-71) VALOR: R\$ 11.500,00

Processo de Dispensa: 08-164/16  
Objeto: PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM C/ LAJOTAS SEXTAVADAS - SEMOB  
Artigo: Inciso 24, XI da Lei 8.666/93.  
CONTRATADA: SOBERANA SERVIÇOS E CONTRUÇÕES EIRELI.(CNPJ: 01.408.643/0001-31)  
VALOR: R\$ 53.121,46

Processo de Dispensa: 08-146/16

Objeto: LOCAÇÃO DE MÁQUINAS - SEDIVI

Artigo: Inciso 24, IV da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: TERRAPLENAGEM ZABEL LTDA - R\$ 118.713,60 E COOPERATIVA DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES - R\$ :57.916,80  
VALOR: R\$ 176.630,40

-----

#### **EXTRATOS PROCESSOS INEXIGIBILIDADE 1**

Processo de Inexigibilidade: 09-98/16

Objeto:CURSO DE CAPACITAÇÃO - PROGEM

Artigo: 25 CAPUT da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES MUNICIPAIS - (CNPJ: 04.363.019/0001-53)

VALOR: R\$ 2.050,00

-----

Processo de Inexigibilidade: 09-73/16

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PROCESSAMENTOS DE DADOS, CONSULTA DE CPF E CNPJ - SEFAZ

Artigo: 25 I inciso da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS SERPRO.(CNPJ: 33.683.111/0001-07).

VALOR: R\$ 36.000,00

-----

Processo de Inexigibilidade: 09-35/16

Objeto: SERVIÇOS DE MONITORIA - SEMUS

Artigo: 25 CAPUT da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA:ROBERTO PEREIRA (CPF:935.606.469-20)

VALOR TOTAL: R\$ 1.200,00

-----

Processo de Inexigibilidade: 09-77/16

Objeto: SERVIÇO DE MONITORIA - SEMUS

Artigo: 25 CAPUT da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA:VARIAS CONTRATADAS

VALOR TOTAL: R\$ 13.350,00

-----

Processo de Inexigibilidade: 09-99/16

Objeto:LOCAÇÃO DO COMPLEXO ESPORTIVO BERNARDO WERNER - SEMED

Artigo: 25 CAPUT da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI - (CNPJ: 03.777.341/0001-66)

VALOR TOTAL: R\$ 80.546,00

-----

Processo de Inexigibilidade: 09-102/16

Objeto:CONTRATAÇÃO DE LOCUTORES - PROEB

Artigo: 25 CAPUT da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA:

-----

1- JOÃO PAULO DE SOUZA. (CPF: 071.577.059-40). VALOR: R\$ 1.860,00

2- JOÃO E. MACHADO. (CPF: 619.014.749-68).VALOR: R\$ 4.030,00

3- CHARLES ESPIG.(CPF:745.419.279-34). VALOR: R\$ 4.340,00

4 - ROLF GESKE.(CPF: 637.069.469-04). VALOR: R\$ 3.720,00

5 - GIOVANI MROZKOWSKI.(CPF: 600.436.959-49).VALOR:R\$ 4.340,00

6 - BELMIRO V. AVANCINI FILHO.(CPF:920.700.519-00).VALOR: R\$2.790,00

7- RODRIGO VIEIRA. (CPF: 070.940.599-57).VALOR: R\$ 2.480,00

8 - GABRIELA A. BERRI. (CPF: 061.517.159-18).VALOR: R\$ 3.720,00

9 - JOSEBEL C. S. DALCEGIO.(CPF:003.938.569-84).VALOR: R\$ 4.340,00

10 - GUSTAVO BILINSKI. (CPF: 007.588.719-37).VALOR: R\$ 3.410,00

VALOR TOTAL: R\$ 35.030,00

-----

Processo de Inexigibilidade: 09-92/16

Objeto:SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO DE RÁDIOS - SETERB

Artigo: 25 I inciso da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. (CNPJ:83.159.087/0001-71).

VALOR: R\$ 8.000,00

-----

**EXTRATOS PROCESSOS INEXIGIBILIDADE 2**

Processo de Inexigibilidade: 09-113/16

Objeto: CONTRATAÇÃO DE BANDAS, FANFARRAS E GRUPOS FOLCLÓRICOS DURANTE A 33º OKTOBERFEST - PROEB.

Artigo: 25 III, da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADAS:

1. CONTRATADO (A): ASSOCIAÇÃO O PEQUENO MUSICO - APM (CNPJ: 08.322.710/0001-40). VALOR TOTAL: R\$ 917.429,48 .
  2. CONTRATADO (A): ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE (CNPJ: 07.453.253/0001-60). VALOR TOTAL: R\$ 347.133,43.
  3. CONTRATADO (A): CHOPPMOTORRADVEREIN (CNPJ: 08.074.374/0001-63). VALOR TOTAL: R\$ 17.962,00
  4. CONTRATADO (A): UHUL PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA ME (CNPJ: 18.873.120/0001-69). VALOR TOTAL: R\$ 10.244,75
  5. CONTRATADO (A): ASSOCIACAO DOS GRUPOS FOLCLORICOS GERMANICOS DO MEDIO VALE DO ITAJAI AFG (CNPJ: 05.218.423/0001-04). VALOR TOTAL: R\$ 75.600,00
- VALOR: R\$ 1.368.369,66

Processo de Inexigibilidade: 09-93/16

Objeto: PERMISSÃO DE USO DE ÁREAS NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIRO PREFEITO HERCÍLIO DEEKE - SETERB

Artigo: 25 CAPUT da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: EMPRESA UNIÃO DE TRANSPORTE LTDA. (CNPJ: 82.563.891/0001-59)

VALOR: R\$ 19.648,20

Processo de Inexigibilidade: 09-94/16

Objeto: PERMISSÃO DE USO DE ÁREAS NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIRO PREFEITO HERCÍLIO DEEKE - SETERB

Artigo: 25 CAPUT da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: UNESUL DE TRANSPORTES LTDA (CNPJ: 92.667.948/0001-13)

VALOR: R\$ 13.338,60

**EXTRATO Nº 380/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 380/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

AMBSERV Tratamento de Resíduos Ltda

OBJETO: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de coleta, transporte, descontaminação e reciclagem de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e reatores, para os diversos Campi da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 219/2016 e Ata Registro de Preços nº. 176/2016 firmado em 26 de Outubro de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	37304	15.000	Peça	Serviço de tratamento e disposição final de resíduos destinados à reciclagem de lâmpadas fluorescentes queimadas, mistas, de mercúrio e de sódio tubulares e lâmpadas compactas.	0,69	10.350,00
2	37305	10	Quilo	Serviço de tratamento e disposição final de resíduos de lâmpadas fluorescentes queimadas e quebradas.	6,50	65,00
3	37874	1.807,23	Quilo	Serviço de reciclagem e disposição final de reatores queimados ou quebrados.	3,00	5.421,69
Preço Global (em R\$)				15.836,69		
Preço Global (em reais, por extenso)				Quinze mil oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos.		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva prestação dos serviços, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE, sigam acompanhados do(s) pertinente(s) comprovante(s) de coleta(s) assinado(s) pelos representantes de ambas as partes, do(s) certificado(s) de recolhimento, descontaminação e destinação final das lâmpadas/ reatores e da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter

os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com duração limitada a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, II da Lei nº. 8.666/93.

**DATA:** 31/10/2016.

### **EXTRATO Nº 383/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 383/2016

Dispensa de Licitação nº. 276/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de produto químico para uso na execução do projeto de pesquisa 672/2016 aprovado pelo programa PIBIC/FURB 2016/2017 em desenvolvimento pela Divisão de Apoio a Pesquisa da Universidade. Contratada: Metalquímica Produtos Ltda EPP (CNPJ nº. 07.056.011/0001-32). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 532,20 (quinhentos e trinta e dois reais e vinte centavos)/01.29.12.364.0076.2029 (Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura)/3.3.90.30.

Blumenau, 26 de outubro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

### **EXTRATO Nº 384/2016 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 384/2016

Dispensa de Licitação nº. 281/2016

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de papel sulfite 75g/m² em bobinas de 914mm x 45m, para utilização nas impressoras do Laboratório de Computação Científica (LCC) da Universidade. Contratada: ADL Comercial EIRELI (CNPJ nº. 15.267.298/0001-78). Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a efetiva entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e). Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 1.363,00 (mil trezentos e sessenta e três reais)/01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/3.3.90.30.

Blumenau, 26 de outubro de 2016.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

### **ATA REGISTRO DE PREÇOS 2223/2016 - SAMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2223/2016 - Processo Licitação Pregão Presencial 2229/2016

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de película de proteção solar tipo fumê 35% e espelhada, conforme termo de referência. Empresa(s):

FOOT COMERCIAL LTDA ME CNPJ: 11.397.879/0001-73

Item 01: Valor unitário R\$ 77,42 (setenta e sete reais e quarenta e dois centavos) e valor total R\$ 23.226,00 (vinte e três mil, duzentos e vinte e seis reais).

Item 02: Valor unitário R\$ 67,48 (sessenta e sete reais e quarenta e oito centavos) e valor total R\$ 3.374,00 (três mil, trezentos e setenta e quatro reais).

**BASE LEGAL:** De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 17 de Outubro de 2016.

Valdair José Matias - Diretor Presidente

**3º TERMO ADITIVO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2233/15 - SAMAE**

TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2233/2015 FIRMADA ENTRE O SAMAE E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA AUTO POSTO EXPRESSO LTDA., SELECIONADA POR INTERMÉDIO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 2256/2015

O SAMAE inscrito no CNPJ sob nº 83.779.462/0001-86, perante seus representantes abaixo assinados, e a sociedade empresária AUTO POSTO EXPRESSO inscrita no CNPJ 02.050.924/0001-28, representada por sua administradora Daisy Isleb Kreutzfeld, celebram o presente termo aditivo à ATA de Registro de Preços nº 2233/2015 firmada em 17 de novembro de 2015.

Conforme notas fiscais apresentados pela sociedade empresária, seus custos de aquisição (valor de compra) dos produtos sofreram redução, tendo necessidade de revisão.

Sendo deferido o pedido pela seção de custos do SAMAE, alteram-se os valores dos itens constantes no processo em epigrafe conforme abaixo:

Nº	Produto	Descrição	Valor Registro	Novo Valor Reequilíbrio
01	2016	Gasolina Comum	R\$ 3,399	R\$ 3,473

Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes na Ata de Registro de Preço 2233/2015, do qual este aditivo passa a fazer parte.

Este termo aditivo passa a valer a partir da data de 26/10/2016.

Blumenau, 31 de Outubro de 2016.

Alcindo Cipriani  
Diretor Administrativo SAMAE

Ciro Luiz Werner  
Gerente de Suprimentos SAMAE

Jonathan Ricardo Girardi  
Central de Atas SAMAE

Daisy Isleb Kreutzfeld  
Auto Posto Expresso Ltda.

# Botuvera

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 1.958 /2016 "CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO 04/2016."**

DECRETO Nº 1.958 /2016

"Constitui e Nomeia os Membros da Comissão para Acompanhamento do Processo Seletivo 04/2016."

O Prefeito do Município de Botuverá, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão para acompanhar o Processo Seletivo 04/2016, integrada pelos Srs. Rodrigo Ivan Lazzarotti (assessor jurídico), Rogério Comandolli (assistente administrativo), Cléber José Costa (secretário de administração e finanças), para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a execução do Processo Seletivo 04/2016, destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração Direta Municipal.

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo contratará empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Processo Seletivo 04/2016, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Botuverá, em 31 de Outubro de 2016.

NILO BARNI

Prefeito Municipal Em Exercício

do Conselho Gestor poderão ser estabelecidos pelo Poder Executivo.

Parágrafo Segundo: A Presidência do Conselho Gestor do FHIS será exercida pelo Secretário Municipal responsável pela área habitacional.

Parágrafo Terceiro: O Presidente do Conselho Gestor do FHIS exercerá o voto de qualidade.

Parágrafo Quarto: Competirá à Secretaria Municipal responsável pela área habitacional proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

Art.2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 31 de outubro de 2016.

NILO BARNI

Prefeito do Município de Botuverá Em Exercício

### **LEI 1348 "ALTERA A LEI 768/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

LEI Nº 1.348/2016

"Altera a Lei 768/97 e dá outras providências"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE BOTUVERA.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 4º e 5º da Lei 768/97, que passam a ter as seguintes redações:

DO CONSELHO GESTOR DO FHIS

Art. 4º O FHIS será gerido por um Conselho Gestor

Art. 5º O Conselho gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto por representantes de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligadas à área de habitação, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes e a proporção de ¼ das vagas aos representantes de movimentos populares.

Parágrafo Primeiro: A composição, as atribuições e o regulamento

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 34/2016 - SRP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO 46/2016

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 34/2016 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 22.11.2016, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de materiais de construção e ferramentas para manutenção, construção, ampliação e melhorias das edificações das diversas secretarias do município de Braço do Trombudo. Informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 31 de outubro de 2016.

Romildo Teske - Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2016 PMBT**

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2016**

Número do Registro de Preços: 22/2016 Data do Registro: 31/10/2016 Válido até: 31/10/2017

Objeto da Compra: Aquisição de produtos químicos para atendimento da demanda de água na Estação de Tratamento de Água - ETA (Braço Novo e Semi) do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Sulfato de alumínio (granulado-pó) para tratamento de água, isento de ferro. (9215)	KG	KEMHYDRA COM. DE PROD. QUIMICOS E PETROQ. LTDA ME (9440)	PROJESAN	0	1,4379	1
			BUSCHLE E LEPPER SA (6502)	CARBOCLORI	0	1,0625	2
			AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (9529)	AVANEX	0	1,4991	3
2	Hipoclorito de sódio comercial (9216)	KG	KEMHYDRA COM. DE PROD. QUIMICOS E PETROQ. LTDA ME (9440)	MAZZAROLLC	0	1,1711	1
			AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (9529)	MULTICLORO	0	1,2757	2
			BUSCHLE E LEPPER SA (6502)	AVANEX	0	1,4531	3
3	Ortopolifosfato de Sódio Base Seca (16761)	KG	AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (9529)	AVANEX	0	9,9490	1
			TECNIAQUA SOLUÇÕES EM TRTAMENTO DE ÁGUA LTDA EPP (8987)		0	9,9500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2016

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 22/2016		Data do Registro: 31/10/2016		Válido até: 31/10/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de produtos químicos para atendimento da demanda de água na Estação de Tratamento de Água - ETA ( Braço Novo e Semfil) do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADETEC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA (9153)	ADEQUEST/A	0	11,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2016

Número do Registro de Preços: 22/2016		Data do Registro: 31/10/2016		Válido até: 31/10/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de produtos químicos para atendimento da demanda de água na Estação de Tratamento de Água - ETA ( Braço Novo e Sentil) do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2016

PROCESSO Nº 38/2016

- (6502) - BUSCHLE E LEPPER SA
- (8987) - TECNIAGUA SOLUÇÕES EM TRTAMENTO DE ÁGUA LTDA EPP
- (9153) - ADETEC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
- (9440) - KEMHYDRA COM. DE PROD. QUÍMICOS E PETROQ. LTDA ME
- (9529) - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Braço do Trombudo, 31 de Outubro de 2016.

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 2592/2016

PREFEITURA DE BRUSQUE

Portaria nº 2592/2016

Concede Aposentadoria por tempo de serviço proporcional a Bernadete Domingos

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso II, do Art. 111 c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com o parágrafo 1º do Art. 91, ambos da Lei Orgânica do Município c/c o Art 12 Inciso II, letra "c" da Lei complementar 20/93 c/c o Art. 216, inciso II, letra "b", da Lei 1898/94 e, ainda com a Lei Complementar 59/97.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, aposentadoria voluntária por tempo de serviço proporcional à servidora Bernadete Domingos, CPF 291.858.829-68, por ter cumprido os requisitos de tempo de serviço e a idade exigida pela legislação.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/1999, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 2870/99 por força da decisão nº 4149/2007 referente ao processo nº SPE 02/08026509 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Prefeitura de Brusque, em XX de XXXXXXXXX de 2016.

ROGÉRIO ADILSON LANA  
Secretário de Orçamento e Gestão

### PORTARIA Nº 11.452/2016

PORTARIA nº 11.452, 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Prorroga até 31 de dezembro de 2016, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão instituída por meio da Portaria nº 10.804/2016, para apuração de eventuais irregularidades nas concessões de benefícios de aposentadorias, efetivados até o exercício de 2004.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 4º da Portaria nº 10.804/2016, e considerando a justificativa apresentada pelo Presidente da Comissão, por meio do Ofício nº 037/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar até 31 de dezembro de 2016, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão instituída por meio da Portaria nº 10.804, de 15 de abril de 2016, para apuração de eventuais irregularidades nas concessões de benefícios de aposentadorias, efetivados até o exercício de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 31 de outubro de 2016.  
JOSÉ LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI

Procuradora-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº. 7.892/2016

DECRETO Nº. 7.892, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 32.611,69 (Trinta e Dois Mil, Seiscentos e Onze Reais e Sessenta e Nove Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social  
008.0244.0255.2326 Gestão SUAS  
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 13.716,03  
3.1.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 17.818,50  
3.1.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos  
0.1.35.0801 SUAS/União – PFMC II  
VALOR R\$ 1.077,16

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

30.00 Fundo Municipal de Assistência Social  
30.001 Fundo Municipal de Assistência Social  
008.0244.0255.2326 Gestão SUAS  
3.1.90.00 Aplicações Diretas – Despesas Correntes  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 31.534,53  
0.1.35.0801 SUAS/União – PFMC II  
VALOR R\$ 1.077,16

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 27/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 27 de Outubro de 2016.

JOSÉ LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

SONIA KNIHS CRESPI  
Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA  
Secretário de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº. 7.893/2016**

DECRETO Nº. 7.893, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, na Fundação Cultura de Brusque, no valor de R\$ 695,52 (Seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos), para atender a programação abaixo especificada:

65.00 Fundação Cultural de Brusque  
65.001 Fundação Cultural de Brusque  
0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural  
3.1.91.00 Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 695,52

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

65.00 Fundação Cultural de Brusque  
65.001 Fundação Cultural de Brusque  
0013.0122.0060.2221 Manutenção Administrativa da Fundação Cultural  
3.1.90.00 Aplicações diretas  
0.1.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 695,52

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de outubro de 2016.  
JOSÉ LUIZ CUNHA                      SONIA KHNIS CRESPI  
Prefeito Municipal                      Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA  
Respondendo pela Secretaria de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

# Camboriú

## PREFEITURA

### ADITIVO DO CONTRATO 001/2015 CAMBORIÚPREV

#### RESUMO DE CONTRATO

CAMBORIÚPREV

Aditivo do Contrato 01/10/2015

Contrato nº001/2015

Pregão Presencial Nº 001/2015

Contratada: ICONP CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA LTDA

Data: 30/09/2016

Prazo: 12 (doze) meses

Valor Mensal: R\$ 6.640,00 (Seis mil e seiscentos e quarenta reais)

Objeto: Contratação de serviços técnicos especializados em escrituração da contabilidade pública, elaboração de anexos conforme portaria nº 916/2003, análise técnica dos processos de concessão e revisão de benefícios concedidos, rotinas de cadastro e cálculo de folha de pagamento nos sistemas informatizados do instituto de previdência e demais como previstos no Termo de Referência.

DIONETE CESARIO ALBINO

Presidente do Instituto

## LEI N.º 2.941/2016

Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
 DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS



LRF, ART. 4º, Parágrafo 1º

ESPECIFICAÇÃO	Ano 2017			Ano 2018			Ano 2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB a/PIB x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB b/PIB x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	159.140.000,00	159.140.000,00	-	171.871.200,00	155.543.436,00	-	185.620.880,00	153.322.846,88	-
Receitas Não-Financeiras (I)	150.317.000,00	150.317.000,00	-	162.342.360,00	146.919.835,80	-	175.329.741,00	144.822.366,07	-
Despesa Total	159.140.000,00	159.140.000,00	-	171.871.200,00	155.543.436,00	-	185.620.880,00	153.322.846,88	-
Despesas Não-Financeiras (II)	152.797.500,00	152.797.500,00	-	165.021.300,00	149.344.276,50	-	178.222.989,00	147.212.188,91	-
Resultado Primário (I-II)	(2.480.500,00)	(2.480.500,00)	-	(2.678.940,00)	(2.424.440,70)	-	(2.893.248,00)	(2.389.822,85)	-
Resultado Nominal	6.000.000,00	6.000.000,00	-	3.000.000,00	2.715.000,00	-	1.000.000,00	826.000,00	-
Dívida Pública Consolidada	8.000.000,00	8.000.000,00	-	6.500.000,00	5.882.500,00	-	5.000.000,00	4.130.000,00	-
Dívida Consolidada Líquida	(4.000.000,00)	(4.000.000,00)	-	(4.000.000,00)	(3.620.000,00)	-	(4.000.000,00)	(3.304.000,00)	-

R\$ 1,00

FONTE: Contabilidade

Camboriú(SC), 30 de Agosto de 2016

Inflação	Considerada	p/ Período	%	%	%
			9,5	9,5	9,5

Luzia Lourdes Coppi Mathias  
 Prefeita Municipal

Renata Pereira  
 Contadora CRC/SC 28.070/O-6

Kaita Helen Testoni  
 Controladora Interna

Sérgio Luiz Venâncio  
 Secretário da Fazenda



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

LRF, ART. 4º, § 2º, inciso I da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2015		Metas Realizadas em 2015		Variação	
	Valor Corrente (a)	% PIB a/PIB x 100	Valor Corrente (b)	% PIB b/PIB x 100	Valor	%
Receita Total	145.940.000,00	-	158.582.876,64	-	12.642.876,64	8,66%
Receitas Não-Financeiras (I)	144.692.000,00	-	152.793.005,79	-	8.101.005,79	5,60%
Despesa Total	145.940.000,00	-	152.426.972,69	-	6.486.972,69	4,44%
Despesas Não-Financeiras (II)	143.740.000,00	-	151.310.455,40	-	7.570.455,40	5,27%
Resultado Primário (I-II)	952.000,00	-	1.482.550,39	-	530.550,39	55,73%
Resultado Nominal	8.000.000,00	-	5.711.916,89	-	(2.288.083,11)	-28,60%
Dívida Pública Consolidada	4.500.000,00	-	2.219.475,44	-	(2.280.524,56)	-50,68%
Dívida Consolidada Líquida	(1.500.000,00)	-	(10.388.769,75)	-	(8.888.769,75)	592,58%

R\$ 1,00

FONTE: Contabilidade

Camboriú(SC), 30 de Agosto de 2016

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
**Prefeita Municipal**

**Renata Pereira**  
**Contadora CRC/SC 28.070/O-6**

**Kaita Helen Testoni**  
**Controladora Interna**

**Sérgio Luiz Venâncio**  
**Secretário da Fazenda**



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**DEMONSTRATIVO III - DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRES EXERCÍCIOS ANTERIORES**

LRF, ART. 4º, § 2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	Valor Corrente 2014	Valor Corrente 2015	%	Valor Corrente 2016	%	Valor Corrente 2017	%	Valor Corrente 2018	%	Valor Corrente 2019	%
Receita Total	123.500.000,00	145.940.000,00	18,17	163.100.000,00	11,76	159.140.000,00	-2,43	171.871.200,00	8,00	185.620.880,00	8,00
Receitas Não-Financeiras (I)	120.139.500,00	144.692.000,00	20,44	158.715.000,00	9,69	150.317.000,00	-5,29	162.342.360,00	8,00	175.329.741,00	8,00
Despesa Total	123.500.000,00	145.940.000,00	18,17	163.100.000,00	11,76	159.140.000,00	-2,43	171.871.200,00	8,00	185.620.880,00	8,00
Despesas Não-Financeiras (II)	118.863.500,00	143.740.000,00	20,93	162.300.000,00	12,91	152.797.500,00	-5,85	165.021.300,00	8,00	178.222.989,00	8,00
Resultado Primário (I-II)	727.296,00	952.000,00	30,90	(3.585.000,00)	-476,58	-2.480.500,00	-30,81	(2.678.940,00)	8,00	(2.893.248,00)	8,00
Resultado Nominal	(505.368,36)	8.000.000,00	-1683,00	(1.600.000,00)	-120,00	6.000.000,00	-475,00	3.000.000,00	-50,00	1.000.000,00	-66,67
Dívida Pública Consolidada	3.955.000,00	4.500.000,00	13,78	3.500.000,00	-22,22	8.000.000,00	128,57	6.500.000,00	-18,75	5.000.000,00	-23,08
Dívida Consolidada Líquida	2.455.000,00	(1.500.000,00)	-161,10	(800.000,00)	-46,67	(4.000.000,00)	400,00	(4.000.000,00)	0,00	(4.000.000,00)	0,00

FONTE: Contabilidade

ESPECIFICAÇÃO	Valor Constantes 2014	Valor Constantes 2015	%	Valor Constantes 2016	%	Valor Constantes 2017	%	Valor Constantes 2018	%	Valor Constantes 2019	%
Receita Total	117.325.000,00	138.643.000,00	18,17	154.945.000,00	11,76	159.140.000,00	2,71	155.543.436,00	-2,26	153.322.846,88	-1,43
Receitas Não-Financeiras (I)	114.132.525,00	137.457.400,00	20,44	150.779.250,00	9,69	150.317.000,00	-0,31	146.919.835,80	-2,26	144.822.366,07	-1,43
Despesa Total	117.325.000,00	138.643.000,00	18,17	64.424.500,00	-53,53	159.140.000,00	147,02	155.543.436,00	-2,26	153.322.846,88	-1,43
Despesas Não-Financeiras (II)	112.920.325,00	136.553.000,00	20,93	154.185.000,00	12,91	152.797.500,00	-0,90	149.344.276,50	-2,26	147.212.188,91	-1,43
Resultado Primário (I-II)	690.931,20	904.400,00	30,90	(3.405.750,00)	-476,58	-2.480.500,00	-27,17	(2.424.440,70)	-2,26	(2.389.822,85)	-1,43
Resultado Nominal	(480.099,94)	7.600.000,00	-1683,00	(1.520.000,00)	-120,00	6.000.000,00	-494,74	2.715.000,00	-54,75	826.000,00	-69,58
Dívida Pública Consolidada	3.757.250,00	4.275.000,00	13,78	3.325.000,00	-22,22	8.000.000,00	140,60	5.882.500,00	-26,47	4.130.000,00	-29,79
Dívida Consolidada Líquida	2.332.250,00	(1.425.000,00)	-161,10	(760.000,00)	-46,67	(4.000.000,00)	426,32	(3.620.000,00)	-9,50	(3.304.000,00)	-8,73

FONTE: Contabilidade

Camboriú(SC), 30 de Agosto de 2016

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
 Prefeita Municipal

**Renata Pereira**  
 Contadora CRC/SC 28.070/O-6

**Kaita Helen Testoni**  
 Controladora Interna

**Sérgio Luiz Venâncio**  
 Secretário da Fazenda



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
**DEMONSTRATIVO IV - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

LRF, art. 4º, Parágrafo 2º, inciso III

	2015	%	2014	%	2013	%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Patrimônio/Capital	88.342.906,90	79,17%	82.629.283,02	93,53%	70.894.971,00	85,80%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	23.238.244,47	20,83%	5.713.623,88	6,47%	11.734.312,02	14,20%
<b>TOTAL</b>	<b>111.581.151,37</b>	<b>100,00%</b>	<b>88.342.906,90</b>	<b>100,00%</b>	<b>82.629.283,02</b>	<b>100,00%</b>

R\$ 1,00

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

	2015	%	2014	%	2013	%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Patrimônio/Capital	10.560.685,99	526,07%	4.603.930,61	43,59%	1.342.568,03	29,16%
Reservas	(8.553.209,47)	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	2.007.476,52	-426,07%	5.956.755,38	56,41%	3.261.362,58	70,84%
<b>TOTAL</b>	<b>2.007.476,52</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.560.685,99</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.603.930,61</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: Contabilidade

Camboriú(SC), 30 de Agosto de 2016

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
 Prefeita Municipal

**Renata Pereira**  
 Contadora CRC/SC 28.070/O-6

**Kaita Helen Testoni**  
 Controladora Interna

**Sérgio Luiz Venâncio**  
 Secretário da Fazenda



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
**DEMONSTRATIVO IX - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO**

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto Ano de 2017	R\$ 1,00
Aumento Permanente da Receita	(3.960.000,00)	
(-) Transferências Constitucionais	-	
(-) Transferências do FUNDEF	-	
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	-	
Redução Permanente da Despesa (II)	-	
Margem Bruta (III) = (I+II)	-	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-	
Impacto de Novas DOCC	5.697.700,00	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	(9.657.700,00)	

\*Foi obtido através do aumento da RCL projetada para 2017 em relação a RCL da LOA 2016 em confronto com aumento vegetativo da folha (LDO 2017 X LDO 2016)

Camboriú(SC), 30 de Agosto de 2016

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
**Prefeita Municipal**

**Renata Pereira**  
**Contadora CRC/SC 28.070/O-6**

**Kaita Helen Testoni**  
**Controladora Interna**

**Sérgio Luiz Venâncio**  
**Secretário da Fazenda**



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

**DEMONSTRATIVO V - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	Ano 2015 ( a )	Ano 2014 ( d )	Ano 2013
RECEITA DE CAPITAL	-	235.200,00	11.100,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	235.200,00	11.100,00
Alienação de Bens Móveis	-	235.200,00	11.100,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>235.200,00</b>	<b>11.100,00</b>
DESPESAS LIQUIDADAS	Ano 2015 ( b )	Ano 2014 ( e )	Ano 2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	235.200,00	11.100,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	235.200,00	11.100,00
Investimentos	-	235.200,00	11.100,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>235.200,00</b>	<b>11.100,00</b>
<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>( c ) = ( a-b ) + ( f )</b>	<b>( f ) = ( d-e ) + ( g )</b>	<b>( g )</b>
	-	-	-

FONTE: Contabilidade

Camboriú(SC), 30 de Agosto de 2016

\_\_\_\_\_  
**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
**Renata Pereira**  
 Contadora CRC/SC 28.070/O-6

\_\_\_\_\_  
**Kaita Helen Testoni**  
 Controladora Interna

\_\_\_\_\_  
**Sérgio Luiz Venâncio**  
 Secretário da Fazenda



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
**DEMONSTRATIVO VI - RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS**

LRf, art. 4º, parágrafo 2º, inciso IV, alínea a

	Ano 2013	Ano 2014	Ano 2015	R\$ 1,00
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>				
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.701.312,05</b>	<b>4.622.491,23</b>	<b>5.582.738,03</b>	
Receitas de Contribuições	1.906.907,05	2.271.985,04	3.355.316,50	
Pessoal Civil	1.906.907,05	2.271.985,04	3.355.316,50	
Pessoal Militar	-	-	-	
Outras Contribuições Previdenciárias	-	-	-	
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	17.343,41	-	-	
Receita Patrimonial	777.061,59	2.350.506,19	2.227.421,53	
Outras Receitas Correntes	-	-	-	
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
Alienação de Bens	-	-	-	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	
<b>REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RPPS</b>	<b>2.256.167,86</b>	<b>3.105.736,81</b>	<b>4.575.190,92</b>	
Contribuição Patronal do Exercício	-	-	-	
Pessoal Civil	2.256.167,86	3.105.736,81	4.575.190,92	
Pessoal Militar	-	-	-	
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	-	-	-	
Pessoal Civil	-	-	-	
Pessoal Militar	-	-	-	
<b>REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DE DÉFICIT TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>	<b>320.579,30</b>	<b>104.921,69</b>	<b>232.710,43</b>	
	<b>5.278.059,21</b>	<b>7.833.149,73</b>	<b>10.390.639,38</b>	
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>				
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>	<b>123.406,16</b>	<b>135.207,91</b>	<b>197.159,65</b>	
Despesas Correntes	110.870,16	128.179,91	191.761,65	
Despesas de Capital	12.536,00	7.028,00	5.398,00	
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	<b>1.262.550,04</b>	<b>1.640.359,03</b>	<b>1.961.785,78</b>	
Pessoal Civil	1.262.550,04	1.640.359,03	1.961.785,78	
Pessoal Militar	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	-	-	-	
Compensação Previd. De aposent. RPPS e RGPS	-	-	-	
Compensação Previd. De Pensões entre RPPS e RGPS	-	-	-	
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>	<b>1.385.956,20</b>	<b>1.775.566,94</b>	<b>2.158.945,43</b>	
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I-II)</b>	<b>3.892.103,01</b>	<b>6.057.582,79</b>	<b>8.231.693,95</b>	

<b>DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS</b>	<b>18.476.060,01</b>	<b>24.419.867,23</b>	<b>32.727.265,87</b>
Bancos Conta Movimento	1.287,18	3.423,62	4.400,73
Investimentos	18.474.772,83	24.416.443,61	32.722.865,14

FONTE: Contabilidade  
 Camboriú(SC), 30 de Agosto de 2016

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
 Prefeita Municipal

**Renata Pereira**  
 Contadora CRC/SC 28.070/O-6

**Kaita Helen Testoni**  
 Controladora Interna

**Sérgio Luiz Venâncio**  
 Secretário da Fazenda



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
**DEMONSTRATIVO VII - PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**

LRF, art. 4º, parágrafo 2º, inciso IV, alínea a

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS		DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		RESULTADO PREVIDENCIÁRIO		Saldo Financeiro do (d) = ("d" do exercício anterior + "c")
	Valor (a)		Valor (b)		Valor (c) = (a - b)		
2016	10.507.419,26		2.589.824,46		7.917.594,80		40.644.860,67
2017	11.348.723,50		2.878.845,95		8.469.877,55		49.114.738,22
2018	12.227.607,73		3.348.542,03		8.879.065,70		57.993.803,92
2019	13.299.618,38		4.051.961,62		9.247.656,76		67.241.460,68
2020	14.667.414,94		4.760.987,06		9.906.427,88		77.147.888,56
2021	16.181.057,66		5.691.851,81		10.489.205,85		87.637.094,41
2022	18.102.930,46		6.591.349,29		11.511.581,17		99.148.675,58
2023	20.681.399,43		7.353.731,19		13.327.668,24		112.476.343,82
2024	21.703.454,80		8.101.125,32		13.602.329,48		126.078.673,30
2025	22.777.220,32		9.750.003,51		13.027.216,81		139.105.890,11
2026	23.971.850,76		10.779.949,67		13.191.901,09		152.297.791,20
2027	24.874.429,09		11.699.511,05		13.174.918,04		165.472.709,24
2028	25.861.235,29		12.588.518,28		13.272.717,01		178.745.426,25
2029	26.754.413,77		13.506.919,52		13.247.494,25		191.992.920,50
2030	27.365.543,62		14.710.558,13		12.654.985,49		204.647.905,99
2031	28.171.177,31		15.789.307,17		12.381.870,14		217.029.776,13
2032	28.885.797,46		17.099.968,80		11.785.828,66		228.815.604,79
2033	29.738.082,71		18.361.164,95		11.376.917,76		240.192.522,55
2034	30.263.251,90		19.675.426,43		10.587.825,47		250.780.348,02
2035	30.715.923,46		21.133.492,45		9.582.431,01		260.362.779,03
2036	31.343.433,76		22.784.557,64		8.558.876,12		268.921.655,15
2037	31.702.925,32		24.614.429,32		7.088.496,00		276.010.151,15
2038	32.362.968,90		26.396.133,51		5.966.835,39		281.976.986,54
2039	32.817.234,71		27.166.049,52		5.651.185,19		287.628.171,73
2040	33.113.573,96		28.130.355,80		4.983.218,16		292.611.389,89
2041	33.286.932,61		29.096.788,23		4.190.144,38		296.801.534,27
2042	33.576.156,95		29.834.214,04		3.741.942,91		300.543.477,18
2043	33.398.377,78		31.908.458,66		1.489.919,12		302.033.396,30
2044	28.738.472,53		32.517.640,64		-3.779.168,11		298.254.228,19
2045	28.366.013,54		33.103.248,91		-4.737.235,37		293.516.992,82
2046	28.048.097,76		33.408.093,82		-5.359.996,06		288.156.996,76
2047	27.577.713,61		34.399.677,35		-6.821.963,74		281.335.033,02
2048	27.097.584,95		34.644.088,44		-7.546.503,49		273.788.529,53
2049	26.606.174,21		34.635.300,06		-8.029.125,85		265.759.403,68
2050	26.032.354,18		34.494.041,38		-8.461.687,20		257.297.716,48
2051	25.455.638,29		34.443.746,35		-8.988.108,06		248.309.608,42
2052	24.800.516,78		34.452.516,64		-9.651.999,86		238.657.608,56

R\$ milhares

2054	23.449.087,14	33.852.534,31	-10.403.447,17	218.093.611,25
2055	22.777.051,07	33.377.510,62	-10.600.459,55	207.493.151,70
2056	22.005.057,03	33.100.001,42	-11.094.944,39	196.398.207,31
2057	21.223.759,06	33.435.405,25	-12.211.646,19	184.186.561,12
2058	20.244.514,71	33.771.438,39	-13.526.923,68	170.659.637,44
2059	19.499.221,41	33.463.920,97	-13.964.699,56	156.694.937,88
2060	18.514.054,74	33.237.082,68	-14.723.027,94	141.971.909,94
2061	17.378.207,11	33.899.478,68	-16.521.271,57	125.450.638,37
2062	16.505.548,09	33.562.226,47	-17.056.678,38	108.393.959,99
2063	15.375.799,30	33.210.219,63	-17.834.420,33	90.559.539,66
2064	14.170.726,59	33.226.342,12	-19.055.615,53	71.503.924,13
2065	13.078.992,50	32.724.197,97	-19.645.205,47	51.858.718,66
2066	11.777.780,26	32.465.047,63	-20.687.267,37	31.171.451,29
2067	10.518.159,77	32.627.038,93	-22.108.879,16	9.062.572,13
2068	9.016.703,20	32.611.154,22	-23.594.451,02	-14.531.878,89
2069	8.747.904,44	32.347.448,66	-23.599.544,22	-38.131.423,11
2070	8.416.486,28	32.218.320,53	-23.801.834,25	-61.933.257,36
2071	8.286.259,28	32.257.871,88	-23.971.612,60	-85.904.869,96
2072	8.261.822,79	31.716.579,85	-23.454.757,06	-109.359.627,02
2073	8.150.929,68	31.496.482,68	-23.345.553,00	-132.705.180,02
2074	7.557.584,19	33.114.866,93	-25.557.282,74	-158.262.462,76
2075	7.909.714,89	32.780.183,82	-24.870.468,93	-183.132.931,69
2076	7.844.209,30	32.505.344,63	-24.661.135,33	-207.794.067,02
2077	7.527.677,89	32.782.416,26	-25.254.738,37	-233.048.805,39
2078	7.542.784,86	32.276.694,44	-24.733.909,58	-257.782.714,97
2079	7.542.579,04	31.900.214,15	-24.357.635,11	-282.140.350,08
2080	7.510.473,72	31.560.957,90	-24.050.484,18	-306.190.834,26
2081	7.500.695,49	31.000.805,99	-23.500.110,50	-329.690.944,76
2082	7.475.770,64	30.639.283,83	-23.163.513,19	-352.854.457,95
2083	7.434.436,98	30.431.418,76	-22.996.981,78	-375.851.439,73
2084	7.340.172,94	30.823.197,62	-23.483.024,68	-399.334.464,41
2085	7.348.686,22	30.707.002,59	-23.358.316,37	-422.692.780,78
2086	7.342.810,91	30.711.983,81	-23.369.172,90	-446.061.953,68
2087	7.333.756,48	30.735.035,33	-23.401.278,85	-469.463.232,53
2088	7.293.240,15	30.404.164,20	-23.110.924,05	-492.574.156,58
2089	7.237.646,83	30.355.839,09	-23.118.192,26	-515.692.348,84

FONTE: Contabilidade

Camboriú(SC), 30 de Agosto de 2016

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
**Prefeita Municipal**

**Renata Pereira**  
**Contadora CRC/SC 28.070/O-6**

**Sérgio Luiz Venâncio**



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
**DEMONSTRATIVO VIII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA**

LR.F, art. 4º, parágrafo 2º, inciso V

SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	R\$ milhares
	Tributo/Contribuição	2017	2018	2019	
Isenção de IPTU a pessoas carentes conforme Lei Municipal nº 1.407/2000	IPTU	200.000,00	210.000,00	220.000,00	O Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2014, a estimativa de renúncia de receita está inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais. Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF - o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Assim, não se faz necessária a demonstração de outras medidas de compensação.
Isenção de Taxa de Coleta de Lixo	TAXA DE LIXO	50.000,00	55.000,00	60.000,00	
Isenção de IPTU a novas empresas instaladas no Município conforme Lei 953/1992	IPTU	35.000,00	40.000,00	45.000,00	
Isenção de ISS a novas empresas instaladas no Município conforme Lei 953/1992	ISS	130.000,00	140.000,00	150.000,00	
Remissão de Multas e Juros Moratórios conforme Lei Municipal	DÍVIDA ATIVA	350.000,00	350.000,00	350.000,00	
Desconto de Juros e Multas da Dívida Ativa	DÍVIDA ATIVA	600.000,00	600.000,00	600.000,00	
<b>TOTAL</b>		<b>1.365.000,00</b>	<b>1.395.000,00</b>	<b>1.425.000,00</b>	

FONTE: Contabilidade  
 Camboriú (SC), 30 de Agosto de 2016

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
 Prefeita Municipal

**Renata Pereira**  
 Contadora CRC/SC 28.070/O-6

**Kaita Helen Testoni**  
 Controladora Interna

**Sérgio Luiz Venâncio**  
 Secretário da Fazenda



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
**DEMONSTRATIVO X - METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS**

**I. TOTAL DAS RECEITAS**

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>120.540.500,00</b>	<b>138.577.500,00</b>	<b>153.705.200,00</b>
Receita Tributária	22.996.000,00	28.100.000,00	31.816.000,00
Receita de Contribuições	3.738.500,00	4.240.500,00	4.664.700,00
Receita Patrimonial	922.000,00	1.246.000,00	1.384.000,00
Receita de Serviços	9.726.000,00	10.456.000,00	10.901.000,00
Transferências Correntes	78.326.000,00	88.475.908,00	98.671.800,00
Outras Receitas Correntes	4.832.000,00	6.059.092,00	6.267.700,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>523.000,00</b>	<b>4.108.000,00</b>	<b>4.139.500,00</b>
Operações de Crédito	1.000,00	1.000,00	3.000.000,00
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Alienação de Bens	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Transferência de Capital	521.000,00	4.106.000,00	1.138.500,00
<b>Receita Intra-Orçamentária</b>	<b>2.436.500,00</b>	<b>3.254.500,00</b>	<b>5.255.300,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>123.500.000,00</b>	<b>145.940.000,00</b>	<b>163.100.000,00</b>

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ 1,00		
	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>151.280.000,00</b>	<b>163.382.400,00</b>	<b>176.452.978,00</b>
Receita Tributária	34.158.600,00	36.891.288,00	39.842.591,00
Receita de Contribuições	4.728.400,00	5.106.672,00	5.515.206,00
Receita Patrimonial	1.479.500,00	1.597.860,00	1.725.680,00
Receita de Serviços	254.000,00	274.320,00	296.266,00
Transferências Correntes	104.158.200,00	112.490.856,00	121.490.124,00
Outras Receitas Correntes	6.501.300,00	7.021.404,00	7.583.111,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.517.500,00</b>	<b>2.718.900,00</b>	<b>2.936.410,00</b>
Operações de Crédito	2.000.000,00	2.160.000,00	2.332.800,00
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Alienação de Bens	1.000,00	1.080,00	1.167,00
Transferência de Capital	516.500,00	557.820,00	602.443,00
<b>Receita Intra-Orçamentária</b>	<b>5.342.500,00</b>	<b>5.769.900,00</b>	<b>6.231.492,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>159.140.000,00</b>	<b>171.871.200,00</b>	<b>185.620.880,00</b>

FONTE: Contabilidade  
 Camboriú(SC), 30 de Agosto de 2016

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
 Prefeita Municipal

**Renata Pereira**  
 Contadora CRC/SC 28.070/O-6



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
**DEMONSTRATIVO X - METAS ANUAIS PARA AS RECEITAS**

**Kaita Helen Testoni**  
 Controladora Interna

**Sérgio Luiz Venâncio**  
 Secretário da Fazenda



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS**  
**DEMONSTRATIVO XI - METAS ANUAIS PARA AS DESPESAS**

**II. TOTAL DAS DESPESAS**

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA	PREVISÃO - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
<b>DESPESAS CORRENTES (I)</b>	<b>112.168.300,00</b>	<b>128.644.020,00</b>	<b>146.335.400,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	67.279.900,00	77.464.200,00	87.940.900,00
Juros e Encargos da Dívida (-)	500.000,00	400.000,00	100.000,00
Outras Despesas Correntes	44.388.400,00	50.779.820,00	58.294.500,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>9.231.700,00</b>	<b>14.750.980,00</b>	<b>12.628.600,00</b>
Investimentos	7.531.700,00	12.950.980,00	11.928.600,00
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	1.700.000,00	1.800.000,00	700.000,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>2.100.000,00</b>	<b>2.545.000,00</b>	<b>4.136.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>123.500.000,00</b>	<b>145.940.000,00</b>	<b>163.100.000,00</b>

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DA DESPESA	PREVISÃO - R\$ 1,00		
	Ano 2016	Ano 2017	2018
<b>DESPESAS CORRENTES (I)</b>	<b>144.690.500,00</b>	<b>156.265.740,00</b>	<b>168.766.993,80</b>
Pessoal e Encargos Sociais	93.638.600,00	101.129.688,00	109.220.061,00
Juros e Encargos da Dívida (-)	100.000,00	108.000,00	116.640,00
Outras Despesas Correntes	50.951.900,00	55.028.052,00	59.430.292,80
<b>DESPESAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>10.391.500,00</b>	<b>11.222.820,00</b>	<b>12.120.635,20</b>
Investimentos	9.491.500,00	10.250.820,00	11.070.875,20
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	900.000,00	972.000,00	1.049.760,00
<b>RESERVA LEGAL R.P.P.S</b>	<b>3.958.000,00</b>	<b>4.274.640,00</b>	<b>4.616.611,00</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>100.000,00</b>	<b>108.000,00</b>	<b>116.640,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>159.140.000,00</b>	<b>171.871.200,00</b>	<b>185.620.880,00</b>

FONTE: Contabilidade

Camboriú(SC), 30 de Agosto de 2016

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
**Prefeita Municipal**

**Renata Pereira**  
**Contadora CRC/SC 28.070/O-6**

**Kaita Helen Testoni**  
**Controladora Interna**

**Sérgio Luiz Venâncio**  
**Secretário da Fazenda**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Demonstrativo XII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências**

LRF, art 4º, § 3º

Passivo Contingentes		Valor	Providências	Valor
Passivo Contingentes: Obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc. Riscos Fiscais: Emergência, calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor. Eventos Fiscais Imprevistos: Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.		100.000,00	Outrossim, no orçamento do Município existe a previsão de uma Reserva de Contingência, num montante capaz de atender eventuais riscos fiscais na Administração Municipal.	100.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>100.000,00</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>100.000,00</b>

FONTE: Contabilidade

Camboiú(SC), 30 de Agosto de 2016

**Luzia Lourdes Coppi Mathias**  
**Prefeita Municipal**

**Renata Pereira**  
**Contadora CRC/SC 28.070/O-6**

**Kaita Helen Testoni**  
**Controladora Interna**

**Sérgio Luiz Venâncio**  
**Secretário da Fazenda**

Página: 1/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.00
Unidade:	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	01.01
Função:	Legislativa	1
Subfunção:	Ação Legislativa	31
Programa:	Gestão do Processo Legislativo	0001

Objetivo do programa:

Exercer a fiscalização e o controle dos atos do poder executivo e desenvolver as atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal.

Justificativa do programa:

Realização de sessões ordinárias conforme regimento interno; realização de sessões extraordinárias quando convocadas; realizações de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão das Leis; apresentação de projetos de Leis; projetos de resoluções, discussão e votação; fiscalização dos atos administrativos e execução das demais atribuições do Legislativo Municipal.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.001	1	A	Manutenção da Administração da Câmara de Vereadores	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	5,090,000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Administração da Câmara de Vereadores

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	4.290.000,00	0,00	4.290.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	800.000,00	0,00	800.000,00
<b>Total:</b>			<b>5.090.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.090.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 2/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	GABINETE DA PREFEITA	02.01
Função:	Judiciária	2
Subfunção:	Ação Judiciária	61
Programa:	Encargos Especiais e Dívida Pública	0000

Objetivo do programa:

Promover a redução da Dívida Pública interna para o melhor Resultado Nominal e Primário, visando a busca de novos recursos de terceiros para investimentos em infra-estrutura e desenvolvimento administrativo do Município.

Justificativa do programa:

Neste programa serão feitos os Pagamentos de juros e amortização da dívida interna, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições e pagamento do PASEP.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.003	1	O	Pagamento de Precatórios e Ações Judiciais	Encargos Especiais (ANO)	1,000	1,401,000,00

**II - Descrição das Ações**

Pagamento de Precatórios e Ações Judiciais

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1,400,500,00	0,00	1,400,500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	500,00	0,00	500,00
<b>Total:</b>			<b>1,401,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1,401,000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 3/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	GABINETE DA PREFEITA	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico; lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores; contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.005	1	A	Manutenção da Junta do Serviço Militar	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	82.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Junta do Serviço Militar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	82.000,00	0,00	82.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>			<b>82.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>82.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 4/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	GABINETE DA PREFEITA	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.002	1	A	Manutenção do Gabinete da Prefeita e Vice Prefeita	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	1.250.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Gabinete da Prefeita e Vice Prefeita

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.230.000,00	0,00	1.230.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.250.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.250.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 5/84  
Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	GABINETE DA PREFEITA	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Normatização e Fiscalização	125
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.004	1	A	Manutenção da Controladoria Geral do Município	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	238.500,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Controladoria Geral do Município

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	230.500,00	0,00	230.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	8.000,00	0,00	8.000,00
<b>Total:</b>			<b>238.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>238.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 6/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	GABINETE DA PREFEITA	02.01
Função:	Administração	4
Subfunção:	Comunicação Social	131
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.003	1	A	Manutenção da Assessoria de Imprensa	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	457.500,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Assessoria de Imprensa

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	452.500,00	0,00	452.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>457.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>457.500,00</b>

Página: 7/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	GABINETE DA PREFEITA	02.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.006	1	A	Manutenção das Ações da Defesa Civil	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	359.500,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Ações da Defesa Civil

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	350.500,00	0,00	350.500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Ubi	0,00	500,00	500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	8.000,00	0,00	8.000,00
<b>Total:</b>			<b>358.500,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>359.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 8/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	02.02
Função:	Judiciária	2
Subfunção:	Defesa do Interesse Pub.No Processo Judiciário	62
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.007	1	A	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	488.500,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Procuradoria Geral do Município

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	483.500,00	0,00	483.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>488.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>488.500,00</b>

Página: 9/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	02.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.011	1	A	Manutenção da Iluminação Pública - COSIP	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	1.900.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Iluminação Pública - COSIP

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5008 - Contribuição para o Custeio dos S	0,00	1.900.000,00	1.900.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.900.000,00</b>	<b>1.900.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 10/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	02.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico; lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores; contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.010	1	A	Manutenção dos Encargos Gerais do Convênio de Trânsito	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	122.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção dos Encargos Gerais do Convênio de Trânsito

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5012 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	122.000,00	0,00	122.000,00
<b>Total:</b>			<b>122.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>122.000,00</b>

Página: 11/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	02.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.009	1	A	Manutenção dos Encargos Gerais da Administração	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	3.328.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção dos Encargos Gerais da Administração

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	3.327.000,00	0,00	3.327.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>3.328.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.328.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 12/84  
Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	02.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico; lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores; contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.008	1	A	Manutenção da Secretaria de Administração	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	4.255.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Secretaria de Administração

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	4.205.000,00	0,00	4.205.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>4.255.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.255.000,00</b>

Página: 13/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	02.03
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Geral	122
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração, e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.001	1	P	Investimentos na Melhoria e Ampliação da Iluminação Pública - COSIP	Obras e Investimentos (UN)	1,000	700.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos na Melhoria e Ampliação da Iluminação Pública - COSIP

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5008 - Contribuição para o Custeio dos S	0,00	500.000,00	500.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5008 - Contribuição para o Custeio dos S	0,00	200.000,00	200.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>700.000,00</b>	<b>700.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 14/84  
Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	02.03
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores; contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.012	1	A	Manutenção do Convênio com a Polícia Civil	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	304.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Convênio com a Polícia Civil

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5011 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	224.000,00	224.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5011 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	80.000,00	80.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>304.000,00</b>	<b>304.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 15/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	02.03
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Gestão de Apoio aos Bombeiros	0014

**Objetivo do programa:**

Prover recursos para aquisição de materiais e equipamentos, manutenção de estudos e projetos técnicos de prevenção e combate a incêndio, aquisição de imóveis e material permanente, construção e ampliação de instalações, bem como despesas administrativas e de manutenção e investimentos no treinamento e qualificação dos militares.

**Justificativa do programa:**

Promover ações de prevenção em segurança pública apoiando e mantendo fundos especiais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.049	1	A	Manutenção das Atividades do FUNREBOM	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	451.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Atividades do FUNREBOM

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	351.000,00	0,00	351.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>451.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>451.000,00</b>

Página: 16/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
 Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	02.03
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Defesa Civil	182
Programa:	Gestão de Apoio aos Bombeiros	0014

**Objetivo do programa:**

Prover recursos para aquisição de materiais e equipamentos, manutenção de estudos e projetos técnicos de prevenção e combate a incêndio, aquisição de imóveis e material permanente, construção e ampliação de instalações, bem como despesas administrativas e de manutenção e investimentos no treinamento e qualificação dos militares.

**Justificativa do programa:**

Promover ações de prevenção em segurança pública apoiando e mantendo fundos especiais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.012	1	P	Investimentos em Reforma e Ampliação do Quartel do Corpo Obras e Investimentos (UN) de Bombeiros		1,000	150.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos em Reforma e Ampliação do Quartel do Corpo de Bombeiros

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
<b>Total:</b>			<b>150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 17/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	02.03
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.999	1	A	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência (ANO)	1,000	100.000,00

**II - Descrição das Ações**

Reserva de Contingência

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0.1.5000 - Recursos Ordinários	100.000,00		100.000,00
<b>Total:</b>			<b>100.000,00</b>		<b>100.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 18/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE FINANÇAS	02.04
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.014	1	A	Manutenção do Departamento de Contabilidade	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	509.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Departamento de Contabilidade

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	499.000,00	0,00	499.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>509.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>509.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 19/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE FINANÇAS	02.04
Função:	Administração	4
Subfunção:	Administração Financeira	123
Programa:	Gestão Financeira e Administrativa	0002

**Objetivo do programa:**

Coordenar e acompanhar as atividades e projetos desenvolvidos na Gestão Financeira e Administrativa, objetivando a realização das metas estabelecidas em Lei, buscando melhoria das atividades pela eficácia e economicidade.

**Justificativa do programa:**

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário dos bens; atualização do cadastro imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento de fornecedores, contabilização contábil e apresentação de prestações de contas. Prestar condições para o funcionamento da Prefeitura e serviços de apoio, através do suprimento das necessidades de pessoal e equipamentos para o bom desempenho.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.013	1	A	Manutenção da Secretaria de Finanças	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	1.360.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Secretaria de Finanças

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.340.000,00	0,00	1.340.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.360.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.360.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 20/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE FINANÇAS	02.04
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	843
Programa:	Encargos Especiais e Dívida Pública	0000

**Objetivo do programa:**

Promover a redução da Dívida Pública Interna para o melhor Resultado Nominal e Primário, visando a busca de novos recursos de terceiros para investimentos em infra-estrutura e desenvolvimento administrativo do Município.

**Justificativa do programa:**

Neste programa serão feitos os Pagamentos de juros e amortização da dívida interna, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições e pagamento do PASEP.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.002	1	O	Amortização da Dívida Funda Interna e Débitos Consolidados	Encargos Especiais (ANO)	1,000	1.000.000,00

**II - Descrição das Ações**

Amortização da Dívida Funda Interna e Débitos Consolidados

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	900.000,00	0,00	900.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 21/84  
Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE FINANÇAS	02.04
Função:	Encargos Especiais	28
Subfunção:	Outros Encargos Especiais	846
Programa:	Encargos Especiais e Dívida Pública	0000

**Objetivo do programa:**

Promover a redução da Dívida Pública interna para o melhor Resultado Nominal e Primário, visando a busca de novos recursos de terceiros para investimentos em infra-estrutura e desenvolvimento administrativo do Município.

**Justificativa do programa:**

Neste programa serão feitos os Pagamentos de juros e amortização da dívida interna, sentenças judiciais, pagamento de indenizações e restituições e pagamento do PASEP.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
0.001	1	O	Contribuição ao PASEP	Encargos Especiais (ANO)	1,000	1.700.000,00

**II - Descrição das Ações**

Contribuição ao PASEP

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.700.000,00	0,00	1.700.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.700.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.700.000,00</b>

Página: 22/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	02.05
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Gestão do Planejamento Urbano	0003

**Objetivo do programa:**

Implementar diretrizes de desenvolvimento, licenciamento e controle urbano, articular políticas urbanas, definir as estratégias e ações, gerenciar e coordenar as diretrizes, conforme o plano diretor de desenvolvimento urbano, econômico e social.

**Justificativa do programa:**

Desenvolver projetos especiais, buscando soluções para problemas locais, visando recursos, ações e convênios em fontes especiais, e de transferências da União e do Estado, objetivando o desenvolvimento harmônico do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.015	1	A	Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	800.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	790.000,00	0,00	790.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>800.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>800.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
 Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 23/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	02.06
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico	0005

**Objetivo do programa:**

Fortalecer e promover a atividade econômica local, elaborar e implantar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável, proporcionando a elevação dos índices econômicos do Município.

**Justificativa do programa:**

Com o fortalecimento da economia local estaremos promovendo o desenvolvimento econômico sustentável, elevando assim os índices econômicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.018	1	A	Manutenção do Consórcio de Turismo - AMFRI	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	71.500,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Consórcio de Turismo - AMFRI

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	70.000,00	0,00	70.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.500,00	0,00	1.500,00
<b>Total:</b>			<b>71.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>71.500,00</b>

Página: 24/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	02.06
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico	0005

**Objetivo do programa:**

Fortalecer e promover a atividade econômica local, elaborar e implantar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável, proporcionando a elevação dos índices econômicos do Município.

**Justificativa do programa:**

Com o fortalecimento da economia local estaremos promovendo o desenvolvimento econômico sustentável, elevando assim os índices econômicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.017	1	A	Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Município	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	502.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção dos Eventos Turísticos e de Lazer do Município

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Uni	0,00	1.000,00	1.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>500.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>502.000,00</b>

Página: 25/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	02.06
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico	0005

**Objetivo do programa:**

Fortalecer e promover a atividade econômica local, elaborar e implantar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável, proporcionando a elevação dos índices econômicos do Município.

**Justificativa do programa:**

Com o fortalecimento da economia local estaremos promovendo o desenvolvimento econômico sustentável, elevando assim os índices econômicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.016	1 A		Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	456.500,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	450.500,00	0,00	450.500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Uni	0,00	500,00	500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	5.000,00	0,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>455.500,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>456.500,00</b>

Página: 26/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	02.06
Função:	Comércio e Serviços	23
Subfunção:	Turismo	695
Programa:	Gestão de Apoio ao Desenvolvimento Econômico	0005

**Objetivo do programa:**

Fortalecer e promover a atividade econômica local, elaborar e implantar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável, proporcionando a elevação dos índices econômicos do Município.

**Justificativa do programa:**

Com o fortalecimento da economia local estaremos promovendo o desenvolvimento econômico sustentável, elevando assim os índices econômicos.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.002	1	P	Investimentos em Ações de Turismo e Desenvolvimento Econômico	Obras e Investimentos (UN)	1,000	1.500,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos em Ações de Turismo e Desenvolvimento Econômico

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	500,00	0,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Uni	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	500,00	500,00
<b>Total:</b>			<b>500,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.500,00</b>

Página: 27/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	02.07
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana	0006

Objetivo do programa:

Modernização, ampliação, adequação e recuperação do sistema viário, infra-estrutura e mobilidade urbana do Município. Aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços com a aquisição de novos equipamentos e ferramentas.

Justificativa do programa:

Melhorar a qualidade do sistema viário do Município, ampliando o acesso da população a uma infra-estrutura urbana de melhor qualidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.019	1	A	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	9,753,000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	9.650.000,00	0,00	9.650.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Ubi	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5089 - Alienações de Bens destinados a (	0,00	2.000,00	2.000,00
Total:			9.750.000,00	3.000,00	9.753.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
 Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 28/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	02.07
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana	0006

**Objetivo do programa:**

Modernização, ampliação, adequação e recuperação do sistema viário, infra-estrutura e mobilidade urbana do Município. Aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços com a aquisição de novos equipamentos e ferramentas.

**Justificativa do programa:**

Melhorar a qualidade do sistema viário do Município, ampliando o acesso da população a uma infra-estrutura urbana de melhor qualidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.004	1	P	Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana	Obras e Investimentos (UN)	1,000	252.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos em Ações de Infra-Estrutura Urbana

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	250.000,00	0,00	250.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Uni	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5083 - Operações de Crédito Internas - C	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>250.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>252.000,00</b>

Página: 29/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	02.07
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa:	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana	0006

Objetivo do programa:  
Modernização, ampliação, adequação e recuperação do sistema viário, infra-estrutura e mobilidade urbana do Município. Aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços com a aquisição de novos equipamentos e ferramentas.

Justificativa do programa:

Melhorar a qualidade do sistema viário do Município, ampliando o acesso da população a uma infra-estrutura urbana de melhor qualidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.003	1	P	Investimentos em Pavimentação e Recuperação de Ruas e Avenidas	Obras e Investimentos (UN)	1,000	4.801.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos em Pavimentação e Recuperação de Ruas e Avenidas

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.300.000,00	0,00	1.300.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Uni	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5083 - Operações de Crédito Internas - C	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.800.000,00</b>	<b>2.001.000,00</b>	<b>4.801.000,00</b>

Página: 30/84

Data: 24/08/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	02.00
Unidade:	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	02.07
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana	0006

Objetivo do programa:  
Modernização, ampliação, adequação e recuperação do sistema viário, infra-estrutura e mobilidade urbana do Município. Aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços com a aquisição de novos equipamentos e ferramentas.

Justificativa do programa:

Melhorar a qualidade do sistema viário do Município, ampliando o acesso da população a uma infra-estrutura urbana de melhor qualidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.021	1	A	Manutenção do Departamento de Trânsito	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	297.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Departamento de Trânsito

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	72.000,00	0,00	72.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5012 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	200.000,00	0,00	200.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5012 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	5.000,00	0,00	5.000,00
Total:			297.000,00	0,00	297.000,00

Página: 31/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, à disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção a saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.069	1	A	Manutenção das Atividades do NASF	Manutenção das Atividades (3)	1,000	552.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Atividades do NASF

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único (	0,00	480.000,00	480.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5067 - Transferências do Sistema Único (	0,00	72.000,00	72.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>552.000,00</b>	<b>552.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 32/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, à disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção a saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.066	1	A	Manutenção de Outras Ações do Bloco de Atenção Básica	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	20.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção de Outras Ações do Bloco de Atenção Básica

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>

Página: 33/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, à disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção à saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.033	1	A	Manutenção dos Programas Vinculados com a Secretaria Estadual de Saúde	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	371.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção dos Programas Vinculados com a Secretaria Estadual de Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5067 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	361.000,00	361.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5067 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>371.000,00</b>	<b>371.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 34/84

Data: 24/08/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

Objetivo do programa:

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, à disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

Justificativa do programa:

Atenção a saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.029	1	A	Manutenção do Bloco de Atenção Básica - PMAQ	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	600.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Bloco de Atenção Básica - PMAQ

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	500.000,00	500.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			0,00	600.000,00	600.000,00

Página: 35/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, à disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção a saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.028	1	A	Manutenção do Bloco de Atenção Básica - PAB Fixo	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	2.000.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Bloco de Atenção Básica - PAB Fixo

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único (SUS)	0,00	1.800.000,00	1.800.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único (SUS)	0,00	200.000,00	200.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.000.000,00</b>	<b>2.000.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 36/84  
Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, a disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção à saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.027	1	A	Manutenção do Bloco de Atenção Básica - Agentes Comunitários de Saúde	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	1.900.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Bloco de Atenção Básica - Agentes Comunitários de Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5002 - Receitas e Transferências de Impr	200.000,00	0,00	200.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00
<b>Total:</b>			<b>200.000,00</b>	<b>1.700.000,00</b>	<b>1.900.000,00</b>

Página: 37/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos; Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, à disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção a saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.026	1	A	Manutenção do Bloco de Atenção Básica - Saúde Bucal	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	350.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Bloco de Atenção Básica - Saúde Bucal

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	350.000,00	350.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>350.000,00</b>	<b>350.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 38/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, a disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção à saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.025	1	A	Manutenção do Bloco de Atenção Básica - Saúde da Família SF	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	6.750.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Bloco de Atenção Básica - Saúde da Família SF

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5002 - Receitas e Transferências de Impr	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único (SUS)	0,00	1.750.000,00	1.750.000,00
<b>Total:</b>			<b>5.000.000,00</b>	<b>1.750.000,00</b>	<b>6.750.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 39/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, a disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção à saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.023	1	A	Manutenção do Bloco de Assistência Farmacêutica - Medicamentos	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	1,245,000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Bloco de Assistência Farmacêutica - Medicamentos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5002 - Receitas e Transferências de Impr	500.000,00	0,00	500.000,00
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	400.000,00	400.000,00
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5067 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	345.000,00	345.000,00
<b>Total:</b>			<b>500.000,00</b>	<b>745.000,00</b>	<b>1.245.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 40/84  
Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos. Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, à disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção a saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.022	1	A	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMFRI	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	271.300,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMFRI

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5002 - Receitas e Transferências de Impx	270.000,00	0,00	270.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5002 - Receitas e Transferências de Impx	1.300,00	0,00	1.300,00
<b>Total:</b>			<b>271.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>271.300,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 41/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos. Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, à disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção a saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.034	1 A		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	10.784.600,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5002 - Receitas e Transferências de Impc	10.684.600,00	0,00	10.684.600,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5002 - Receitas e Transferências de Impc	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>10.784.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.784.600,00</b>

Página: 42/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Atenção Básica	301
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, a disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção a saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.006	1	P	Investimentos na Construção e Reformas de Unidades de Saúde	Obras e Investimentos (UN)	1,000	153.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos na Construção e Reformas de Unidades de Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5002 - Receitas e Transferências de Impr	150.000,00	0,00	150.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5033 - Transferências de Convênios - Uhi	0,00	1.500,00	1.500,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5063 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.500,00	1.500,00
<b>Total:</b>			<b>150.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>153.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 43/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, à disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção a saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.068	1	A	Manutenção das Atividades do IMAC Estadual	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	350.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Atividades do IMAC Estadual

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5067 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	350.000,00	350.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>350.000,00</b>	<b>350.000,00</b>

Página: 44/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, à disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção a saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.067	1	A	Manutenção das Atividades do CAPS	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	350.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Atividades do CAPS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único (SUS)	0,00	340.000,00	340.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único (SUS)	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>350.000,00</b>	<b>350.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 45/84  
Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, a disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção à saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.032	1	A	Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade - Teto Municipal MAC	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	1.610.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade - Teto Municipal MAC

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	1.400.000,00	1.400.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	210.000,00	210.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.610.000,00</b>	<b>1.610.000,00</b>

Página: 46/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	302
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos: Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, a disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção à saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.031	1	A	Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade - SAMU	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	446.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade - SAMU

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5002 - Receitas e Transferências de Impr	181.000,00	0,00	181.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	265.000,00	265.000,00
<b>Total:</b>			<b>181.000,00</b>	<b>265.000,00</b>	<b>446.000,00</b>

Página: 47/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	03.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	03.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	305
Programa:	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde	0009

**Objetivo do programa:**

Garantir e ampliar o acesso da população do município às ações de saúde visando a integralidade da atenção. Mais exames médicos e medicamentos; Aumentar a oferta de exames médicos, diminuindo as filas de espera, colocando, também, à disposição da comunidade mais medicamentos, especialmente os de uso contínuo. Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde.

**Justificativa do programa:**

Atenção a saúde de modo a assegurar o atendimento das demandas com o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, fortalecimento da gestão dos recursos do SUS, qualificação dos profissionais, implantação de serviços e manutenção de ações que contribuirão para melhorar a qualidade de vida e redução da vulnerabilidade e os riscos à saúde.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.030	1	A	Manutenção do Bloco de Vigilância em Saúde	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	870.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Bloco de Vigilância em Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5002 - Receitas e Transferências de Impc	380.000,00	0,00	380.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único	0,00	440.000,00	440.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5038 - Transferências do Sistema Único	0,00	50.000,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>380.000,00</b>	<b>490.000,00</b>	<b>870.000,00</b>

Página: 48/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	04.01
Função:	Urbanismo	15
Subfunção:	Serviços Urbanos	452
Programa:	Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura	0008

**Objetivo do programa:**

Estimular a agricultura e a agropecuária, apoiando estratégias/alternativas de organização e geração de trabalho e renda, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

**Justificativa do programa:**

Apoiar o pequeno agricultor promovendo sua qualificação, proporcionando assim maior capacidade de produção, escoamento e comercialização por parte dos produtores do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.008	1	P	Investimentos na Construção e Reformas de Praças	Obras e Investimentos (UN)	1,000	87.500,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos na Construção e Reformas de Praças

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	55.000,00	0,00	55.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Uni	0,00	1.250,00	1.250,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.250,00	1.250,00
<b>Total:</b>			<b>85.000,00</b>	<b>2.500,00</b>	<b>87.500,00</b>

Página: 49/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	04.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	04.01
Função:	Agricultura	20
Subfunção:	Extensão Rural	606
Programa:	Gestão de Apoio a Agropecuária e Agricultura	0008

Objetivo do programa:  
Estimular a agricultura e a agropecuária, apoiando estratégias/alternativas de organização e geração de trabalho e renda, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

Justificativa do programa:

Apoiar o pequeno agricultor promovendo sua qualificação, proporcionando assim maior capacidade de produção, escoamento e comercialização por parte dos produtores do Município.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.035	1 A		Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	1.428.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo Municipal Agropecuário

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.398.000,00	0,00	1.398.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.428.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.428.000,00</b>

Página: 50/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Saúde	10
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	306
Programa:	Gestão da Educação com Qualidade	0010

**Objetivo do programa:**

Ampliar a oferta de vagas para as crianças da educação melhorando as condições físicas das unidades escolares e creches municipais e oferecendo atendimento pedagógico de qualidade ao aluno. Assegurar a infraestrutura adequada da rede municipal de ensino, manter os serviços de apoio administrativo, didático pedagógicos ao desenvolvimento do ensino.

**Justificativa do programa:**

Implantação e ampliação de laboratórios de informática nas escolas. Construção, reforma e ampliação de unidades esportivas nas unidades de ensino. Construção e ampliação de creches e unidades de educação básica para atender a demanda garantindo assim o direito de todos a educação de qualidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.041	1	A	Manutenção das Atividades da Merenda Escolar	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	2.400.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Atividades da Merenda Escolar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5037 - Outras Transferências do Fundo N	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.100.000,00</b>	<b>1.300.000,00</b>	<b>2.400.000,00</b>

Página: 51/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Gestão da Educação com Qualidade	0010

**Objetivo do programa:**

Ampliar a oferta de vagas para as crianças da educação melhorando as condições físicas das unidades escolares e creches municipais e oferecendo atendimento pedagógico de qualidade ao aluno. Assegurar a infraestrutura adequada da rede municipal de ensino, manter os serviços de apoio administrativo, didático pedagógicos ao desenvolvimento do ensino.

**Justificativa do programa:**

Implantação e ampliação de laboratórios de informática nas escolas. Construção, reforma e ampliação de unidades esportivas nas unidades de ensino. Construção e ampliação de creches e unidades de educação básica para atender a demanda garantindo assim o direito de todos a educação de qualidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.040	1	A	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	233.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Atividades do Transporte Escolar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5001 - Receitas e Transferências de Impc	56.000,00	0,00	56.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5037 - Outras Transferências do Fundo N	0,00	17.000,00	17.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5062 - Transferências de Convênios - Est	0,00	160.000,00	160.000,00
<b>Total:</b>			<b>56.000,00</b>	<b>177.000,00</b>	<b>233.000,00</b>

Página: 5284  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Gestão da Educação com Qualidade	0010

**Objetivo do programa:**

Ampliar a oferta de vagas para as crianças da educação melhorando as condições físicas das unidades escolares e creches municipais e oferecendo atendimento pedagógico de qualidade ao aluno. Assegurar a infraestrutura adequada da rede municipal de ensino, manter os serviços de apoio administrativo, didático pedagógicos ao desenvolvimento do ensino.

**Justificativa do programa:**

Implantação e ampliação de laboratórios de informática nas escolas. Construção, reforma e ampliação de unidades de ensino. Construção e ampliação de creches e unidades de educação básica para atender a demanda garantindo assim o direito de todos a educação de qualidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.036	1	A	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	36.784.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5001 - Receitas e Transferências de Impx	7.620.000,00	0,00	7.620.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5018 - Transferências do FUNDEB - 60%	20.370.000,00	0,00	20.370.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5019 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	6.240.000,00	6.240.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5036 - Salário-Educação	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5037 - Outras Transferências do Fundo N	0,00	4.000,00	4.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5001 - Receitas e Transferências de Impx	50.000,00	0,00	50.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5036 - Salário-Educação	0,00	500.000,00	500.000,00
<b>Total:</b>			<b>28.040.000,00</b>	<b>8.744.000,00</b>	<b>36.784.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 53/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Ensino Fundamental	361
Programa:	Gestão da Educação com Qualidade	0010

**Objetivo do programa:**

Ampliar a oferta de vagas para as crianças da educação melhorando as condições físicas das unidades escolares e creches municipais e oferecendo atendimento pedagógico de qualidade ao aluno.  
 Assegurar a infraestrutura adequada da rede municipal de ensino, manter os serviços de apoio administrativo, didático pedagógicos ao desenvolvimento do ensino.

**Justificativa do programa:**

Implantação e ampliação de laboratórios de informática nas escolas. Construção, reforma e ampliação de unidades esportivas nas unidades de ensino. Construção e ampliação de creches e unidades de educação básica para atender a demanda garantindo assim o direito de todos a educação de qualidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.010	1	P	Investimentos na Construção e Reformas de Unidades de Ensino Fundamental	Obras e Investimentos (UN)	1,000	502.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos na Construção e Reformas de Unidades de Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5032 - Transferências de Convênios - Uni	0,00	1.000,00	1.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5036 - Salário-Educação	0,00	500.000,00	500.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5062 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>502.000,00</b>	<b>502.000,00</b>

Página: 54/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Gestão da Educação com Qualidade	0010

Objetivo do programa:

Ampliar a oferta de vagas para as crianças da educação melhorando as condições físicas das unidades escolares e creches municipais e oferecendo atendimento pedagógico de qualidade ao aluno. Assegurar a infraestrutura adequada da rede municipal de ensino, manter os serviços de apoio administrativo, didático pedagógicos ao desenvolvimento do ensino.

Justificativa do programa:

Implantação e ampliação de laboratórios de informática nas escolas. Construção, reforma e ampliação de unidades de ensino. Construção e ampliação de creches e unidades de educação básica para atender a demanda garantindo assim o direito de todos a educação de qualidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.037	1	A	Manutenção das Atividades do Ensino Infantil	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	20.709.700,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5001 - Receitas e Transferências de Impc	1.113.000,00	0,00	1.113.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5018 - Transferências do FUNDEB - 60%	16.530.000,00	0,00	16.530.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5019 - Transferências do FUNDEB - 40%	0,00	1.860.000,00	1.860.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5036 - Salário-Educação	0,00	600.000,00	600.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5001 - Receitas e Transferências de Impc	6.700,00	0,00	6.700,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5036 - Salário-Educação	0,00	600.000,00	600.000,00
<b>Total:</b>			<b>17.649.700,00</b>	<b>3.060.000,00</b>	<b>20.709.700,00</b>

Página: 55/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Infantil	365
Programa:	Gestão da Educação com Qualidade	0010

**Objetivo do programa:**

Ampliar a oferta de vagas para as crianças da educação melhorando as condições físicas das unidades escolares e creches municipais e oferecendo atendimento pedagógico de qualidade ao aluno.  
Assegurar a infraestrutura adequada da rede municipal de ensino, manter os serviços de apoio administrativo, didático pedagógicos ao desenvolvimento do ensino.

**Justificativa do programa:**

Implantação e ampliação de laboratórios de informática nas escolas. Construção, reforma e ampliação de unidades esportivas nas unidades de ensino. Construção e ampliação de creches e unidades de educação básica para atender a demanda garantindo assim o direito de todos a educação de qualidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.009	1	P	Investimentos na Construção e Reformas de Centros de Educação Infantil	Obras e Investimentos (UN)	1,000	802.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos na Construção e Reformas de Centros de Educação Infantil

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5032 - Transferências de Convênios - Uni	0,00	1.000,00	1.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5036 - Salário-Educação	0,00	800.000,00	800.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5062 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>802.000,00</b>	<b>802.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 56/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa:	Gestão da Educação com Qualidade	0010

**Objetivo do programa:**

Ampliar a oferta de vagas para as crianças da educação melhorando as condições físicas das unidades escolares e creches municipais e oferecendo atendimento pedagógico de qualidade ao aluno.  
 Assegurar a infraestrutura adequada da rede municipal de ensino, manter os serviços de apoio administrativo, didático pedagógicos ao desenvolvimento do ensino.

**Justificativa do programa:**

Implantação e ampliação de laboratórios de informática nas escolas, Construção, reforma e ampliação de unidades esportivas nas unidades de ensino. Construção e ampliação de creches e unidades de educação básica para atender a demanda garantindo assim o direito de todos a educação de qualidade.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.039	1 A	Manutenção do Departamento de Ensino de Jovens e Adultos	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	11.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Departamento de Ensino de Jovens e Adultos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	11.000,00	0,00	11.000,00
<b>Total:</b>			<b>11.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.000,00</b>

Página: 57/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.00
Unidade:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05.01
Função:	Educação	12
Subfunção:	Educação Especial	367
Programa:	Gestão da Educação com Qualidade	0010

**Objetivo do programa:**

Ampliar a oferta de vagas para as crianças da educação melhorando as condições físicas das unidades escolares e creches municipais e oferecendo atendimento pedagógico de qualidade ao aluno. Assegurar a infraestrutura adequada da rede municipal de ensino, manter os serviços de apoio administrativo, didático pedagógicos ao desenvolvimento do ensino.

**Justificativa do programa:**

Implantação e ampliação de laboratórios de informática nas escolas. Construção, reforma e ampliação de unidades esportivas nas unidades de ensino. Construção e ampliação de creches e unidades de educação básica para atender a demanda garantindo assim o direito de todos a educação de qualidade.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.038	1	A	Manutenção das Atividades da Educação Especial	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	80.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Atividades da Educação Especial

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5001 - Receitas e Transferências de Impc	80.000,00	0,00	80.000,00
<b>Total:</b>			<b>80.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>80.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 58/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.00
Unidade:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	0011

**Objetivo do programa:**

Promover a emancipação social e econômica das famílias, através da prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social básica e especial.

**Justificativa do programa:**

A prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social e especial às famílias em vulnerabilidade e ou risco social dar-se-á visando a redução das desigualdades sociais, a garantia dos mínimos sociais, através de programas, serviços, projetos e benefícios aos que necessitem, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.070	1	A	Manutenção do ACESSUAS - Gestão	Manutenção das Atividades (3)	1,000	20.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do ACESSUAS - Gestão

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5035 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 59/84

Data: 24/08/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.00
Unidade:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	0011

Objetivo do programa:

Promover a emancipação social e econômica das famílias, através da prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social básica e especial.

Justificativa do programa:

A prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social e especial às famílias em vulnerabilidade e ou risco social dar-se-á visando a redução das desigualdades sociais, a garantia dos mínimos sociais, através de programas, serviços, projetos e benefícios aos que necessitem, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.065	1	A	Manutenção do IGD SUAS - Gestão	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	13.500,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do IGD SUAS - Gestão

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5035 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	8.500,00	8.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5035 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
Total:			0,00	13.500,00	13.500,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 60/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.00
Unidade:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	0011

Objetivo do programa:

Promover a emancipação social e econômica das famílias, através da prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social básica e especial.

Justificativa do programa:

A prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social e especial às famílias em vulnerabilidade e ou risco social dar-se-á visando a redução das desigualdades sociais, a garantia dos mínimos sociais, através de programas, serviços, projetos e benefícios aos que necessitem, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.064	1	A	Manutenção do Programa Bolsa Família - Gestão	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	115.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Programa Bolsa Família - Gestão

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5035 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	105.000,00	105.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5035 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>115.000,00</b>	<b>115.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 61/84  
Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.00
Unidade:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	0011

**Objetivo do programa:**

Promover a emancipação social e econômica das famílias, através da prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social básica e especial.

**Justificativa do programa:**

A prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social e especial às famílias em vulnerabilidade e ou risco social dar-se-á visando a redução das desigualdades sociais, a garantia dos mínimos sociais, através de programas, serviços, projetos e benefícios aos que necessitem, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.063	1	A	Manutenção do Programa BPC na Escola	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	2.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Programa BPC na Escola

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5035 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	2.000,00	2.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.000,00</b>

Página: 62/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.00
Unidade:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	0011

**Objetivo do programa:**

Promover a emancipação social e econômica das famílias, através da prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social básica e especial.

**Justificativa do programa:**

A prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social e especial às famílias em vulnerabilidade e ou risco social dar-se-á visando a redução das desigualdades sociais, a garantia dos mínimos sociais, através de programas, serviços, projetos e benefícios aos que necessitem, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.062	1	A	Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	72.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5035 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	72.000,00	72.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>72.000,00</b>	<b>72.000,00</b>

Página: 63/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.00
Unidade:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	0011

**Objetivo do programa:**

Promover a emancipação social e econômica das famílias, através da prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social básica e especial.

**Justificativa do programa:**

A prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social e especial às famílias em vulnerabilidade e ou risco social dar-se-á visando a redução das desigualdades sociais, a garantia dos mínimos sociais, através de programas, serviços, projetos e benefícios aos que necessitem, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.061	1	A	Manutenção a Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	225.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção a Proteção Social Especial de Alta Complexidade

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5035 - Transferências do Sistema Único (SUS)	0,00	120.000,00	120.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5065 - Transferências do Sistema Único (SUS)	0,00	80.000,00	80.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5065 - Transferências do Sistema Único (SUS)	0,00	25.000,00	25.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>225.000,00</b>	<b>225.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 64/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.00
Unidade:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	0011

**Objetivo do programa:**

Promover a emancipação social e econômica das famílias, através da prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social básica e especial.

**Justificativa do programa:**

A prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social e especial às famílias em vulnerabilidade e ou risco social dar-se-á visando a redução das desigualdades sociais, a garantia dos mínimos sociais, através de programas, serviços, projetos e benefícios aos que necessitem, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.060	1	A	Manutenção do CREAM - Proteção Social Especial de Média Complexidade	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	226.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do CREAM - Proteção Social Especial de Média Complexidade

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5035 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	226.000,00	226.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>226.000,00</b>	<b>226.000,00</b>

Página: 65/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
 Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.00
Unidade:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	0011

**Objetivo do programa:**

Promover a emancipação social e econômica das famílias, através da prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social básica e especial.

**Justificativa do programa:**

A prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social e especial às famílias em vulnerabilidade e ou risco social dar-se-á visando a redução das desigualdades sociais, a garantia dos mínimos sociais, através de programas, serviços, projetos e benefícios aos que necessitem, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.058	1 A	Manutenção do CRAS - Proteção Social Básica PBF	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	344.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do CRAS - Proteção Social Básica PBF

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5035 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	344.000,00	344.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>344.000,00</b>	<b>344.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 66/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.00
Unidade:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	0011

**Objetivo do programa:**

Promover a emancipação social e econômica das famílias, através da prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social básica e especial.

**Justificativa do programa:**

A prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social e especial às famílias em vulnerabilidade e ou risco social dar-se-á visando a redução das desigualdades sociais, a garantia dos mínimos sociais, através de programas, serviços, projetos e benefícios aos que necessitem, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.057	1	A	Manutenção dos Benefícios Eventuais	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	22.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção dos Benefícios Eventuais

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5065 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	22.000,00	22.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>22.000,00</b>	<b>22.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 67/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.00
Unidade:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	0011

Objetivo do programa:

Promover a emancipação social e econômica das famílias, através da prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social básica e especial.

Justificativa do programa:

A prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social e especial às famílias em vulnerabilidade e ou risco social dar-se-á visando a redução das desigualdades sociais, a garantia dos mínimos sociais, através de programas, serviços, projetos e benefícios aos que necessitem, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.042	1	A	Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento e Assistência Social	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	3.742.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento e Assistência Social

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	3.700.000,00	0,00	3.700.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5065 - Transferências do Sistema Único de Saúde	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	40.000,00	0,00	40.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5031 - Transferências de Convênios - União, Estados e Municípios	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5061 - Transferências de Convênios - Estados e Municípios	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>3.740.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>3.742.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 68/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.00
Unidade:	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	06.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência Comunitária	244
Programa:	Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social	0011

**Objetivo do programa:**

Promover a emancipação social e econômica das famílias, através da prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social básica e especial.

**Justificativa do programa:**

A prestação de serviços sócio assistenciais de proteção social e especial às famílias em vulnerabilidade e ou risco social dar-se-á visando a redução das desigualdades sociais, a garantia dos mínimos sociais, através de programas, serviços, projetos e benefícios aos que necessitem, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.011	1	P	Investimentos em Ações de Desenvolvimento Social	Obras e Investimentos (UN)	1,000	1.500,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos em Ações de Desenvolvimento Social

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	500,00	0,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5031 - Transferências de Convênios - Uni	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5061 - Transferências de Convênios - Est	0,00	500,00	500,00
<b>Total:</b>			<b>500,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.500,00</b>

Página: 69/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	07.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	07.01
Função:	Assistência Social	8
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa:	Gestão e Apoio Incondicional a Infância e Adolescência	0012

**Objetivo do programa:**

Dotar o Fundo de melhores condições para supervisionar e coordenar as ações que garantam os direitos da criança e adolescente com base no Estatuto da Criança e Adolescente.

**Justificativa do programa:**

Considerando os princípios constitucionais da prioridade absoluta para a criança e o adolescente, a implantação e ou implementação de Programas, Projetos e Serviços desenvolvidas em parceria com instituições conveniadas, como forma de Proteção Social e Especial às famílias, principalmente as vulnerabilizadas pela pobreza.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.046	1	A	Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	1.175.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.175.000,00	0,00	1.175.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.175.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.175.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
 Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 70/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	INSTITUTO DE PREV.SERV.PUB.MUNIC. DE CAMBORIÚ		08.00
Unidade:	INSTITUTO DE PREV.SERV.PUB.MUNIC. DE CAMBORIÚ		08.01
Função:	Previdência Social		9
Subfunção:	Previdência do Regime Estatutário		272
Programa:	Gestão e Coordenação da Previdência Municipal		0018

**Objetivo do programa:**

Garantir a cobertura previdenciária, buscando a proteção social aos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Camboríú (RPPS).

**Justificativa do programa:**

Proporcionar o apoio gerencial e administrativo à operacionalização do Regime Próprio de Previdência do Servidor Efetivo Municipal.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.048	1	A	Manutenção das Aposentadorias e Pensões do Instituto de Previdência	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	3.500.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Aposentadorias e Pensões do Instituto de Previdência

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5003 - Contribuição para Fundo Previden	0,00	3.500.000,00	3.500.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>3.500.000,00</b>	<b>3.500.000,00</b>

Página: 71/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	INSTITUTO DE PREV.SERV.PUB.MUNIC. DE CAMBORIÚ	08.00
Unidade:	INSTITUTO DE PREV.SERV.PUB.MUNIC. DE CAMBORIÚ	08.01
Função:	Previdência Social	9
Subfunção:	Previdência do Regime Estatutário	272
Programa:	Gestão e Coordenação da Previdência Municipal	0018

**Objetivo do programa:**

Garantir a cobertura previdenciária, buscando a proteção social aos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Camboriú (RPPS).

**Justificativa do programa:**

Proporcionar o apoio gerencial e administrativo à operacionalização do Regime Próprio de Previdência do Servidor Efetivo Municipal.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.047	1	A	Manutenção da Administração do Instituto de Previdência	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	462.900,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Administração do Instituto de Previdência

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5003 - Contribuição para Fundo Previden	0,00	442.900,00	442.900,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5003 - Contribuição para Fundo Previden	0,00	20.000,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>462.900,00</b>	<b>462.900,00</b>

Página: 72/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	INSTITUTO DE PREV.SERV.PUB.MUNIC. DE CAMBORIÚ	08.00
Unidade:	INSTITUTO DE PREV.SERV.PUB.MUNIC. DE CAMBORIÚ	08.01
Função:	Reserva de Contingência	99
Subfunção:	Reserva de Contingência	999
Programa:	Gestão e Coordenação da Previdência Municipal	0018

**Objetivo do programa:**

Garantir a cobertura previdenciária, buscando a proteção social aos beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Camboriú (RPPS).

**Justificativa do programa:**

Proporcionar o apoio gerencial e administrativo à operacionalização do Regime Próprio de Previdência do Servidor Efetivo Municipal.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.777	1	A	Reserva Legal do Regime Próprio de Previdência	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	3.958.000,00

**II - Descrição das Ações**

Reserva Legal do Regime Próprio de Previdência

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0.1.5003 - Contribuição para Fundo Previden	0,00		3.958.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>		<b>3.958.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 73/84  
Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	10.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	10.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Gestão da Água e Saneamento	0015

**Objetivo do programa:**

Atender 100% da demanda de água do Município, ampliando, reformulando e mantendo os sistemas de abastecimento, sendo que as ações deverão garantir não só a quantidade de água fornecida, bem como a sua qualidade.

**Justificativa do programa:**

Conclusão do Parque Linear com Bacia de Retenção do Rio Camboriú. Ampliação da Drenagem Pluvial. Construção do Reservatório de Água Tratada. Implantação e Ampliação da Rede de Água Tratada. Manutenção das Atividades da Coleta e Tratamento do Lixo.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.051	1	A	Manutenção das Atividades do Fundo de Saneamento Básico	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	50.500,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção das Atividades do Fundo de Saneamento Básico

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5006 - Recursos Diretamente Arrecadados	50.500,00	0,00	50.500,00
<b>Total:</b>			<b>50.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.500,00</b>

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 74/84

Data: 24/08/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	10.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	10.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Gestão da Água e Saneamento	0015

Objetivo do programa:

Atender 100% da demanda de água do Município, ampliando, reformulando e mantendo os sistemas de abastecimento, sendo que as ações deverão garantir não só a quantidade de água fornecida, bem como a sua qualidade.

Justificativa do programa:

Conclusão do Parque Linear com Bacia de Retenção do Rio Camboriú. Ampliação da Drenagem Pluvial. Construção do Reservatório de Água Tratada. Implantação e Ampliação da Rede de Água Tratada. Manutenção das Atividades da Coleta e Tratamento do Lixo.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)		Física	Financeira
2.050	1	A	Manutenção das Atividades da Coleta e Tratamento do Lixo	Manutenção das Atividades (UN)		1,000	7.000.000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção das Atividades da Coleta e Tratamento do Lixo

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5006 - Recursos Diretamente Arrecadad	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00
Total:			7.000.000,00	0,00	7.000.000,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 75/84

Data: 24/08/2016

I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	10.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	10.01
Função:	Saneamento	17
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	512
Programa:	Gestão da Água e Saneamento	0015

Objetivo do programa:

Atender 100% da demanda de água do Município, ampliando, reformulando e mantendo os sistemas de abastecimento, sendo que as ações deverão garantir não só a quantidade de água fornecida, bem como a sua qualidade.

Justificativa do programa:

Conclusão do Parque Linear com Bacia de Retenção do Rio Camboriú. Ampliação da Drenagem Pluvial. Construção do Reservatório de Água Tratada. Implantação e Ampliação da Rede de Água Tratada. Manutenção das Atividades da Coleta e Tratamento do Lixo.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.017	1	P	Construção do Parque Linear com Bacia de Retenção do Rio Camboriú	Construção do Parque Linear com Bacia de Retenção do Rio Obras e Investimentos (UN)	1,000	700.000,00

II - Descrição das Ações

Construção do Parque Linear com Bacia de Retenção do Rio Camboriú

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5006 - Recursos Diretamente Arrecadado	200.000,00	0.00	200.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Uhi	0.00	500.000,00	500.000,00
Total:			200.000,00	500.000,00	700.000,00

Página: 76/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE CAMBORIÚ	11.00
Unidade:	FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE CAMBORIÚ	11.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Gestão da Segurança	0013

**Objetivo do programa:**

Apoiar as Polícias Militar e Civil de Camboriú visando a diminuição das ocorrências de vandalismo, diminuição das ocorrências de violência contra a mulher, aumento da segurança na zona urbana, diminuição do tráfico e do uso de drogas e diminuição do índice de homicídios.

**Justificativa do programa:**

Promover ações de prevenção em segurança pública com enfrentamento da criminalidade e da violência apoiando as iniciativas da sociedade organizada através dos fundos, conselhos e comissões municipais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.053	1	A	Manutenção dos Recursos do Convênio Polícia Militar	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	355.500,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção dos Recursos do Convênio Polícia Militar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	56.000,00	0,00	56.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5010 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	250.500,00	250.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5010 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	49.000,00	49.000,00
<b>Total:</b>			<b>56.000,00</b>	<b>299.500,00</b>	<b>355.500,00</b>

Página: 77/84

Data: 24/08/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

I - Classificação

Órgão:	FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE CAMBORIÚ	11.00
Unidade:	FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE CAMBORIÚ	11.01
Função:	Segurança Pública	6
Subfunção:	Policimento	181
Programa:	Gestão da Segurança	0013

Objetivo do programa:  
Apoiar as Polícias Militar e Civil de Camboriú visando a diminuição das ocorrências de vandalismo, diminuição das ocorrências de violência contra a mulher, aumento da segurança na zona urbana, diminuição do tráfico e do uso de drogas e diminuição do índice de homicídios.

Justificativa do programa:  
Promover ações de prevenção em segurança pública com enfrentamento da criminalidade e da violência apoiando as iniciativas da sociedade organizada através dos fundos, conselhos e comissões municipais.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.052	1	A	Manutenção do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	59,000,00

II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú

III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	23.000,00	0.00	23.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	36.000,00	0.00	36.000,00
Total:			59.000,00	0,00	59.000,00

Página: 78/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	12.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	12.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	Gestão de Incentivo aos Esportes	0017

**Objetivo do programa:**

Promover ações que viabilizem e estimulem a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer nos bairros de maior vulnerabilidade social numa perspectiva educacional integrada.

**Justificativa do programa:**

Manutenção e Implementação de Programas de Esporte, Lazer e Entretenimento.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.054	1 A		Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	1.496.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.476.000,00	0,00	1.476.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.496.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.496.000,00</b>

Página: 79/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	12.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	12.01
Função:	Desporto e Lazer	27
Subfunção:	Desporto Comunitário	812
Programa:	Gestão de Incentivo aos Esportes	0017

**Objetivo do programa:**

Promover ações que viabilizem e estimulem a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer nos bairros de maior vulnerabilidade social numa perspectiva educacional integrada.

**Justificativa do programa:**

Manutenção e Implementação de Programas de Esporte, Lazer e Entretenimento.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.018	1	P	Investimentos na Construção e Reformas de Espaços Esportivos	Obras e Investimentos (UN)	1,000	2.500,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos na Construção e Reformas de Espaços Esportivos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	500,00	0,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Uni	0,00	1.000,00	1.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>500,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.500,00</b>

Página: 80/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	13.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Gestão de Apoio a Cultura	0004

**Objetivo do programa:**

Facilitar o acesso e o exercício da população à cultura, incentivando as manifestações sócio-culturais e respeitando suas diversidades. Preservar, revitalizar e promover a memória do patrimônio histórico e cultural.

**Justificativa do programa:**

Estimular o acesso dos cidadãos aos espaços culturais e incentivar as produções culturais como forma de combinar o processo de democratização da cultura com ações que apontem no sentido da promoção da participação e interação da população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.055	1	A	Manutenção da Fundação Municipal de Cultura	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	1.054.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.021.000,00	0,00	1.021.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Ubi	0,00	1.500,00	1.500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.500,00	1.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.051.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>1.054.000,00</b>

Página: 81/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	13.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	13.01
Função:	Cultura	13
Subfunção:	Difusão Cultural	392
Programa:	Gestão de Apoio a Cultura	0004

**Objetivo do programa:**

Facilitar o acesso e o exercício da população à cultura, incentivando às manifestações sócio-culturais e respeitando suas diversidades. Preservar, revitalizar e promover a memória do patrimônio histórico e cultural.

**Justificativa do programa:**

Estimular o acesso dos cidadãos aos espaços culturais e incentivar as produções culturais como forma de combinar o processo de democratização da cultura com ações que apontem no sentido da promoção da participação e interação da população.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.019	1	P	Investimentos em Ações da Fundação de Cultura	Obras e Investimentos (UN)	1,000	2.500,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos em Ações da Fundação de Cultura

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	500,00	0,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Uni	0,00	1.000,00	1.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>500,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

Página: 82/84  
 Data: 24/08/2016

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	Gestão da Proteção Ambiental	0007

Objetivo do programa:

Proteger, conservar e recuperar o patrimônio ambiental e sua diversidade biológica; estabelecer políticas de uso e ocupação do solo; garantir um meio ambiente de qualidade para a população atual e futura.

Justificativa do programa:

Preservação e revitalização dos rios, ribeirões e nascentes: Apoiar o fortalecimento da APA (Área de Preservação Ambiental) do Morro do Gavião como instrumento de defesa ambiental na nascente do rio Camboriú.

Ação	Local	Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
2.056	1	A	Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente	Manutenção das Atividades (ANO)	1,000	694.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Fundação Municipal do Meio Ambiente

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	671.000,00	0,00	671.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Uji	0,00	1.500,00	1.500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Esi	0,00	1.500,00	1.500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total:</b>			<b>691.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>694.000,00</b>

Página: 83/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**  
**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**  
Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.00
Unidade:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	14.01
Função:	Gestão Ambiental	18
Subfunção:	Preservação e Conservação Ambiental	541
Programa:	Gestão da Proteção Ambiental	0007

**Objetivo do programa:**

Proteger, conservar e recuperar o patrimônio ambiental e sua diversidade biológica; estabelecer políticas de uso e ocupação do solo; garantir um meio ambiente de qualidade para a população atual e futura.

**Justificativa do programa:**

Preservação e revitalização dos rios, ribeirões e nascentes: Apoiar o fortalecimento da APA (Área de Preservação Ambiental) do Morro do Gavião como instrumento de defesa ambiental na nascente do rio Camboriú.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.020	1 P	Investimentos em Ações de Meio Ambiente	Obras e Investimentos (UN)	1,000	2.500,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos em Ações de Meio Ambiente

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	500,00	0,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Uni	0,00	1.000,00	1.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>500,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.500,00</b>

Página: 84/84  
Data: 24/08/2016

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017**

**Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais**

Seleção: Alteração em 01/01/2017 (C)

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	15.00
Unidade:	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	15.01
Função:	Habitação	16
Subfunção:	Habitação Urbana	482
Programa:	Gestão e Apoio a Habitação de Interesse Social	0016

**Objetivo do programa:**

Promover política de ampliação e melhoria de unidades habitacionais destinadas a população de baixa renda através de implantação de serviços essenciais em áreas urbanas e do aumento da capacidade habitacional.

**Justificativa do programa:**

Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de habitação reduzindo o déficit habitacional e melhorando a infra-estrutura urbana para a população em áreas de risco.

Ação	Local Tipo	Título	Produto (Unidade)	Física	Financeira
1.005	1 P	Investimentos em Habitação de Interesse Social	Obras e Investimentos (UN)	1,000	4.000,00

**II - Descrição das Ações**

Investimentos em Habitação de Interesse Social

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição da Conta da Despesa	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Ubi	0,00	500,00	500,00
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5034 - Transferências de Convênios - Ubi	0,00	500,00	500,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0.1.5064 - Transferências de Convênios - Est	0,00	500,00	500,00
<b>Total:</b>			<b>2.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>4.000,00</b>

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

SERGIO LUIZ VENÂNCIO  
Secretário de Finanças

RENATA PEREIRA  
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

KAITA HELEN TESTONI  
Controladora



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

**LEI N.º 2.941/2016**

*Dispõe sobre as Diretrizes para  
elaboração da Lei Orçamentária do  
Município de Camboriú para o  
exercício de 2017.*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** São estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município de Camboriú, relativo ao exercício financeiro de 2017, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165, § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/64 e na Lei Complementar Federal n.º 101, de 04/05/00, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública do Município de Camboriú;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública Municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

**CAPÍTULO II  
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 2º** Com referência as Metas Fiscais para 2017 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentados anexos:

- I - Demonstrativo de Metas Anuais;
- II - Demonstrativo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Rua Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC – CEP: 88340-347 - Tel.: (47) 3365-9500  
Ouvidoria 0800-6469500 – e-mail: ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

- IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII - Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII - Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita;
- IX - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- X - Metas Anuais para as Receitas;
- XI - Metas Anuais para as Despesas;
- XII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XIII - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

**Art. 3º** Em consonância com o artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2017, são as especificadas, no Anexo de Metas e prioridades que integram esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei orçamentária de 2017, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, elaboradas a partir dos programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual de 2014/2017.

**§ 1º** Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas, as novas ações criadas, as correções dos valores das receitas e despesas serão incluídas e corrigidas automaticamente no Plano Plurianual do período de 2014 a 2017.

**§ 2º** O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**§ 3º** As metas e prioridades constantes da presente Lei farão parte integrante do Plano Plurianual do Município de Camboriú para o período de 2014 a 2017.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Art. 4º** Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo continua e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

IV - Operações Especiais: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestações diretas sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa as quais se vinculam.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I do § 1º do artigo 2º e § 2º do artigo 8º, ambos da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, por função, sub-função, programa, projetos ou atividades, na forma dos seguintes adendos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

II - Receitas por Categorias Econômicas;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas;

Rua Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC – CEP: 88340-347 - Tel.: (47) 3365-9500  
Ouvidoria 0800-6469500 – e-mail: ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

IV - Funções e Sub-funções de Governo;

V - Programa de Trabalho de Governo;

VI - Programa de Trabalho de Governo (Consolidado);

VII - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo das Despesas por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Evolução da Receita;

IX - Demonstrativo da Evolução da Despesa;

X - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

**Art. 5º** O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e fonte de recursos.

**Art. 6º** O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Fundos e Fundações abaixo descrito:

I - Câmara de Vereadores;

II - Prefeitura Municipal;

III - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

IV - Fundo Municipal de Saúde;

V - Fundo Municipal Agropecuário e Meio Ambiente;

VI - Fundo Municipal de Educação;

VII - Fundo Municipal de Assistência Social;

VIII - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos;

Rua Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC – CEP: 88340-347 - Tel.: (47) 3365-9500  
Ouvidoria 0800-6469500 – e-mail: ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

X - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

XI - Fundo de Melhoria da Polícia Militar;

XII - Fundação Municipal de Esportes;

XIII - Fundação Municipal de Cultura;

XIV - Fundação Municipal do Meio Ambiente.

**Art. 7º** A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

**Art. 8º** O projeto de Lei orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

I - texto de lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo do orçamento, discriminando a receita e a despesa na forma definida.

#### **CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES**

##### **SEÇÃO I Das Diretrizes Gerais**

**Art. 9º** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2017 deverão se realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade.

**Art. 10.** O Poder Legislativo Municipal terá como limites as despesas conforme o disposto no art. 29-A da Constituição Federal (EC. N.º 25).

**Art. 11.** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Rua Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC – CEP: 88340-347 - Tel.: (47) 3365-9500  
Ouvidoria 0800-6469500 – e-mail: ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

**Art. 12.** A proposta orçamentária anual atenderá as diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

**Art. 13.** As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, conforme dispõe as Metas Fiscais.

**§ 1º** Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do numero de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

**§ 2º** As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

**§ 3º** Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

**§ 4º** Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária, e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estarão limitados ao montante das disponibilidades de caixa.

**Art. 14.** Se a receita estimada para 2017, comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações.

**Art. 15.** Na execução do orçamento, verificado que o cumprimento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução de 20% (vinte por cento) dos gastos com combustível para a frota de veículos das secretarias;

IV - redução dos investimentos programados.

**Art. 16.** É vedada a inclusão de créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte e cultura.

**Art. 17.** Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei orçamentária.

**Art. 18.** As expansões das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederão no exercício de 2017, a 15% (quinze por cento) da receita apurada no exercício de 2015.

**Art. 19.** Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo XII desta Lei.

**§ 1º** Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do *superávit* financeiro do exercício de 2016.

**§ 2º** Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal de Vereadores, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

**Art. 20.** O orçamento para o exercício de 2017 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme anexo XII desta Lei.

Rua Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC – CEP: 88340-347 - Tel.: (47) 3365-9500  
Ouvidoria 0800-6469500 – e-mail: ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br

7



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

**Parágrafo único.** Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçado ou orçado a menor.

**Art. 21.** Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

**Art. 22.** Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

- I - estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;
- II - emitir, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara Municipal de Vereadores;
- III - o Poder Executivo emitirá até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre o Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública, perante a Câmara Municipal de Vereadores.

**Art. 23.** Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, serão executados a partir da assinatura do convênio.

**Parágrafo único.** Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial por excesso de arrecadação.

**Art. 24.** As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2017, são constantes do Anexo VIII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

**Art. 25.** A transferência de recursos do tesouro municipal à entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica.

**Art. 26.** Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Rua Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC – CEP: 88340-347 - Tel.: (47) 3365-9500  
Ouvidoria 0800-6469500 – e-mail: ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

**Art. 27.** Despesas de custeio de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênio, acordos ou ajustes previstos recursos na Lei Orçamentária.

**Art. 28.** A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

**Art. 29.** O Poder Executivo poderá ser autorizado a:

- I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III - abrir créditos adicionais suplementares;
- IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal;
- V - abrir créditos suplementares por excesso de arrecadação ou *superávit* financeiro do exercício de 2016.

**Art. 30.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações dentro do mesmo projeto ou atividade até o limite de 40% (quarenta por cento) da receita estimada para o Orçamento, com finalidade de atender insuficiências nas dotações orçamentárias em conformidade com o previsto no inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março 1964.

**§ 1º** Para efeito de observância do limite previsto neste artigo, na aferição do saldo para abertura de créditos adicionais, serão dedutíveis, do montante fixado, os créditos abertos por excesso de arrecadação e *superávit* financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior em conformidade com o previsto nos incisos I, II e IV do § 1º do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março 1964.

**§ 2º** Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

**Art. 31.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de pessoal e encargos sociais entre as Administrações Direta e Indireta, sem lhes alterar o valor global, para assegurar a execução das despesas com folha de pagamento.

**Art. 32.** Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no Plano Plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo XIII desta Lei e alterações posteriores.

**Art. 33.** Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitidas por autoridades locais, e comprovantes de regularidade de sua diretoria.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 34.** Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2017, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

**Art. 35.** As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por Lei específica.

**Art. 36.** A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM O PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 37.** O Poder Executivo Municipal poderá conceder qualquer vantagem ou aumento de remuneração ou proposta a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal pelos órgãos da Administração Municipal, mediante a existência de previa dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e dos acréscimos dela decorrentes, observados os limites e as regras da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

**Parágrafo único.** As alterações do quadro de cargos permanentes da Prefeitura, nas quantidades legalmente fixadas, somente será possível nos casos de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico, de serviços prestados à comunidade, novas atribuições recebidas no exercício de 2016 ou no decorrer de 2017, respeitando-se os requisitos para preenchimento.

**Art. 38.** A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e legislativo não excederá em percentual os limites legais de 54% (cinquenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

**Art. 39.** Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal, poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no artigo 20, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 40.** O Poder Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 41.** Os contratados de terceirização de mão de obra que se referirem à substituição de servidores públicos, serão contabilizados como “outras despesas de Pessoal”, sub-elemento do elemento de despesa 3.1.90.34 – outras despesas de pessoal decorrente de contratação terceirizada.

**Parágrafo único.** Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão de obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes da estrutura organizacional e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

**Art. 42.** A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 43.** O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 44.** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 45.** A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

## **CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 46.** Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição das cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

**§ 1º** Na hipótese de ocorrência dos dispostos no *caput* deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**§ 2º** O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Rua Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC – CEP: 88340-347 - Tel.: (47) 3365-9500  
Ouvidoria 0800-6469500 – e-mail: ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

**Art. 47.** O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, cronograma anual de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

**Art. 48.** São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

**Parágrafo único.** A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências, derivados da inobservância do *caput* deste artigo.

**Art. 49.** O Poder Executivo poderá firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento econômico, segurança pública, assistência e previdência.

**Art. 50.** O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar (educação infantil) e, 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos do artigo 7º, inciso III, da Emenda Constitucional n.º 29/2000.

**Art. 51.** A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

**Art. 52.** O Chefe do Poder Executivo Municipal de Camboriú enviará à Câmara Municipal, até 30 de outubro de 2016, a proposta orçamentária para o exercício de 2017.

**§ 1º** Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

**§ 2º** Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, por meio de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
GABINETE DA PREFEITA

recursos o *superávit* financeiro do Exercício de 2016, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

**Art. 53.** Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 25 de outubro de 2016.

**LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS**  
Prefeita Municipal

*Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrada no Livro de Publicações*

**Márcio da Rosa**  
Secretário M. de Administração

Rua Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC – CEP: 88340-347 - Tel.: (47) 3365-9500  
Ouvidoria 0800-6469500 – e-mail: [ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br](mailto:ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br)

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### 1ª ALTERAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 90/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

#### 1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 90/2016 PREGÃO ELETRÔNICO

Considerando questionamento recebido via e-mail e revisando o edital do processo licitatório em epígrafe, verificou-se a necessidade de acrescentar ao mesmo a exigência de apresentação de registro na ANVISA para os itens discriminados. Com isso, INCLUI-SE a seguinte exigência no item 7.4 (Outras Comprovações) do Edital e item 2 (Condições) do Termo de Referência:

A empresa deverá comprovar o registro na ANVISA dos itens em que for declarada vencedora através de apresentação de cópia da publicação do registro no Diário Oficial da União (DOU).

Por último, ALTERA-SE a data de abertura e prazos para recebimento das propostas, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 19/10/2016 até as 14h45min do dia 10/11/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 15h do dia 10/11/2016 no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor. Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br). Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)

Campo Alegre - SC, 31 de outubro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz  
Secretária Municipal de Administração

### DECISÃO INICIAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO 1120/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1120/2016

Interessado: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – CNPJ: 83.102.749/0001-77

Contratada: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA – ME - CNPJ: 12.903.455/0001-04

#### DECISÃO INICIAL EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

##### I - RELATÓRIO

A empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA – ME, vencedora de itens do Processo Licitatório 40/2016, modalidade Pregão Eletrônico, descumpriu regras do edital, não tendo efetuado a entrega dos materiais solicitados.

Tendo em vista a não entrega dos itens dentro do prazo estabelecido, no dia 27 de setembro de 2016 fora enviado Termo de Advertência, notificando e concedendo prazo para a empresa realizar

a entrega dos materiais até as 17 horas do dia 30 de setembro de 2016. A empresa afirmou, via e-mail, neste mesmo dia, que estavam cumprindo a exigência do termo citado anteriormente. Fato este que não ocorreu.

É o breve relatório dos fatos.

##### II – FUNDAMENTAÇÃO

Submetendo-se às cláusulas do Edital do Processo Licitatório nº 40/2016 a empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA – ME, deveria ter entregue os itens constantes das autorizações de fornecimento listadas abaixo, vencidos na licitação, no prazo estipulado no edital.

Autorização de Fornecimento	Data de Envio
1472/2016	06/07/2016
1629/2016	03/08/2016
1968/2016	19/09/2016

Não o tendo feito, a empresa foi advertida via telefone e por escrito (e-mail), momento em que lhe foi consignado novo prazo, por pura liberalidade do Serviço de Suprimentos deste Município, a fim de resolver o problema da demora, pacificamente.

O edital prevê penalidades quando há descumprimento de obrigações por parte da empresa vencedora da licitação, que se transcreve:

(...)

9.1 O licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

(...)

9.2 Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei

8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

c) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

(...)

Esta comissão processante ao analisar o percentual da multa que deveria ser aplicado pelo descumprimento ao instrumento convocatório decidiu aplicar a multa de 2% sobre o valor de R\$ 332,25 (trezentos e trinta e dois reais e vinte e cinco centavos) que corresponde as autorizações de fornecimento 1472/2016, 1629/2016 e 1968/2016. O valor da corresponde a R\$ 6,65 (seis reais e sessenta e cinco centavos), soma-se a este o valor de R\$ 7,73 (sete reais e setenta e três centavos) referente ao atraso citado na alínea "b". Sendo assim o valor total da multa é de R\$ 14,38 (catorze reais e trinta e oito centavos).

## III - DECISÃO

ANTE O EXPOSTO, com base no Item 9.1 e 9.2 do Edital do Processo Licitatório 40/2016, e, com base na legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei n.º 10.520/2002 e 8.666/93, ESTABELEÇO a penalidade de aplicação de multa no valor de R\$ 6,51 (seis reais e cinquenta e um centavos) referente ao descumprimento de cláusulas do Edital.

DETERMINO, a suspensão temporária da empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA – ME - CNPJ: 12.903.455/0001-04 de participar das licitações municipais e de firmar contrato com esta Municipalidade, até o julgamento deste processo e, ao final, se a empresa for condenada, ficará também sujeito a suspensão por período de até 05 (cinco) anos, sempre garantindo a mesma o direito ao contraditório e ampla defesa.

Cite-se a empresa LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA – ME do teor desta decisão, para que no prazo de no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do recebimento desta, apresente defesa escrita, se entender necessário.

Campo Alegre, 01 de novembro de 2016.

IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR

Presidente da Comissão Processante

**DECRETO Nº 10.059 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 10.059 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

09.00 -	FUMREBOM – Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiros.			
09.01 -	Serviço de Manutenção e Coordenação do FUMREBOM.			
06.182.0071.2.717 -	Manutenção e Coordenação Do FUMREBOM.			
300000.00.757 -	Despesas Correntes			
330000.00.757 -	Despesas de Custeio			
339000.00.757 -	Aplicações Diretas			
339030.00.757 -	Material de Consumo	R\$	30.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de despesa da Dotação do Orçamento vigente.

09.00 -	FUMREBOM – Fundo Municipal de Reequipamento da Organização de Bombeiros.			
09.01 -	Serviço de Manutenção e Coordenação do FUMREBOM.			
06.182.0071.2.717 -	Manutenção e Coordenação Do FUMREBOM.			
400000.00.757 -	Despesas de Capital			
440000.00.757 -	Investimentos			
449000.00.757 -	Aplicações Diretas			
449051.00.757 -	Obras e Instalações	R\$	30.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 31 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.060 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 10.060 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo à Educação.		
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação.		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Despesas de Custeio		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339039.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do seguinte Elemento de despesa da Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação.		
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo à Educação.		
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Educação.		
300000.00.519 -	Despesas Correntes		
330000.00.519 -	Despesas de Custeio		
339000.00.519 -	Aplicações Diretas		
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 31 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.061 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 10.061 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 11.255,00 (onze mil, duzentos e cinquenta e cinco reais), nas seguintes Dotações do Orçamento vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico		
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicação Direta		
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 10.255,00	
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos		
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		

330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicação Direta	
339030.00.896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
	Total	R\$ 11.255,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulações Parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
23.694.0026.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicação Direta	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.255,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
400000.00.896 -	Despesas de Capital	
440000.00.896 -	Investimentos	
449000.00.896 -	Aplicação Direta	
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.000,00
	Total	R\$ 11.255,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 31 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## EDITAL Nº 001/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

### EDITAL Nº 001/2016

ESTABELECE DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE REMATRÍCULAS E MATRÍCULAS PARA O ANO LETIVO DE 2017, NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, QUE OFERECEM A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

A Secretária Municipal de Educação, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, pelas competências que lhes são conferidas, considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para a realização do processo de matrículas e matrículas para o ano letivo de 2017 nas Instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, torna público, para conhecimento dos interessados, que as matrículas e matrículas estão abertas conforme instrução e cronograma estabelecido neste Edital.

### DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art.1º - Fica regulamentado no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, para as Instituições Educacionais da Rede Municipal de Ensino, o processo para matrículas e matrículas para o ano letivo de 2017, conforme estabelecem as Leis Municipais nº 4.312, de 17 de Junho de 2015, e nº 3.825, de 04 de Abril de 2012, a Resolução do Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC. nº 01, de 12 de Dezembro de 2012, Lei Federal 12.796, de 04 de Abril de 2013 e por meio deste Edital.

## DA APRESENTAÇÃO

Art.2º - A Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina, como parte integrante das atividades programadas, estabelece por meio do presente Edital, as diretrizes para a execução das matrículas e matrículas para o ano letivo de 2017.

Parágrafo único – Com o processo de rematricula e matrícula para o ano letivo de 2017, espera-se:

I – Garantir as matrículas e matrículas dos alunos em idade escolar obrigatória nas Instituições Educacionais que oferecem o Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) regular, oportunizando o acesso à escola para todas as crianças e adolescentes do município, a iniciar para o primeiro ano do Ensino Fundamental, na faixa etária a partir de 06 (zero seis) anos de idade ou a completar até a data de 31 de março de 2017, conforme prevê a Lei Federal nº 9.394/96 – LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e sua alteração pela Lei Federal 11.274, de 06 de fevereiro de 2006 e Resolução nº 01/2012 do CMECA (Conselho Municipal de Educação do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, que define as regras para o ingresso de estudantes do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos;

II – Garantir as matrículas e matrículas nas Instituições Educacionais que oferecem Creches para crianças em período integral, a partir dos 04 (zero quatro) meses até 03 (zero três) anos de idade;

III – Garantir as matrículas e matrículas nas Instituições Educacionais que oferecem o Pré-escolar I, em período parcial de 04 (zero quatro) horas, para crianças a partir de 04 (zero quatro) anos de idade ou a completar até 31 de março de 2017,

IV – Garantir as matrículas e matrículas nas Instituições Educacionais que oferecem o Pré-escolar II, em período parcial de 04 (zero quatro) horas, para crianças a partir de 05 (zero cinco) anos de idade ou a completar até 31 de Março de 2017, conforme Resolução nº 05/2009 do CNE (Conselho Nacional de Educação) e Lei Federal nº 12.796/2013;

V – Efetivar preferencialmente a matrícula do aluno que comprove residência próxima a Instituição Educacional.

## DOS OBJETIVOS

Art.3º - Os processos de matrículas e matrículas terão por objetivos:

I – Geral: Assegurar a matrícula e matrícula no Ensino Fundamental a toda criança em idade escolar obrigatória, inclusive para as que não tiveram acesso na idade própria.

II – Específicos:

a) Divulgar este Edital na comunidade escolar, a fim de garantir a matrícula e matrícula, conforme o cronograma estabelecido, incluindo o público alvo da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

b) Assegurar a matrícula ou matrícula à toda criança na faixa etária de 06 (zero seis) anos completos no início do ano letivo ou a completar até 31 de Março de 2017, para o ingresso no Ensino Fundamental de 09 (zero nove) anos;

c) Assegurar a matrícula ou a matrícula a toda criança na faixa etária de 04 (zero quatro) meses até 03 (zero três) anos em creche, e a partir de 04 (zero quatro) anos completos no início do ano letivo ou a completar até 31 de Março de 2017, para ingresso na pré-escola.

Parágrafo único – A criança sem escolaridade anterior a 07 (zero sete) anos completos deverá ser matriculada no 1º ano do Ensino Fundamental de 09 (zero nove) anos (Art. 24, inciso II da LDBEN nº 9.394/96).

## DA DOCUMENTAÇÃO

Art.4º - A documentação exigida no ato da matrícula será a seguinte:

I – EDUCAÇÃO INFANTIL (Creche):

- a) cópia legível da certidão de nascimento da criança;
- b) cópia da carteira de vacinação da criança;
- c) comprovante de trabalho dos pais ou responsáveis;
- d) cópia do comprovante de residência (fatura do mês de Setembro de 2016)
- e) cópia do comprovante de guarda ou tutela, se necessário.

II – ENSINO FUNDAMENTAL E PRÉ-ESCOLA:

- a) cópia legível da certidão de nascimento da criança;
- b) cópia da carteira de vacinação (até o 5º ano “anos iniciais”);
- c) cópia do comprovante de residência (fatura do mês de setembro de 2016);
- d) cópia de comprovante de guarda ou tutela, se necessário.
- e) atestado de frequência ou histórico escolar para os casos de transferência.

Parágrafo único - A Escola deverá manter o registro da vida escolar do aluno, porém, se no ato da matrícula os pais não apresentarem a documentação exigida, terão o prazo de 30 (trinta) dias para fazê-lo, após este período a Instituição Educacional tomará providências junto ao Conselho Tutelar, para auxiliar os pais e responsáveis na regularização dos mesmos.

## DO CRONOGRAMA

Art.5º - De 31 de Outubro de 2016 a 04 de novembro de 2016, serão efetuadas as matrículas na própria Instituição para o ano a frequentar em 2017, de acordo com o horário de expediente das Instituições Educacionais, para alunos já matriculados na Rede Municipal de Ensino na Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art.6º - De 07 de novembro de 2016 a 18 de novembro de 2016, serão efetuadas as matrículas (2017) para alunos novos nas Instituições

Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.7º - A Secretaria Municipal de Educação e as Instituições Educacionais de Ensino deverão envolver todas as Entidades Organizadas das comunidades para a divulgação deste Edital, com o objetivo de maior êxito na efetivação das matrículas.

Art.8º - Em caso de existência de vaga na Instituição Educacional, poderão ser matriculadas crianças fora do zoneamento residencial e escolar, observando-se suas particularidades.

Art.9º - Caberá à Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC., garantir vagas independentemente de turnos a todos os alunos que se matricularem na Rede Municipal de Ensino.

Art.10 – Ficam sujeitos a estas diretrizes, todas as Instituições Educacionais de Ensino, mantidas pelo Poder Público Municipal do Município de Campo Alegre/SC.

Art.11 – Os casos não previstos neste Edital, serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação de Campo Alegre/SC., se necessário.

Art.12 – O presente Edital, passa a vigorar a partir de sua divulgação, revogando-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC., 27 de outubro de 2016.

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Secretária Municipal de Educação

Publicado o presente Edital no seguinte endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/11/2016.

#### **PORTARIA Nº 13.534 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 13.534 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, Matrícula Funcional nº 000663, Registro no Sistema sob nº 955091, no Cargo Público de Médico IV, exercendo a Função de Médico Plantonista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 01 de novembro de 2016 á 25 de novembro de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 31 de outubro de 2016 sob nº 6241.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC., 31 de outubro de 2016.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS  
Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/11/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campo Erê

## PREFEITURA

### RETIFICA E PRORROGA EDITAL FMS 37/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 1856/2016

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 37/2016

RETIFICA EDITAL E PRORROGA O PRAZO DE ABERTURA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado pela sua Gestora Sra. DALCI M. B. APPIO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que RETIFICA O EDITAL, cujo objeto a aquisição de Aquisição de 1 (Um) Veículo Automotor, conforme quadro abaixo, disponibilizado no site [www.campoere.sc.gov.br](http://www.campoere.sc.gov.br).

Onde lê-se:

ANEXO VIII – OBJETO E TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO V PROPOSTA DE PREÇOS

Ao  
Pregoeiro Oficial do Município  
Município de Campo Erê - SC  
Declaração para participar no:

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 1856/2016  
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 37/2016

OBJETO: O objeto do presente EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL é a Aquisição de 01 (um) Veículo Automotor, conforme descrição constante no Anexo VIII do presente Edital, com a finalidade de realizar atividades do Fundo Municipal de Saúde de Campo Erê/SC, conforme especificação e descrição no quadro a seguir:

Item	Descrição do Objeto	Marca	Qtde	R\$ Máximo Unitário	R\$ Máximo Total
01	Aquisição de 01 (um) Veículo automotor, novo, com ano de fabricação no mínimo 2016 ou superior, modelo 2016, com: ar condicionado, direção hidráulica ou superior, capacidade mínima de 05 passageiros, com no mínimo 05 portas, com pneus novos, com no mínimo 75cv, bicomcombustível (flex), na cor branca, com no mínimo regulagem de altura no banco do motorista, ar quente, vidro elétrico, trava elétrica, Com garantia mínima de 12 meses.		01	40.000,00	40.000,00
	Total				40.000,00

Leia-se:

ANEXO VIII – OBJETO E TERMO DE REFERÊNCIA e ANEXO V PROPOSTA DE PREÇOS

Ao  
Pregoeiro Oficial do Município  
Município de Campo Erê - SC  
Declaração para participar no:

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 1856/2016  
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 37/2016

OBJETO: O objeto do presente EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL é a Aquisição de 01 (um) Veículo Automotor, conforme descrição constante no Anexo VIII do presente Edital, com a finalidade de realizar atividades do Fundo Municipal de Saúde de Campo Erê/SC, conforme especificação e descrição no quadro a seguir:

Item	Descrição do Objeto	Marca	Qtde	R\$ Máximo Unitário	R\$ Máximo Total
01	Aquisição de 01 (um) Veículo automotor, novo, com ano de fabricação no mínimo 2016 ou superior, modelo 2016, com: ar condicionado, direção hidráulica ou superior, capacidade mínima de 05 passageiros, com no mínimo 05 portas, com pneus novos, com no mínimo 75cv, bicomcombustível (flex), na cor branca, ar quente, vidro elétrico, trava elétrica, Com garantia mínima de 12 meses.		01	40.000,00	40.000,00
	Total				40.000,00

E, PRORROGA O PRAZO PARA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO para o dia 18 de Novembro de 2016 às 08:00 horas. JUSTIFICATIVA: Ausência de Interessados. Os proponentes interessados deverão protocolar seus envelopes de Proposta de Preços e Habilitação junto ao PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO junto ao Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina. As demais condições do presente edital continuam inalteradas. Informações pelo site. [www.campoere.sc.gov.br](http://www.campoere.sc.gov.br), ou e-mail: [licitacao@campoere.sc.gov.br](mailto:licitacao@campoere.sc.gov.br) ou pelo fone: (49) 3655 3035. Campo Erê-SC, 31/10/2016. DALCI M. B. APPIO - Gestora do FMS.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº. 7.607/16 DE 27/10/2016 APROVA REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS NOVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 7.607/2016 DE 27/10/2016

#### **APROVA REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS NOVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno do Fórum Municipal de Educação de Campos Novos, cuja minuta integra este Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

27 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### **REGIMENTO INTERNO - FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME – Campos Novos-SC**

##### **DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 1º. O Fórum Municipal de Educação - FME, instituído pelo Decreto n.º 7.494/2016, de 06 de maio de 2016, de caráter permanente, publicado no Diário Oficial dos Municípios nº 1991 de 09 de maio de 2016, tem as seguintes atribuições:

I - Elaborar seu Regimento Interno.

II - Participar do processo de concepção, implantação e avaliação da política municipal de educação.

III - Participar da elaboração do Plano Municipal de Educação, em regime de colaboração com a sociedade civil.

IV - Realizar monitoramento contínuo e avaliações periódicas sobre a execução do PME e sobre o cumprimento de suas metas, conforme o artigo 5º, da Lei nº 4.188, de 22 de junho de 2015, Plano Municipal de Educação de Campos Novos - Santa Catarina.

V - Promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional e Estadual de Educação.

VI - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, bem como divulgar as suas deliberações, conforme o artigo 6º, da Lei nº 4.188, de 22 de junho de 2015, Plano Municipal de Educação de Campos Novos - Santa Catarina.

VII - Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação.

VIII - Oferecer suporte técnico ao Município para a organização de suas Conferências Municipais de Educação.

IX - Zelar para que as Conferências de Educação do Município estejam articuladas à Conferência Nacional e Estadual de Educação.

X - Acompanhar, junto à Câmara de Vereadores de Campos Novos, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação.

XI - Acompanhar o processo de definição do Custo Aluno Qualidade (CAQ), no Município, bem como os ajustes contínuos.

##### **DA COMPOSIÇÃO**

Art. 2º. O Fórum Municipal de Educação de Campos Novos - SC, composto por membros titulares e suplentes, é integrado por órgãos públicos, autarquias, entidades e movimentos sociais representativos dos segmentos da educação escolar e dos setores da sociedade, com atuação amplamente reconhecida na melhoria da educação no Município.

§1º. São segmentos da educação todos os sujeitos e seus coletivos que compõem a comunidade educacional e que, portanto, estão vinculados diretamente à educação escolar.

§ 2º. São consideradas categorias representativas dos segmentos da educação escolar:

I – as entidades que representam os estudantes da educação secundarista e da educação superior;

II – as entidades que representam os pais ou responsáveis dos estudantes da educação escolar;

III – as entidades que representam os profissionais da educação escolar do setor público municipal, estadual e federal;

IV – as entidades que representam os profissionais da educação escolar do setor privado;

V – as entidades ou órgãos que representam os dirigentes da educação escolar do setor privado (gestores de órgãos educacionais e de instituições educativas particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas); e

VI – as entidades ou órgãos que representam os dirigentes da educação escolar do setor público municipal, estadual e federal (gestores de órgãos educacionais e de instituições educativas, conselheiros da educação e parlamentares das respectivas comissões de educação do Poder Legislativo).

§3º. São setores da sociedade todos os coletivos de cidadãos ativos, que se mobilizam pela educação, organizados sob a forma de entidade ou de movimento social, dentre estas:

I – as organizações dos trabalhadores e dos empresários;

II – a comunidade científica;

III – as entidades de política, estudo e pesquisa em educação;

IV – os movimentos sociais de afirmação das diversidades; e

V – os movimentos em defesa da educação.

§4º. São consideradas categorias representativas dos setores da sociedade:

I – as Centrais Sindicais dos Trabalhadores;

II – a Comunidade Científica;

III – a Confederação dos Empresários;

IV – as Entidades com atuação na política de Gestão e Formação dos Profissionais da Educação;

V – as Entidades de Estudos e Pesquisas em Educação;

VI – os Movimentos em Defesa da Educação Infantil;

VII – os Movimentos em Defesa da Educação de Jovens e Adultos;

VIII – os Movimentos Sociais do Campo;

IX – os Movimentos Sociais Afro-brasileiros;

X – os Movimentos Sociais de Gênero e de Diversidade Sexual;

XI – os Movimentos Sociais Indígenas; e

XII – os Movimentos em Defesa da Educação.

Art. 3º. São critérios para composição do FME de Campos Novos - SC:

I – amplo reconhecimento público do órgão, entidade ou movimento

social em, ao menos, um segmento da educação escolar ou setor da sociedade, conforme disposto no art. 2º deste Regimento Interno;

II – abrangência municipal e atuação efetiva do órgão, entidade, ou movimento social na área da educação.

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação, composto por representantes de órgãos públicos, autarquias, entidades e movimentos sociais terá a indicação de seus representantes titulares e suplentes, formalizada por meio de Ato do Chefe do Poder Executivo, a partir da seguinte composição:

I - Secretário Municipal de Educação e Cultura (membro nato);  
II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Coordenação do Ensino Fundamental;  
III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - Coordenação da Educação Infantil;  
IV - Gerente Regional de Educação (membro nato);  
V - 01 (um) representante da Gerência Regional de Ensino – GERED;  
VI - Presidente do Conselho Municipal de Educação (membro nato);  
VII - 01 (um) representante de Escolas Particulares;  
VIII - 01 (um) representantes de Instituições de Ensino Superior;  
IX - 01 (um) representante de Profissionais de Educação da Rede Municipal;  
X - 01 (um) representante da Comissão de Serviços Públicos da Câmara de Vereadores;  
XI - 01 (um) representante de Entidades/Associações que atendam Pessoas com Deficiências ou Transtornos Globais do Desenvolvimento;  
XII - 01 (um) representante da Associação Empresarial de Campos Novos - ACIRCAN;  
XIII - 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos Novos - CDL;  
XIV - 01 (um) representante da Associação de Pais e Professores das Escolas das Redes Públicas;  
XV - 01 (um) representante da Associação de Bairros;  
XVI - 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;  
XVII - 01 (um) representante do Conselho de Alimentação Escolar - CAE;  
XVIII - 01 (um) representante do Conselho Acompanhamento do FUNDEB – CACS – FUNDEB;  
XIX - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;  
XX - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;  
XXI - 01 (um) representante de Conselho Tutelar;  
XXII - 01 (um) representante do Sindicato – representando os profissionais da educação do Município;  
XXIII - 01 (um) representante de alunos (com idade mínima de 18 anos);  
XXIV - 01 (um) representante da Fundação Municipal Cultural (Fundação Cultural Camponovense Cid Caésar de Almeida Pedroso);  
XXV - 01 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA;  
XXVI - 01 (um) representante do Movimento Social do Campo;  
XXVII - 01 (um) representante do Movimento Social – Quilombolas;  
XXVIII - 01 (um) representante do Sistema “S” – (SENAI);  
XXIX - 01 (um) representante do Conselho Municipal Antidrogas – COMAD.

§1º. A indicação dos representantes para compor o Fórum e, no caso da alternância da titularidade e da suplência, é de responsabilidade das respectivas entidades, e deverá ser oficializada à Coordenação do Fórum.

§2º. Poderão ser indicados representantes ad hoc do titular, formalmente indicados, quando da ausência do titular e do respectivo suplente.

## DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º. A eleição do Coordenador do FME, para um mandato de dois anos, será realizada em reunião ordinária do Fórum, convocada e disciplinada por edital, sendo sua pauta publicada com antecedência mínima de quinze dias.

§1º. A escolha do candidato será por maioria simples dos votos dos membros titulares ou dos respectivos suplentes em exercício de titularidade presentes à reunião.

§2º. A eleição do Coordenador do FME terá mandato de dois anos e não será permitida a reeleição.

§3º. Em caso de vacância do Coordenador do FME, haverá nova eleição.

§4º. O Coordenador eleito encaminhará o processo de escolha da Secretaria Executiva do FME.

Art. 6º. A primeira Coordenadora do FME, designada ad referendum no Decreto nº 7.494 de 06 de maio de 2016 e no 1º Regimento Interno do FME será a Secretária Municipal de Educação e Cultura, até a eleição do novo coordenador.

Art. 7º. A critério do Pleno, a composição do FME poderá ser alterada com a inclusão de outros órgãos, entidades da sociedade civil e movimentos sociais, observando-se os critérios já indicados no Art. 3º deste Regimento Interno.

§1º. A solicitação com justificativa de ingresso ao FME deverá ser feita por meio de ofício encaminhado à sua Coordenação, até o dia 31 de outubro de cada ano.

§2º. A justificativa da solicitação deverá ter como base os critérios indicados no Art. 3º deste Regimento Interno.

§3º. O ingresso de novas entidades, órgãos públicos ou movimentos sociais será deliberado em reunião ordinária do FME.

Art. 8º. Poderão participar das reuniões do FME convidados especiais com direito a voz, a critério do Pleno.

Parágrafo Único - Como observador, sem direito a voz e a voto, qualquer cidadão poderá acompanhar as reuniões do Pleno do FME.

Art. 9º. O FME receberá suporte técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) para garantir seu funcionamento.

Art. 10. O FME terá funcionamento permanente e reunir-se-á, ordinariamente, a cada seis meses, preferencialmente em fevereiro e agosto, ou extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação de sua coordenação, ou, ainda, por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 11. A Conferência Municipal de Educação estará administrativamente vinculada à Coordenação do FME, recebendo suporte técnico, administrativo e financeiro da SMEC.

Art. 12. As deliberações do FME buscarão a definição consensual dos temas apreciados.

§ 1º Quando não houver consenso, as decisões serão encaminhadas

ao debate e à votação, sendo aprovadas por maioria simples dos votos.

§ 2º As discordâncias serão registradas em ata, por meio de declaração de voto, quando solicitada.

§ 3º Mediante requerimento fundamentado, qualquer membro do FME poderá solicitar ao plenário um prazo de até 30 (trinta) dias para proceder e apresentar os resultados de consulta suplementar às entidades de que são representantes para subsidiar suas decisões.

Art. 13. São direitos e deveres dos membros do FME:

- I – participar com direito a voz e a voto das reuniões do Fórum e deliberar sobre quaisquer assuntos constantes da pauta;
- II – cumprir e zelar pelo cumprimento dos objetivos e atribuições do FME;
- III – sugerir e debater os conteúdos da agenda das reuniões do FME, mediante o envio à coordenação, de quaisquer assuntos relacionados aos seus objetivos;
- IV – deliberar sobre a aprovação ou alteração deste Regimento Interno.

Parágrafo Único - O representante ad hoc terá direito a voz e voto.

Art. 14. A função de membro do FME é de relevante interesse público e seu exercício deve ter prioridade sobre o de outra função pública, ou mesmo de vinculação a entidades de ensino privado.

Art. 15. As despesas relacionadas à participação dos membros nas atividades do FME correrão por conta das respectivas entidades representadas.

Parágrafo Único – Os representantes do FME que não possuem orçamento próprio, serão deliberados pelo Pleno.

Art. 16. Cabe à Coordenação do FME:

- I – convocar as reuniões ordinárias do FME, expedindo sua convocação com a respectiva pauta e documentos a ela correspondentes para os membros titulares e suplentes, com antecedência mínima de dez dias;
- II – convocar as reuniões extraordinárias do FME, expedindo sua convocação para os membros titulares e suplentes, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, em caso de urgência;
- III – coordenar as reuniões do FME;
- IV – elaborar a pauta das reuniões do FME, fazendo constar as sugestões encaminhadas pelos seus membros;
- V – submeter à aprovação do FME, as atas das reuniões;
- VI – comunicar, mediante ofício, as entidades titulares e suplentes que compõem o FME, o não comparecimento de seus representantes às reuniões, quando não houver justificativa da referida ausência;
- VII – Representar o Fórum Municipal de Educação (FME) no Fórum Estadual de Educação (FEE) e no Fórum Nacional de Educação (FNE).

Art. 17. A Plenária é a instância máxima deliberativa do FME.

Art. 18. Em sua estrutura, o FME terá Comissões Permanentes, Grupos de Trabalho Temporários (GTT) e uma Secretaria Executiva, para dar suporte técnico administrativo ao seu funcionamento.

Art. 19. A Plenária do FME, quando necessário, poderá criar GTTs, com indicação de seus respectivos membros e as seguintes especificações:

- I – os GTTs terão sempre caráter temporário para atender necessidades específicas e estabelecerão, em sua primeira reunião, o

cronograma e a data de encerramento de suas atividades;  
II – cada GTT poderá designar uma coordenação e uma relatoria.

Parágrafo Único - Cabe à coordenação do GTT providenciar o encaminhamento das atividades e, à relatoria, a elaboração de documentos e/ou pareceres emitidos pelos grupos de trabalho, para apreciação em Plenária.

Art. 20. São Comissões Permanentes do FME: a Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização (CEMS) e a Comissão Especial de Mobilização e Divulgação (CEMD), com atribuições específicas de planejar, mobilizar, implementar e sistematizar, e divulgar a Conferência – CONAEs Municipais de Educação, a serem realizadas a cada dois anos.

Parágrafo Único Poderão ser instituídas Comissões Temporárias do FME, caso haja necessidade, tendo suas atribuições e duração definidas pela Plenária.

Art. 21. São atribuições da Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização (CEMS):

- I – planejar e coordenar a realização da CONAE Municipal;
- II – coordenar o processo de elaboração e revisão do Regimento Interno das próximas Conferências Municipais de Educação;
- III – desenvolver metodologias e estratégias para a organização da CONAE Municipal e coordenar o seu processo de sistematização;
- IV – mobilizar e oferecer suporte técnico ao Fórum Municipal de Educação para que organizem suas Conferências Municipais.

Art. 22. São atribuições da Comissão Especial de Mobilização e Divulgação (CEMD):

- I – articular, disseminar orientações e mobilizar o Município na organização de suas Conferências Municipais de Educação;
- II – garantir o funcionamento das CONAEs Municipais, por meio de suporte técnico, apoio logístico e administração financeira.

Art. 23. São atribuições da Secretaria Executiva do FME:

- I – assessorar a Coordenação do FME;
- II – dar suporte técnico-administrativo ao funcionamento do FME;
- III – planejar, coordenar e orientar a execução das atividades delegadas pelo FME;
- IV – organizar os documentos e manter atualizados os arquivos do FME;
- V – acompanhar a publicação de documentos sobre o FME;
- VI – elaborar as atas e tornar públicas as deliberações do FME;
- VII – acompanhar e assessorar a coleta e o processamento de dados estratégicos, referentes às políticas públicas da educação do Município.

Art. 24. O FME, respeitada a autonomia, organizar-se-á observando as orientações e os procedimentos do Fórum Estadual de Educação (FEE/SC) e Fórum Nacional de Educação (FNE).

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. A participação no FME será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 26. O Regimento Interno do FME poderá ser alterado em reunião específica, desde que, ao tempo de sua convocação, conste como item da pauta respectiva.

Parágrafo Único - Para quaisquer modificações do Regimento Interno será necessária a maioria simples dos votos dos membros titulares ou suplentes ou ad hoc em exercício de titularidade presentes à reunião.

Art. 27. Os casos omissos deste Regimento Interno serão discutidos e deliberados pelo Pleno do FME.

Art. 28. Este Regimento Interno entrará em vigor após sua aprovação pela Plenária do FME.

Campos Novos/SC, 25 de Outubro de 2016.

### **PREGÃO 46/2016**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO DE COMPRA N° 97/2016.

PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2016.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 16 de novembro de 2016 às 16 horas Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO DE BICOS E BOMBAS INJETORAS DE MAQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, n° 323, no horário das 08h30min às 11h00min e das 13h.30mindariamente.

Campos Novos, 01 de novembro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 289/2016

DECRETO Nº 289/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no dia 28 de outubro de 2016, sexta – feira, referente ao Dia do Servidor Público.

Art. 2º - O disposto no presente Decreto não se aplica aos serviços essenciais.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### DECRETO Nº. 296/2016

DECRETO Nº. 296/2016

DISPÕEM SOBRE O GOVERNO DE TRANSIÇÃO

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo a Lei Orgânica do Município;  
CONSIDERANDO o resultado das eleições municipais do ano de 2016;  
CONSIDERANDO os procedimentos administrativos para a transição do governo municipal, resolve:

#### DECRETA

Art. 1º. O funcionamento da equipe de transição do candidato eleito para o cargo de Prefeito para o período de 2017 a 2020 será regulamentado nos termos deste decreto.

Art. 2º. A transição governamental é o processo que objetiva propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de Prefeito possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessários à continuidade dos serviços públicos e o programas em andamento.

Parágrafo único. Caberão aos secretários municipais e gestores das fundações municipais fornecer mediante protocolo do pedido, dados e informações ao governo de transição.

Art. 3º. O processo de transição governamental terá início com a publicação do presente decreto e se encerrará no ato da posse do novo Prefeito.

Art. 4º. O candidato eleito para o cargo de Prefeito indicou para equipe de transição, mediante ofício dirigido ao Chefe do Executivo, sob coordenação do prefeito eleito, os seguintes membros:

- I. Gilberto dos Passos
- II. Renato Pike
- III. José Carlos Herbst
- IV. Zenici Dreher Herbst
- V. Morgana Dirschnabel Lessak
- VI. Marina Haag
- VII. Paulo Drachinski
- VIII. Viviana Wachtel Seleme Uba
- IX. Osmar Olescovicz
- X. Karina Vieira Carvalho
- XI. Etienne Jaqueline P. de Almeida

Parágrafo único: Caso a indicação do membro da equipe recaia em servidor público municipal, os serviços prestados terão efeitos jurídicos equivalentes aos atos de exercício de função.

Art. 5º. À equipe de transição serão prestadas informações, mediante relatório, sobre:

- I – o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;
- II – as contas públicas;
- III – os programas e projetos;
- IV – assuntos que demandarão ação ou decisão da administração nos 100 (cem) primeiros dias do novo governo;
- V – projetos que aguardam implementação ou que tenham sido interrompidos;

Art. 6º. As informações referidas no artigo 5º deste decreto serão prestadas mediante relatório e solicitação escrita do coordenador de equipe de transição, a quem competirá requisitar dos órgãos e entidade da Administração Pública Municipal os dados solicitados.

Art. 7º. Os Secretários Municipais e os dirigentes dos demais órgãos municipais deverão encaminhar aos membros do governo de transição as informações requisitadas na forma do artigo 6º deste decreto, as quais serão consolidadas pela coordenação do processo de transição.

Art. 8º. O Governo Municipal, quando solicitado, colocará à disposição dos candidatos eleitos para os cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito do Município:

- I – local considerado próprio para as atividades da equipe de transição;
- II – a infraestrutura e o apoio técnico-administrativo necessários ao pleno desempenho de suas atividades no período de transição governamental.

Art. 9º. As reuniões de servidores com integrantes da equipe de transição devem ser objeto de agendamento e registro sumário em atas que indiquem os participantes, os assuntos tratados, as informações solicitadas e o cronograma de atendimento das demandas apresentadas.

Art. 10. O poder executivo municipal, por seu representante, poderá expedir normas complementares necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art. 11. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 31/10/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PUBLICAÇÃO DA ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 15/2016**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA ECHOA ENGENHARIA LTDA, REFERENTE AO PROCESSO N.º PMC 164/2016, CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 15/2016, QUE TEM POR OBJETO REGISTRO DE PREÇOS DO METRO QUADRADO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de outubro do ano de 2016, às 14h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Claudio Henrique Mathias, Sra. Cibele Neudorf Batista e Ieda Maria Dobrochinskei Alberti, nomeados pela Portaria nº 754/2016, sob a Presidência do primeiro, a fim de decidir sobre o recurso administrativo interposto tempestivamente pela empresa ECHOA ENGENHARIA S/S EPP, em face de decisão anterior da comissão de licitação, a qual na data de 21/10/2016 em reunião no edifício da prefeitura, declarou vencedora a empresa KTOP – CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA. Tal recurso versa sobre o benefício legal da lei complementar 123/06, com o protocolo de nº 6238, no dia 27/10/2016. A lei complementar 123 de dezembro de 2006, nos artigos 44 e 45, assegura como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. O edital, nos itens 7.8.2.1 a 7.8.2.4 define os documentos que deverão ser apresentados para que a empresa possa obter os benefícios constantes na lei complementar 123/06, bem como deixa claro que a não apresentação de tais documentos não acarretará na inabilitação, a empresa participará normalmente do certame, porém, mesmo sendo ME/EPP, participará da licitação sem os benefícios concedidos às ME/EPP. Tendo em vista que a empresa KTOP – CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA não atendeu as condições exigidas no item 7.8.2.2, não apresentando declaração solicitando tratamento diferenciado e afirmando estar na condição de ME/EPP, conforme modelo constante no anexo X do edital, a comissão decide acolher o recurso administrativo da empresa ECHOA ENGENHARIA S/S EPP e aceitar a contraproposta apresentada pela empresa, conforme lei complementar 123/06, nos artigos 44 e 45. A Comissão de licitação declarou a empresa ECHOA ENGENHARIA S/S EPP vencedora da licitação com o valor global de R\$ 199.800,00. A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Claudio Henrique Mathias Cibele Neudorf Batista Ieda Maria Dobrochinskei Alberti

Presidente Membro Secretário

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMAS 06/2016 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/16

HOMOLOGAÇÃO: 31/10/16

CONTRATADO: DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EP

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TAIS COMO: MESA EM "L", BALCÃO COM PRATELEIRA, ARMARIO ESTANTE, ESTAÇÃO DE TRABALHO EM "L", QUADRO DE RECADOS, POLTRONA GIRATÓRIA, CADEIRA DE APROXIMAÇÃO, TELEFONE SEM FIO, IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL E GAVETEIRO VOLANTE, DESTINADOS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 17.482,00 (dezesete mil quatrocentos e oitenta e dois reais)

DATA: 31/10/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº FMS 02/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

EDITAL CREDENCIAMENTO N.º FMS 02/2016

Objeto: Credenciamento de empresa ou entidade para prestação de serviços com pessoal na área médica, com serviços de PLANTÃO PRESENCIAL na especialidade de GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, para atuarem na Maternidade do HSCC (Hospital Santa Cruz de Canoinhas).

Valor por hora de Plantão Presencial: R\$ 85,75 (oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

Prestadores: Qualquer prestador de serviços, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não, que atenda as condições do edital.

Forma de Plantão: Presencial, tempo integral, 24 horas/dia, inclusive sábados domingos e feriados, mês fechado.

Inscrições: A partir de 1º de novembro de 2016.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro – Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 15h30min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), link – licitações, no local de informações adicionais.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2016.

Luiz Alberto Rincoski Faria Prefeito/Presidente do Fundo

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FUNR 10/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNREBOMPM DE CANOINHAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FUNR. 10/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. FUNR. 10/2016 (PRESENCIAL)

O FUNREBOM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/11/2016, às 09h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PORÇÕES CONTENDO 800 GRAMAS DE ALIMENTOS PREPARADOS/REFEIÇÕES SERVIDAS EM CUBAS TÉRMICAS DE INOX OU ALUMÍNIO A SEREM ENTREGUES NO BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CANOINHAS, DE ACORDO COM O ANEXO I DESTA EDITAL. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 17/11/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/ Presidente do Fundo

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N° FMAS 02/2016**

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 10/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º FMAS 02/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/11/2016, às 09h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À REFORMA DO CRAS REGIÃO I, LOCALIZADO NA RUA FREDERICO KOHLER Nº 1098, NO BAIRRO CAMPO DA AGUA VERDE, NO MUNICIPIO DE CANOINHAS-SC, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 18/11/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMAS 06/2016 (PRESENCIAL)

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 9/2016  
 Licitação.....: 6/2016 - PR  
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
 Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TAIS COMO: MESA EM "L", BALCÃO COM PRATELEIRA, ARMARIO ESTANTE, ESTACÃO DE TRABALHO EM "L", QUADRO DE RECADOS, POLTRONA GIRATÓRIA, CADEIRA DE APROXIMAÇÃO, TELEFONE SEM FIO, IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL E GAVETEIRO VOLANTE, DESTINADOS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Processo Administrativo: 17.482,00  
 Total dos Itens Vencedores:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1</b>	<b>- 40723 - MESA EM L - Unidade: UN</b>							
12800	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EI	DISMACENTER	1,000	0,0000	840,00000	840,00	Venceu	1 *****
17092	RICHESS MOVEIS LTDA EPP	MICANTO	1,000	0,0000	862,08000	862,08	Perdeu	2
<b>Item.....: 2</b>	<b>- 411047805 - BALCÃO COM 01 PRATELEIRA COM BASE DO BALCÃO EM AÇO. - Unidade: UN</b>							
12800	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EI	LAYOUT	1,000	0,0000	660,00000	660,00	Venceu	1 *****
17092	RICHESS MOVEIS LTDA EPP	MICANTO	1,000	0,0000	672,00000	672,00	Perdeu	2
<b>Item.....: 3</b>	<b>- 6065 - ARMARIO ESTANTE - Unidade: UN</b>							
12800	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EI	DISMACENTER	4,000	0,0000	1,710,00000	6.840,00	Venceu	1 *****
17092	RICHESS MOVEIS LTDA EPP	MICANTO	4,000	0,0000	1,714,09000	6.856,36	Perdeu	2
<b>Item.....: 4</b>	<b>- 6522 - ESTACÃO DE TRABALHO EM L - Unidade: UN</b>							
12800	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EI	LAYOUT	2,000	0,0000	1,165,00000	2.330,00	Venceu	1 *****
17092	RICHESS MOVEIS LTDA EPP	MICANTO	2,000	0,0000	1,169,28000	2.338,56	Perdeu	2
<b>Item.....: 5</b>	<b>- 44049 - QUADRO DE RECADOS - Unidade: UN</b>							
12800	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EI	DISMACENTER	1,000	0,0000	460,00000	460,00	Venceu	1 *****
17092	RICHESS MOVEIS LTDA EPP	BELA ARTE	1,000	0,0000	470,40000	470,40	Perdeu	2

Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS**  
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

<b>Processo / Ano:</b> 9/2016		<b>Processo Administrativo:</b>		<b>17.482,00</b>					
<b>Licitação.....:</b> 6/2016 - PR		<b>Modalidade.....:</b> PREGÃO PRESENCIAL							
<b>Objeto.....:</b>		AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TAIS COMO: MESA EM "L", BALÇÃO COM PRATELEIRA, ARMARIO Estante, ESTÇÃO DE TRABALHO EM "L", QUADRO DE RECADOS, POLTRONA GIRATÓRIA, CADEIRA DE APROXIMAÇÃO, TELEFONE SEM FIO, IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL E GAVETEIRO VOLANTE, DESTINADOS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação	
<b>Item.....: 6</b>	<b>- 311043090 - ARMÁRIO Estante SOB MEDIDA - Unidade: UN</b>								
12800	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EI	DISMACENTER	1,000	0,0000	482,0000	482,00	Venceu	1 *****	
17092	RICHESSE MOVEIS LTDA EPP	MICANTO	1,000	0,0000	492,8400	492,84	Perdeu	2	
<b>Item.....: 7</b>	<b>- 411047806 - POLTRONA GIRATORIA COM APOIO DE BRAÇOS - Unidade: UN</b>								
12800	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EI	CAVELETTI	5,000	0,0000	560,0000	2.800,00	Venceu	1 *****	
17092	RICHESSE MOVEIS LTDA EPP	CAROLFLEX	5,000	0,0000	564,4800	2.822,40	Perdeu	2	
<b>Item.....: 8</b>	<b>- 411046582 - CADEIRA DE APROXIMAÇÃO - Unidade: UN</b>								
12800	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EI	CAVALETTI	5,000	0,0000	334,0000	1.670,00	Venceu	1 *****	
17092	RICHESSE MOVEIS LTDA EPP	CAROLFLEX	5,000	0,0000	336,0000	1.680,00	Perdeu	2	
<b>Item.....: 9</b>	<b>- 46615 - TELEFONE SEM FIO - Unidade: UN</b>								
12800	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EI		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17092	RICHESSE MOVEIS LTDA EPP		2,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
<b>Item.....: 10</b>	<b>- 26701 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - Unidade: UN</b>								
12800	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EI		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	
17092	RICHESSE MOVEIS LTDA EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0	

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 9/2016

Licitação.....: 6/2016 - PR

Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS TAIS COMO: MESA EM "L", BALCÃO COM PRATELEIRA, ARMARIO Estante, ESTÇÃO DE TRABALHO EM "L", QUADRO DE RECADOS, POLTRONA GIRATÓRIA, CADEIRA DE APROXIMAÇÃO, TELEFONE SEM FIO, IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL E GAVETEIRO VOLANTE, DESTINADOS AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Processo Administrativo: 17.482,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 11	-	19713	-	GAVETEIRO VOLANTE EM MDF, COM 03 GAVETAS	-	Unidade: UN		
12800	DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA-EI	DISMACENTER	5,000	0,0000	280,0000	1.400,00	Venceu	1 *****
17092	RICHESS MOVEIS LTDA EPP	MICANTO	5,000	0,0000	282,1000	1.410,50	Perdeu	2

Canoinhas, Em .....

PAULO CESAR SAFANELLI - ..... Pregoeiro(a)

MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... EQUIPE DE APOIO

ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... SUPLENTE PREGOEIRO

CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE

DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... 28.754/SC

TAYNÁ MACHADO - ..... CRC/SC 037083/P-8

# Capinzal

## PREFEITURA

### PORTARIA 799/2016

PORTARIA Nº 799, DE 22 DE AGOSTO DE 2016

Readapta servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica readaptada, conforme laudo médico expedido pela junta médica oficial do município, a contar de agosto de 2016, a servidora Dalva Maria Helt Marques, matrícula nº 307785/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora deve exercer apenas atividades administrativas, até 31 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 22 de agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 22 de agosto de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 847/2016

PORTARIA Nº 847, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 2750/2016, Luana Soccol, matrícula nº 328197/04, ocupante do cargo de Diretor Administrativo da Secretaria da Saje, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2016.

Capinzal – SC, em 01 de agosto de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 907/2016

PORTARIA Nº 907, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 907/2016, Daniela Juliana Costa Girioli, matrícula nº 334707/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 25 de outubro de 2016.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

### PORTARIA 908/2016

PORTARIA Nº 908, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 14/2016 da servidora Adriana Mandeliche, matrícula nº 325953/07, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### PORTARIA 909/2016

PORTARIA Nº 909, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 405/2016, Alaor Felipe Gramazio Limongi, matrícula nº 410086/02, ocupante

do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 910/2016**

PORTARIA Nº 910, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 77/2016 de Ana Paula Chiamolera, matrícula nº 305723/07, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 911/2016**

PORTARIA Nº 911, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 308/2016, Andreia Dambros da Cruz, matrícula nº 410058/02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 912/2016**

PORTARIA Nº 912, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 200/2016,

Beatris de Lima, matrícula nº 321818/10, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 913/2016**

PORTARIA Nº 913, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 38/2016, Candido Antunes Basilio, matrícula nº 410076/02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 914/2016**

PORTARIA Nº 914, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 310/2016, Claudio Marinoski Junior, matrícula nº 410074/02, ocupante do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 915/2016**

PORTARIA Nº 915, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 201/2016, Dalva Luiza Dalcortivo, matrícula nº 322172/08, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 916/2016**

PORTARIA Nº 916, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 74/2016, Dirlena de Borba, matrícula nº 407476/04, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 917/2016**

PORTARIA Nº 917, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 27/2016 de Estefania Fenski Fraron, matrícula nº 328375/04, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 918/2016**

PORTARIA Nº 918, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 37/2016, Ezequiel da Silva, matrícula nº 407501/03, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 919/2016**

PORTARIA Nº 919, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 205/2016 de Fernanda Gonçalves da Silva, matrícula nº 410056/02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 920/2016**

PORTARIA Nº 920, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 12/2016 de Fernanda Paula de Almeida, matrícula nº 407474/03, ocupante do cargo de Odontólogo, nível 971, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 921/2016**

PORTARIA Nº 921, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 25/2016, Francisco Victor Belotto, matrícula nº 310093/04, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, nível 200, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 922/2016**

PORTARIA Nº 922, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 407/2016, Geovana Cristina Recalcatti, matrícula nº 410132/01, ocupante do cargo de Odontólogo, nível 971, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 923/2016**

PORTARIA Nº 923, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Exonerar em virtude do término do contrato nº 80/2016, Gisele da Silva, matrícula nº 322911/04, ocupante do cargo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de dezembro de 2016.

Capinzal – SC, em 23 de dezembro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 924/2016**

PORTARIA Nº 924, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, e com o art. 10, II, b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 73/2016 por estar na condição de gestante até que se encerre a Licença Maternidade, de Gitana Lise Klein, matrícula nº 410067/02, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 925/2016**

PORTARIA Nº 925, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorroga o contrato nº 76/2016 de Gracieli Rossetti Giumbelli, matrícula nº 177873/06, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 926/2016**

PORTARIA Nº 926, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 307/2016, Jacira Alves dos Santos, matrícula nº 410057/02, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 927/2016**

PORTARIA Nº 927, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 606/2016, Jose Andrade, matrícula nº 329983/06, ocupante do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 928/2016**

PORTARIA Nº 928, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 78/2016 de Liliane Lanhi, matrícula nº 330744/04, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 929/2016**

PORTARIA Nº 929, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 72/2016, Mariza Aparecida de Matos Thomé, matrícula nº 407481/04, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 930/2016**

PORTARIA Nº 930, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 316/2016, Marli Terezinha Surdi, matrícula nº 331902/07, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 931/2016**

PORTARIA Nº 931, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 79/2016, Nicole Tomazoni, matrícula nº 410065/02, ocupante do cargo de Odontólogo, nível 971, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**PORTARIA 932/2016**

PORTARIA Nº 932, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 23/2016 de Patricia Gomes da Silva, matrícula nº 332577/05, ocupante do cargo de Técnico em

Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 933/2016**

PORTARIA Nº 933, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, em virtude do término do contrato nº 410/2016, Patricia Soares Borges, matrícula nº 407470/04, ocupante do cargo de Odontólogo, nível 971, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **PORTARIA 934/2016**

PORTARIA Nº 934, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

Prorroga contrato de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178/1999, e 3149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato nº 24/2016 de Rosane Lopes Duarte, matrícula nº 332895/08, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de novembro de 2016.

Capinzal – SC, em 31 de outubro de 2016  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

### **RESOLUÇÃO CIALAR 09/2016**

RESOLUÇÃO Nº 09, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016

Contrata Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica Contratada Cleoci Salete Maria Rosa, brasileira, solteira, nascida em 04 de março de 1983, inscrita no CPF sob o nº 006.676.930-25, para exercer as funções do cargo de Servente no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social, remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR e nos termos do Edital 002/2015.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 1º de Novembro de 2016.  
VITOR JOAO FACCIN  
Prefeito de Ouro  
Presidente do CIALAR

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 180 2016

DECRETO Nº 180/2016

“Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.”

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessária contenção de despesas evidenciada pela publicação do Decreto Municipal 153/2016 e pelos alertas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina onde aponta um déficit na meta de arrecadação de R\$ -1.431.140,08 (um milhão e quatrocentos e trinta e um mil reais e oito centavos), conforme relatório 1792/2016 (TCE/SC).

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado(a) do Cargo de Diretora de Departamento de Contabilidade, lotado(a) na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, o(a) Sr(a). Marina Cavalli, brasileiro(a), solteiro(a), portador da Cédula de Identidade nº 4.559.332-9 e inscrito no CPF/MF sob nº 063.257.239-61, domiciliado na Rua Felipe Schmidt, 133, centro de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 31 de outubro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 181 2016

DECRETO Nº 181 /2016

“Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.”

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessária contenção de despesas evidenciada pela publicação do Decreto Municipal 153/2016 e pelos alertas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina onde aponta um déficit na meta de arrecadação de R\$ -1.431.140,08 (um milhão e quatrocentos e trinta e um mil reais e oito centavos), conforme relatório 1792/2016 (TCE/SC).

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado(a) do Cargo de Diretora do Departamento Municipal de Cultura, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, o(a) Sr(a). Ines Marlene Basso, brasileiro(a), casado(o), portador da Cédula de Identidade nº 440681 e inscrito no CPF/MF sob nº 220.954.709-15, domiciliado na Rua Almirante Baraso, nº 248, centro de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 31 de outubro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 182 2016

DECRETO Nº 182 /2016

“Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.”

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessária contenção de despesas evidenciada pela publicação do Decreto Municipal 153/2016 e pelos alertas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina onde aponta um déficit na meta de arrecadação de R\$ -1.431.140,08 (um milhão e quatrocentos e trinta e um mil reais e oito centavos), conforme relatório 1792/2016 (TCE/SC).

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado(a) do Cargo de Diretor de Departamento, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, o(a) Sr(a). Sedinei Chiarello Tomasi, brasileiro(a), casado(o), portador da Cédula de Identidade nº 1718953 e inscrito no CPF/MF sob nº 024.150.219-20, domiciliado na Rua Salgado Filho, S/nº, centro de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 31 de outubro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 183 2016

DECRETO Nº 183/2016

“Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências.”

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessária contenção de despesas evidenciada pela publicação do Decreto Municipal 153/2016 e pelos alertas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina onde aponta um déficit na meta de arrecadação de R\$ -1.431.140,08 (um milhão e quatrocentos e trinta e um mil reais e oito centavos), conforme relatório 1792/2016 (TCE/SC).

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado(a) do Cargo de Diretor do Departamento Municipal de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, o(a) Sr(a). Silvania Bressan, brasileiro(a), casado(o), portador da Cédula de Identidade nº 3.653.959 e inscrito no CPF/MF sob nº 043.563.479-86, domiciliado na Rua Índio Condá, S/nº, centro de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º. Exonerada do cargo em comissão, deverá a servidora retornar ao seu cargo de origem como Auxiliar de Serviços Gerais com lotação no Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 31 de outubro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 095 2016**

PORTARIA Nº 095/2016

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar”.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município, e art. 111 da Lei Complementar Municipal 001/2001, e,

Considerando que as informações obtidas pela municipalidade em 10 de outubro de 2016, conforme carta de concessão de benefício de aposentadoria e extrato de pagamento de benefício, de que o servidor Ironi Francisco Correa estaria aposentado, desde o dia 09 de março de 2016, desta forma, em cumulação ilegal de função pública, conforme §3º do art. 97 da Lei Complementar Municipal 001/2001;

Considerando que o próprio servidor, após notificação, admitiu sua aposentadoria e afirmou desconhecer a Lei Complementar Municipal 001/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e optou pela aposentadoria e exoneração do cargo;

Considerando que, para que se configure a boa-fé é necessário que se apure a existência de prejuízo aos cofres públicos e sejam eles ressarcidos;

Considerando que há indícios de dano ao erário, tendo em vista que o servidor, desde o dia 02 de julho de 2016, até seu pedido de exoneração em 17 de outubro de 2016 não prestou qualquer serviço público, em função de licença concedida, no entanto percebeu remuneração;

Considerando a necessidade de apurar os danos e a má-fé do servidor conforme artigos 97 e 111 da Lei Complementar Municipal 001/2001, de 06 de dezembro de 2001, que instituiu o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caxambu do Sul,

**RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar se houve acumulação de função pública pelo servidor público municipal Ironi Francisco Correa, com a cumulação de proventos da atividade e da inatividade, desde 09 de março de 2016, se houve má-fé por parte do servidor e, se houve dano ao patrimônio público;

Art. 2º Para apuração dos fatos desde já uma Comissão composta por 3 (três) servidores, dos quais 2 (dois) estáveis no serviço público municipal, sob a presidência, do primeiro, a saber:

I – Janio Sadi Kulba Junior – Procurador Geral do Município;

II – Junior Soares Leal – assistente administrativo;

III – Anildo José Gazoni – Auxiliar Administrativo.

Art. 3º A Comissão Especial ora nomeada, poderá contar com o tempo, os meios e a estrutura material necessária para realização de seu mister, podendo, inclusive, requisitar o auxílio de servidores, se for o caso.

Art. 4º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para conclusão dos trabalhos, cujo prazo poderá ser prorrogado por mais 30 dias, mediante justificativa.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu/SC, 31 de outubro de 2016.

ACIR LOURENÇO ROSSETTO

Prefeito Municipal

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### LEI N.º 0664 DE 26.10.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI N.º 0664 DE 26.10.2016

Dispõe sobre a proibição da concessão de Alvará e ou Licença, tráfego de veículos em Vias Públicas de competência municipal, outorga e uso de águas competência municipal e, uso e queima de gases na atmosfera de competência municipal com a finalidade de exploração e/ou exploração dos gases e óleos não convencionais (GÁS DE XISTO, SHALE GAS, TIGHT OIL E OUTROS) pelos métodos de fratura hidráulica – “FRACKING” e refraturamento hidráulico – “RE-FRACKING” e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica proibida a concessão de alvará e/ou licença de competência municipal a quaisquer pessoas, física ou jurídica, que pretendam utilizar o solo com a finalidade da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, shales, tightoil e outros) no Município de Chapadão do Lageado, pelos métodos de fraturamento hidráulico – “Fracking” e de refraturamento hidráulico – “Re-Fracking”.

§ 1º Além do método previsto no caput deste artigo, a proibição se estende às demais modalidades de exploração do solo que possam ocasionar contaminações das águas de superfície e demais acidentes ambientais ou prejudiciais à saúde.

§ 2º Além do método previsto no caput deste artigo, a proibição se estende às demais modalidade de exploração do solo que possam ocasionar contaminações das águas subterrâneas.

Art. 2º Fica proibido o tráfego de veículos automotores transportando equipamentos, produtos químicos e radioativos para a finalidade da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, shales, tightoil e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico – “Fracking” e de refraturamento hidráulico – “Re-Fracking”, nas vias de competência do Município de Chapadão do Lageado.

Art. 3º Fica proibida a outorga e uso de águas de superfície de competência municipal com a finalidade de exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, shales, tightoil e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico – “Fracking” e de refraturamento hidráulico – “Re-Fracking”, no Município de Chapadão do Lageado.

Art 4º Fica proibida a queima de gases derivados da exploração e/ou exploração de gases e óleos não convencionais (gás de xisto, shales, tightoil e outros) pelos métodos de fraturamento hidráulico – “Fracking” e de refraturamento hidráulico – “Re-Fracking”, no Município de Chapadão do Lageado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento vigente.

Art.6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 26 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Portaria 386/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 386/2016

- CONSIDERANDO, a necessidade dos préstimos dos serviços na área Administrativa;

- CONSIDERANDO, que as férias podem ser interrompidas por conveniência do serviço público;

- CONSIDERANDO, a necessidade do serviço;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o gozo das férias concedidas, através da Portaria n. 367, de 04/10/2016 e, convocar, o Servidor ANDRÉ SEBOLD, por motivo de necessidade para atender os serviços na área administrativa, devendo o período remanescente de 03 (três) dias (31/10/2016 a 02/11/2016) ser usufruído em época oportuna, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa e de interesse público.

Art. 2º Fica revogado os efeitos da Portaria nº 367/2016, de 04/10/2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC, 31 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25 E 26/2016

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016**

Número do Registro de Preços: 25/2016			Data do Registro: 04/10/2016		Válido até: 04/10/2017		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE SISTEMA DE SEGURANÇA, CÂMERAS DE MONITORAMENTO, ALARME E CENTRAL TELEFÔNICA, para atender a demanda do Centro Educacional de Ensino Professor Vemny Passig do Município de Chapadão do Lageado							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Câmera de Segurança Infrá - sensor de imagem: 1 mega pixel digital; formato de vídeo: 1280 (H) x 270 (V); padrão de vídeo: PAL/NTSC automático; Resolução: AHD-M/AHD-L/960H; Iluminação Mínima: 0 LUX (ir ligado 0,06 desligado); Número de Leds: 34 leds; Alcance infravermelho: 30 metros; Tipo de lente: 3,6 mm; Alimentação/Consumo: 12V/DC/450MA; grau de proteção: IP66. (417839)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA	(1050)	0	330,0000	1
2	Aparelho DVR para gravação 16 canais, imagem AHD, com as seguintes especificação técnicas mínimas: Entrada de Vídeo: 16 BNC; Disco Rígido: 1 HD de até 4 TB satá 2/sata3; Saídas de Vídeo: 1BNC, 1 VGA e 1 HDMI; Entradas de Áudio: 1RCA; Saída de Áudio: 1 RCA; Compressão de Vídeo: H.264; PentaPlex; Visualização, Gravação, reprodução, Back-Up e acesso remoto; Gravação: Contínuo e detecção de movimento; Acesso Remoto: Via internet Explorer, Software CMS e Smartphone; Acesso celular: Android, ios, Windows Phone, modo de canais DVR - Modo Analógico; 16 CH AHD -M; 16CH D1; (417840)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA	(1050)	0	1,450,0000	1
3	HD para gravação de 2 Terabytes (417841)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA	(1050)	0	750,0000	1
4	Conector Mola BNC para Câmeras (417842)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA	(1050)	0	5,5000	1
5	Fonte de alimentação Chaveada 20 Amp 12V (417843)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA	(1050)	0	190,0000	1
6	CONNECTOR PARA FONTE (411651)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA	(1050)	0	5,8000	1
7	CABO COAXIAL 85% MALHA (411652)	Mt	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA	(1050)	0	1,4000	1
8	Central de alarme com 18 setor acesso remoto via telefone fonte chaveada (417844)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA	(1050)	0	980,0000	1
9	Sensor Infrá Vermelho com fio com suporte articulador (417845)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA	(1050)	0	95,0000	1
10	Bateria selada 12v 7 amp (417846)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA	(1050)	0	120,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016**

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 25/2016		Data do Registro: 04/10/2016		Válido até: 04/10/2017		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE SISTEMA DE SEGURANÇA, CÂMERAS DE MONITORAMENTO, ALARME E CENTRAL TELEFONICA, para atender a demanda do Centro Educacional de Ensino Professor Vemny Passig do Município de Chapadão do Lagead		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
11	Sirene digital 1 som (417847)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA (1050)		0	36,0000	1	
12	Cabo Multicod 40x4 vias para alarme (417848)	Mt	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA (1050)		0	0,8500	1	
13	Conjunto de Rádio monocanal multiplex 10 Wats/Cristalizado/Frequencia Variavel de 170 a 250MHZ padrão Anatel com Homologação (417849)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA (1050)		0	4,500,0000	1	
14	Par de antenas 14 DB para monocanal direcional com cabo decida RGC 50 OHMS (417850)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA (1050)		0	1,150,0000	1	
15	Central PABX para até 02 linhas telefônicas e 08 ramais (417851)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA (1050)		0	1,400,0000	1	
16	Aparelho de telefone padrão com fio 15 teclas (417852)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA (1050)		0	54,0000	1	
17	Cabo CCI 40x02 para telefone (417853)	Mt	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA (1050)		0	0,8000	1	
18	Canais sistema x 20x10x2000 (417854)	Un	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA (1050)		0	6,0000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 25/2016		Data do Registro: 04/10/2016		Válido até: 04/10/2017			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE SISTEMA DE SEGURANÇA, CÂMERAS DE MONITORAMENTO, ALARME E CENTRAL TELEFÔNICA, para atender a demanda do Centro Educacional de Ensino Professor Vemny Passig do Município de Chapadão do Lagead							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Mão de Obra para instalação (417855)	Hr	ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA (1050)		0	50.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2016

Número do Registro de Preços: 25/2016		Data do Registro: 04/10/2016		Válido até: 04/10/2017			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE SISTEMA DE SEGURANÇA, CÂMERAS DE MONITORAMENTO, ALARME E CENTRAL TELEFONICA, para atender a demanda do Centro Educacional de Ensino Professor Vemry Passig do Município de Chapadão do Lagead							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016  
PROCESSO Nº 71/2016  
(1050) - ASSISTEL ASSIST EM TELECOMUNICACOES LTDA

Chapadão do Lageado, 4 de Outubro de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 26/2016		Data do Registro: 05/10/2016		Válido até: 05/10/2017		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais de limpeza para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	ALCOOL ANTOSSEPTICO GEL 70% PARA ESTERILIZAR AS MÃOS, NA FRAGRANCOA ALOE VERA, EM BALAGEM DE 5 LITROS (417751)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	55,0000	1		
3	LUVA COMPOSTA POR FIOS 100% ACRILICOS. (417755)	Pares	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	5,5000	1		
5	PÓ GRANULADO PARA DESENTUPIR PIAS, RALOS E AFINS POTE COM 300 GR (6408)	PT	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	11,0000	1		
8	RODO MÁGICO MULTIFUNCIONAL PARA LAVAR E SECAR SIMULTANEAMENTE, COM ESPONJA DE PVA SUPER ABSORVENTE, COM CABO EM ALUMÍNIO E PRÁTICO SISTEMA DE AUTO TORÇÃO. DIMENSÕES (L X A X P) 29 X 8,9 X 86 CM (410756)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	39,5000	1		
9	RODO MÁGICO MULTIFUNCIONAL, PARA LAVAR E SECAR SIMULTANEAMENTE, COM CABO EM ALUMÍNIO INTEIRISSO E PRÁTICO SISTEMA DE AUTO TORÇÃO, DIMENSÕES (L X A X P) 31,5 X 8,9 X 86 CM (413379)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	49,0000	1		

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Número do Registro de Preços: 26/2016		Data do Registro: 05/10/2016		Válido até: 05/10/2017			
<b>Objeto da Compra:</b> A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais de limpeza para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	PANO MULTUSO TIPO PEREX COMPOSTO POR 70% DE VISCOSE E 30% DE POLIESTER E NO TAMANHO 30X50CM, BOBINA COM 300 METROS JÁ PICOTADO. (417760)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	136.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2016

Número do Registro de Preços: 26/2016		Data do Registro: 05/10/2016		Válido até: 05/10/2017			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de materiais de limpeza para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e dos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2016  
PROCESSO Nº 72/2016  
(4535) - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME

Chapadão do Lageado, 5 de Outubro de 2016.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA N.º023-2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº023/2016 de 31/10/2016.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, § 3º da Lei Complementar Nº008, de 23.12.99:

**RESOLVE:**

Art. 1.º Conceder férias ao Servidor Pedro Arno Zimmermann Gesser, ocupante do cargo de Assessor Jurídico de TRINTA DIAS COM ABONO PECUNIÁRIO DE DEZ DIAS, referente ao período aquisitivo de 2015 a 2016, sendo que serão gozados os vinte dias no período de 01 a 20 de novembro de 2016.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 31 de outubro de 2016.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

**PORTARIA N.º024/2016 DE 31/10/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC

PORTARIA Nº024/2016 de 31/10/2016.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais com base no que se apresenta o Decreto N.º086, de 18.10.2016 do Poder Executivo,

- Considerando o transcurso do dia da Proclamação da República, comemorado em 15 de novembro;
- Considerando o aniversário de emancipação político-administrativa do Município, comemorado em 29 de novembro;
- Considerando a contenção de despesas da Câmara de Vereadores;

**RESOLVE:**

Art. 1.º Será facultativo o "ponto" nos dias 14 e 28 de novembro de 2016 (segunda- feira).

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 31 de outubro de 2016.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

# Chapecó

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 07 DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

Altera os Artigos 1º e 2º da Resolução nº 4, 24 de junho de 2016.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Os artigos 1º e 2º da Resolução nº 4, de 24 de junho de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o § 3º do artigo 194, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Chapecó, com a seguinte redação:

§ 3º O resultado da votação nominal das proposições referidas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X e XI do artigo 109 deste Regimento será disponibilizado no site da Câmara de Vereadores, vinculado ao cadastro de consulta pública da respectiva proposição, constituindo-se em placar de votação, de forma clara e de fácil consulta ao público externo."

Art. 2º Fica criado o § 4º do artigo 194, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Chapecó, com a seguinte redação:

§ 4º No caso referido no parágrafo anterior, o Vereador que tenha justificado o voto poderá, na sessão da respectiva votação, requerer ao Presidente que no placar seja indicada esta circunstância, que será anotada na forma sucinta: "com justificativa", apenas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 2016.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA	ADÃO VALCIR TEODORO
Presidente	Vice-Presidente

CLEBER CECCON	VALMOR JUNIOR SCOLARI
1º Secretário	2º Secretário

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

**DECRETO SAF/N. 388/16**

DECRETO SAF/Nº. 388/16, de 10 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

DIONILA FLORIANO VIEIRA, portadora do CPF nº. 827.124.419-15, Agente Comunitária de Saúde ACT, em substituição a titular em auxílio doença, a partir de 10 de outubro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de outubro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 389/16**

DECRETO SAF/Nº. 389/16, de 14 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXTINGUE

Contrato de Trabalho por Morte de MARICELI FERREIRA GOMES, nomeada pelo Decreto SAF/N. 309/10, de 06 de agosto de 2010, a partir de 05 de outubro de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 14 de outubro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 390/16**

DECRETO SAF/N. 390/16, de 25 de outubro de 2016.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE ESTUDOS E REVISÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições legais, resolve,

DECRETAR:

Art 1º. Ficam nomeados os membros da Comissão de Estudos e Revisão do Código Tributário do Município de Cocal do Sul, que tem a seguinte composição:

- a) Érica Fabro Oening ;
- b) Magali da Rosa Kaminsk Casagrande;
- c) Clélio Fachin;
- d) Fábio Salvador;
- e) Sandro Roberto Faraco;
- f) Laércio de Costa e
- g) Soênia Maria Zaccaron Bastos Pinto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 25 de outubro de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

---

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL**

---

**PREGÃO PRESENCIAL 20/2016**

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 17 de Novembro de 2016, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 20/2016, para aquisição de Tubos e Conexões DEFOFO e Conexões em Ferro Fundido, para Adutora de água tratada, conforme descrito no anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 17 de Novembro de 2016. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: [www.samaecocaldosul.sc.gov.br](http://www.samaecocaldosul.sc.gov.br). Cocal do Sul-SC, 31 de Outubro de 2016. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 121/2016 - REFORMA PRAÇA BAIRRO FLAMENGO**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 121/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO ADR – Reforma Praça Bairro Flamengo, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia SC, 31 de Outubro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 122/2016 - REFORMA PRAÇA BAIRRO SANTA RITA**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 122/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO ADR – Reforma Praça Bairro Santa Rita, no valor de R\$ 17.697,76 (Dezessete mil e seiscentos e noventa e sete reais e setenta e seis centavos).

Concórdia SC, 31 de Outubro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
Secretário Municipal de Finanças

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 581/2016

DECRETO Nº 581/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. THAISE FIDELIS , ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 27 de outubro de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento

**Correia Pinto****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 06/2015 - FHMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO HOSPITALR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 06/2015  
EXTRATO DE CONTRATO - DOM

Objeto: EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA MÉDICO PLANTONISTA DO SERVIÇO DE EMERGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO - PROCESSO Nº 06/2015.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MED SERRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - EPP  
CNPJ: 22.600.319/0001-86  
Médico: Luciano Fiorese  
CPF: 037.928.399-97  
Instrumento: Contrato nº 575/2016

Vigência: 31/10/2016 à 31/12/2016  
Correia Pinto/SC 01 de novembro de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 24/2016 - PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 24/2016  
EXTRATO DE CONTRATO - DOM

Instrumento: Contrato nº 573/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO COM DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO ACOPLADO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 804887/2014, PROCESSO Nº 1019163-14/2014, ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA  
CNPJ: 02.952.689/0001-80

Processo Licitatório nº 24/2016 – Pregão Presencial

Item	Descrição do Item	Unid	Qtde	Preço Unit R\$	Preço Total R\$
1	Caminhão traçado, com distribuidor de calcário acoplado. OBS.: Especificações constantes no anexo do edital do Pregão 24/2016	UN	01	374.000,00	374.000,00
					374.000,00

Valor total: R\$ 374.000,00

Vigência: 31/10/2016 a 31/12/2016

Correia Pinto/SC 01 de novembro de 2016.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 25/2016 - PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 25/2016  
EXTRATO DE CONTRATO - DOM

Instrumento: Contrato nº 0574/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A

QUENTE (CBUQ) E EMULSÃO RR1C PARA USO NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP.  
CNPJ: 06.099.082/0001-50

Processo Licitatório nº 25/2016

Valor total: 100.000,00

Vigência: 31/10/2016 à 31/12/2016

Correia Pinto/SC 01 de novembro de 2016.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

# Corupá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 3984/16

PORTARIA Nº 3984/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. SIMONI SIQUEIRA GALLO GESSNER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, em virtude do cumprimento da Súmula 244 do TST, relacionada à estabilidade da gestante,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Professor ACT, a SRA. SIMONI SIQUEIRA GALLO GESSNER, na Escola Municipal José Pasqualini, estipulado na Portaria nº 3812/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
25 de outubro de 2016.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### PORTARIA Nº 3985/16

PORTARIA Nº 3985/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, À SRA. VALDENICE ALVES GONÇALVES.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. VALDENICE ALVES GONÇALVES, a partir de 20 de setembro de 2016, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no Centro de Educação Infantil Dona Nina, em virtude de substituição da funcionária efetiva Regina Dantas Izidro da Costa, que está em licença para cuidar da filha, em tratamento de saúde, com base no art. 95 da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, ficando lotada na Secretaria

Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de setembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
26 de outubro de 2016.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### PORTARIA Nº 3986/16

PORTARIA Nº 3986/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. VANUCCI BERNARD DEUCHER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, em virtude de substituição da professora Jaqueline Pscheidt, que está em cargo comissionado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Professor ACT de História, ao SR. VANUCCI BERNARD DEUCHER, na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, estipulado na Portaria nº 3810/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
25 de outubro de 2016.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3987/16**

PORTARIA Nº 3987/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. VIVIANE DOS SANTOS NASCIMENTO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, em virtude de substituição da professora Josiane Nunes da Silva, que está em licença-saúde,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Professor ACT de Artes, a SRA. VIVIANE DOS SANTOS NASCIMENTO, na Escola Municipal Aluísio Carvalho de Oliveira, estipulado na Portaria nº 3813/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
25 de outubro de 2016.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3988/16**

PORTARIA Nº 3988/16

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SETOR ACT, À SRA. CAMILA KUSINSKI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da SRA. CAMILA KUSINSKI, a partir de 20 de setembro de 2016, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Setor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no Centro de Educação Infantil Dona Nina, em virtude de substituição da funcionária efetiva Andreia Blunk, que pediu demissão, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 20 de setembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
26 de outubro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 3989/16**

PORTARIA Nº 3989/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. NILENA JACKLIN DOS SANTOS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, em virtude de existir demanda temporária,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Professor ACT Volante, a SRA. NILENA JACKLIN DOS SANTOS, na Escola Municipal José Pasqualini e Centros de Educação Infantil, estipulado na Portaria nº 3821/16, para a data de 13 de dezembro de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
25 de outubro de 2016.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2016

O Fundo Municipal de Cultura de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço GLOBAL, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E LOCAÇÃO DE MATERIAIS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA O EVENTO DO NATAL, QUE ACONTECERÁ ENTRE OS DIAS 14/12/2016 A 21/12/2016, NO PARQUE CENTENÁRIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 18/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 18/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 31 de Outubro de 2016.

Amaury Silva

Presidente do Fundo

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 197/2016

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 197/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 16/11/2016, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 17/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 31 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 97/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS</b>  CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 190/2016 - PR</b>
	Processo Administrativo: 190/2016 Processo de Licitação: 190/2016 Data do Processo: 17/10/2016

Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa para prestação de serviços bancários para a prefeitura de Curitiba, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e Termo de Referência anexo

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 97/2016 (Sequência: 1)**

Ao(s) 28 de Outubro de 2016, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Decreto nº 07/2015, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 190/2016, Licitação nº. 190/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

NÃO HOUVE EMPRESA INTERESSADA NO CERTAME, SENDO ASSIM CONSIDERADA DESERTA. O PROCESSO SERÁ ANALISADO PELO SETOR COMPETENTE, PARA NOVA PUBLICAÇÃO.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 28 de Outubro de 2016

**COMISSÃO:**

DIEGO SEBEM WORDELL

- ..... - Pregoeiro(a)

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 213/2016

	PORTARIA Nº 213/2016
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias a Servidora Municipal LIDIANE STAUDT, ocupante do Cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, na data de 01/11/2016, a concessão é referente o período interrompido conforme a Portaria nº 055 de 25 de Janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Novembro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Forquilha

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMS 32/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 32/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 43/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestar serviços de adaptação e reforma geral de 380,43 m² do Pronto Atendimento Central, na Rua Professor Arlindo Junkes, Centro, Município de Forquilha/SC, conforme Ofício GP nº. 467/2015 dirigidos ao Governo de Santa Catarina, conforme convênio nº. 2016TR000657, proposta 15839, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 30 (trinta) dias dias no prazo de execução do contrato 43/FMS/2016 de 29/09/2016 para 29/10/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 27/01/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 28 de setembro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 64/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 64/2016

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 203/2014  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para construção da Praça do Loteamento Atlanta, com área total de 1.948,64 m², localizada na Rua Pedro Mezzari, Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC, conforme Contrato nº. 796123/2013, Processo 1011816-04/2013 firmado junto ao Ministério do Esporte, referente à Esporte e Grandes Eventos Esportivos.

DO PRAZO – Fica acrescido 90 (noventa) dias no prazo de execução do contrato 203/PMF/2014 de 14/08/2016 para 12/11/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 10/02/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 11 de agosto de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 84/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 84/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 88/2016  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

DO OBJETO – Construção de duas academias populares com parques infantis, nos bairros Santa Isabel e Vila Lourdes do Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DO PRAZO – Fica acrescido 30 (trinta) dias dias no prazo de execução do contrato 88/PMF/2016 de 28/09/2016 para 28/10/2016 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 26/01/2017.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 28 de setembro de 2016.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### OF. SEAF 23/2016 - 24/2016 - 25/2016

OF. SEAF 23/2016

#### NOTIFICAÇÃO

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste, NOTIFICAR que vossa senhoria, encontra-se inadimplente com o Fundo Municipal de Assistência dos Servidores de Forquilha, no valor de R\$ 1054,46 (um mil cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) relativos a despesas realizadas com o Plano de Saúde Unimed.

Conforme art. 23 § 3º e 4º do Decreto nº 63, de 17 de Julho de 2009, os servidores em débito com o Fundo de Assistência dos Servidores, com sua fonte salarial cessada pelo Município de Forquilha, deverão declarar expressamente todos os serviços de saúde por ele utilizados e ainda não quitados, bem como firmar termo de compromisso para pagamento nos mesmos prazos como se fossem retidos em folha.

Ressaltamos que o não pagamento dos débitos implicará com que o nome do servidor seja inscrito em Dívida Ativa.

Desta forma, pedimos que vossa senhoria procure a servidora Andressa Westrup Wernke, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência dos Servidores de Forquilha, para regularizar a situação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento deste.

Nada mais havendo a tratar, nos colocamos a disposição e subscrevemo-nos com estima e apreço.

Atenciosamente,

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

À  
ANTONIO JOSÉ NATALINO

OF. SEAF 24 /2016

NOTIFICAÇÃO

Cumprimentando-a cordialmente, vimos por meio deste, NOTIFICAR que vossa senhoria, encontra-se inadimplente com o Fundo Municipal de Assistência dos Servidores de Forquilha, no valor de R\$ 796,15 (setecentos e noventa e seis reais e quinze centavos) relativos a despesas realizadas com o Plano de Saúde Unimed.

Conforme art. 23 § 3º e 4º do Decreto nº 63, de 17 de Julho de 2009, os servidores em débito com o Fundo de Assistência dos Servidores, com sua fonte salarial cessada pelo Município de Forquilha, deverão declarar expressamente todos os serviços de saúde por ele utilizados e ainda não quitados, bem como firmar termo de compromisso para pagamento nos mesmos prazos como se fossem retidos em folha.

Ressaltamos que o não pagamento dos débitos implicará com que o nome do servidor seja inscrito em Dívida Ativa.

Desta forma, pedimos que vossa senhoria procure a servidora Andressa Westrup Wernke, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência dos Servidores de Forquilha, para regularizar a situação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento deste.

Nada mais havendo a tratar, nos colocamos a disposição e subscrevemo-nos com estima e apreço.

Atenciosamente,

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

À  
ROSA MARIA CRISPIM DA CUNHA  
Rua Gerônimo Cardoso Duarte, 150 Bairro Vila Floresta II  
Criciúma/SC CEP: 888170-55

OF. SEAF 25 /2016

#### NOTIFICAÇÃO

Cumprimentando-a cordialmente, vimos por meio deste, NOTIFICAR que vossa senhoria, encontra-se inadimplente com o Fundo Municipal de Assistência dos Servidores de Forquilha, no valor de R\$ 177,54 (cento e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) relativos a despesas realizadas com o Plano de Saúde Unimed.

Conforme art. 23 § 3º e 4º do Decreto nº 63, de 17 de Julho de 2009, os servidores em débito com o Fundo de Assistência dos Servidores, com sua fonte salarial cessada pelo Município de Forquilha, deverão declarar expressamente todos os serviços de saúde por ele utilizados e ainda não quitados, bem como firmar termo de compromisso para pagamento nos mesmos prazos como se fossem retidos em folha.

Ressaltamos que o não pagamento dos débitos implicará com que o nome do servidor seja inscrito em Dívida Ativa.

Desta forma, pedimos que vossa senhoria procure a servidora Andressa Westrup Wernke, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência dos Servidores de Forquilha, para regularizar a situação no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento deste.

Nada mais havendo a tratar, nos colocamos a disposição e subscrevemo-nos com estima e apreço.

Atenciosamente,

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

À  
Daniela de Oliveira Medeiros  
Rua Lucinda Frederico, 40 – Bairro Morrotes  
Tubarão/SC – Cep: 88704-781

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0029-2016 DOM AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 0029/2016 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0284/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de regularização dos níveis do canteiro da Rua José Francisco dos Santos com a SC 355 no Bairro Portal, nesta cidade de Fraiburgo, com fornecimento do material e mão de obra, e acordo com o Projeto e Memoriais Descritivo e Quantitativo (ANEXOS AO PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço GLOBAL; RECURSOS: Próprios. Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 21.11.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até às 14:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 14:15 horas do mesmo dia. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) sem ônus.

Fraiburgo(SC), 31 de outubro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito de Fraiburgo

### AVISO DE FRACASSO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0027-2016 DC

AVISO DE FRACASSO

Tomada de Preços nº 0027/2016 – PMF

Processo Administrativo Licitatório nº 0268/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Prefeito de Fraiburgo torna público que a licitação com numeração mencionada acima, cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de regularização dos níveis do canteiro da Rua José Francisco dos Santos com a SC 355 no Bairro Portal, nesta cidade de Fraiburgo, com fornecimento do material e mão de obra, e acordo com o projeto e memoriais descritivo e quantitativo (ANEXOS AO PAL) restou FRACASSADA devido a única proponente interessada ter sido inabilitada pelo descumprimento do item 2.1 do Edital.

Fraiburgo(SC), 31 de outubro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito de Fraiburgo

### DECRETO Nº 266-2016

DECRETO Nº 266, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (63)	R\$	40.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0301 (64)	R\$	60.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.182.0019.2.057 – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (138)	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010200 – Cota Parte do F.P.M	R\$	140.000,00
41721350100 – Transf. Do Salário Educação	R\$	60.000,00
TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 31 DE OUTUBRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1844/2016

PORTARIA Nº 1844, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 1294/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará substituindo por 27 horas semanais a professora FABIANA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, que encontra-se em atestado médico e posteriormente entrará em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 40 (quarenta) para 27 (vinte e sete) horas semanais, a carga horária da servidora SULAMARA IACHITZKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.081.289-17, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA, no período de 04 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 18452016**

PORTARIA Nº 1845, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1290/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará por 18 horas semanais substituindo a professora MARITANA LUCIMEIA PASQUALIN GHELLER que encontra-se em Auxílio-doença, e por 18 horas semanais substituindo a professora ALINE WEBER que encontra-se em Auxílio-doença;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SANDRA APARECIDA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 961.103.419-91, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA, com carga horária de 36 horas semanais, no período de 07 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 18462016**

PORTARIA Nº 1846, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 1274/2016, da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará por 20 horas semanais substituindo a professora AYDIR FÁTIMA BALVEDI, que encontra-se em Auxílio-doença, e estará por 20 horas semanais substituindo a professora ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA, que assumiu como professora de Apoio/Reforço;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ROSELI DOS SANTOS,

brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.338.319-22, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, no período de 05 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 18472016**

PORTARIA Nº 1847, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1289/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará por 09 horas semanais substituindo a professora ALINE WEBER que encontra-se em Auxílio-doença, e por 04 horas semanais substituindo a professora MARITANA LUCIMEIA PASQUALIN GHELLER que encontra-se em Auxílio-doença;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLEI BENTO DA COSTA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 760.949.289-20, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 18482016**

PORTARIA Nº 1850, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1288/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará por 20 horas semanais auxiliando nas atividades extraclasse, no CEM Antonio Porto Burda;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DELYRIA BENTO DE ANDRADE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.524.309-65, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 18492016**

PORTARIA Nº 1849, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna nº 1295/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará por 15 horas semanais substituindo o professor FREDERICO IDALCIR COLOMBELLI, o qual encontra-se como Assessor de Direção na EEF Bairro das Nações e por 13 horas semanais substituindo a professora FABIANA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA, que encontra-se de atestado médico e posteriormente entrará em Licença Maternidade;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 15 (quinze) para 28 (vinte e oito) horas semanais a carga horária da servidora JÉSSICA CAMPOLIM DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.225.259-22, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA, no período de 04 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 18502016**

PORTARIA Nº 1848, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1287/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará por 20 horas semanais auxiliando nas atividades extraclasse, no CEM Antonio Porto Burda;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEONEIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 029.728.539-46, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 18512016**

PORTARIA Nº 1851, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º; e em comunicação interna nº 270/2016 da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, GELSON DONIZETE DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 950.623.789-15, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Secretaria de Infraestrutura Urbana, por período indeterminado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 18522016**

PORTARIA Nº 1852, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1291/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará por 40 horas semanais substituindo a servidora MARILDA DO PILAR LENCHOFF DE JESUS, que encontra-se em Auxílio-doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELISIANE PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 096.077.189-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 18532016**

PORTARIA Nº 1853, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0013 de 08 de março de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1292/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte;

Considerando que estará por 40 horas semanais substituindo a servidora SIRLEY APARECIDA DUARTE DE OLIVEIRA, que encontra-se em Auxílio-doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALANA DE LARA REINALDO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 096.326.819-83, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de novembro de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 18542016**

PORTARIA Nº 1854, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia comissão de transição democrática de Governo no Município de Fraiburgo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e considerando o art. 3º. § 1º do Decreto nº 262 de 25 de outubro de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os seguintes membros para fazerem parte da comissão de transição democrática de Governo no Município de Fraiburgo;

I - André Luiz de Oliveira – Secretário de Finanças;

II – Elton Luiz Borrachini – Procurador Geral do Município;

III – Moises Amadeu Patricio – Controlador Interno;

Art. 2º A coordenação da comissão será realizada pelo agente público André Luiz de Oliveira;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 31 de outubro de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**RECURSOS FEDERAIS 01.11.2016**

## NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
14.10.2016	FNDE	SALÁRIO EDUCAÇÃO	182.493,74
28.10.2016	FNAS	SCFV	11.852,50
28.10.2016	FNAS	PFMC	6.500,00
27/10/2016	OPERAÇÃO DE CRÉDITO	BADESC	28.339,52

Secretaria de Finanças

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### **LEI MUNICIPAL Nº. 866/2016 "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 855/2016 QUE DENOMINA CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI MUNICIPAL Nº. 866/2016 31 DE OUTUBRO DE 2016.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 855/2016 QUE DENOMINA CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HIDEKI IWASAKI, Prefeito Municipal de Frei Rogério em Exercício, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 1º da Lei 855/2016 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica denominada de " CAPELA MORTUÁRIA NOSSA SENHORA APARECIDA" a Capela Mortuária localizada na sede do Município de Frei Rogério - SC

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 31 de outubro de 2016.

HIDEKI IWASAKI

Prefeito Municipal em Exercício

### **PRazo DE VALIDADE DAS ATAS 08; 09 E 10/2016 , COMBUSTIVEL, TROCA DE OLEO E LAVAÇÃO**

O Município de Frei Rogério-SC, neste ato representado pelo prefeito municipal em exercício, senhor HIDEKI IWASAKI, torna público aos interessados que as atas de nº 08; 09 e 10, provenientes do processo licitatório nº 16/2016, na modalidade de Pregão Presencial nº 10/2016, Registro de Preços nº 05/2016, da prefeitura municipal de Frei Rogério firmadas no dia 03/08/2016, com os seguintes fornecedores:

JOSÉ VALDERI DA SILVA 99836807934,

VAZ COMÉRCIO DE PNEUS E EIELI LTDA e

CESCA & CIA LTDA, respectivamente, encontram-se dentro de seu prazo de validade, que é até o dia 02 de agosto de 2017.

Frei Rogério, 01 de novembro de 2016

Cópias das atas em sua íntegra e ou informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal , na Rua Adolfo Soletti, nº 750, ou através do fone 49 3257 0000 ou do e-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br) e ou [licitacao@freirogerio.sc.gov.br](mailto:licitacao@freirogerio.sc.gov.br)

HIDEKI IWASAKI

Prefeito Municipal em exercício

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 182/2016

DECRETO N.º 182, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 240.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 2.014 de 31/10/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	240.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	240.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	240.000,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	240.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	240.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	240.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 183/2016

DECRETO N.º 183, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 202.250,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 2.015 de 31/10/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 202.250,00 (duzentos e dois mil e duzentos e cinquenta reais), no Orçamento vigente:

05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	20.000,00
04123122.010 - Func. E Manutenção da Secretaria da Fazenda	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	61.100,00
12306282.020 - Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	22.100,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	22.100,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	39.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	24.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	62.300,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	62.300,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	51.300,00
3.3.90.0.1.16.000000 - Aplicações Diretas	11.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	5.000,00
27812512.065 - Func. E Manut. Do Setor de Esporte	5.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	53.850,00
2884500.068 - Contribuição a GRANFOLIS, FECAM E CNM	17.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transferência A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos	17.000,00
2884500.069 - Contribuição ao PASEP	36.850,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	36.850,00

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 202.250,00 (duzentos e dois mil e duzentos e cinquenta reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	1.000,00
0412261.002 - Aquisição de Terreno p/Construção da Sede do Forum	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.000,00
0412291.005 - Aquisição de Veículos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
0206192.007 - Apoio ao Forum da Comarca de Garopaba	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	68.200,00
12361282.023 - Manutenção do EJA	35.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	24.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	10.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
12367282.025 - Manutenção da Educação Especial	6.200,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transferência A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos	2.200,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00

12364282.026 - Apoio ao Universitário	11.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
13392282.027 - Apoio a Cultura	6.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
0824400561.029 - Aquisição de Veículo	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
0824400561.030 - Construção de Unidades de Assistência Social-CRAS-CREAS	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
0824400562.032 - Projeto Juventude Cidadã	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
08.03 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.100,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	25.100,00
16482561.034 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Habitacionais	15.100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.100,00
16482562.035 - Func. E Manut. Do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	48.950,00
15451311.036 - Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas	3.850,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.850,00
15451311.037 - Construção Ref., Ampliação do Cemitério Municipal	11.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	11.000,00
17512311.039 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
17512311.040 - Construção de Banheiros Públicos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
15451311.041 - Construção do Centro Administrativo Municipal	15.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	11.000,00
4.4.90.0.1.16.000000 - Aplicações Diretas	11.000,00
15451311.043 - Recuperação do Lixão Sanitário	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26782311.044 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26453311.045 - Construção e Ref. De Abrigos e Pontos de Ônibus	1.100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.100,00
26453311.046 - Construção do Terminal Rodoviário Urbano	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26782311.047 - Empreendimentos de Infra-Estrutura	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
15451352.049 - Projeto Guarda Municipal	1.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	500,00
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	17.000,00
20606481.057 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas e Pesqueiro	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00

20606481.058 - Constr., Ref., Apar. De Empreendimentos Rurais e Pesqueiros	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
20606482.059 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agricultura e Pesca	15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	17.000,00
23695511.060 - Empreendimentos Turísticos	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
23695511.061 - Const., Reforma e Apar. Do Centro de Convenções	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
23695511.062 - Const., Reforma e Apar. De Equipamentos Esportivos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador	5.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	20.000,00
2884300.067 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	20.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 184/2016

DECRETO N.º 184, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

ANULA SALDO DE EMPENHO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação do saldo do empenho a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, abaixo relacionado:

Nº EMPENHO	CREDOR	VALOR
2131/2015	PETERSON P. R. GARCIA & CIA LTDA - ME	R\$ 1.421,10

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/11/2016, de

acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 64/2016  
PMG E FMS

Ata nº. 64/2016; Processo nº 124/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: LAVAÇÃO EDENESER LTDA ME. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada para executar os serviços de Lavagem interna e externa, lavagem de motor e lubrificação nos veículos que compõe a frota da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Data da Assinatura: 31/10/2016.

### EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 13/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 13/2013

CONTRATO Nº 13/2013; Processo nº. 22/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: RONALDO DA ROSA PIRES ME. CNPJ: 11.282.824/0001-18. Objeto: O objeto do presente termo é a rescisão amigável do contrato nº 13/2013, referente ao Pregão Presencial nº008/2013. Contrato firmado no dia 18 de fevereiro de 2013, nos autos do processo licitatório Nº22/2013, considerando a conveniência de ambas as partes em não mais manter o negócio jurídico ora referido. A rescisão amigável terá eficácia a partir do dia 01 de novembro de 2016, em conformidade com o contrato assinado pelas partes; Data da Assinatura: 24/10/2016.

### LEI Nº 2014, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 2.014, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 240.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	240.000,00
15452312.048 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	240.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	240.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	240.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	240.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	240.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2016.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 01/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### LEI Nº 2015, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 2.015, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 202.250,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 202.250,00 (duzentos e dois mil e duzentos e cinquenta reais) no Orçamento vigente:

05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	20.000,00
04123122.010 - Func. E Manutenção da Secretaria da Fazenda	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	61.100,00
12306282.020 - Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar	22.100,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	22.100,00
12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	39.000,00
3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	24.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	62.300,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	62.300,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	51.300,00
3.3.90.0.1.16.000000 - Aplicações Diretas	11.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	5.000,00
27812512.065 - Func. E Manut. Do Setor de Esporte	5.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	53.850,00
2884500.068 - Contribuição a GRANFPOLIS, FECAM E CNM	17.000,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transferência A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos	17.000,00
2884500.069 - Contribuição ao PASEP	36.850,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	36.850,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 202.250,00 (duzentos e dois mil e duzentos e cinquenta reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do

## orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO	1.000,00
0412261.002 - Aquisição de Terreno p/Construção da Sede do Forum	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.000,00
0412291.005 - Aquisição de Veículos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
0206192.007 - Apoio ao Forum da Comarca de Garopaba	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	68.200,00
12361282.023 - Manutenção do EJA	35.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas	24.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil	10.000,00
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
12367282.025 - Manutenção da Educação Especial	6.200,00
3.3.50.0.1.00.000000 - Transferência A Instituições Privadas s/Fins Lucrativos	2.200,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
12364282.026 - Apoio ao Universitário	11.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
13392282.027 - Apoio a Cultura	6.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.000,00
0824400561.029 - Aquisição de Veículo	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
0824400561.030 - Construção de Unidades de Assistência Social-CRAS-CREAS	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
0824400562.032 - Projeto Juventude Cidadã	1.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
08.03 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.100,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	25.100,00
16482561.034 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Habitacionais	15.100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.100,00
16482562.035 - Func. E Manut. Do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	10.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	48.950,00
15451311.036 - Construção e Remodelação de Praças, Passeios e Passarelas	3.850,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	3.850,00
15451311.037 - Construção Ref., Ampliação do Cemitério Municipal	11.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	11.000,00
17512311.039 - Ampliação da Rede de Saneamento Básico	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
17512311.040 - Construção de Banheiros Públicos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
15451311.041 - Construção do Centro Administrativo Municipal	15.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	15.000,00

26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	11.000,00
4.4.90.0.1.16.000000 - Aplicações Diretas	11.000,00
15451311.043 - Recuperação do Lixão Sanitário	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26782311.044 - Aquisição de Veículos e Equipamentos Rodoviários	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26453311.045 - Construção e Ref. De Abrigos e Pontos de Ônibus	1.100,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.100,00
26453311.046 - Construção do Terminal Rodoviário Urbano	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
26782311.047 - Empreendimentos de Infra-Estrutura	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
15451352.049 - Projeto Guarda Municipal	1.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	250,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	500,00
12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	17.000,00
20606481.057 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas e Pesqueiro	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
20606481.058 - Constr., Ref., Apar. De Empreendimentos Rurais e Pesqueiros	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
20606482.059 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agricultura e Pesca	15.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	17.000,00
23695511.060 - Empreendimentos Turísticos	10.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
23695511.061 - Const., Reforma e Apar. Do Centro de Convenções	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
23695511.062 - Const., Reforma e Apar. De Equipamentos Esportivos	1.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.000,00
27812512.066 - Incentivo ao Esporte Amador	5.000,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00
14.01 - ENCARGOS GERAIS	20.000,00
2884300.067 - Amortização e Encargos da Dívida Interna	20.000,00
4.6.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 01/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**LEI Nº 2016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**

LEI Nº 2.016, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Redenomina ruas na área Central do Município de Garopaba e dá outras providências.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua 30 de dezembro, localizada na área central do Município de Garopaba, existente através da Lei Municipal nº 135/69, tem seu início na Rua Benevenuto Gonçalves da Silva, sentido Oeste a Leste, e término na Rua Viúva Maria Antônia dos Santos, conforme croqui anexo.

Art. 2º - A Rua Auta Freitas Nauck, localizada na área central do Município de Garopaba, existente através da Lei Municipal nº 087/80, tem seu início na Rua João Procópio dos Santos e término na Rua Rio Grande do Sul, sentido Norte a Sul, conforme croqui anexo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 01/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**PORTARIA N.º 1000/2016.**

PORTARIA N.º 1000, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO ART. 6º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 41/2003, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, A PARTIR DE 01/11/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, à servidora MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, detentora da matrícula funcional nº 0039, portadora do CPF nº 691.261.359-49, inscrita no RG nº 3.022.651, PIS/PASEP nº 1200188868-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 1.114,99 (um mil cento e quatorze reais

e noventa e nove centavos), que será pago mensalmente pelo IPREGOBA.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, III, da Lei Municipal nº 1000/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/11/2016, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1005/2016.**

PORTARIA N.º 1005, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA A PORTARIA N.º 981, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ALTERAR o artigo 1º, da Portaria n.º 981, de 24 de outubro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo da remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Matrícula Funcional n.º 4700, referente a 2015, no período de 16/11/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 31 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI Nº 2011 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**

LEI Nº 2011 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

"Denomina Rua no Bairro Encantada, Município de Garopaba e dá outras providências".

Eu, LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garopaba, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, nos termos do art. 40, §7º da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A rua existente no bairro Encantada, a uma distância aproximada de 70,00m (setenta metros) da Rodovia SC 434 Km 09, tem seu início na Rua Zeferino Francisco Cardoso, sentido leste a oeste, possui uma extensão de 420,00m (quatrocentos e vinte metros) de comprimento, por 8,00m (oito metros) de largura, com término em terras de Joaquim Gonçalves, passa a ser denominada RUA MARCOLINA ANA CARDOSO. Conforme croqui anexo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 31 de outubro de 2016.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Lei, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta e hum dias do mês de outubro de 2016.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 01/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyne  
Diretora de Redação, Legislação e  
Processo Legislativo

**LEI Nº 2012 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**

LEI Nº 2012 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

"DENOMINA RUA NO BAIRRO CAMPO D'UNA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Eu, LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garopaba, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, nos termos do art. 40, §7º da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A existente no Bairro Campo D'Una no sentido sudeste noroeste, possui a seguinte descrição, inicia-se no ponto A de coordenadas UTM E= 730330.1056 e N= 6890130.4352, com largura de 10,00 metros, colocando-se 344,45 metros para o noroeste sobre um alinhamento com azimute 294º50'35", chega-se ao ponto B de coordenadas UTM E= 730017.5341 e N= 6890275.1496; e finalmente do ponto B, ainda com largura de 10,00 metros, deslocando-se 116,99 metros sobre um alinhamento com azimute 259º06'15" chega-se ao ponto C de coordenadas UTM E= 729911.5964 e N= 6890324.7870, com largura de 10,00 metros. As coordenadas dos pontos estão ajustadas ao DATUM SIRGAS 2000, passa a ser denominada Rua DOS BÚFALOS, Conforme croqui e Memorial Descritivo em anexo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 31 de outubro de 2016.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Lei, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta e hum dias do mês de outubro de 2016.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 01/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyne  
Diretora de redação, Legislação e  
Processo Legislativo

**LEI Nº 2013 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016**

LEI Nº 2013 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

"Denomina Rua no Bairro Campo D'una Município de Garopaba e dá outras providências".

Eu, LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garopaba, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, nos termos do art. 40, §7º da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A rua projetada existente, que se inicia no final da Rua João Manoel de Souza, Bairro Campo D'Una, possui 100,00 (cem) metros de comprimento, por 08,00 (oito) metros de largura, sentido Norte a Sul, passa a ser denominada RUA VEREADOR ANDRÉ HONÓRIO MARTINS, conforme croqui anexo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 31 de outubro de 2016.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Lei, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos trinta e hum dias do mês de outubro de 2016.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 01/11/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyne  
Diretora de Redação, Legislação e  
Processo Legislativo

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.228, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.228, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

EXONERA MAURO JOSE GUBERT DO CARGO EM COMISSÃO DE SUPERINTENDENTE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, MAURO JOSE GUBERT, inscrito no CPF sob o nº 022.036.869-44, do cargo em comissão de Superintendente do Orçamento Participativo, ref. 70, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 6.810, de 15 de fevereiro de 2016, a partir de 01º de novembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 31 de outubro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

### LEI Nº 3.739, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 3.739, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DENOMINA VIAS PÚBLICAS QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua dos Cedros a via que inicia na Rua Francisco Xavier Hostert, lado direito, distando 47 m (quarenta e sete metros) da Rua Catarina Hostert, término com praça de retorno, confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Itajaí-Açu (beco), correspondendo à Rua A do Loteamento de Interesse Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 47 m (quarenta e sete metros);

II - largura de 8,40 m (oito metros e quarenta centímetros);

III - caixa de rolamento de 6 m (seis metros); e

IV - passeio de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de cada lado.

Art. 2º Fica denominada de Rua Pau-Brasil a via que inicia na Rua Catarina Hostert, lado esquerdo, distando 77 m (setenta e sete metros) da Rua Francisco Xavier Hostert, com término na Rua Francisco Xavier Hostert, correspondendo à Rua B do Loteamento de Interesse Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 53 m (cinquenta e três metros);

II - largura de 8,40 m (oito metros quarenta centímetros);

III - caixa de rolamento de 6 m (seis metros); e

IV - passeio de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de cada lado.

Art. 3º Fica denominada de Rua Pindorama a via que inicia na Rua Catarina Hostert, lado esquerdo, distando 28 m (vinte e oito metros) da Rua Pau-Brasil, com término no lote 1058 (beco), correspondendo à Rua G do Loteamento de Interesse Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 22,20 m (vinte e dois metros vinte centímetros);

II - largura de 9 m (nove metros);

III - caixa de rolamento de 6 m (seis metros); e

IV - passeio de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) de cada lado.

Art. 4º Fica denominada de Rua Imbuia a via que inicia na Rua Ângela Maria Hostert, lado esquerdo, distando 30 m (trinta metros) da Rua Catarina Hostert, término com praça de retorno, confrontando com Área de Preservação Permanente do Rio Itajaí-Açu (beco), correspondendo à Rua H do Loteamento de Interesse Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 41,40 m (quarenta e um metros e quarenta centímetros);

II - largura de 8,40 m (oito metros e quarenta centímetros);

III - caixa de rolamento de 6 m (seis metros); e

IV - passeio de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de cada lado.

Art. 5º Fica denominada de Rua Ipê a via que inicia na Rua Helena Kaufmann, lado esquerdo, distando 48 m (quarenta e oito metros) da Rua Ângela Maria Hostert, com término na Rua das Castanheiras, correspondendo à Rua M do Loteamento de Interesse Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 51,10 m (cinquenta e um metros e dez centímetros);

II - largura de 8,40 m (oito metros e quarenta centímetros);

III - caixa de rolamento de 6 m (seis metros); e

IV - passeio de 1,20 m (um metro e vinte centímetros) de cada lado.

Art. 6º Fica denominada de Rua Cedro Rosa a via que inicia na Rua Ângela Maria Hostert, lado esquerdo, distando 57 m (cinquenta e sete metros) da Rua Imbuia, com término na Área de Preservação Permanente do Rio Itajaí-Açu (beco), correspondendo à Rua de Pedestres A do Loteamento de Interesse Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada não tem caixa de rolamento e possui:

I - extensão de 27,40 m (vinte e sete metros e quarenta centímetros);

II - largura de 3 m (três metros); e

III - passeio de 3 m (três metros).

Art. 7º Fica denominada de Rua dos Jacarandás a via que inicia na Rua Ângela Maria Hostert, lado esquerdo, distando 29 m (vinte e nove metros) da Rua Cedro Rosa, com término na Área de Preservação Permanente do Rio Itajaí-Açu (beco), correspondendo à Rua de Pedestres B do Loteamento de Interesse Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada não tem caixa de rolamento e possui:

I - extensão de 17,50 m (dezessete metros e cinquenta centímetros);

II - largura de 3 m (três metros); e

III - passeio de 3 m (três metros).

Art. 8º Fica denominada de Rua Sucupira a via que inicia na Rua Helena Kaufmann, lado esquerdo, distando 20 m (vinte metros) da Rua Ângela Maria Hostert, com término no lote 1077 (beco), correspondendo à Rua de Pedestres G do Loteamento de Interesse Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada não tem caixa de rolamento e possui:

I - extensão de 32,50 m (trinta e dois metros e cinquenta centímetros);

II - largura de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros); e

III - passeio de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros).

Art. 9º Fica denominada de Rua Carvalho a via que inicia na Rua Ângela Maria Hostert, lado direito, distando 38 m (trinta e oito metros) da Rua Helena Kaufmann, com término no lote 1084 (beco), correspondendo à Rua de Pedestres G1 do Loteamento de Interesse Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada não tem caixa de rolamento e possui:

I - extensão de 25 m (vinte e cinco metros);

II - largura de 3 m (três metros); e

III - passeio de 3 m (três metros).

Art. 10. Fica denominada de Rua Araçá a via que inicia na Rua Ângela Maria Hostert, lado direito, distando 100 m (cem metros) da Rua Helena Kaufmann, com término na Rua das Castanheiras, correspondendo à Rua de Pedestres L do Loteamento de Interesse

Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada não tem caixa de rolamento e possui:

I - extensão de 53,40 m (cinquenta e três metros e quarenta centímetros);

II - largura de 4 m (quatro metros); e

III - passeio de 4 m (quatro metros).

Art. 11. Fica denominada de Rua das Castanheiras a via que inicia na Rua Vila Nova, lado esquerdo, distando 17 m (dezessete metros) da Rua Helena Kaufmann, com término na Rua Ipê, correspondendo à Rua de Pedestres D do Loteamento de Interesse Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada não tem caixa de rolamento e possui:

I - extensão de 56,60 m (cinquenta e seis metros e sessenta centímetros);

II - largura de 4 m (quatro metros); e

III - passeio de 4 m (quatro metros).

Art. 12. Fica denominada de Rua Aroeira a via que inicia na Rua Helena Kaufmann, lado direito, distando 105 m (cento e cinco metros) da Rua Ângela Maria Hostert, com término no lote 1095-1, correspondendo à Rua de Pedestres F do Loteamento de Interesse Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada não tem caixa de rolamento e possui:

I - extensão de 34 m (trinta e quatro metros);

II - largura de 4 m (quatro metros); e

III - passeio de 4 m (quatro metros).

Art. 13. Fica denominada de Rua Bálsamo a via que inicia na Rua Helena Kaufmann, lado direito, com término no lote 160 da Rua Catarina Hostert, correspondendo à Rua de Pedestres F1 do Loteamento de Interesse Social Jardim Primavera, no Bairro Bela Vista.

Parágrafo único. A via ora denominada não tem caixa de rolamento e possui:

I - extensão de 25,09 m (vinte e cinco metros e nove centímetros);

II - largura de 4 m (quatro metros); e

III - passeio de 4 m (quatro metros).

Art. 14. Fica denominada de Rua Dona Madalena a via que inicia na Avenida Roma, lado esquerdo, distando 55 m (cinquenta e cinco metros) da Rua Florença, correspondendo à Rua D do Loteamento Itália II, no Bairro Santa Terezinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 152,20 m (cento e cinquenta e dois metros e vinte centímetros);

II - largura de 12 m (doze metros);

III - caixa de rolamento de 8 m (oito metros); e

IV - passeio de 2 m (dois metros) de cada lado.

Art. 15. Fica denominada de Rua Florença a via com início na Avenida Roma, lado esquerdo, distando 55 m (cinquenta e cinco metros) da Rua Lucca, correspondendo à Rua E do Loteamento Itália II, no Bairro Santa Terezinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 154,79 m (cento e cinquenta e quatro metros e setenta e nove centímetros);

II - largura de 12 m (doze metros);

III - caixa de rolamento de 8 m (oito metros); e

IV - passeio de 2 m (dois metros) de cada lado.

Art. 16. Fica denominada de Rua Lucca a via com início na Avenida Roma, lado esquerdo, distando 55 m (cinquenta e cinco metros) da Rua Florença, correspondendo à Rua F do Loteamento Itália II, no Bairro Santa Terezinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 476 m (quatrocentos e setenta e seis metros);

II - largura de 12 m (doze metros);

III - caixa de rolamento de 8 m (oito metros); e

IV - passeio de 2 m (dois metros) de cada lado.

Art. 17. Fica denominada de Rua Pienza a via com início na Rua Lucca, lado direito, distando 224 m (duzentos e vinte e quatro metros) da Avenida Roma, correspondendo à Rua G do Loteamento Itália II, no Bairro Santa Terezinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 26,41 m (vinte e seis metros e quarenta e um centímetros);

II - largura de 12 m (doze metros);

III - caixa de rolamento de 8 m (oito metros); e

IV - passeio de 2 m (dois metros) de cada lado.

Art. 18. Fica denominada de Rua Arezzo a via com início na Rua Lucca, lado esquerdo, distando 224 m (duzentos e vinte e quatro metros) da Avenida Roma, correspondendo à Rua H do Loteamento Itália II, no Bairro Santa Terezinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 51,45 m (cinquenta e um metros e quarenta e cinco centímetros);

II - largura de 12 m (doze metros);

III - caixa de rolamento de 8 m (oito metros); e

IV - passeio de 2 m (dois metros) de cada lado.

Art. 19. Fica denominada de Rua Leopoldo Moser a via que inicia na Rua Prefeito Leopoldo Schramm, lado direito, distando 713 m

(setecentos e treze metros) da Rua Nereu Ramos, correspondendo à Rua A do Loteamento Moser, no Bairro Coloninha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 214 m (duzentos e quatorze metros);

II - largura de 12 m (doze metros);

III - caixa de rolamento de 8 m (oito metros); e

IV - passeio de 2 m (dois metros) de cada lado.

Art. 20. Fica denominada de Rua Stanke a via que inicia na Rua Manoel Bittencourt, lado direito, distando 560 m (quinhentos e sessenta metros) da Rua 7 de Setembro, no Bairro Sete de Setembro.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 300 m (trezentos metros);

II - largura de 12 m (doze metros);

III - caixa de rolamento de 8 m (oito metros); e

IV - passeio de 2 m (dois metros) de cada lado.

Art. 21. Fica denominada de Rua da Colina a via que inicia na Rua Rodolfo Vieira Pamplona, lado direito, distando 136 m (cento e trinta e seis metros) da Rua Francisco da Silva, no Loteamento Colina, Bairro Santa Terezinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 201 m (duzentos e um metros);

II - largura de 12 m (doze metros);

III - caixa de rolamento de 8 m (oito metros); e

IV - passeio de 2 m (dois metros) de cada lado.

Art. 22. Fica denominada de Rua Fênix a via que inicia na Rua Frei Solano, lado direito, distando 118 m (cento e dezoito metros) da Rua Manoel Pedra, no Loteamento Fênix, Bairro Gasparinho.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

I - extensão de 121,20 m (cento e vinte e um metros vinte centímetros);

II - largura de 12 m (doze metros);

III - caixa de rolamento de 8 m (oito metros); e

IV - passeio de 2 m (dois metros) de cada lado.

Art. 23. Fica revogada a Lei nº 2.390, de 1º de outubro de 2003, que denominou provisoriamente a Rua Stanke.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 26 de outubro de 2016.  
Pedro Celso Zuchi  
Prefeito

**LEI Nº 3.740, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016**

LEI Nº 3.740, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A INDENIZAR LUCIANA SCHWAMMLE ZABEL POR DANOS OCASIONADOS PELO ENTE PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a indenizar, de forma consensual, Luciana Schwammle Zabel, registrada no CPF sob o nº 005.201.809-17 e no RG sob o nº 3.853.926, em razão de danos ocasionados pelo ente público municipal ao pneu e amortecedor dianteiros do lado direito de seu veículo, em virtude de buraco existente próximo ao número 111 da via pública João Silvino da Cunha.

Art. 2º O valor a ser indenizado compreende as despesas suportadas pela pessoa natural descrita no artigo 1º desta Lei, decorrentes do evento danoso, incluindo os prejuízos de natureza material, pessoal e moral, perfazendo o valor de R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais), conforme termo de acordo anexo, cuja minuta fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 26 de outubro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito

**PORTARIA Nº 5.046, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016**

PORTARIA Nº 5.046, DE 17 de outubro DE 2016.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data da Posse	Término Estágio Probatório
Altair Augustinho Theiss	10487	Zelador	16/09/2013	18/09/2016
Cleidimar de Mello	10492	Zelador	16/09/2013	18/09/2016
Adilson Salesio da Silva	10515	Zelador	07/03/2013	12/10/2016
Gilson Zucateli	10482	Zelador	06/09/2013	22/09/2016
Eladio Parenho	10493	Zelador	16/09/2013	24/09/2016

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**SAMAE - GASPAR****PORTARIA N. 95 DE 27 DE OUTUBRO DE 2016**

PORTARIA N. 95 DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL TÉCNICO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR MARCELO POFFO

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Fica exonerado a pedido, a partir do dia 31 de outubro de 2016, o servidor MARCELO POFFO, portador do CPF nº 935.479.609-59 e da CI nº. 3/R 3279.627 do cargo em comissão de Diretor Geral Técnico, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 28 de outubro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente**PORTARIA N. 96 DE 27 DE OUTUBRO DE 2016**

PORTARIA N. 96 DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SERVIÇOS EXTERNOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR CRISTIANO POLEZA.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Fica exonerado a pedido, a partir do dia 31 de outubro de 2016, o servidor CRISTIANO POLEZA, portador do CPF nº 017.453.899-54 e da CI nº. 3.566.186-0 do cargo em comissão de Chefe de Serviços Externos, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 44, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 27 de outubro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente**PORTARIA N. 97 DE 27 DE OUTUBRO DE 2016**

PORTARIA N. 97 DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

NOMEIA DIRETOR GERAL TÉCNICO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR CRISTIANO POLEZA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Fica nomeado, a partir do dia 01 de novembro 2016, o servidor CRISTIANO POLEZA, portador do CPF nº 017.453.899-54 e da CI nº. 3.566.186-0 no cargo em comissão de Diretor Geral Técnico, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 27 de outubro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA  
Diretor-Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.131, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.

LEI Nº 1.131, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$48.572,00 (Quarenta e oito mil e quinhentos e setenta e dois reais), utilizando como fonte de recursos 01.01.000 a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

#### SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	48.572,00
12.365.0003.1.005	Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	48.572,00
4.4.00.00.00	Outros Investimentos	48.572,00
(35) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	48.572,00
0.1.01.0000	Recursos Ordinários MDEB	48.572,00

#### ANULAÇÃO:

0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR
12.361.003.2012	Manutenção do Transporte Escolar	48.572,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	48.572,00
(57)3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	48.572,00
0.1.01.0000	Recursos Ordinários MDEB	48.572,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 13 de setembro de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 73/2014

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 073/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 073/2014.

Dispensa de Licitação nº 06/2014

Processo nº 95/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: JOÃO JOSÉ DOS SANTOS.

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 073/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 10/09/2016 bem como aditar em 9,62% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do INPC(-FGV) tendo como referência o Mês de AGOSTO/2016. O valor total do contrato será acrescido em 9,62% atualizando o valor global do contrato durante o período de 12(doze) meses para R\$ 4.604,04 (Quatro mil seiscentos e quatro reais e quatro centavos), restando no pagamento de parcelas mensais referentes à locação do valor de R\$ 383,67 (trezentos e oitenta e três reais e sessenta e sete centavos). O contrato original tem por objeto a Locação imóvel, situado na Rodovia BR-101, KM 180, Areias de Cima, Governador Celso Ramos, constituído de 01 galpão, medindo aproximadamente 80m², para uso da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Cidadania.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.134, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016. DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 1.134, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016.

**DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua dos Gaviões, a Travessa com início na Rua Augusto Rossini extremado a direita com a área de propriedade de Nelci e a esquerda com a área de propriedade de Nilza, localizada no bairro de Areias de Baixo, neste município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 27 de setembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.138, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.**

LEI Nº 1.138, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 143.420,56 (Cento e quarenta e três mil quatrocentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos) utilizando como fonte de recursos ordinários a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

**ANULAÇÕES:**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	12,17
4.4.00.00	Investimentos	12,17
4.4.90.00	Aplicações Diretas	12,17
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	12,17
10.301.0004.2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família/Saúde Bucal	108.408,39
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	96.096,38
3.1.90.00	Aplicações Diretas	96.096,38
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	7.312,01
3.3.90.00	Aplicações Diretas	7.312,01
4.4.00.00	Investimentos	5.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	108.408,39
10.301.0004.2024	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – PABV/NASF	13.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	13.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	13.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	13.000,00
10.304.0004.2029	Ações da Vigilância Sanitária	7.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.00.00	Investimentos	2.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	7.000,00
10.305.0004.2030	Vigilância Epidem e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	15.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.00.00	Investimentos	10.000,00

4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	15.000,00
TOTAL		143.420,56

## SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	123.420,56
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	123.420,56
3.1.90.00	Aplicações Diretas	123.420,56
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	123.420,56
10.301.0004.2022	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	20.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	20.000,00
TOTAL		143.420,56

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 26 de outubro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 1.139, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016. DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 1.139, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Josué Jair Dalmolim, a Rua Recanto das Palmeiras, 254, localizada no bairro de Areias de Cima, neste município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 26 de outubro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.140, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016. DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 1.140, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua André Teixeira, a Rua Recanto das Figueiras, nº 249, localizada no bairro de Areias de Cima, neste município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 26 de outubro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.141, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016. DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 1.141, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Roberto Carlos Fernandez, a Rua Recanto das Laranjeiras, nº 253, localizada no bairro de Areias de Cima neste município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 26 de outubro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.142, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016. DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 1.142, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Manoel Gercino do Nascimento, a Rua Recanto dos Arvoredos, nº 253, localizada no bairro de Areias de Cima, neste município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 26 de outubro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.143, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016. DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 1.143, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Delair Rodrigues Pereira, a Rua Recanto das Orquídeas, nº 252, localizada no bairro de Areias de Cima, neste município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 27 de setembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.144, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.  
DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 1.144, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua Sabina Dalmolim, a Rua Recanto das Oliveiras, nº 251, localizada no bairro de Areias de Cima, neste município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 26 de outubro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.132, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016. AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS A RECEBER EM DOAÇÃO OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 1.132, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS A RECEBER EM DOAÇÃO OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste município, de acordo com o art. 41, inciso IX da Lei Orgânica, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte lei:

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos autorizado a receber por doação, os imóveis situados no perímetro urbano desta cidade, as seguintes áreas:

I - área total de 7,78m<sup>2</sup> (sete metros quadrados e setenta e oito décimos quadrados) da matrícula nº 12.917, com 5,81m de frente para a Servidão; por 1,43 m de extensão de frente a fundos pelo lado esquerdo, e 1,55 m de extensão de frente a fundos pelo lado direito, situado à Rua Hipólito de Azevedo, Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos, Santa Catarina, CEP 88.190-000, que tem como proprietária legítima a ALDILETE JUDEZIA DOS SANTOS QUINTINO;

II - área total de 12,74 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados e setenta e quatro décimos quadrados) com 9,65 m de frente para a Servidão; por 1,43 m de extensão de frente a fundos pelo lado direito, por 1,55 m de extensão de frente a fundos pelo lado esquerdo, situado à Rua Hipólito de Azevedo, Travessa, nº 51, Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos, Santa Catarina, CEP 88.190-000, que tem como proprietários legítimos MARCELO FELISBINO MACHADO e CARINE BALDANÇA MARCELINO MACHADO;

III - área total de 1,80 m<sup>2</sup> (um metro quadrado e oitenta décimos quadrados) com 3,03 m de extensão um lado para a Servidão; por 1,43 m de extensão de outro lado, situado à Rua Hipólito de Azevedo, Travessa, Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos, Santa Catarina, CEP 88.190-000, que tem como proprietários legítimos JOSUEL JOSÉ GARCIA e CLAUDIA CILCERA GOMES;

IV - área total de 19,89 m<sup>2</sup> (dezenove metros quadrados e oitenta e nove décimos quadrados) com 14,11 m de frente para a Servidão, situado à Rua Hipólito de Azevedo, Travessa, nº 183, Canto dos Ganchos, Governador Celso Ramos, Santa Catarina, CEP 88.190-000, que tem como proprietária legítima a LUCIANA ROSALINA DE OLIVEIRA MONTEIRO.

§ 1º As áreas tratadas neste artigo serão doados sem quaisquer dívidas ou ônus reais.

§ 2º As áreas tratadas neste artigo serão integradas ao sistema viário municipal.

Art. 2º As doações de que trata esta Lei serão outorgada a título gratuito, irrevogável, irretratável e irrenunciável, sendo realizada por meio de Instrumento Particular de Doação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 13 de Setembro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.133, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.**

LEI Nº 1.133, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$48.572,00(Quarenta e oito mil e quinhentos e setenta e dois reais), utilizando como fonte de recursos 01.01.000 a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

**ANULAÇÃO:**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	48.572,00
12.365.0003.1.005	Ampliação da Rede Física de Ensino Infantil	48.572,00
4.4.00.00.00	Outros Investimentos	48.572,00
(35) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	48.572,00
0.1.01.0000	Recursos Ordinários MDEB	48.572,00

**SUPLEMENTAÇÃO:**

0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	VALOR
12.361.003.2012	Manutenção do Transporte Escolar	48.572,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	48.572,00
(57)3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	48.572,00
0.1.01.0000	Recursos Ordinários MDEB	48.572,00

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº1.131/2016 de 13.09.2016.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 27 de setembro de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 1.135, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.**

LEI Nº 1.135, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$94.360,00(Noventa e quatro mil trezentos e sessenta reais), utilizando como fonte de recursos ordinários 0.1.00.0000, anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

**SUPLEMENTAÇÃO:**

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	60.000,00
12.306.0003.2.008	Oferta de Merenda Escolar- Ensino Fundamental	30.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
(39)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
12.306.0003.2009	Oferta de Merenda Escolar- Ensino Infantil	30.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
(67)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	60.000,00
1201	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	34.360,00
15.452.0008.2.060	Melhoria e Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo	34.360,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	34.360,00
(125)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	34.360,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	34.360,00
Total		94.360,00

## ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0201	GABINETE DO PREFEITO	53.160,00
04.122.0001.2002	Func. Manutenção do Gabinete do Prefeito	52.200,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
(5)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.00.00.00	Outros Investimentos	2.200,00
(6) 4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	2.200,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	2.200,00
0202		
04.122.0001.2003	Procuradoria Geral	960,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	960,00
(8)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	960,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	960,00
0601	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	10.000,00
04.131.0002.2064	Secretaria de Comunicação	10.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
(27)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	10.000,00
0801	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.500,00
08.243.0006.2037	Manutenção do CRAS	6.500,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.500,00
(175)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	6.500,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	6.500,00
1001	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	12.400,00
27.812.0005.2.033	Apoio ao Esporte Amador	12.400,00
3.3.00.00.00	Transf a instituição Privada sem fins lucrativos	5.000,00
(142)3.3.50.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.400,00
(143)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	5.400,00
4.4.00.00.00	Outros Investimentos	2.000,00
(144)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	12.400,00
1101	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.000,00
06.181.0008.2056	Implantação e Manutenção da Guarda Municipal	1.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	1.000,00
(91)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	1.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	1.000,00
1301	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	7.000,00
28.845.0000.002	Devolução de Recursos de Convênio	7.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
(200)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	7.000,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	7.000,00
1601	SECRETARIA DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	4.300,00
23.695.0007.2.052	Manutenção da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	4.300,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.300,00
(146)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	4.300,00
0.1.00.0000	Recursos Ordinários	4.300,00
TOTAL		94.360,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 13 de outubro de 2016.  
 Juliano Duarte Campos  
 PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 1.136, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.**

LEI Nº 1.136, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2016.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular, no limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) as dotações abaixo especificadas:

15	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
15.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.2.031	ADMINISTRAÇÃO DO SAMAE	
4.4.90.00.00.00.00.0607	Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2 – Ficam suplementadas, no valor total, por conta do Art. 1º desta Lei, as dotações abaixo especificadas:

15	SAMAE DE GOV CELSO RAMOS	
15.01.17	SANEAMENTO	
17.512.0004.2.032	CAPTAÇÃO, TRATAM E DIST AGUA	
3.1.90.00.00.00.00.0607	Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 13 de outubro de 2016.

Juliano Duarte Campos  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 1.137, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016 INSTITUI O PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, NA FORMA DAS LEIS FEDERAIS 8.987/95, 9.074/95, 11.079/2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 1.137, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

INSTITUI O PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, NA FORMA DAS LEIS FEDERAIS 8.987/95, 9.074/95, 11.079/2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal, de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte lei:

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º- Fica instituído o Programa de Parcerias Público-Privadas de Governador Celso Ramos visando a promover, fomentar, coordenar, gerir, regular e fiscalizar a realização de parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município.

Parágrafo único. O Programa de Parcerias Público-Privadas de Governador Celso Ramos rege-se pelo disposto nesta lei e na legislação federal aplicável.

Art. 2º- Além do disposto na legislação federal, o Programa de Parcerias Público-Privadas de Governador Celso Ramos rege-se pela:

I – qualidade e continuidade na prestação dos serviços, obras e atividades;

II – universalização do acesso a bens e serviços essenciais;

III – estímulo à competitividade na prestação dos serviços;

IV – responsabilidade social e ambiental;

V – participação popular, mediante consulta pública;

VI – responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos.

Art. 3º- São condições para a inclusão de propostas e projetos no Programa de Parcerias Público-Privadas de que trata esta Lei:

I – efetiva demonstração do interesse público na parceria, consideradas a natureza, relevância e valor do seu objeto, bem como o caráter prioritário da respectiva execução, observadas as diretrizes governamentais;

II – estudo técnico de sua viabilidade, a partir da demonstração de metas, meios e resultados a serem alcançados, prazos de execução, estimativa de custos e amortização do capital investido, bem como a indicação dos critérios de avaliação e desempenho a serem empregados;

III – viabilidade de indicadores de resultado a serem adotados, em função de sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do parceiro privado em termos quantitativos e qualitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos;

IV – indicação da forma e prazo de amortização do capital investido pelo parceiro privado;

V – indicação da necessidade, importância e valor do serviço, obra ou atividade em relação ao objeto a ser executado;

Parágrafo único. A aprovação do projeto de parceria público-privada condiciona-se, ainda, ao seguinte:

I – elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro da parceria, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2.000;

II – demonstração da origem dos recursos para seu custeio;

III – comprovação da compatibilidade com a lei orçamentária anual, lei de diretrizes orçamentárias e plano plurianual.

**CAPÍTULO II****DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS****Seção I****Disposições gerais**

Art. 4º- Podem ser objeto de parcerias público-privadas, desde já autorizadas a tanto:

I – a implantação, ampliação, melhoramento, reforma, manutenção ou gestão de infraestrutura pública,

II – a prestação de serviço público;

III – a exploração de bem público;

IV – a construção, ampliação, manutenção, reforma, operação e gestão de bens de uso público em geral, incluídos os recebidos em delegação do Estado ou da União;

V – a execução de obra para alienação, locação ou arrendamento à Administração Pública municipal;

VI – a exploração de direitos de natureza imaterial de titularidade do Município de Governador Celso Ramos, tais como marcas, patentes, bancos de dados, métodos e técnicas de gerenciamento e gestão, resguardada a privacidade de informações sigilosas.

Art. 5º- Constituem instrumentos para a realização de parcerias público privadas:

I – a concessão de serviço público, precedida ou não de obra pública, nas categorias comum, patrocinada ou administrativa;

II – a concessão de obra pública;

III – a permissão de serviço público;

IV – outros contratos ou ajustes administrativos.

**Seção II****Dos contratos de parcerias público-privadas**

Art. 6º- Os contratos de parcerias público-privadas reger-se-ão pelo disposto nesta lei, na legislação federal aplicável, bem como pelas normas gerais do regime de concessão e permissão de serviços públicos e de licitações e contratos administrativos.

Art. 7º- Os contratos de parcerias público-privadas, com prazo de vigência não inferior a 5 (cinco) nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluídas eventuais prorrogações, deverão estabelecer, além do disposto na legislação federal, o seguinte:

I – meios e instrumentos, de comprovada eficácia e idoneidade, voltados à efetivação das diretrizes do Programa de Parcerias Público-Privadas;

II – metas e resultados a serem alcançados, cronograma de execução e prazos estimados para sua conclusão, critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir os resultados;

III – remuneração pelos bens ou serviços disponibilizados e, quando for o caso, o prazo necessário à amortização dos investimentos, observada a natureza do instituto escolhido para viabilizar a parceria;

IV – cláusulas que, a depender da modalidade escolhida, prevejam: a) a obrigação do parceiro privado de obter recursos financeiros necessários à execução do objeto e sujeitar-se aos riscos do negócio, bem como as hipóteses de exclusão de sua responsabilidade; b) possibilidade de término do contrato pelo montante financeiro retornado ao parceiro privado em função do investimento realizado;

V – mecanismo de controle social da contratação e execução da Parceria, com ampla transparência e controle das suas condições de licitação e operação;

VI – identificação dos gestores responsáveis pela execução e fiscalização da parceria.

Art. 8º- Não serão consideradas parcerias público-privadas

I – a realização de obra pública sem atribuição ao contratado do encargo de mantê-la e explorá-la pelo período mínimo de 5 (cinco) anos;

II – a terceirização de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública, que sejam objeto único de contrato;

III – a prestação isolada, que envolva conjuntos de atividades;

IV – quaisquer contratos com valor inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Art. 9º- Poderão figurar como contratantes nas parcerias público-privadas os entes públicos municipais a quem a lei, o regulamento ou o estatuto confirmam a titularidade de bens ou serviços objeto de contratação, incluindo autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 10º- A remuneração do parceiro privado, observada a natureza jurídica do instituto escolhido para viabilizar a parceria, poderá ser feita mediante a utilização isolada ou combinada dos seguintes meios:

I – tarifas cobradas dos usuários;

II – pagamento com recursos orçamentários;

III – cessão de créditos do Município e das entidades da Administração municipal, observada a legislação vigente;

IV – cessão de direitos relativos à exploração comercial de bens públicos materiais ou imateriais;

V – transferência de bens móveis ou imóveis, observada a legislação vigente;

VI – títulos da dívida pública, emitidos em conformidade com a legislação pertinente;

VII – outras receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados.

§ 1º A remuneração do parceiro privado dar-se-á a partir do momento em que o serviço, a obra ou o empreendimento contratado estiver disponível para utilização.

§ 2º Os ganhos econômicos decorrentes, dentre outros, da modernização, da expansão ou da racionalização de atividade desenvolvida pelo parceiro privado, da repactuação das condições de financiamento e da redução do ônus tributário serão compartilhados com o parceiro público.

§ 3º A remuneração do parceiro privado poderá sofrer atualização periódica com base em fórmulas paramétricas, conforme previsto no edital da licitação.

§ 4º Os contratos regidos por esta lei poderão prever o pagamento, ao parceiro privado, de remuneração variável, vinculada ao seu desempenho na execução do contrato, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade previamente definidos.

§ 5º Os contratos regidos por esta lei poderão prever a compensação de créditos do Município, referentes a tributos devidos pelo parceiro privado, desde que líquidos, certos e vencidos, na forma da legislação vigente, vedada a compensação com impostos cuja receita seja constitucionalmente vinculada.

§ 6º Para a definição de prioridade no pagamento, as despesas decorrentes dos contratos de parcerias público-privadas terão, desde que previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, tratamento idêntico ao serviço da dívida pública.

Art. 11º- Sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, os contratos de parcerias público-privadas poderão prever, na hipótese de inadimplimento da obrigação pecuniária a cargo do parceiro público, a incidência de multa de 2% (dois por cento) e juros, segundo a taxa vigente para a mora no pagamento de impostos devidos à Fazenda Municipal.

Parágrafo único. O atraso superior a 120 (cento e vinte) dias conferirá ao parceiro privado a faculdade de suspender os investimentos em curso, bem como a atividade que não seja estritamente necessária à continuidade de serviços públicos essenciais ou à utilização pública de infraestrutura existente, sem prejuízo do direito à execução das garantias contratuais ou à rescisão judicial, asseguradas as indenizações devidas.

### Seção III

#### Das obrigações do parceiro privado

Art. 12º-Constituem obrigações do parceiro privado nas parcerias público-privadas:

I – demonstrar capacidade econômica e financeira para a execução do contrato, bem como realizar todo o investimento necessário, na forma do contrato;

II – assumir compromisso de resultado definido pelo parceiro público;

III – submeter-se ao controle permanente dos resultados pelo parceiro público;

IV – submeter-se à fiscalização do parceiro público, sendo livre o acesso dos agentes públicos às instalações, informações e documentos relativos ao contrato, incluídos os registros contábeis;

V – sujeitar-se aos riscos do empreendimento, ressalvados os casos expressamente previstos no contrato.

Parágrafo único. Antes da celebração do contrato, o parceiro privado deverá constituir sociedade de propósito específico, incumbida de implementar e gerir o objeto da parceria.

### Seção IV

#### Das garantias

Art. 13º- Além do disposto na legislação federal, as obrigações contraídas pelo parceiro público, nos contratos de parcerias público-privadas, poderão ser garantidas mediante:

I – garantias reais, pessoais e fidejussórias estabelecidas pelo Município;

II – utilização de fundo específico, nos termos do artigo 17 e seguintes desta lei.

Art. 14º- Para o cumprimento das condições de pagamento originárias dos contratos de parcerias público-privadas, será admitida a vinculação de receitas, nos limites do disposto na Constituição Federal e na lei, e a utilização do Fundo Garantidor, nos termos dessa lei.

Art. 15º- Fica instituído o Fundo Garantidor das parcerias público-privadas firmadas no âmbito do Município de Governador Celso Ramos, de natureza jurídica privada e com a finalidade de prestar garantia das obrigações assumidas pelo parceiro público, nos termos desta lei e do Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas.

Parágrafo único. O Fundo Garantidor que trata o “caput” deste artigo ficará vinculado à Secretaria Municipal da área a que o contrato administrativo estiver vinculado.

Art. 16º- O patrimônio do Fundo Garantidor será constituído por aporte dos seguintes créditos, bens e direitos, na forma do que dispuser ato do Prefeito Municipal:

I – ativos de propriedade do Município, excetuados os de origem tributária;

II – bens móveis e imóveis, inclusive ações ordinárias ou preferenciais de titularidade do Município, ou das entidades da Administração indireta, representativas do capital social de empresas públicas ou sociedades de economia mista, desde que tal destinação ao Fundo não implique a perda do controle estatal;

III – títulos da dívida pública;

IV – recursos orçamentários destinados ao Fundo;

V – contribuições vinculadas aos serviços prestados;

VI – receitas de contratos de parcerias público-privadas, desde que expressamente destinadas ao Fundo;

VII – rendimentos provenientes de depósitos bancários e outras aplicações financeiras dos recursos do próprio Fundo;

VIII – doações, auxílios, contribuições, legados ou quaisquer outras receitas destinadas ao Fundo.

§ 1º Os bens, direitos e créditos transferidos ao Fundo Garantidor, quando não houver preços públicos cotados em mercados ou provenientes de demonstrações contábeis auditadas, serão, observada a legislação vigente, avaliados por empresa especializada, que deverá apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados.

§ 2º Os bens imóveis poderão ser aportados ao Fundo Garantidor, pelo valor de sua avaliação, mediante desafetação e prévia autorização legislativa, nos termos da legislação própria do Município de Governador Celso Ramos.

§ 3º Os recursos destinados ao Fundo Garantidor poderão ser destinados ao pagamento de obrigações contratadas ou garantidas, diretamente ao beneficiário da garantia ou em favor de quem financiar o projeto de parceria.

Art. 17º- O Fundo Garantidor será gerido pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

Art. 18º- As garantias do Fundo Garantidor serão prestadas nas seguintes modalidades:

I – fiança, sem benefício de ordem para o fiador;

II – penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do Fundo Garantidor, vedada transferência da posse do bem empenhado antes da execução da garantia;

III – hipoteca de bens imóveis do patrimônio do Fundo;

IV – alienação fiduciária, permanecendo a posse direta dos bens com o Fundo Garantidor ou com o agente fiduciário por ele contratado antes da execução da garantia;

V – outros contratos que produzam efeito de garantia, desde que não importem transferência da titularidade ou posse direta dos bens ao parceiro privado antes da execução da garantia;

VI – garantia real ou pessoal, vinculada a um patrimônio de afetação constituído em decorrência da separação de bens e direitos pertencentes ao Fundo Garantidor.

§ 1º O Fundo Garantidor poderá prestar garantia mediante a contratação de instrumentos disponíveis no mercado, inclusive para a complementação das modalidades previstas neste artigo.

§ 2º A quitação, pelo parceiro público, de cada parcela do débito garantido pelo Fundo Garantidor, implicará a exoneração proporcional da garantia.

§ 3º A quitação de débito pelo Fundo Garantidor importará sua sub-rogação nos direitos do parceiro privado.

**CAPÍTULO III****DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**

Art. 19º- Fica criado o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Município de Governador Celso Ramos, vinculado à Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento composto pelos seguintes membros:

I – 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito Municipal, indicado por livre decisão do Chefe do Executivo;

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;

III – 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município;

IV - Um consultor externo, com notória reputação na execução ou coordenação de projetos públicos, preferencialmente na área de engenharia, gestão pública ou correlatos.

§ 1º Cabe ao Prefeito Municipal indicar, através de Portaria, o Presidente do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas de Governador Celso Ramos, bem como seu substituto, na hipótese de ausência ou impedimento.

§ 2º Os membros integrantes do Conselho Gestor poderão se fazer substituir por pessoas por eles indicados, desde que vinculadas à respectiva pasta.

§ 3º O Conselho Gestor deliberará mediante voto da maioria de seus membros, tendo o Presidente direito ao voto de qualidade, em caso de empate.

§ 4º Os membros do Conselho Gestor serão remunerados com acréscimo a título de gratificação de 1/3 no total de seus vencimentos, se servidor da prefeitura ou o 1/2 do valor correspondente ao de Secretário de Município, se consultor externo;

Art. 20º- Compete ao Conselho Gestor:

I – definir as prioridades e supervisionar as atividades do Programa de Parcerias Público-Privadas de Governador Celso Ramos;

II – elaborar o Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas e submetê-lo à aprovação do Prefeito Municipal;

III – receber e analisar propostas preliminares de parcerias público-privadas;

IV – aprovar projetos de parceria público-privada, observadas as disposições legais aplicáveis;

V – recomendar ao Prefeito Municipal o projeto de parceria público-privada aprovado na forma do inciso anterior;

VI – solicitar e definir a forma de contratação de estudos técnicos sobre os projetos de parcerias público-privadas, após deliberação sobre proposta preliminar;

VII – aprovar os resultados dos estudos técnicos realizados na forma do inciso anterior;

VIII – aprovar a modelagem aplicável a cada projeto de parceria público-privada;

IX – autorizar a abertura de processo licitatório para a contratação de parceria público-privada, fundamentada em estudos técnicos, observado o disposto na legislação federal;

X – fiscalizar a execução de parcerias público-privadas;

XI – opinar sobre a alteração, revisão, prorrogação, renovação ou rescisão de contratos de parcerias público-privadas;

XII – estabelecer diretrizes para a prestação de garantias através do Fundo Garantidor;

XIII – deliberar sobre a alienação de bens e direitos do Fundo Garantidor, bem como se manifestar sobre a utilização dos recursos do Fundo para prestar garantias de pagamento de obrigações assumidas pelo parceiro público;

XIV – apreciar, deliberar e decidir sobre os Procedimentos de Manifestação de Interesse – PMIs e Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada – MIPs, na forma do disposto no artigo 29 e seguintes desta lei;

XV – elaborar seu Regimento Interno e submetê-lo à aprovação do Prefeito Municipal;

XVI – deliberar sobre qualquer outra matéria de interesse do Programa de Parcerias Público-Privadas de Governador Celso Ramos;

Parágrafo único. A expedição dos atos do Conselho Gestor, necessários ao exercício de sua competência, dar-se-á sob a forma de resolução.

Art. 21º- É vedado ao membro do Conselho Gestor:

I – exercer o direito de voz e voto em qualquer ato ou matéria objeto de parceria público-privada em que tiver interesse pessoal, cumprindo-lhe cientificar os demais membros do Conselho de seu impedir e fazer constar em ata a natureza e a extensão de seu interesse;

II – valer-se de informação sobre processo de parceria público-privada ainda não divulgado para obter vantagem de qualquer natureza, para si ou para outrem.

**CAPÍTULO IV****DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – PMI E DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DA INICIATIVA PRIVADA – MIP**

Art. 22º- O Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI constitui procedimento instituído por órgão ou entidade da administração municipal, por intermédio do qual poderão ser solicitados estudos, levantamentos ou investigações, pesquisas, soluções tecnológicas, dados, informações técnicas ou pareceres, com vistas à inclusão de projetos de interessados nos PPPs, de concessão patrocinada, de concessão administrativa, de concessão comum e de permissão.

Art. 23º- A Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada – MIP consiste na apresentação espontânea de propostas, estudos, levantamentos, investigações, pesquisas, soluções tecnológicas, dados, informações técnicas ou pareceres e projetos, elaborados por pessoa física ou jurídica da iniciativa privada, para utilização em modelagens de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública direta e indireta do Poder Executivo municipal.

Art. 24º- O processamento do PMI e da MIP será regulamentado através de Decreto do Poder Executivo, que deverá ser editado em prazo não superior a 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei.

Art. 25º- Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogando as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 21 de outubro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

# Grão Pará

## PREFEITURA

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA ANÉSIO VOLPATO

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Anesio Volpato ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; considerando que o fornecedor apresentou desconto e que a aquisição de que trata o Empenho adiante citado vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ANESIO VOLPATO ME  
Resto a pagar: 0556  
Ordem de pagamento: 1170, 1198.

Valor: R\$ 12.004, 67

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 31 de outubro de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA EZEQUIEL

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que Ezequiel de Souza Külkamp condicionou o fornecimento de 01 (um) impressora multifuncional para o Setor de Contabilidade da Prefeitura, ao preço de à vista, com desconto que vai ao encontro do interesse da Administração, conforme consta da Nota de Empenho nº 100/16 e da Nota Fiscal nº 000299; considerando que este fornecimento contempla o interesse público, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: EZEQUIEL DE SOUZA KÜLKAMP  
Restos a pagar: 1612, 1613, 1614, 1615, 1616, 1644, 1714, 1709, 1710, 1723, 1842, 1885, 1886, 1887, 1888, 0006, 0012, 0020, 0021, 0023, 0081, 0082, 0087, 0089, 0079, 0080, 0086, 0088,0143, 0118,0163, 0247, 0248, 0281, 0294, 0308, 0283, 0335, 0336, 0339, 0342, 0334, 0376, 0377, 0380, 0399, 0400, 0536, 0537, 0540, 0559, 0564, 0565, 0582, 0600, 0741, 0847, 0704, 0848, 0890, 0911, 0967, 1109, 1108,1124.  
Valor: R\$ 12.512,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 31 de outubro de 2016.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 161/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 161/2016 PMG

Processo Licitatório: 161/2016 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO E LIMPEZA COMPLETA PARA FROTA DE VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 05/12/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 05/12/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 31 de outubro de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 163/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 163/2016 PMG

Processo Licitatório: 163/2016 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PARA APLICAÇÃO EM ÁGUA.

Entrega dos Envelopes: 25/11/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 25/11/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 31 de outubro de 2016.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### PROCESSO SELETIVO Nº. 07/2016/SMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

PROCESSO SELETIVO - EDITAL 07/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, através da Secretaria Municipal de Saúde, fixa normas para realização do processo seletivo simplificado para provimento de cargos em caráter temporário, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, artigo 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 049/2013 e suas alterações, bem como demais disposições legais cabíveis, incluindo a Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo será regido por este edital e executado pela Comissão de Processo Seletivo instituída pela Portaria nº 574/2016 publicada em 14/10/2016 no DOM/SC edição nº. 2104.

1.2 O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas existentes e para as que ocorrerem dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, indicadas no Anexo I deste Edital, o qual contém descrição do cargo, quantidade de vagas, vencimentos, carga horária semanal e requisitos.

1.3 A descrição e as atividades típicas dos cargos estão relacionadas no Anexo II deste Edital.

1.4 Os candidatos aprovados e nomeados estarão sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Lei Complementar Municipal nº.

049/2013 e Lei Complementar Municipal nº. 16/2007.

1.5 O contratado fará jus ao Auxílio Alimentação, através de cartão magnético, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para cargos com jornada de trabalho de 20 horas semanais e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para cargos com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

1.6 O inteiro teor do Edital estará disponível no "site" [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) no "link" Concursos e Processos Seletivos, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato à obtenção desse documento.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições para o Processo Seletivo serão gratuitas e condicionadas à entrega da documentação comprobatória, conforme abaixo discriminado:

2.1.1 O período das inscrições será de 01/11/2016 a 30/11/2016 de segunda a sexta-feira das 08h às 14h, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Henrique Friedmann nº. 415, Centro, Guaramirim/SC.

2.1.2 As inscrições poderão ser realizadas das seguintes formas:

- a) Pessoalmente;
- b) Por meio de Procuração registrada em cartório com cópia dos documentos autenticados;

c) Por meio de correio eletrônico para o e-mail: [processoseletivosaude@guaramirim.sc.gov.br](mailto:processoseletivosaude@guaramirim.sc.gov.br) nos prazos e horários previstos no edital, onde os documentos (ficha de inscrição e cópia autenticadas dos documentos) deverão ser encaminhados preenchidos, assinados e digitalizados.

2.1.3 A Ficha de Inscrição poderá ser impressa através do Edital (anexo V) ou ser retirada na Secretaria Municipal de Saúde.

## 3. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 São requisitos gerais para a inscrição no Processo Seletivo os seguintes:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) Idade mínima de 18 (dezoito) anos no ato da posse do cargo.
- c) Quitação eleitoral;
- d) Quitação com o serviço militar (masculino);
- e) Possuir escolaridade exigida na forma deste Edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo.

## 4. DA DOCUMENTAÇÃO A SER ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO:

4.1 Deverão ser entregues, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

- a) Fotocópia de documento Oficial de Identificação com foto;
- b) Fotocópia do CPF;
- c) Ficha de Inscrição devidamente preenchida.

4.2 As fotocópias simples deverão ser apresentadas com os respectivos documentos originais para conferência e autenticação administrativa. Também poderão ser apresentadas cópias autenticadas em cartório.

4.2.1 Para as inscrições feitas por e-mail é obrigatório enviar as cópias autenticadas dos documentos digitalizadas.

4.3 O candidato portador de deficiência deverá apresentar, no ato da inscrição, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 10).

4.4 No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado no dia de realização da prova deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

4.5 É de total responsabilidade do candidato as informações prestadas no item 4.1

## 5. DAS PROVAS

5.1 A prova objetiva será aplicada abrangendo os objetos de avaliação constantes deste edital conforme o quadro a seguir:

QUADRO DE PROVAS	PROVAS ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
Objetiva	Português	05	Classificatória
	Legislação e saúde pública	05	Classificatória e Eliminatória
	Conhecimentos Específicos	10	Classificatória e Eliminatória

5.2 A prova objetiva será realizada no dia 10/12/2016, com início às 08h00min e terá duração de 03h00min (três horas).

5.3 Para a realização da prova, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica, de tinta azul ou preta de tubo transparente.

5.4 O local de aplicação das provas será divulgado juntamente com a Homologação das Inscrições, no site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) conforme as datas previstas nesse edital.

5.5 Os candidatos deverão apresentar obrigatoriamente documento de identificação com foto, original e comprovante de inscrição (original e/ou impresso) no local da prova.

5.5.1 Caso o candidato esteja impossibilitado de exibir, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial expedido no máximo há 30 (trinta) dias da data da prova.

5.6 Os candidatos deverão ingressar na sala de realização da prova até as 07h45min (sete horas e quarenta e cinco minutos).

5.7 Durante a realização da prova é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios, aparelhos celulares, bonés, óculos de sol e similares ou, ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo.

5.8 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala.

5.9 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita.

5.10 Será atribuída nota 0 (zero) as respostas de questões que contenha(m):

- a) emenda (s) e/ou rasura (s), ainda que legível (eis);
- b) mais de uma opção de resposta assinalada no cartão resposta;

5.11 Ao encerrar a prova o candidato deverá entregá-la ao fiscal juntamente com o cartão resposta, sob pena de eliminação do Processo

Seletivo.

5.12 O candidato somente poderá retirar-se da sala de prova após uma hora do seu início.

5.13 Os três últimos candidatos que restarem em cada sala de prova somente poderão entregar a sua prova e retirar-se do local simultaneamente.

5.14 O gabarito preliminar e os Cadernos de Provas serão disponibilizados no "site" [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) no "link" Concursos e Processos Seletivos, no dia 10/12/2016 após as 14h.

5.15 Na hipótese de anulação de questão da prova, ela será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos.

5.16 Os prazos dos recursos deste processo seletivo estão discriminados no Calendário Oficial do Processo Seletivo (anexo VI).

#### 6. DO JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1 A Prova Objetiva terá caráter eliminatório e classificatório. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez pontos) tendo peso de 0,20 as questões de português e 0,60 as questões de conhecimento específico.

6.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,0 pontos.

#### 7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

7.1 Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da nota final, em listas de classificação para cada função;

7.2 Na hipótese de igualdade de nota final terá preferência, sucessivamente, na ordem de classificação, o candidato que:

- a) Possuir idade superior a 60 (sessenta) anos (art. 27, parágrafo único do Estatuto do Idoso - Lei nº. 10.741/2003);
- b) Obter maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) Possuir maior idade.

#### 8. DOS RECURSOS

8.1 Os recursos eventualmente impetrados contra os atos administrativos oriundos do Processo Seletivo deverão ser encaminhados e protocolados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em formulário específico (anexo VI) endereçado à Comissão Organizadora no prazo previsto no cronograma (anexo IV).

8.2 O candidato que desejar interpor recurso deverá fazê-lo por uma das vias a seguir:

- a) Entregar pessoalmente ou se fazer representar por procurador legalmente constituído na Secretaria de Saúde do Município de Guaramirim situada à Rua Henrique Friedmann, n.º 415, Centro, no horário das 08h às 14h, com menção expressa que se relacionam a este Edital.
- b) Enviar o formulário devidamente preenchido e assinado (digitalizado), através de correio eletrônico para os e-mails: [processoseletivosau-de@guaramirim.sc.gov.br](mailto:processoseletivosau-de@guaramirim.sc.gov.br) nos prazos e horários previstos no edital.

#### 9. PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

9.1 A lista classificatória resultante do Processo Seletivo terá validade de até 01 (um) ano, a partir de sua homologação, devendo ser respeitada sua ordem, para todas as contratações que tenham de ser efetivadas durante sua vigência.

9.2 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser convocados para o preenchimento das vagas que vierem a surgir dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

10.2 Para atender conveniências administrativas, a Prefeitura Municipal de Guaramirim poderá alterar o seu Plano de Cargos e Salários vigente. Todos os parâmetros considerados para as presentes instruções se referem aos termos do regulamento em vigor. Qualquer alteração porventura ocorrida no atual sistema, por ocasião da admissão de candidatos, significará, por parte destes, a integral e irrestrita adesão ao novo Plano de Cargos e Salários.

10.3 O(a) candidato(a) convocado(a) para a realização de qualquer fase vinculada a este Processo Seletivo e que não a atender, no prazo estipulado pela Prefeitura Municipal de Guaramirim, será considerado(a) desistente, sendo automaticamente excluído(a) deste Processo Seletivo.

10.4 A inexistência de afirmativas e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificada posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

10.5 Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, poderá ser anulada a inscrição ou a prova do candidato, se verificada falsidade de declaração ou irregularidade na prestação da prova;

10.6 A homologação do resultado deste Processo Seletivo será efetuada por emprego ou por grupos, a critério da Prefeitura Municipal de Guaramirim;

10.7 Ao Prefeito Municipal de Guaramirim caberá a homologação do resultado final do Processo Seletivo que será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

10.8 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado no site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br).

10.9 A aprovação do candidato neste Processo Seletivo não implicará na obrigatoriedade da sua contratação, cabendo a Prefeitura Municipal de Guaramirim o direito de preencher somente o número de vagas estabelecido neste edital.

10.10 A contratação dos candidatos classificados dar-se-á conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

10.11 As chamadas dos candidatos selecionados às vagas disponíveis, serão feitas obedecendo à ordem classificatória de cada candidato.

10.12 A convocação dos candidatos se dará mediante correspondência direta enviada para o endereço informado no Requerimento de Inscrição e obedecerá, estritamente, a ordem de classificação.

Aos candidatos classificados será enviado via correio, ofício para que seja protocolado recebimento pelo candidato ou seu familiar (pai, mãe, cônjuge) contendo data e horário para comparecer no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

10.13 O candidato classificado que não se apresentar no dia e hora determinados para o preenchimento da vaga, será desclassificado.

10.14 Na admissão, o candidato deverá apresentar os documentos exigidos abaixo discriminados pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

- a) 01 foto 3x4;
- b) Atestado Médico Admissional (agendado pelo setor);
- c) Carteira de Trabalho Original;

- d) Fotocópia da Carteira de Identidade;
- e) Fotocópia do CPF;
- f) Fotocópia do Título de Eleitor;
- g) Fotocópia da Certidão de Casamento ou Nascimento;
- h) Fotocópia da Certidão de Filhos menores de 21 anos;
- i) Fotocópia de Reservista (Masculino);
- j) Fotocópia da Carteira de Habilitação (Opcional);
- k) Fotocópia Autenticada do Diploma de conclusão do curso Superior;
- l) Quitação eleitoral;
- m) Negativa de antecedentes criminais na esfera estadual e federal;
- n) Quitação do serviço militar (Masculino);
- o) Registro no órgão fiscalizador da profissão;
- p) Comprovante de quitação de anuidade junto ao órgão regulamentador da profissão;
- q) Cartão Nacional do SUS.

10.15 O candidato classificado e chamado a assumir a vaga deverá apresentar, no ato da admissão, dentre outros documentos citados acima pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaramirim, declaração que ateste que o candidato está desvinculado ou desativado de qualquer outra Estratégia Saúde da Família do qual tenha feito parte, principalmente com relação do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

10.16 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo.

10.17. As contratações serão realizadas pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo haver prorrogação nos termos do parágrafo único, do artigo 4º, da Lei Complementar nº. 49/2013.

10.18. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo.

Guaramirim (SC), 17 de outubro de 2016.

Lauro Frohlich  
Prefeito

Cheila Patrícia Rohweder  
Secretária Municipal de Saúde

#### ANEXO I

#### EMPREGO, VAGAS, SALÁRIO MENSAL, JORNADA DE TRABALHO E ESCOLARIDADE/PRÉ-REQUISITOS

Empregos de Nível Superior:

CARGO	Nº de Vagas	Salário Mensal em R\$ (reais)	Jornada Semanal de Trabalho	Escolaridade/Pré-Requisitos
MÉDICO CLÍNICO GERAL	01	5.689,99	20h	Curso Superior em Medicina e Registro no CRM/SC
MÉDICO ESF	01	13.583,22	40h	Curso Superior em Medicina e Registro no CRM/SC
PSIQUIATRA	01	3.538,22	20h	Curso superior completo na área de atuação e; Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
FONOAUDIÓLOGO	01	3.786,18	40h	Curso Superior completo na área de atuação e Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.
PSICOLOGO	01	3.613,02	40h	Curso superior completo na área de atuação e; Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Empregos de Nível Médio:

CARGO	Nº de Vagas	Salário Mensal em R\$ (reais)	Jornada Semanal de Trabalho	Escolaridade/Pré-Requisitos
TÉCNICO EM FARMÁCIA	01	2.078,13	40h	Ensino Médio Completo e Curso Profissionalizante Técnico em Farmácia (Reconhecido pelo MEC).

TÉCNICO ENFERMAGEM	01	1.736,22	40h	Ensino médio completo em Técnico em Enfermagem, e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

## ANEXO II ATRIBUIÇÕES

### MÉDICO CLÍNICO GERAL

Descrição do Cargo: Desenvolver atividades de execução especializada, abrangendo o serviço de promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva correlacionadas aos programas desenvolvidos na Secretaria Municipal de Saúde.

#### Atividades Típicas:

Realizar atividades educativas coletivas;  
Fazer análise, exame físico e seguimento dos pacientes;  
Estabelecer conduta com base na suspeita diagnóstica;  
Solicitar exames complementares;  
Determinar por escrito prescrição de drogas e cuidados especiais;  
Preencher e assinar formulários de internação, alta, cirurgia e óbito;  
Realizar tratamentos específicos de rotina, urgência e emergência e fazer anotações pertinentes no prontuário;  
Participar na execução dos programas de atendimento, ensino e pesquisa médica e da equipe multiprofissional;  
Participar de reuniões administrativas e científicas do corpo clínico;  
Participar da avaliação da qualidade da assistência médica prestada ao paciente, com os demais profissionais de saúde no programa de melhorias da assistência global;  
Cumprir normas e regulamentos da Secretaria de Saúde;  
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

### MÉDICO ESF

Descrição do Cargo: Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso; encaminhar aos serviços de maior complexidade quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento por meio de um sistema de acompanhamento e referência; solicitar exames complementares; humanização do atendimento à saúde, consultas médicas; identificar fatores de riscos, fazer visitas domiciliares e reuniões com comunidade.

#### Atividades Típicas:

Realizar atividades educativas coletivas;  
Fazer análise, exame físico e seguimento dos pacientes;  
Estabelecer conduta com base na suspeita diagnóstica;  
Solicitar exames complementares;  
Determinar por escrito prescrição de drogas e cuidados especiais;  
Preencher e assinar formulários de internação, alta, cirurgia e óbito;  
Cumprir normas e regulamentos da Saúde;  
Buscar a humanização do atendimento à saúde;  
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

### PSIQUIATRA

Descrição do Cargo: Desenvolver atividade de execução qualificada, abrangendo serviço de defesa, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, nas várias especialidades médicas, correlacionadas aos programas desenvolvidos no Departamento autônomo de Saúde Pública.

#### Atividades Típicas:

Realizar atividades educativas coletivas;  
Fazer análise, exame físico e seguimento dos pacientes;  
Estabelecer conduta com base na suspeita diagnóstica;  
Solicitar exames complementares;  
Determinar por escrito prescrição de drogas e cuidados especiais;  
Preencher e assinar formulários de internação, alta, cirurgia e óbito;  
Realizar cirurgias, anestésias e tratamentos específicos de rotina e emergência e fazer anotações pertinentes no prontuário;  
Participar na execução dos programas de atendimento, ensino e pesquisa médica e da equipe multiprofissional;  
Participar de reuniões administrativas e científicas do corpo clínico;  
Participar da avaliação da qualidade da assistência médica prestada ao paciente, com os demais profissionais de saúde no programa de melhoria da assistência global;  
Cumprir normas e regulamentos da Secretaria de Saúde;  
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

### FONOAUDIÓLOGA

#### Descrição do Cargo:

Atuar nas atividades específicas de fonoaudiologia, tratando e orientando os pacientes em relação a seus aspectos patológicos na voz, fala, audição e na linguagem oral e gráfica.

#### Atividades Típicas:

Avaliar o quadro e prescrever a terapêutica adequada ao caso;  
Prestar orientações gerais sobre a promoção a saúde a pacientes e familiares;

Participar de reuniões administrativas e científicas do corpo clínico;  
Cumprir normas e regulamentos da Secretaria de Saúde;  
Encaminhar para outras especialidades os casos que exigem maior complexidade de avaliação;  
Utilizar instrumentos e meios pertencentes a atividade para efetuar avaliação nos aspectos patológicos manifestados na voz, fala, audição, linguagem oral e gráfica.  
Efetuar tratamentos e acompanhamento as pacientes.  
Solicitar o acompanhamento por outras especialidades ao paciente durante o período de tratamento;  
Executar avaliações e terapias individuais ou coletivas conforme o caso;  
Efetuar relatórios de desenvolvimentos para as escolas e para a Secretaria de Saúde;  
Efetuar palestras educativas;  
Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade;  
Realizar atividades educativas coletivas;  
Realizar atendimento a grupos específicos visando a promoção da saúde e prevenção de agravos.

**PSICÓLOGO****Descrição do Cargo:**

Proceder ao estudo e avaliação dos mecanismos de comportamento humano, elaborando e aplicando técnicas psicológicas, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento no campo profissional e o diagnóstico e terapia clínicos, atendimento psicoterápico, avaliação psicológica através de testes específicos, entrevistas com pais para posterior orientação, orientação grupal com pais, orientação e apoio psicopedagógico aos professores, terapia com alunos e outros serviços da área.

**Atividades Típicas:**

Proceder à formulação de hipótese e à sua comprovação experimental, observando a realidade e efetivando experiências de laboratório e de outra natureza;  
Analisar a influência de fatores hereditários, ambientais e outras espécies que atuam sobre o indivíduo;  
Promover a correção de distúrbios psíquicos;  
Elaborar e aplicar testes utilizando seu conhecimento e prática dos métodos psicológicos;  
Participar na elaboração de análises ocupacionais;  
Participar do processo de recrutamento, seleção, treinamento, acompanhamento e avaliação de desempenho de pessoal e a orientação profissional;  
Atuar no campo educacional, estudando a importância da motivação no ensino, novos métodos de ensino e treinamento;  
Reunir informações a respeito do paciente, transcrevendo os dados psicopatológicos obtidos em testes e exames;  
Pode especializar-se em determinado campo da psicologia e ser designado de acordo com a sua especialização;  
Executar outras tarefas de mesma natureza e mesmo nível de dificuldade.  
Realizar atividades educativas coletivas;

**TÉCNICO EM FARMÁCIA**

**Descrição do Cargo:** Exercer atividades desenvolvidas de acordo com as boas práticas de manipulação farmacêutica, sob supervisão direta do farmacêutico.

**Atividades Típicas:**

Realizar operações farmacotécnicas;  
Conferir fórmulas, efetuar manutenção de rotina em equipamentos, utensílios de laboratório e rótulos das matérias-primas;  
Controlar estoques, fazer testes de qualidade de matérias-primas, equipamentos e ambiente;  
Documentar atividades e procedimentos da manipulação farmacêutica;  
Realizar outras atribuições compatíveis com sua área de atuação. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 07/2011)

**TÉCNICO ENFERMAGEM**

**Descrição do Cargo:** Atender as necessidades dos enfermos, atuando sob supervisão do enfermeiro ou do médico, bem como, realizar outras tarefas junto as unidades de PSF; promover a humanização do atendimento à saúde fazendo visitas domiciliares e reuniões com a comunidade.

**Atividades Típicas:**

Controlar sinais vitais dos pacientes, utilizando aparelhos de ausculta e pressão para registrar anomalias;  
Ministrar medicamentos e tratamentos, observando horários, posologia e outros dados prescritos; Fazer curativos, utilizando noções de primeiros socorros ou observando prescrições;  
Preparar pacientes para consultas médicas e exames;  
Conferir e acondicionar o material a ser esterilizado;  
Esterilizar material, instrumental, ambiente e equipamentos;  
Zelar pela assepsia, conservação e limpeza do material, instrumental, ambientes e equipamentos, destinados ao uso médico-cirúrgico;  
Armazenar e distribuir o material esterilizado;  
Recolher o material para análises clínicas;  
Transportar e entregar pedidos de materiais e resultados de exames laboratoriais, quando solicitados;  
Executar outras tarefas da mesma natureza e nível de dificuldade.

**ANEXO III****CONTEÚDO PROGRAMÁTICO****ENSINO MÉDIO E SUPERIOR – DISCIPLINAS COMUNS:**

Língua Portuguesa e Interpretação de Textos: Leitura e interpretação de textos literários e não literários – descrição, narração, dissertação, etc. Fonética: Encontros vocálicos – ditongo, tritongo, hiato. Encontros consonantais. Dígrafos.

Classificação das palavras quanto ao número

de sílabas - monossílabas, dissílabas, trissílabas, polissílabas. Divisão silábica. Sílabas tônicas. Classificação das palavras quanto ao acento tônico - oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas. Ortoépia. Prosódia. Ortografia. Acentuação Gráfica. Crase. Notações léxicas. Abreviatura, siglas e símbolos. Morfologia: Estrutura das palavras - raiz, radical, palavras primitivas e derivadas, palavras simples e compostas. Formação das palavras - derivação, composição, redução, hibridismos. Sufixos. Prefixos. Radicais. Classificação e flexão das palavras - substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, etc. Semântica: Significação das palavras - sinônimos e antônimos. Análise sintática - frase, oração e período. Termos Essenciais da Oração - sujeito, predicado. Termos integrantes e acessórios da oração - objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, agente da passiva, adjunto adnominal, adjunto adverbial, aposto, vocativo, etc. Classificação das orações: principal, coordenadas, subordinadas, reduzidas, etc. Sinais de Pontuação, emprego da vírgula, ponto-e-vírgula, dois-pontos, ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, parênteses, travessão, aspas, colchetes, asterisco, parágrafo. Sintaxe de concordância - nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Sintaxe de colocação. Modos e tempos verbais, infinitivo, gerúndio e particípio.

Legislação e Saúde Pública: 1) Planejamento e Gestão em Saúde; Saúde pública e saúde coletiva; Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Princípios, diretrizes, infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica; Funções e responsabilidades na rede de atenção à saúde; Educação em saúde; Promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde, PACTO PELA SAUDE. 2) Saúde da criança, do escolar, do adolescente, da mulher, do homem e do idoso. 3) DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. 4) Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. 5) Imunizações, imunologia e vacinas. 6) Epidemiologia. 7) Prevenção e Combate a Doenças. 8) Direitos dos usuários da saúde. 9) Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. 10) Ética Profissional. 11) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados), estatuto da criança e do adolescente, estatuto do idoso. 12) RAS

## ENSINO SUPERIOR – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### MÉDICO ESF

Conhecimentos Específicos: A implantação da unidade de saúde da família. Treinamento Introdutório. Educação Permanente. Saúde do Trabalhador. Controle da Tuberculose. Hipertensão sistêmica e Diabetes Mellitus – protocolo. Violência intrafamiliar – orientações para a prática em serviço. Dermatologia na atenção básica da saúde. Controle da hanseníase. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento infantil, nutrição, aleitamento materno e alimentação complementar. Obesidade. Controle dos cânceres de colo do útero e da mama. Prevenção clínica de doença cardiovascular, cerebrovascular e renal crônica. Hipertensão arterial sistêmica. Diabetes Mellitus. Saúde Bucal. HIV/AIDS, hepatites e outras DST. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Carência de micronutrientes. Vigilância em saúde: dengue, esquistossomose, hanseníase, malária, tracoma e tuberculose. Zoonoses. Saúde na escola. Doenças respiratórias crônicas. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Diretrizes do NASF - Núcleo de apoio à saúde da família. Atenção à demanda espontânea na APS. Rastreamento. Procedimentos. Práticas integrativas e complementares. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares, pulmonares, do sistema digestivo, renais, metabólicas e do sistema endócrino, hematológicas, reumatológicas, neurológicas, psiquiátricas, infecciosas e transmissíveis, ginecológicas Situação de violência (identificação e procedimentos). Normas e Diretrizes da Estratégia de Saúde. Ética Profissional. Cadernos da Atenção Básica (Ministério da Saúde - volumes 1 a 33.

### MÉDICO CLÍNICO GERAL

Conhecimentos Específicos: Aspectos conceituais, epidemiológicos, etiológicos, fisiopatológicos, clínicos, diagnósticos e terapêuticos das seguintes condições: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca, aterosclerose e doença coronariana, cardiomiopatias, doenças cardíacas orovalvares, arritmias cardíacas, endocardite infecciosa, doenças do pericárdio, doenças aórticas e arteriais periféricas, asma brônquica, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonias e outras infecções pulmonares, tuberculose, pneumopatias intersticiais difusas, hipertensão pulmonar, trombose venosa profunda e embolia pulmonar, doenças da pleura, doenças do esôfago, úlcera péptica, hemorragia digestiva alta e baixa, síndromes disabsortivas, doença inflamatória intestinal, infecções do trato digestivo, síndrome do intestino irritável, abdome agudo e seus diagnósticos diferenciais, cirrose hepática e complicações, hepatites, doenças das vias biliares, doenças do pâncreas, doenças do peritônio, insuficiência renal aguda e crônica, glomerulopatias, doenças renais tubulointersticiais, doenças renais císticas, litíase urinária, infecções das vias urinárias, distúrbios hidroeletrólíticos e ácido-básicos, diabetes mellitus, síndrome metabólica, doenças hipotalâmicas e hipofisárias, doenças tireoidianas, doenças do córtex e medula adrenal, doenças osteometabólicas, anemias e policitemias, distúrbios da coagulação, amiloidose, diagnóstico diferencial de linfonodomegalias e esplenomegalias, lúpus eritematoso sistêmico, artrite reumatoide, esclerose sistêmica, dermatomiosite, síndrome de Sjögren, síndrome do antifosfolípido, espondiloartropatias soronegativas, vasculites, sarcoidose, osteoartrite, artrites microcristalinas, artrites infecciosas, cefaleias, síncope, doença cerebrovascular, doença de Parkinson e outras doenças neurodegenerativas, ataxias, doenças da medula espinhal, polineuropatias, doenças neuroimunes, infecções do sistema nervoso central, neoplasias benignas e malignas, tabagismo e etilismo, doenças sexualmente transmissíveis, estafilococcias, tétano, hanseníase, leptospirose, infecções por micoplasma e riquetsias, infecções por herpesvírus, dengue, febre amarela, gripe e resfriado, parasitoses por helmintos e protozoários, SIDA e afecções oportunistas relacionadas, doenças fúngicas, reações alérgicas, dor e seu tratamento.

### PSIQUIATRA

Conhecimentos Específicos

Medicina Geral: 1) Anatomia. 2) Embriologia. 3) Fisiologia. 4) Genética. 5) Patologia. 6) Semiologia. 7) Farmacologia. 8) Toxicologia. 9) Epidemiologia Clínica. 10) Cuidados em Ambiente Hospitalar. 11) Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. 12) Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. 13) Doenças Alérgicas. 14) Doenças Dermatológicas. 15) Doenças do Aparelho Cardiovascular. 16) Doenças do Aparelho Digestivo. 17) Doenças do Aparelho Respiratório. 18) Doenças do Fígado, da Vesícula, dos Ductos Biliares e do Pâncreas. 19) Doenças do Nariz, Ouvido e Garganta. 20) Doenças do Tecido Conjuntivo e Musculoesqueléticas. 21) Doenças Endócrinas e do Metabolismo. 22) Doenças Hematológicas e Oncológicas. 23) Doenças Infecciosas e Parasitárias. 24) Doenças Neurológicas. 25) Doenças Nutricionais. 26) Doenças Oculares. 27) Doenças Ocupacionais e Relacionadas ao Trabalho. 28) Doenças Ósseas. 29) Doenças Psiquiátricas. 30) Doenças Renais e do Trato Urinário. 31) Doenças Reumatológicas. 32) Ginecologia e Obstetrícia. 33) Pediatria Clínica. 34) Geriatria Clínica. 35) Medicina Ambulatorial. 36) Medicina Preventiva. 37) Epidemiologia Clínica 38) aspectos legais da profissão.

Medicamentos e patologias psiquiátricas: 1) Informações Básicas. 2) Efeitos Colaterais e seu Manejo. 3) Tratamentos Farmacológicos. 4) Fundamentos Psicanalíticos: Teoria, Psicopatologia e Desenvolvimento Humano. 5) Delirium, Demência, Transtorno Amnésico. 6) Transtornos Relacionados a Substâncias. 7) Esquizofrenia. 8) Transtornos Psicóticos. 9) Transtornos de Humor. 10) Transtornos de Ansiedade. 11) Transtornos Alimentares. 12) Transtorno de Déficit de Atenção. 13) Transtornos de Personalidade e Transtornos Somatoformes. 14) Outras Transtornos, Doenças e Distúrbios relacionados à Psiquiatria. 15) Teorias, conceitos, abordagens e tratamentos. 16) Psicanálise e tratamentos. 17) Avaliação e Entrevista Psiquiátrica. 18) Distúrbios Psiquiátricos da Criança. 19) Transtornos Globais do Desenvolvimento e Psicose Infantil. 15) Aspectos psiquiátricos das lesões do SNC. 16) Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). Consciência, educação e boas práticas ambientais no serviço público.

#### FONOAUDIÓLOGO

Conhecimentos Específicos Conhecimento em Anatomia e Fisiologia (pertencentes à prática fonoaudiológica). Patologia dos Órgãos da Fala e da Audição. Patologia do Sistema Nervoso Central: Patologia do SNC e suas implicações na comunicação: Encefalopatias não progressivas. Encefalopatia Crônica Infantil Fixa (Paralisia Cerebral), Disartrias, Dispraxias, Apraxias, Dislexia. Deficiência Mental. Distúrbio Psiquiátrico. Linguística Fonética e fonologia. Desenvolvimento Humano: físico e motor, perceptual e cognitivo. Desenvolvimento do Indivíduo Excepcional: Conceitos Básicos. Aspectos psicossociais dos indivíduos considerados excepcionais. Classificação das excepcionalidades: mental, visual, auditiva e física. Audiologia: Avaliação audiológica completa. Linguagem Oral: Desenvolvimento da Linguagem Oral: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas: Comportamental (Skinner); Construtivista (Piaget); Inatista (Chomsky) e Sociointeracionista (Vygotsky). Etapas de aquisição da linguagem: fonético-fonológica; Sintática, Semântica, Pragmática. Linguagem Escrita: Desenvolvimento da linguagem escrita: Contribuições das principais teorias psicolinguísticas: Comportamental (Skinner); Construtivista (Piaget); Inatista (Chomsky) e Sociointeracionista (Vygotsky). Etapas de aquisição da linguagem escrita. Teorias, Técnicas, Avaliação e Tratamento dos Distúrbios da Comunicação. Fonoaudiologia em Instituição Educacional: Fonoaudiologia educacional: objetivos, conceitos e papéis.

#### PSICÓLOGO

##### Conhecimentos Específicos

Psicólogo Psicologia: conceitualização; principais correntes teóricas e áreas de conhecimento – motivação, aprendizagem, comunicação, liderança. O Psicólogo e as múltiplas áreas de intervenção: o Psicólogo e a saúde; o Psicólogo e a educação; o Psicólogo e as instituições sociais e as organizações. Processo de desenvolvimento humano normal nos aspectos biológicos, cognitivos, afetivo, emocional, social e na interação dinâmica entre esses aspectos na infância, adolescência, idade adulta e terceira idade. Fundamentos da psicopatologia geral: o processo de desenvolvimento patológico e suas implicações estruturais e dinâmicas, nos distúrbios da conduta e de personalidade de forma geral. Prática terapêutica: psicodiagnóstico; atuação terapêutica; psicoterapia breve; psicossomática; grupos terapêuticos. Seleção e Orientação de pessoal: conceitos; objetivos; instrumentos e técnicas de seleção; os testes psicológicos; a entrevista; dinâmicas de grupo e jogos em seleção; elaboração de laudos psicológicos; orientação educacional e profissional. Treinamento e Desenvolvimento: o comportamento humano nas organizações; a dinâmica das relações interpessoais; aconselhamento psicológico; conceitos básicos em treinamento de pessoal; técnicas de treinamento. Psicologia dos grupos: formas de atendimento grupal na organização pública; tipos de grupo; processos grupais; psicoterapia de grupos; grupos operativos; orientação ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Guaramirim \*\*Alterado pela Retificação 01 ao Edital Anexo 3 ao Edital de Concurso Público 002/2011 – Página 14 familiar; orientação a grupos sobre dependência e co-dependência na adição. A Ética na prática da psicologia. O SUS / Lei 8080/90.

#### ENSINO MÉDIO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

##### TÉCNICO EM FARMÁCIA

Conhecimentos Específicos: Medicamentos genéricos, similares e de referência. Noções básicas de Assistência Farmacêutica no SUS. Preparo de drogas de acordo com fórmulas pré-estabelecidas ou necessidades urgentes. Acondicionamento e distribuição de medicamentos. Manutenção de estoques. Controle de compras. Farmacologia: noções básicas de farmacologia geral de medicamentos que atuam em vários sistemas, em vários aparelhos e de psicofarmacologia. Princípio ativo dos fármacos: atuação dos fármacos no organismo, indicações e contra-indicações. Posologia. Efeitos colaterais. Farmácia ambulatorial e hospitalar: dispensação de medicamentos, previsão, estocagem e conservação de medicamentos. Boas práticas de armazenamento e distribuição de medicamentos. Boas Práticas na dispensação. Conduta para com o paciente. Noções básicas de farmacotécnica: pesos e medidas. Formas farmacêuticas. Cálculos em farmácia. Nomenclatura de fármacos. Portaria SVS/MS 344/98. RDC 44/2010. Lei nº 8080/90-Sistema Único de Saúde. Legislação sanitária e profissional. Conduta ética dos profissionais da área de saúde. Ética Profissional.

##### TÉCNICO ENFERMAGEM

Conhecimento Específico: Técnico de Enfermagem Lei do exercício profissional: Lei nº 7498, de 1986, alteração de seu artigo 23 (Lei 8967) e Decreto nº 94406/87. Código de Ética de Enfermagem [Resolução COFEN 160 RJ 12/05/93]. Resolução COFEN nº 195/97. Sistema Único de Saúde - SUS: a Constituição Federal de 1988 Artigos 196 a 200 e a Leis Orgânicas da Saúde - Lei 8080/90 e 8142/90. Equipe de enfermagem. Prontuário do cliente. Direitos da criança e do adolescente. Anatomia e fisiologia dos órgãos e sistemas. Procedimentos de assepsia: noções de microbiologia e parasitologia, assepsia hospitalar. Métodos de desinfecção e esterilização, precauções universais. Fundamentos de enfermagem: sinais vitais, higiene e conforto, aspiração de secreções, mecânica corporal, terapêutica medicamentosa, pressão venosa central, oxigenioterapia, alimentação, hidratação, curativo, sondagens, drenagens, cuidados com as eliminações, balanço hidroeletrólítico, balanço hídrico, bandagem, glicosúria, glicemia capilar, coleta de material para exames laboratoriais. Cuidados de enfermagem ao adulto: afecções do sistema nervoso central, respiratório, gastrointestinal, cardiovascular, endócrino, esquelético; pré-trans e pós-operatório; urgências e emergências; terapia intensiva, hemodiálise. Cuidados de enfermagem à saúde da mulher, com ênfase à: prevenção do câncer colo-uterino e mama; doenças sexualmente transmissíveis e aids. Cuidados de enfermagem em pediatria: avaliação do crescimento e desenvolvimento da criança e adolescente; doenças prevalentes na infância (afecções respiratórias, diarreia, desidratação, desnutrição, verminose, ); distúrbios neurológicos, cardíacos, gástricos, nutricionais, esquelético, endócrino; doenças infecto-contagiosas; terapia intensiva; urgências e emergências (parada cardíaco-respiratória, mordeduras, fraturas, choque elétrico, queimaduras, envenenamento, convulsão, afogamento, hemorragias, coma). Pré-trans e pós-operatório. Imunização: esquema básico recomendado pelo Ministério da Saúde; doenças preveníveis por imunização. Notificação compulsória. Cuidados de enfermagem na oncologia: princípios gerais; cuidados básicos na utilização das principais armas terapêuticas (cirurgia, radioterapia, quimioterapia e hormonioterapia).

**ANEXO IV**  
**CALENDÁRIO OFICIAL DO PROCESSO SELETIVO 07/2016**

Data	Descrição	Local
04/11/2016 a 03/12/2016	Inscrições dos Candidatos e Recebimento da Documentação exigida no Edital;	Secretaria Municipal de Saúde
06/12/2016	Divulgação das Inscrições Divulgação do Local da Realização da Prova	Mural da Prefeitura Municipal e site: <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a>
07/12/2016 e 08/12/2016	Recursos sobre as Inscrições;	Secretaria Municipal de Saúde
09/12/2016	Homologação das Inscrições;	Mural da Prefeitura Municipal e site: <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a>
10/12/2016	Prova Objetiva	Local a ser definido.
10/12/2016	Divulgação do Gabarito após as 14h	Site: <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a>
13/12/2016	Resultado PRELIMINAR	Site: <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a>
14/12/2016 e 15/12/2016	Recursos sobre a Prova Objetiva	Secretaria Municipal de Saúde
16/12/2016	Resultado Final	Mural da Prefeitura Municipal e site: <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a>

**ANEXO V**

**FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO 07/2016**  
(Apresentar formulário preenchido no ato da Inscrição)

Inscrição nº \_\_\_\_\_ Via Candidato (a)

Data da Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Nome Social: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ Telefone ( ) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Ass. Candidato (a):

Ass. Secretaria de Saúde:

Data Recebimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

-----  
Inscrição nº \_\_\_\_\_ Via Secretaria de Saúde

Data da Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Nome Social: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ Telefone ( ) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Ass. Candidato (a):

Ass. Secretaria de Saúde:

Data Recebimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**ANEXO VI – MODELO DE RECURSO**

**SOLICITAÇÃO DE RECURSO EDITAL 07/2016**

NOME DO CANDIDATO (A): \_\_\_\_\_

MOTIVO: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO CANDIDATO (A)

(Para uso da Secretaria Municipal de Saúde)

DEFERIDO ( )

INDEFERIDO ( )

Guaramirim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2016

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### 175/2016

Decreto 175/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.271,43 (um mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, destinados à suplementação do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

03- Gerência de saúde Preventiva e Epidemiológica:

Atividade: 1103.10.305.0010.2.048

(23)4.4.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas ..... R\$ 1.271,43

SOMA ..... R\$ 1.271,43

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

03- Gerência de saúde Preventiva e Epidemiológica:

Atividade: 1103.10.305.0010.2.048

(22)3.3.90.00-00.00.382- Aplicações Diretas ..... R\$ 1.271,43

SOMA ..... R\$ 1.271,43

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 31 de outubro de 2016.

José Carlos Foiatto  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder  
Secretário Administração e Fazenda

### 176/2016

Decreto Nº 176/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.259,34 (dezenove

mil, duzentos e cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.081

4.4.90.00-00.00.3071- Aplicações Diretas ..... R\$ 4.259,34

Atividade: 1104.10.301.0010.2.089

4.4.90.00-00.00.0382- Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

-----  
Soma ..... R\$ 19.259,34  
-----

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício de 2015, referente recursos do NASF, no valor de R\$ 4.259,34, e recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO do exercício de 2016 referente aos recursos do PMAQ no valor de R\$ 15.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 31 de outubro de 2016.  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Claudio Inácio Weschenfelder  
Secretário Administração e Fazenda

### 177/2016

Decreto Nº 177/2016

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 830,00 (oitocentos e trinta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado a suplementação do seguinte item orçamentário:

06- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

01- Departamento de Agricultura e Meio Ambiente:

Atividade: 0601.20.606.0026.2.026

4.4.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 830,00

Soma ..... R\$ 830,00  
-----

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

**06- SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:**

01- Departamento de Agricultura e Meio Ambiente:

Atividade: 0601.20.606.0026.2.026

3.3.90.00-00.00.118- Aplicações Diretas ..... R\$ 830,00

Soma ..... R\$ 830,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,  
31 de outubro de 2016.  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder  
Secretário Administração e Fazenda

**AVISO DE LICITAÇÃO - FMAS 09/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Fundo Municipal de Assistência Social de Guarujá do Sul

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório nº. 09/2016 - Pregão Presencial Nº. 07/2016.

Objeto: Aquisição de Aves Especiais Temperadas para distribuição aos idosos quando ao encerramento das atividades do Centro de Convivência dos Idosos no ano de 2016, como forma de valorização a participação nas atividades e ações desenvolvidas pelo FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 17/11/2016 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Editais e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 ou no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 31 de outubro de 2016.

Adelise de Oliveira;

Responsável FMAS.

**EXTRATO DE CONTRATO - PREF 62/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 62/2016.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 45/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: NILOSUL IND E COM LTDA

OBJETO: Aquisição de gás de cozinha para atender a Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 2.205,00

VIGENCIA: 31/12/2016

Guarujá do Sul, SC, 31 de outubro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF 48/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 48/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 236/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: J.P.R. AMBIENTAL – ASSES E CONSULT LTDA EPP

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de execução por mais 40 dias ( 01 de novembro ate 09 de dezembro de 2016 ) ( Serviço de Diagnostico Socioambiental )

Guarujá do Sul, SC, 31 de outubro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**RESOLUÇÃO Nº 09/2016**

RESOLUÇÃO nº 09/2016.

Institui a Medalha do Mérito Desportivo JOÃO PANEGAZ do Poder Legislativo Municipal de Guarujá do Sul-SC, e dá outras providências.

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Plenário apreciou, votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída a “Medalha do Mérito Desportivo JOÃO PANEGAZ” do Legislativo Municipal de Guarujá do Sul – SC que será concedida àqueles cidadãos ou entidades esportivas que se destacaram, concomitantemente, tanto na prática desportiva como para engrandecimento social do Município.

§ 1º A Medalha será cunhada em metal, contendo as seguintes características: circunferência de 50 mm, com fundo liso onde será gravado o brasão do Poder Legislativo Municipal, contendo os dizeres: “JOÃO PANEGAZ. MERITO DESPORTIVO. PODER LEGISLATIVO GUARUJAENSE”.

§ 2º O anexo único, parte integrante desta resolução, apresenta o slogan da medalha a ser seguido.

§ 3º A Medalha terá como suporte uma fita de gorgorão de seda contendo três faixas, uma em vermelho, outra em amarelo e outra em verde.

Art. 2º A honraria referida no caput do art. 1º será conferida a pessoas vivas e residentes neste Município.

Parágrafo Único. Poderão ser conferidas anualmente até dez medalhas de mérito desportivo do município de Guarujá do Sul.

Art. 3º A concessão da “Medalha do Mérito Desportivo” será de iniciativa de qualquer Vereador com assento na Casa Legislativa de Guarujá do Sul e efetuada através de Decreto Legislativo, desde que aprovada pelo quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos vereadores em exercício.

Parágrafo Único. As propostas com a indicação pelos Vereadores dos nomes das pessoas a ser homenageadas deverão ser apresentadas e apreciadas pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, e, pela Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social juntamente com currículo e feitos do homenageado, até o último dia do mês de maio de cada ano.

Art. 4º A presente honraria será entregue, anualmente, em sessão solene realizada na Câmara Municipal na semana das festividades pelo aniversário da cidade de Guarujá do Sul ou em outra data em caráter excepcional.

Art. 5º Os registros da entrega da medalha serão anotados no

“Livro de Registro de Concessão de Honrarias”, em ordem cronológica, contando o nome do agraciado, o número do Decreto Legislativo e a data da entrega da Medalha.

Art. 6º Os casos omissos desta resolução serão resolvidos pela Mesa Diretora da Câmara.

Art. 7º As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta de dotação orçamentárias próprias do Poder Legislativo Municipal.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de Novembro de 2016.

Em sua 13ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, 2º período, 53º ano de sua instalação legislativa.

Rodrigo Bremm  
Presidente

Iria Rohenkohl Taube  
1ª Secretária

ANEXO ÚNICO  
(se refere o artigo 1º, § 2º desta Resolução)

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de Novembro de 2016.

Em sua 13ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, 2º período, 53º ano de sua instalação legislativa.

Rodrigo Bremm  
Presidente

Iria Rohenkohl Taube  
1ª Secretária

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 028/2016

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2016  
Pregão presencial Nº 28/2016.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016  
CONTRATANTE:  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:  
OLITUR TRANSPORTES RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS LTDA. - ME

OBJETO: Prestação de serviços transporte de Material Biológico e de documentos em geral da Unidade de Pronto Atendimento Remi Alécio Mascarello - UPA 24HS de Herval d'Oeste.

VALOR: R\$ 13,48 (treze reais e quarenta e oito centavos por chamada)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3126/2015 de 07/12/2015.

Herval d'Oeste, em 31 de outubro de 2016.  
Nelson Guindani                      José Olivo Neto  
Prefeito Municipal                      Sócio Administrador

### LEI Nº 3.166/2016

LEI Nº 3166/2016.

“RECONHECE E APROVA CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, COM A INTERVENIÊNCIA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/SC, DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA, E O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), COM INTERVENIÊNCIA DO ÓRGÃO/ENTIDADE MUNICIPAL DE TRÂNSITO, PARA A DELEGAÇÃO DE ATIVIDADES PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – CTB, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 25 DA NORMA”.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica reconhecido e aprovado pelo Poder Legislativo Municipal o CONVÊNIO Nº 2016tn001747 celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, doravante denominada SSP, com sede na Rua Artista Bittencourt, nº 30, Centro, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.020-060, com interveniência do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, doravante denominado DETRAN, com sede na Rua Ursulina de Senna Castro, nº 226, Estreito, na cidade de Florianópolis, CEP 88.070-290, da POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, doravante denominada PMSC, com sede na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, Centro, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.020-040, da POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA, doravante denominada PCSC, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº 755, Centro, na cidade de Florianópolis, CEP 88.010-001, e o

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade Herval d'Oeste, CEP 89610-000, com a interveniência do ÓRGÃO/DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, doravante denominado Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade Herval d'Oeste, CEP 89610-000.

Art. 2º O presente convênio tem por objeto estabelecer condições para uma ação conjunta entre as partes conveniadas, visando à fiscalização do trânsito e engenharia de tráfego e de campo, aplicação de medidas administrativas e de penalidades por infração de trânsito, de multas e sua respectiva arrecadação e destinação; o adequado controle da utilização das vias públicas por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga, nos limites terrestres do município na conformidade da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 3º As obrigações do MUNICÍPIO, da PMSC e do DETRAN estão expressas na Cláusula Segunda, Terceira e Quarta respectivamente, do Convênio em anexo.

Art. 4º O prazo de vigência do Convênio é de 05 (cinco) anos, contado da data de assinatura, podendo ser alterado ou complementado mediante lavratura de termo aditivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 26 de outubro 2016.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

### PORTARIA Nº 1213/2016

PORTARIA Nº 1213/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 1181/2015, a qual cede a Servidora CARLA REGINA DOS SANTOS GASPARETTO (Matr. 756), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência “C”, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, ao Cartório Eleitoral da 85ª Zona Eleitoral, até 31 de outubro de 2017, conforme Ofício ZE 085/satb n. 166/2016, e, de conformidade com o que preceitua o artigo 120 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1214/2016**

PORTARIA Nº 1214/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR a Portaria nº 1153/2016, da Servidora CAROLLINE AYALA DE OLIVEIRA (Matr. 4355), a qual exerce a função de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência - 3/A, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, sendo que a mesma passará a atuar junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição à Servidora Ione Aparecida Schuck Concatto, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde, a contar de 31 de outubro de 2016, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1215/2016**

PORTARIA Nº 1215/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 01 de novembro de 2016, da servidora VERA LUCIA OLIVEIRA DE BARROS (Matr. 2730), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1216/2016**

PORTARIA Nº 1216 /2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Dispensar por Término de Contrato, a contar de 01 de novembro de 2016, a Servidora AMANDA LUZIA FERRANDIN (Matr. 4371),

a qual exercia a função de Professor - Nível – 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, Anos Iniciais, junto ao GEM Prof. Adolfo Becker, em substituição à Servidora Laiz da Silva Lebkuchen, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1217/2016**

PORTARIA Nº 1217/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, ao servidor ANTONIO FILIPINI (Matr. 168), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível – 8, Referência "J", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 29 de dezembro de 2010, para serem gozadas a contar de 31 de outubro de 2016 a 29 de novembro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1218/2016**

PORTARIA Nº 1218 /2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

INCORPORAR o Adicional por Tempo de Serviço, à servidora Mara Regina Heberle (Matr. 32), nascida aos 10/05/1963, ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/C, Anexo XI, 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do artigo 68 e seus parágrafos, o previsto no Anexo XIV da Lei Complementar Nº 316/2013; referente ao período aquisitivo compreendido entre Outubro de 2011 e Outubro de 2016, num percentual acumulado de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o Salário Base.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1219/2016**

PORTARIA Nº 1219/2016

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, do Servidor IRINEU MASCARELLO (matr. 167), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de Operador de Máquinas II, Nível – 8, Referência – “J”, conforme Certidão nº 20022040.1.00052/12-6 de 20/12/2012, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, referente aos períodos de 01/01/1976 a 08/02/1977, de 06/10/1978 a 08/01/1979, de 01/09/1979 a 31/10/1979, de 07/01/1981 a 01/12/1982, de 05/01/1983 a 16/09/1983, de 03/01/1984 a 31/12/1989 (totalizando 10 anos, 01 mês e 16 dias); aos períodos de 01/01/1990 a 31/10/2016 (totalizando 26 anos, 10 meses e 11 dias), conforme Certidão nº 159 de 31/10/2016, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste e homologada pelo IPREVI-HO; e, ao período certificado pela Prefeitura, averba-se o período de 06 (seis) meses tempo ficto relativo a uma licença-prêmio não usufruída, de acervo até 19/12/1998, referente aos períodos aquisitivos compreendidos entre 03/01/1984 a 02/01/1989, com fundamento nas Leis Complementares nº 1.157/1990 e nº 006/1994; gerando um cômputo parcial de 27 anos, 04 meses e 06 dias de efetivo Tempo de Contribuição; perfazendo para fins de Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, um cômputo geral de 37 anos, 05 mês e 22 dias de tempo de contribuição.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 31 de outubro de 2016.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito de Herval d' Oeste

**PORTARIA Nº 1220/2016**

PORTARIA Nº 1220 / 2016

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição – Comum à Servidora Pública Municipal MARA REGINA HEBERLE e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, o qual exercia as funções inerentes ao cargo de Provimento Efetivo de Professora, Matrícula nº 32, Nível 7, Referência “C”, Anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, com fundamento nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a partir de 01 de novembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 31 de outubro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

**PORTARIA Nº 1221/2016**

PORTARIA Nº 1221 / 2016

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Comum, ao Servidor Público Municipal IRINEU MASCARELLO e DECLARAR a vacância do cargo ocupado, o qual exercia as funções inerentes ao cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, do Quadro Geral de Carreira deste Município, Matrícula nº 167, Nível 8, Referência “J”, Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, com fundamento nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a partir de 01 de novembro de 2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 31 de outubro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

**PORTARIA Nº 1222/2016**

PORTARIA Nº 1222/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SOLANGE DE FATIMA PONTES (Matr. 274), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência “A”, 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de fevereiro de 2015 e 02 de fevereiro de 2016, para serem gozadas a partir de 01 de novembro de 2016 a 30 de novembro de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 31 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2961/2016

DECRETO Nº 2961, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

“ADOTA LAUDO TÉCNICO QUE CARACTERIZA AS ATIVIDADES INSALUBRES E PERIGOSAS PARA FINS DE PAGAMENTO DO RESPECTIVO ADICIONAL AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que são tidas como funções insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores ou empregados públicos, a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância, fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos;

Considerando que a caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade foram feita por meio de perícia a cargo de Médico do Trabalho, Doutor Hamilton Camargo Gamba registrado no Ministério do Trabalho, cujo Laudo indica normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e tempo máximo de exposição do servidor a esses agentes;

Considerando o disposto no artigo 62 da Lei n. 255, de 07 de janeiro de 2004, alterado pela Lei n. 326, de 30 de agosto de 2006;

DECRETA:

Art. 1º. Fica adotado o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, elaborado em 20 de janeiro de 2016, pelo Doutor Hamilton Camargo Gamba, para fins de pagamento do adicional de insalubridade ou de periculosidade aos servidores públicos municipais que realizam suas atividades nas condições definidas no referido Laudo.

Parágrafo único. O setor de recursos humanos elaborará os atos necessários à execução do disposto no caput deste artigo.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no decreto nº 2873, de 18 de dezembro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 24 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### DECRETO Nº 2962/2016

DECRETO Nº 2962, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI.”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica;

CONSIDERANDO, o art. 5º do Decreto nº 2561, de 20 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros, para integrarem o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Ibiam – CODEMI:

I – Representante do poder Executivo:

Titulares: MIGUEL ERNESTO HETZLER, SÉRGIO ANTONIO RAMOS e ROSINEI CERON.

Suplentes: DAMIR JOSÉ CARDOSO, ANTONIO RECALCATTI e EDS-SON GOMES DE OLIVEIRA.

II – Representantes das Micro e Pequenas Empresas de Ibiam – AMPE

Titulares: DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS e ADILSON JOSÉ CENATTI.

III – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: NEIVO JOSÉ POCERA.

IV – Representante da Câmara Municipal de Vereadores

Titular: MOACIR TITON.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 2865, de 01 de dezembro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 27 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### PORTARIA Nº 224/2016

PORTARIA Nº 224, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

“INSTITUI COMISSÃO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Instituir Comissão para levantamento de dados, que será composta pelos servidores a seguir:

- a) Célio Lucas Ramos – Médico Veterinário;
- b) Gelson Luis Trevisol – Agente Administrativo;
- c) Rosinei Ceron – Agente Administrativo.

Art. 2º. A Comissão terá a incumbência de:  
I – fazer relatório das obras públicas em andamento;  
II – relacionar contratos (serviços terceirizados), em andamento;  
III – conferir se os serviços contratados estão sendo executados;  
IV – demais levantamentos de dados que se fizerem necessários para transição de mandato.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 21 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### **PORTARIA Nº 225/2016**

PORTARIA Nº 225, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

“NOMEIA O SR. SERGIO ANTONIO RAMOS PARA O CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei n.º 496, de 12 de junho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. SERGIO ANTONIO RAMOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente – Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 24 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### **PORTARIA Nº 226/2016**

PORTARIA Nº 226, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

“CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS A SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, a municipalidade não possui motoristas em número suficiente para suprir todas as necessidades de deslocamento municipal e outros deslocamentos externos de interesse do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, autorização para dirigir veículos oficiais em casos eventuais e específicos ao servidor público abaixo relacionado, que se encontra devidamente habilitado:

a) Sergio Antonio Ramos – Carteira Nacional de Habilitação nº 744171661, nº registro 02741279318, categoria “AB”, com validade até 06.05.2018.

Art. 2º. O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais, não poderá:

- a) Ceder a direção do veículo a terceiros;
- b) Utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
- c) Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

Art. 3º. O servidor público autorizado a dirigir veículos oficiais, deverá:

- a) Cumprir as determinações expressas na Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;
- b) Preencher corretamente o Diário de Movimentação de veículos;
- c) Manter atualizado o documento de habilitação (CNH);
- d) Encaminhar cópia da CNH atualizada ao Setor de Pessoal, para arquivamento na sua ficha funcional;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 24 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### **PORTARIA Nº 227/2016**

PORTARIA Nº 227, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

“EXONERA DIRETOR DE DEPARTAMENTO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar do cargo de Diretor do Departamento de Cultura e Esporte – CC-2, o Sr. TIAGO DAL BOSCO PEROSA, nomeado através da Portaria nº 253, de 18 de novembro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 024, de 01 de fevereiro de 2016.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 24 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

### **PORTARIA Nº 228/2016**

PORTARIA Nº 228, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

“EXONERA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE E SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com amparo no art. 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar do cargo de Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente – CC-3, o Sr. EUDES VILMAR TRINDADE, nomeado através da Portaria nº 216, de 23 de setembro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas nas Portarias nº 217, de 23 de setembro de 2015, nº 218, de 23 de setembro de 2015, nº 219, de 23 de setembro de 2015, nº 236, de 23 de outubro de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 25 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 229/2016**

PORTARIA Nº 229, 26 DE OUTUBRO DE 2016

“CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 03 de agosto de 2016, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora JOANA CÉLIA BECKER RINALDI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo – Nível 2 – Referência E, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 19.09.2013.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 29 (vinte e nove) dias, conforme determina os §§ 2º e 3º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 26 de outubro de 2016 a 24 de novembro de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 230/2016**

PORTARIA Nº 230, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

“NOMEIA O SR. ANTONIO LUIS SOUZA DO AMARAL PARA O CARGO COMISSONADO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE E SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, bem como o art. 3º, da Lei nº 496, de 12 de junho de 2012, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. ANTONIO LUIS SOUZA DO AMARAL, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal da Saúde e Secretário Municipal da Assistência Social – Nível CC-3, criado pela Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 404, de 22.05.2009, com os subsídios fixados em Lei, facultando-se a opção pelo vencimento de conformidade com o Art. 17, da Lei Municipal nº 044/97.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 231/2016**

PORTARIA Nº 231, 26 DE OUTUBRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora SALETE MARIA DA SILVA ANDRIQUE, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais – Nível 1 – Referência D, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Domenica Coeli da Silva - mãe, de conformidade com o atestado médico do Dr. Oscar Guido Navia Torrico – CRM 2911.

Art. 2º. O período de afastamento é de 30(trinta) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 20 de outubro de 2016 a 18 de novembro de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de outubro de 2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 232/2016**

PORTARIA Nº 232, 26 DE OUTUBRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora SANDRA TREVISOL, ocupante do cargo efetivo de Professor II – Nível 5 – Referência C, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Guilherme Trevisol Ribeiro - filho, de conformidade com o atestado médico do Dr. Oscar Guido Navia Torrico – CRM-SC 2911.

Art. 2º. O período de afastamento é de 02(dois) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 26 a 27 de outubro de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 233/2016**

PORTARIA Nº 233, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

"DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão para Recebimento de Bens com valor superior a oitenta mil reais, adquiridos com recursos próprios ou recursos de convênios para todos os órgãos da Administração Direta e dos Fundos Municipais do Município, composta pelos seguintes servidores municipais:

I – José Roberto Gonzatto – Técnico em Vigilância Sanitária - Presidente;

II – Miguel Ernesto Hetzler – Secretário Municipal - Secretário;

III – Luis Fernando Tragancin Rinaldi – Farmacêutico – Membro;

IV – Damir José Cardoso – Agente Administrativo – Membro;

V – Rodrigo Felicetti Perosa – Técnico Educacional – Membro;

VI – Edsson Gomes de Oliveira – Mecânico – Membro.

Parágrafo único. A Comissão referida no caput deste artigo deverá lavrar o Termo de Recebimento do Bens, conforme § 8º, do art. 15, da Lei Federal nº 8666/93.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 202, de 14 de setembro de 2016.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

**RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 39-2016**

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 071/2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0039/2016

O MUNICÍPIO DE IBIAM informa, fica retificado o valor máximo do objeto item 2.1 do edital do pregão 039/2016 passando para seguinte redação.

Item	Qtd	Descrição	Valor Unit.	Valor total
01	01	Colhedora de Forragem (ensiladeira) com no mínimo 1 linha, caixa em aço com no mínimo 4 rolos, no mínimo 2 discos de corte, rotação de rotor mínimo de 1500rpm, plataforma articulável para acesso aos componentes interno, 12 facas ajustáveis, capacidade de produção de 10 a 12 ton/hora, plataforma produção de 20 a 30 ton/hora.	R\$ 20.633,00	R\$ 20.633,00
02	02	Carreta basculante metálica 6000 Kg dimensões mínimas 3.55x0,85x1.90, rodado tandem, pneus novos, como no mínimo 8 tampas laterais tampas mínimo.	R\$ 14.416,00	R\$ 14.416,00
03	01	Sagadeira de discos 1,50m, largura mínima de trabalho de 1,65 m com no mínimo 2 facas por disco, com mínimo 4 discos.	R\$ 15.200,00	R\$ 15.200,00
04	02	Distribuidor de dejetos líquidos 3000 litros dimensões mínimas comprimento total 4,7m, comprimento do tanque 2,8m, potencia bomba mínimo 30hp, tampa para inspeção traseira, rodado tandem com pneus e câmaras novas, magote de sucção mínimo 5m.	R\$ 13.916,00	R\$ 27.832,00
05	02	Grade aradora com controle remoto com no mínimo 12 discos de 26, espaçamento mínimo de 235mm, com pneus e câmaras novas.	R\$ 19.600,00	R\$ 39.200,00
06	01	Distribuidor de calcário 4000 kg, rodado tandem, esteira de 80 cm duplo disco com transmissão banhada a óleo sem correias com pneus e câmaras novas.	R\$ 21.133,00	R\$ 21.133,00

1. Por força da alteração, a data de recebimento das propostas e julgamento referente licitação nº 071/2016, modalidade Pregão Presencial, fora prorrogada para o dia 16/11/2016, mantidos os horários iniciais. Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalterados.

Ibiam, 31 de outubro de 2016 de 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

# Imarui

## PREFEITURA

### **PORTARIA GP Nº 665/2016, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 665/2016, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Assessor Contábil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve a pedido:

#### **EXONERAR:**

RENAN RODRIGUES FERMINO do cargo de Assessor Contábil da Secretaria de Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de Outubro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 666/2016, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 666/2016, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

Exoneração de funcionário público municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### **EXONERAR:**

SONIA BARRETO do cargo de Telefonista, decorrente de aposentadoria concedida pelo INSS.

Imaruí, 03 de Outubro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 667/2016, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 667/2016, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeação para o cargo de Professor Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, resolve:

#### **NOMEAR:**

KARINE CARDOSO DE FREITAS com CPF 080.344.059-65 para exercer o cargo de Professor Educação Infantil, com carga horária

de 20 horas semanais, com regência de classe para a E.E.F.M. Larice Cavalcanti, conforme a Comunicação Interna nº 227/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 03 de Outubro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 668/2016, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 668/2016, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Agente Comunitário de Saúde - PACS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve a pedido:

#### **EXONERAR:**

LETÍCIA ALVES DAS NEVES do cargo de Agente Comunitário de Saúde - PACS, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 05 de Outubro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 05/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 669/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 669/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.

Exoneração do cargo de Diretor Geral de Esporte

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### **EXONERAR:**

FABIO EDSON DIAS do cargo de Diretor Geral de Esporte da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 670/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 670/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Diretor de Serviços Públicos

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

EDER DE OLIVEIRA MATIAS do cargo de Diretor de Serviços Públicos da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 671/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 671/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Diretor de Obras

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

HALEY CARVALHO SELVINO do cargo de Diretor de Obras da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 672/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 672/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Diretor Geral

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

TAILANA DOS SANTOS DEMETRIO do cargo de Diretor Geral da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 673/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 673/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Diretor de Orçamento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

GEYSE NUNES GOULART do cargo de Diretor de Orçamento da Secretaria de Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 674/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 674/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assessor de Comunicação Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

AMABILE LUCIA CORREA do cargo de Assessor de Comunicação Social da Secretaria de Governo, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 675/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 675/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

ADEMILTON DOS SANTOS do cargo de Assistente da Secretaria

da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 676/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 676/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Diretor de Agricultura

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

THAIS SILVA FLORENTINO do cargo de Diretor de Agricultura da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pecuária, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 677/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 677/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

TAMIRES DOS SANTOS do cargo de Assistente da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 678/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 678/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

LETICIA BARBOSA TEODORO do cargo de Assistente da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 679/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 679/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Diretor de Informática

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

MICHELE CARVALHO DEMETRIO do cargo de Diretor de Informática da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 680/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 680/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

LUIZ FERNANDES SIQUEIRA do cargo de Assistente da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 681/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 681/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Coordenador de Vigilância em Saúde

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

DANIELA PEDRO CARDOSO do cargo de Coordenador de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 682/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 682/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

LUCIANA KRATINA COSTA do cargo de Assistente da Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 683/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 683/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente de Serviço de Iluminação Pública

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

RONALDO ALEXANDRE FRAGA do cargo de Assistente de Serviço

de Iluminação Pública da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 684/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 684/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

WANESSA DE SOUSA MATIAS do cargo de Assistente da Secretaria de Promoção Social, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 685/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 685/2016, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016.  
Conceder Licença para Desempenho de Mandato Classista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 87 da Lei Complementar N. 003, de 26 de dezembro de 2007, resolve,

**CONCEDER:**

Licença para Desempenho de Mandato Classista para o funcionário EDJALMA FERREIRA FERNANDES, ocupante do cargo de Agente de Serviço de Água e Esgoto a partir do dia 03 de outubro de 2016.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 686/2016, DE 06 OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 686/2016, DE 06 OUTUBRO DE 2016.  
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

**REVOGAR:**

A Portaria GP Nº 359/2016 de TAILANA DOS SANTOS DEMÉTRIO como Secretária da Junta Militar.

Imaruí, 06 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 687/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 687/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa Servidor Municipal para exercer a função de Responsável pela Coordenação Municipal de Defesa Civil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**DESIGNAR:**

JULIANO IZIDORO VELHO, inscrito no CPF 915.826.609-72 para exercer a função de responsável pela Coordenação Municipal de Defesa Civil no município de Imaruí/SC.

Imaruí, 07 de outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 688/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 688/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Coordenador de Cultura

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

ANA CLAUDIA TIBURCIO STEINHEUSER do cargo de Coordenador de Cultura da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 689/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 689/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

**REVOGAR:**

A Portaria GP Nº 565/2016 de CLEUSA DA SILVA CARDOSO como Diretora do C.E.I.M. Carlos Gomes.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 690/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 690/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Coordenador de Recursos Humanos e Materiais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

GUNTHER ALDRIN HAMES do cargo de Coordenador de Recursos Humanos e Materiais da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 691/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 691/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Diretor de Cultura

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

JULIANA RIBEIRO DA SILVA do cargo de Diretor de Cultura da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 692/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016**

PORTARIA GP Nº 692/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

**REVOGAR:**

A Portaria GP Nº 574/2016 de KARINA DE SOUSA DA SILVA como Secretária do C.E.I.M. Carlos Gomes.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 693/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 693/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Professor Educação Especial

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

JOANA PAULA FAGUNDES do cargo de Professor Educação Especial com carga horária de 20 horas semanais, conforme a Comunicação Interna nº 229/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 694/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 694/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

MARCOS DE OLIVEIRA PIMENTA do cargo de Assistente da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 695/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 695/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Chefe de Contabilidade

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES do cargo de Chefe de Contabilidade da Secretaria de Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 696/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 696/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS do cargo Assistente da

Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

#### **PORTARIA GP Nº 697/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 697/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

#### **REVOGAR:**

A Portaria GP Nº 048/2016 de SIRLEY DE SOUSA CARDOSO DE SOUZA como Assessor de Direção da Escola E.E.F.M. Prefeito Portinho Bittencourt.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

#### **PORTARIA GP Nº 698/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 698/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### **EXONERAR:**

WAGNER SILVEIRA MACHADO do cargo de Assistente da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

#### **PORTARIA GP Nº 699/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 699/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Professor Educação Física

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### **EXONERAR:**

VICTOR PEDRIMAR BARRETO do cargo de Professor Educação Física com carga horária de 40 horas semanais, conforme a Comunicação Interna nº 229/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

#### **PORTARIA GP Nº 700/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 700/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Chefe de Auditoria e Controle Interno

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve a pedido:

#### **EXONERAR:**

PATRICIO ANGELO COSTA JUNIOR do cargo de Chefe de Auditoria e Controle Interno do Gabinete do Prefeito, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

#### **PORTARIA GP Nº 701/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 701/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Secretário de Pesca e Aquicultura

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### **EXONERAR:**

MARCIANO RIBEIRO DA SILVA do cargo de Secretário de Pesca e Aquicultura, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 702/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 702/2016, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Coordenador de Divisão da Fundação Meio Ambiente de Imaruí - FUNDEMA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve a pedido:

EXONERAR:  
RAFAEL LEHNEN do cargo de Coordenador de Divisão da Fundação Meio Ambiente de Imaruí - FUNDEMA, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 07 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 07/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 703/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 703/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa Servidor Municipal com Gratificação de Função de Confiança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve :

DESIGNAR:  
CLEUSA DA SILVA CARDOSO, para atuar como Secretária do C.E.I.M Carlos Gomes conforme a C.I nº 229/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 10 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 10/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 704/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 704/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.  
Nomeação para o cargo de Secretário de Governo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:  
ANNA ALICE STOPASSOLI com CPF 009.627.159-05 para exercer o cargo de Secretário de Governo, do quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 10 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 10/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 705/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 705/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.  
Designa Servidor Municipal para exercer a função de Chefe de Contabilidade

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

DESIGNAR:  
ANNA ALICE STOPASSOLI com CPF: 009.627.159-05, para exercer a função de Chefe de Contabilidade.

Imaruí, 10 de outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 10/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 706/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 706/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.  
Designa Servidor Municipal com Gratificação de Função de Confiança.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve :

DESIGNAR:  
ELIANE SILVEIRA CABRAL, para atuar como Diretora da C.E.I.M Carlos Gomes conforme a C.I nº 229/2016 da Secretaria Municipal da Educação. Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 10 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 10/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 707/2016 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 707/2016 DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.  
Concede gratificação de Apoio Pedagógico

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve:

**CONCEDER:**

A Professora KARINA DE SOUSA DA SILVA gratificação de Apoio Pedagógico de 10% com carga horária de 40 horas semanais para atuar no C.E.I.M. Carlos Gomes, conforme Comunicação Interna nº 231/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 10 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 10/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 708/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 708/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.  
Nomeação para o cargo de Professor Educação Física

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, resolve:

**NOMEAR:**

VICTOR PEDRIMAR BARRETO com CPF 112.626.939-50 para exercer o cargo de Professor Educação Física, com carga horaria de 30 horas semanais, com regência de classe para a C.I.M. Carlos Gomes, conforme a Comunicação Interna nº 229/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 10 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 10/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 709/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 709/2016, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016.  
Ampliação de carga horária de Professor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve:

**AMPLIAR:**

A carga horária da Professora SIRLEY DE SOUSA CARDOSO DE SOUZA de 20 horas para 40 horas semanais, com regência de classe na E.E.F.M. Prefeito Portinho Bittencourt, conforme C.I nº 229/2016 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 10 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 10/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 710/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 710/2016, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.  
Redução de carga horária de Professor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve:

**REDUZIR:**

A carga horária da Professora MARIA DE FATIMA THIESEN DE OLIVEIRA, de 40 para 20 horas semanais e retirar gratificação de Apoio Pedagógico de 10 % para a E.E.F.M. Prof. Portinho Bittencourt, conforme a Comunicação Interna nº 231/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 13 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 13/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 711/2016 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 711/2016 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.  
Designa Servidor Municipal para exercer a função de Assessor de Direção

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve:

**DESIGNAR:**

MARIA DE FATIMA THIESEN DE OLIVEIRA para atuar como

Assessor de Direção de 45% com carga horária de 40 horas semanais na Escola E.E.F.M. Prof. Portinho Bittencourt, conforme Comunicação Interna nº 231/2016 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 712/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 712/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve a pedido:

EXONERAR:  
GISLANE FERNANDES FLAUSINO do cargo de Assistente da Secretaria de Governo, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 14 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 713/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 713/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração de funcionário público municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:  
ROSELI MARTINS BATISTA do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, decorrente de aposentadoria concedida pelo INSS.

Imaruí, 14 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 714/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 714/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:  
CAROLAINÉ MATOS FRANÇA do cargo de Assistente da Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 20 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 20/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 715/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 715/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:  
JUSSARA MATOS FRANÇA do cargo de Assistente da Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 20 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 20/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 716/2016, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 716/2016, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração do cargo de Presidente da Fundação Meio Ambiente de Imaruí - FUNDEMA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve a pedido:

EXONERAR:  
ISADORA MARTINS PIRES do cargo de Presidente da Fundação Meio Ambiente de Imaruí - FUNDEMA, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 21 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 21/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 717/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 717/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.  
Designa Servidor Municipal para exercer a função de responsável pela Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

DESIGNAR:  
DIEGO WEBER com CPF: 052.843.209-56, para exercer a função de responsável pela Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA.

Imaruí, 24 de outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 24/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 718/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 718/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.  
Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:  
JERONIMO DA SILVA com CPF 009.291.679-10 para exercer o cargo efetivo de Motorista na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 24 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 24/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 719/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 719/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.  
Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61,

inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:  
LOURIVAL FERNANDES MARTINS com CPF 743.427.119-15 para exercer o cargo efetivo de Motorista na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 24 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 24/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 720/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 720/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.  
Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:  
FRANCISCO WELLINGTON MELO DE CARVALHO com CPF 009.414.724-85 para exercer o cargo efetivo de Motorista na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 24 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 24/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 721/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 721/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.  
Exoneração de funcionário público municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:  
ZILDA TEREZINHA MACHADO do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, decorrente de aposentadoria concedida pelo INSS.

Imaruí, 24 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 24/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 722/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 722/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.  
Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

**NOMEAR:**

TATIANE LESSA FLORIANO INACIO com CPF 037.131.989-77 para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 24 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 24/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 723/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 723/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.  
Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

**NOMEAR:**

RAFAEL CARDOSO FIGUEIREDO com CPF 004.881.829-13 para exercer o cargo efetivo de Motorista na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 24 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 24/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 724/2016, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 724/2016, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.  
Nomeação para o cargo de Professor Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, resolve:

**NOMEAR:**

FRANCIELE NASCIMENTO JOSÉ com CPF 100.586.929-40 para exercer o cargo de Professor Anos Iniciais, com carga horaria de 20 horas semanais, com regência de classe para a E.E.F.M. Larice Cavalcanti, conforme a Comunicação Interna nº 234/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 25 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 25/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 725/2016, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA GP Nº 725/2016, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.  
Nomeação para o cargo de Professor Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.920/2016 de 22 de Fevereiro de 2016, resolve:

**NOMEAR:**

SABRINA TORQUATO MENDES com CPF 087.620.639-95 para exercer o cargo de Professor Anos Iniciais, com carga horaria de 20 horas semanais, com regência de classe para a E.E.F.M. Larice Cavalcanti, conforme a Comunicação Interna nº 234/2016 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 25 de Outubro de 2016.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 25/10/2016

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

# Imbituba

## PREFEITURA

### PORTARIA PMI/GGP Nº 602/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 602, de 31 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora FABIANE DE JESUS FRÖES, Servente Merendeira – 40h, inscrita no CPF sob o n.º 035.312.309-99, admitida em 13 de julho de 2009, contrato nº 5041, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2009 a 2014	01.08.2017 a 31.10.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública

(Interina)

## CÂMARA MUNICIPAL

### ERRATA À PORTARIA CMI Nº 089/2016

ERRATA À PORTARIA CMI Nº 089/2016

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Retificar a Portaria CMI nº 089/2016, que concede férias ao servidor Otoniel Nascimento Cardoso, para que, onde consta "... 20 (vinte) dias no período entre 03/11/2016 e 22/11/2016, com retorno ao trabalho no dia 23/11/2016 ..." passe a constar "... 20 (vinte) dias no período entre 07/11/2016 e 26/11/2016, com retorno ao trabalho no dia 28/11/2016...".

Imbituba, 31 de outubro de 2016.

Guilherme Santos Souza

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 31/10/2016.

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2185/16

. DECRETO Nº 2185/16

. De 31 de outubro de 2016

Delega atribuições / Olacir José Nunes

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, artigo 28 da Lei Complementar 83/2008 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando a exoneração do Secretário de Agricultura e Abastecimento,

DECRETA,

Art. 1º - Fica delegado a OLACIR JOSÉ NUNES, Operador de Máquina Rotativa, ocupando o cargo em comissão de Assessor Técnico, atribuições para responder as questões técnicas, administrativas e financeiras e assinar a documentação pertinente da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, cumulativamente com as atribuições do seu cargo, a partir de 1º de novembro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de outubro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5350/16

. LEI Nº 5350

. de 31 de outubro de 2016

Autoriza Repasse ao Fundo de Melhorias da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Indaial que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a repassar recursos da ordem de até R\$ 106.210,00 (Cento e seis mil, duzentos e dez reais), para o Fundo de Melhorias da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 13.925.994/0001-07, para aquisição de armamento e coletes balísticos, para uso restrito da Polícia Militar de Indaial.

§1º - O repasse será efetuado mediante Convênio a ser firmado entre as partes, obedecendo o disposto na Lei 4.110/10.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação:

24 FUNDO DE REEQUIP. POL. MILITAR – FUNREPOM  
24.001 FUNDO DE REEQUIP. POL. MILITAR – FUNREPOM  
24.001.0006 SEGURANÇA PÚBLICA  
24.001.0006.0181 POLICIAMENTO  
24.001.0006.0181.0024 FUNREPOM  
24.001.0006.0181.0024.1401 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MAT. PERMANENTE

3443000000000000 TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL

01000000 Recursos Ordinários

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 31 de outubro de 2016

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### RESCISÃO AO CONTRATO Nº 134/2013

RESCISÃO AO CONTRATO Nº 134/2013

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, e a empresa, LABORSYS PRODUTOS DIAGNÓSTICOS E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.013.726/0001-10, com sede na Avenida das Torres, nº 824, bairro São Cristovão, CEP 83.040-300, na cidade de São José dos Pinhais – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Ramatys, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 010.885.898-71 e Cédula de Identidade nº 9.036.514 SSP/SC, residente e domiciliado na Avenida República Argentina, nº 2.751, bairro Portão, CEP 80.610-260, na cidade de Curitiba - Estado do Paraná, Resolvem Rescindir o contrato nº 134/2013, firmado em 25 de junho de 2013 nos termos que segue:

1 - O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir de 28 de outubro de 2016, conforme artigo 78, inciso XII, e artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, e solicitação em anexo, dando – se quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de rescisão em 04 (quatro) vias de igual teor, forma e para os mesmos fins.

Indaial/SC, em 28 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL  
Sérgio Almir dos Santos  
Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Adriane Machado Ferrari  
Contratante

LABORSYS PRODUTOS DIAGNÓSTICOS E HOSPITALARES LTDA Ramatys s. Teffeha Contratada	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC nº 6.699
--	--

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

### **TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 127/2014** TERMO ADITIVO Nº 013 AO CONTRATO Nº 127/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e as empresas SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA, com sede na cidade de Florianópolis – Estado de Santa Catarina, na Rua Pedro da Cunha, 61 – Capoeiras, inscrita no CNPJ sob nº 05.039.594/0001-68, e AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, com sede na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, na Rua Michigan, 651 – Brooklin, inscrita no CNPJ sob nº 31.332.778/0001-21, que constituem o CONSÓRCIO AERO-INDAIAL, inscrito no CNPJ sob nº 20.146.984/0001-20, do qual ficou designado entre as partes consorciadas a empresa AEROCARTA S.A. ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS, como líder do Consórcio, representada pelos Srs. Massayoshi Assano, brasileiro, engenheiro agrimensor, inscrito no CPF sob nº 478.277.698-53 e Cédula de Identidade nº 4.186.000 SSP/SP, com endereço na rua Brás Leme, nº 2.242, Apto131, Bloco 1, Santana, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, e Saint-Cler Soares, brasileiro, engenheiro agrimensor, inscrito no CPF sob nº 061.429.908-04 e Cédula de Identidade nº 2.579.439-5 SSP/SP, com endereço na rua Granja Julieta, 9, Apto 124, Granja Julieta, na cidade de São Paulo – Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original que tem como objeto a execução dos serviços de engenharia, contemplando a atualização da base cartográfica, atualização do cadastro imobiliário e implantação de sistema de informações geográficas – SIG, incluindo a integração do sistema de geoprocessamento e sistema de informações interno do Município de Indaial, passa a vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE EXECUÇÃO:**

5.1. O prazo de execução dos serviços é de 31 de outubro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, conforme cronograma físico-financeiro

apresentado pela CONTRATANTE, contados a partir do dia seguinte ao da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 28 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Contratante

AEROCARTA S.A ENGENHARIA Massayoshi Assano Contratada	AEROCARTA S.A ENGENHARIA DE AEROLEVANTAMENTOS Saint-Cler Soares Contratada
---	---

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Márcio Antonio Ferrari	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Miguel Angelo Soar OAB/SC 6.699
--	---

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

# Irati

## PREFEITURA

### **PREGÃO Nº 041/2016**

Estado de Santa Catarina

Município de Irati

Processo N.º 063/2016

Pregão Presencial nº 041/2016

REGISTRO DE PREÇOS

### AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 041/2016 – Registro de Preços

O Município de Irati – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o Pregão Presencial 041/2016 – decorrente do Processo 063/2016, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS TIPO OLEO DIESEL S-10, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br) ou a ser retirado no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 07H45MIN do dia 17 DE NOVENBRO DE 2016, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua João Beux Sobrinho, 385, centro. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08H00MIN do dia 17 DE NOVENBRO DE 2016, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Irati. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3349.0010, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro Irati – SC, 31 de outubro de 2016. Antonio Grando - Prefeito Municipal.

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 32/20169

Resultado de Licitação Nº 32/2016. Pregão Presencial nº 29/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de cartuchos e cilindro para impressoras utilizadas nas Unidades ESF's, CAPS, sede do Programa de Educação Permanente em Saúde, Vigilância Sanitária, setores de regulação, compras, licitações, contabilidade e tesouraria da Secretaria Municipal de Saúde. Empresas vencedoras: TecToner Recarga de Toner Ltda – EPP. Valor R\$ 107.020,00. Infotriz Comercial Ltda - EPP. Valor R\$ 3.185,00; Vigência: 31 de outubro de 2017. Itaiópolis, 31/10/2016. José Heraldo Schritke– Prefeito Municipal.

# Itapiranga

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 185, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 185, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Itapiranga SC, exercício de 2016, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2016 do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na fonte de Recurso 107 – Transferências de Recursos do Fundeb 60%, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

06.02 – Secretaria Municipal Educação Cultura e Desporto – Educação Infantil

12.365.0070.2034 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 26 de outubro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 186, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 186, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

03.03 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

15.452.0076.2009 - Manutenção das atividades do Setor de Urbanismo

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 12.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, anulação total/parcial da seguinte dotação:

03.03 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo

15.452.0076.2009 - Manutenção das atividades do Setor de Urbanismo

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 12.000,00

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 27 de outubro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 187, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 187, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso 120 – Convênio Saúde Bucal, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

92.01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 27 de outubro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 188, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016**

DECRETO Nº 188, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recursos 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

92.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretária Municipal da Saúde  
33.90.00.00.00.00.0104- Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 27 de outubro de 2016.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon  
Secretario Municipal de Administração.

### **DISPENSA Nº 161/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 161/2016  
Dispensa de Licitação nº 161/2016  
Partes: Município de Itapiranga e Casa Lar do Idoso de Três Passos Ltda.  
Objeto: Contratação de instituição para acolhimento de Jane-te Maria Konrad, conforme decisão judicial autos processo nº 000038286.2016.8.24.0034.  
Fundamento: inciso V, Art. 24 da Lei nº 8.666/93.  
Valor: R\$:1.833,34  
Vigência: 30/11/2016

Itapiranga - SC., 31 de outubro de 2016  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2016/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2016/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e MARCIA BECKER SOHN.  
ORIGEM: Processo Seletivo de Chamamento Público nº 04/2016  
OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 150/2016 onde altera o prazo de vigência de 31/10/2016 para 23/11/2016 do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Servente em 40 horas semanais.  
Nível salarial: 585  
Classe - Referência: A-03  
VIGÊNCIA: 31/10/2016 a 23/11/2016

Itapiranga – SC, 31 de outubro de 2016.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 162/2016/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2016/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e MICHELE KAUFMANN.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015  
OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 89/2016 onde altera a carga horária de 20 para 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C-01  
VIGÊNCIA: 07/07/2016 a 20/07/2016

Itapiranga – SC, 07 de julho de 2016.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

### **EXTRATO DOS CONTRATOS 140 A 142/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2016  
PARTES: Município de Itapiranga e Conak Construções E Empreendimentos Ltda  
ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 130/2016  
OBJETO: Contratação de empresa para execução, em regime de empreitada global, do projeto de construção (com fornecimento de material e mão de obra) de escola 12 salas de aula - projeto padrão FNDE - PAR nº 31359/2014, localizada na Linha Santa Fé, interior do município de Itapiranga, em conformidade com o termo de compromisso celebrado entre o município de Itapiranga/MEC/FNDE.  
VALOR: R\$ 3.164.650,00  
VIGÊNCIA: 23 de julho de 2017.

Itapiranga – SC. 26 de outubro de 2016.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2016  
PARTES: Município de Itapiranga e L.S.W. Serviços Ltda Epp  
ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 130/2016  
OBJETO: Contratação de empresa para execução, em regime de empreitada global, do projeto de construção (com fornecimento de material e mão de obra) de uma creche projeto padrão FNDE tipo 02 - PAC nº 10671/2014, localizada na Linha Santa Fé, interior do município de Itapiranga, em conformidade com o termo de compromisso celebrado entre o município de Itapiranga/MEC/FNDE.  
VALOR: R\$ 1.115.082,92  
VIGÊNCIA: 23 de julho de 2017.

Itapiranga – SC. 26 de outubro de 2016.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 142/2016  
PARTES: Município de Itapiranga e Casa Lar Do Idoso De Três Passos Ltda - Me  
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 161/2016  
OBJETO: Contratação de instituição para acolhimento de Jane-te Maria Konrad, conforme decisão judicial autos processo Nº 000038286.2016.8.24.0034.  
VALOR: R\$ 1.833,34  
VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2016.

Itapiranga – SC. 31 de outubro de 2016.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

**PORTARIA 165/2016**

PORTARIA Nº 165/2016 – CONTRATOS  
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar o servidor Ricardo Kraemer, matrícula nº 6405/01, para exercer a função de fiscal da Ata de Registro de Preços nº 211/2016, firmada pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 155/2016, para contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de outubro de 2016.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Ricardo Kraemer  
Fiscalizador

**PORTARIA 166/2016**

PORTARIA Nº 166/2016 – CONTRATOS  
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Janete F. Baumann, matrícula nº 11824/02, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 138/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude do Pregão Presencial nº 150/2016, para contratação de empresa para instalação de telefonia fixa na modalidade STFC, para a administração municipal de Itapiranga.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no

Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de outubro de 2016.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Janete F. Baumann  
Fiscalizadora

**PORTARIA 167/2016**

PORTARIA Nº 167/2016 – CONTRATOS  
DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os servidores Régis K. Bittencourt, matrícula nº 14978/01 e Franciele Rohr, matrícula nº 15020/01, para exercer a função de fiscal dos seguintes contratos:

a) Contrato nº 140/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 130/2016, para contratação de empresa para execução, em regime de empreitada global, do projeto de construção (com fornecimento de material e mão de obra) de escola 12 salas de aula - projeto padrão FNDE - PAR nº 31359/2014, localizada na Linha Santa Fé, interior do município de Itapiranga, em conformidade com o termo de compromisso celebrado entre o município de Itapiranga/MEC/FNDE.

b) Contrato nº 141/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 130/2016, para contratação de empresa para execução, em regime de empreitada global, do projeto de construção (com fornecimento de material e mão de obra) de uma creche projeto padrão FNDE tipo 02 - PAC nº 10671/2014, localizada na Linha Santa Fé, interior do município de Itapiranga, em conformidade com o termo de compromisso celebrado entre o município de Itapiranga/MEC/FNDE.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de outubro de 2016.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

Régis K. Bittencourt Franciele Rohr  
Fiscalizador Fiscalizadora

**PORTARIA 168/2016**

PORTARIA Nº 168/2016 – CONTRATOS

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e artigo 67 da Lei nº 8.666/93 consolidada.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Monia Datiane Katzer, matrícula nº 14658/01, para exercer a função de fiscal do Contrato 142/2016, firmado pelo Município de Itapiranga, em virtude da Dispensa de Licitação nº 161/2016, para o repasse de valores mensais para o abrigamento e acolhimento de idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade decorrentes de violência, maus tratos, abandono e demais situações semelhantes. Em conformidade com o que estabelece a lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso. Contratação de instituição para acolhimento de Janete Maria Konrad, conforme decisão judicial autos processo Nº 000038286.2016.8.24.0034.

Art. 2º - Ao Servidor supracitado compete a fiscalização e acompanhamento, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas a execução da respectiva ata/contrato e todos os seus aditivos, informando toda e qualquer falta ou defeito observado, conforme consta nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - A designação constante no artigo primeiro não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Itapiranga - SC, 31 de outubro de 2016.

MILTON SIMON  
Prefeito MunicipalMonia Datiane Katzer  
Fiscalizadora**PORTARIA Nº 136/2016**

Portaria nº 136 de 1º de novembro de 2016

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 02/2006 e alterações;

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar a pedido, a partir do dia 1º de novembro de 2016, Oliveta Korbes Bergmann matrícula nº 10146/01, do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 1º de novembro de 2016.

Milton Simon  
Prefeito MunicipalPublicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos**PORTARIA Nº 137/2016**

Portaria nº 137 de 1º de novembro de 2016.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 2.153/2003 e alterações;

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação no percentual de 40% (quarenta por cento) a servidora municipal Ivete Fuhr Petry, matrícula nº 4024/01, por exercer as funções de Diretora de Creche, com 40 horas semanais, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.153/2003 e suas alterações.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga (SC), 1º de novembro de 2016.

Milton Simon  
Prefeito MunicipalPublicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos**TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 162/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E

SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 162/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 162/2016, cujo objeto é a execução em regime de empreitada global do projeto para deslocamento de rede e postes na Linha Chácara e do projeto de instalação de entrada de energia para a bomba de recalque da estação de tratamento de esgoto. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 16 de novembro de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone: (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 31 de outubro de 2016

Milton Simon  
Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1677/2016 - RH

PORTARIA Nº 1677/2016.

De: 18 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

#### CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 22 de setembro de 2016 à 20 de dezembro de 2016 (90 dias de gozo), ao(a) servidor(a) LOECI CAMARA, matrícula 616230, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 22 de setembro de 2016.

Itapoá – SC, 18 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### PORTARIA Nº 1678/2016 - RH

PORTARIA Nº 1678/2016.

De: 18 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

#### CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 12 de outubro de 2016 à 10 de novembro de 2016 (30 dias de gozo), ao(a) servidor(a) ANGELA NERES DO ROSARIO, matrícula 607592, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 12 de outubro de 2016.

Itapoá – SC, 18 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### PORTARIA Nº 1679/2016 - RH

PORTARIA Nº 1679/2016.

De: 18 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

#### CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 01 de outubro de 2016 à 29 de dezembro de 2016 (90 dias de gozo), ao(a) servidor(a) DANIELE SANTOS KUROBA, matrícula 1154362, investido(a) no cargo de ENFERMEIRO I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 01 de outubro de 2016.

Itapoá – SC, 18 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### PORTARIA Nº 1680/2016 - RH

PORTARIA Nº 1680/2016.

De: 18 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JEONG HWA ZADUSKI, matrícula nº 11615290, no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, os seguintes Membros:

1º membro: Lucy Helena Wielewiski

2º membro: Angela Schmidt Fernandes

3º membro: Julio César Abreu

4º membro: Thiago Avelino

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1681/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1681/2016.

De: 18 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de outubro de 2016 à 01 de novembro de 2016 (30 dias de gozo), ao(a) servidor(a) MADALENA DA SILVA COSTA, matrícula 605174, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 03 de outubro de 2016.

Itapoá – SC, 18 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1682/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1682/2016.

De: 18 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 03 de outubro de 2016 à 01 de novembro de 2016 (30 dias de gozo), ao(a) servidor(a) PAMELA TODESCO, matrícula 619353, investido(a) no cargo de PROFESSOR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 03 de outubro de 2016.

Itapoá – SC, 18 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1683/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1683/2016.

De: 18 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 17 de outubro de 2016 à 15 de novembro de 2016 (30 dias de gozo), ao(a) servidor(a) SOLANGE MARIA ROSA, matrícula 580279, investido(a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 17 de outubro de 2016.

Itapoá – SC, 18 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1684/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1684/2016

De: 19 de outubro de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). JOSÉ DOS SANTOS GUEDES, matrícula 11629622, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 1685/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1685/2016.

De: 19 de outubro de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) WELLINGTON RUTILIO KULIACK, matrícula 1211994, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, conforme Lei Complementar

Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1686/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1686/2016.

De: 19 de outubro de 2016.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) ADILSON RODRIGUES DE MARAFIGO, matrícula 607711, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 19 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1687/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1687/2016.

De: 24 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SUZANA BESEN MARTINS, matrícula 590916, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, no Gabinete do Prefeito – Departamento de Chefia de Gabinete, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 0968/2015 de 27 de março de 2015.

Itapoá, 24 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1688/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1688/2016.

De: 24 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) HELOÍZA HELENA MOREIRA, matrícula 1221396, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura – Departamento de Meio Ambiente, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1101/2015 de 27 de março de 2015.

Itapoá, 24 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **PORTARIA Nº 1689/2016 - RH**

PORTARIA Nº 1689/2016.

De: 24 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIANA MARIA WESTPHAL MAFRA, matrícula 11676205, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Saúde – Departamento de Saúde - Farmácia, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1636/2013 de 06 de outubro de 2016.

Itapoá, 24 de outubro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

# Ituporanga

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 596, de 31 de outubro de 2016**

DECRETO Nº 596, de 31 de outubro de 2016.

"Declara Revogada a Licitação nº 62, de 05 de setembro de 2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 43/2016".

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA Prefeita em exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga-SC, com observância ao disposto no art. 42 da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e considerando a falta de interesse público que justifique a continuidade do procedimento licitatório;

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica REVOGADA a Licitação nº 62, de 16 de setembro de 2016, na modalidade de Pregão Presencial nº 43/2016, da contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para alimentação escolar dos Centros Educacionais Municipais e conseqüentemente todos os atos e efeitos do citado Processo Licitatório.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 31 de outubro de 2016.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em exercício do Município

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### **CONTRATO Nº 288/2016, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC E A EMPRESA COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO SÃO JOSÉ LTDA.**

CONTRATO Nº 288/2016, QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC E A EMPRESA COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO SÃO JOSÉ LTDA.

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede governamental na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.459/0001-23, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Dieter Janssen, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO SÃO JOSÉ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua João Bauer, 371, Centro, no município de Brusque, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.720.381/0001-95, neste ato representada pelo Sr. Fernando Montibeller, portador da cédula de identidade 4C/3.194.926, inscrito no CPF sob nº 887.024.059-20, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação Edital de TOMADA DE PREÇOS Nº 78/2016, homologado em 19/10/2016, pactuam o presente mediante sujeição mútua às normas do edital, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Prestação de serviços de engenharia para reforma elétrica na EMEF Waldemar Schimitz, localizada na Rua Angelo Benetta, 240 no Bairro Ilha da Figueira, EMEF Anna Towe Nagel, localizada na Rua Marcos E. Verbinen, 320, no Bairro Água Verde, CMEI Alexander Enke, localizado na Rua: Artur Enke, 545, no Bairro Amizade e CMEI Apolônia Stalin Junkes, localizado na Rua: Alberto Maiocchi s/n, no Bairro Chico de Paulo, em Jaraguá do Sul SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 – Constituem partes integrantes deste contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes:

2.1.1 – Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 78/2016 e seus anexos;

2.1.2 – Proposta apresentada pela Contratada.

2.2 – A CONTRATADA deverá apresentar ao MUNICÍPIO a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e/ou RRT da obra que vier a executar, bem como o nome do profissional responsável, com a devida Certidão de Registro da CONTRATADA no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou CAU.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 – O objeto do presente contrato será realizado sob o regime de execução de empreitada por preço unitário.

3.2 – A CONTRATADA se obriga a respeitar, rigorosamente na execução deste contrato, a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, bem como as normas de higiene e segurança, por cujos encargos responderá unilateralmente.

3.3 – A obra deverá ser executada em estrita obediência ao presente contrato, devendo ser observadas integral e rigorosamente o Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 78/2016 e seus anexos. Qualquer dúvida com relação ao projeto e seus complementares deverão ser dirimidos junto à Secretaria Municipal de Urbanismo (Gerência de Projetos) do MUNICÍPIO.

3.4 – Na execução dos serviços a CONTRATADA deverá observar os requisitos básicos de qualidade, resistência e segurança, determinados nas NORMAS TÉCNICAS elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT.

3.5 – A CONTRATADA é responsável pela sinalização e outros dispositivos de segurança nos locais onde se realizarão as obras, pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do MUNICÍPIO ou seus prepostos.

3.6 – O MUNICÍPIO poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica e de segurança, ou ainda, no caso de inobservância e/ou desobediência às determinações, cabendo à CONTRATADA, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – A despesa do objeto deste contrato correrá por conta de recurso orçamentário do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Nat. Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.117.3.3.90	Man. patrim.–Ensino Fund.	4.4.90–Ap. Diretas	119	Sal. Educação
12.361.0351.2.121.3.3.90	Man. patrim.–Ed Infantil	4.4.90–Ap. Diretas	140	Sal. Educação

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE.**

5.1 O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 23.917,05 (vinte e três mil novecentos e dezessete reais e cinco centavos), referentes à mão de obra e R\$ 35.875,55 (trinta e cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 59.792,60 (cinquenta e nove mil setecentos e noventa e dois reais e sessenta centavos), em conformidade com o disposto no item 5.2, seguinte.

5.2 – O pagamento será efetuado na segunda quarta-feira após a conclusão de cada etapa do cronograma físico e financeiro, tendo a medição à devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços.

5.3 – Serão pagos somente os serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos na obra sem a efetiva execução.

5.4 – Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluam todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida, estando incluso a confecção, instalação e manutenção durante o período de execução das obras, de 01 (uma) placa em folhas de zinco, conforme modelo anexo ao Edital (Anexo V), devendo a mesma ser instalada em local a ser determinado pelo MUNICÍPIO.

5.5 – A CONTRATADA deverá obrigatoriamente, apresentar POR OCASIÃO DO RECEBIMENTO DA OBRA, os documentos abaixo identifica-

- dos:
- a) Certidão Negativa de Débito para com o INSS ref. à obra executada;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS.

5.5.1 – Na hipótese de não apresentação, o pagamento será susado.

5.6 - REAJUSTE: Em caso de prorrogação do prazo de execução contratual, e depois de decorrido o prazo de 12 (doze) meses a contar da data da apresentação da proposta comercial, os valores poderão ser reajustados pela variação do índice INCC ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, incidentes apenas sobre os serviços a serem realizados.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS**

6.1 – O prazo para execução da obra é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

6.1.1 – A ordem de serviço deverá ser emitida em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por igual período, devidamente justificado no processo licitatório.

6.2 – O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

6.3 – O recebimento definitivo ocorrerá no prazo estabelecido no §º 3 do art. 73 da Lei de Licitações, mediante comprovação de que o objeto foi executado na forma estipulada neste contrato e constatação de que a CONTRATADA cumpriu integralmente os termos do mesmo, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 – A fiscalização e controle da execução da obra serão exercidos pelo MUNICÍPIO, através de seus prepostos; todos os serviços e toda a área abrangida pelas obras estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização a qualquer hora, por pessoas devidamente credenciadas pelo MUNICÍPIO.

7.2 – A fiscalização do MUNICÍPIO transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhes decidir os casos de dúvidas que surgirem no decorrer dos serviços.

7.3 – A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo MUNICÍPIO, e, se obriga a atender pronta e irrestritamente as reclamações deste, corrigindo às suas expensas os serviços defeituosos e substituindo materiais fora das especificações.

7.4 – A CONTRATADA, sem prejuízo de sua responsabilidade, deverá comunicar à fiscalização, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução ou no controle técnico dos serviços, bem como qualquer fato que possa colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços e sua execução dentro do prazo pactuado.

7.5 – O MUNICÍPIO se reserva o direito em requerer o afastamento de profissionais ou máquinas/equipamentos que julgar inconvenientes para permanecer nos serviços.

**CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1 – A CONTRATADA obrigar-se-á a:

- a) aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar até o limite permitido pelo §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- b) pagar os emolumentos prescritos em Lei e observação de todas as posturas referente ao serviço, retirando o alvará para execução dos serviços junto a Secretaria Municipal de Urbanismo do Município, informando a data de início e de término da mesma;

- c) por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;
- d) responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de leis trabalhistas que digam respeito aos serviços contratados e a concreta aplicação da legislação em vigor, relativo à segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como pelo emprego de equipamento de proteção individual conforme estabelece a Portaria Ministerial nº 3.214 e anexos;
- e) efetuar o pagamento de todos os seguros, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e demais despesas e tributos pertinentes a obra;
- f) refazer, às suas expensas, todo e qualquer serviço mal executado, ou trabalho defeituoso, executado de forma insatisfatória ou executado fora das especificações técnicas;
- g) por toda e qualquer má execução, trabalho defeituoso ou executado fora das especificações do MUNICÍPIO, os reparos ou substituições necessários devem correr por conta da CONTRATADA e ser prontamente atendidas;
- h) manter devidamente registrada em seu quadro de pessoal, todas as pessoas envolvidas nos serviços objeto deste edital, devendo apresentar cópia das guias de INSS e FGTS, bem como cópia da quitação da folha de Pagamento, quando do recebimento das parcelas devidas pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão de contrato pelo mesmo;
- i) fornecer e manter durante o período de execução das obras, 01 (uma) placa de obra em folhas de zinco, conforme modelo (Anexo V) à este Edital, que deverá ser fixada no local da obra assim que esta for iniciada;
- j) pela contratação do pessoal, fornecendo e obrigando o uso de equipamentos de proteção individual a seus empregados e aplicar a legislação referente à segurança medicina e higiene do trabalho;
- k) executar os serviços objeto desta licitação com pessoal próprio, podendo ser terceirizado somente os serviços previamente autorizados pela Fiscalização do MUNICÍPIO, com fundamento no artigo 72 da Lei Federal n.º 8.666/93, não admitindo-se a terceirização de serviços referentes ao corpo principal da obra;
- k-1) – no caso de terceirização de serviços, a empresa vencedora deverá apresentar previamente as Certidões de Regularidade do INSS e FGTS da(s) empresa(s) sub-contratada(s), as quais deverão estar habilitadas para execução dos serviços, e após a medição dos serviços, as guias de recolhimento de tais encargos, além da quitação da Folha de Pagamento relativa ao período;
- l) manter no local da execução das obras, responsável técnico para responder à dúvidas relacionadas à obra, sempre que necessário ou solicitado pela Fiscalização do MUNICÍPIO;
- m) os contatos e discussões a respeito das obras deverão ser efetuados entre o responsável técnico da empresa contratada e a Fiscalização da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul;
- n) Prestar garantia de execução contratual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, quando da assinatura do instrumento contratual, em qualquer das formas previstas no art.56, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- o) Em se tratando de garantia referida nos incisos II e III do § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e alterações, o documento deverá conter cláusula que mencione expressamente a cobertura por qualquer prejuízo causado, inclusive eventual multa administrativa aplicada pelo MUNICÍPIO;
- p) A garantia referida no item “n” desta cláusula será liberada à contratada, após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após emissão do termo de recebimento definitivo da obra;
- q) Deverá fornecer anotação de Responsabilidade Técnica (ART e/ou RRT – Execução) dos serviços objeto do presente edital, por ocasião da assinatura do instrumento contratual;
- r) A obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- s) Disponibilizar o número de funcionários suficientes para garantir rigorosamente o prazo de execução da obra, previsto no item 6.1 deste instrumento;
- t) Manter no local da obra, Registro Próprio (Diário de Obras), para anotação das ocorrências relacionadas com a execução do objeto;
- u) Ao final da obra, a VENCEDORA deverá fazer a comunicação expressa ao MUNICÍPIO de que a obra já está concluída, sendo entregue ao MUNICÍPIO;
- v) Deverá manter ARQUIVO FOTOGRÁFICO do andamento da obra, de no mínimo 04 (quatro) fotos, que refletirá todas as etapas de sua execução; que deverá ser entregue ao Fiscal da Obra em CD-Rom, em extensão (.jpeg), e cada arquivo contendo o tamanho de no máximo 500Kb por foto;
- w) Deverá fornecer ao final da obra, o respectivo “As built” ao Fiscal, e que ainda esta entrega será requisito para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

##### 9.1 – É estabelecida a multa de:

- a) 1 % (hum por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega da obra, limitado ao máximo de 10% (dez por cento);
- b) 10% (dez por cento) do valor da proposta, pela rescisão ou não execução dos serviços sem justo motivo, por parte da proponente vencedora, ou pela inexecução total do objeto contratado;
- c) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do valor da proposta pelo descumprimento de cada obrigação prevista no item XV deste edital, podendo ser cumulada.

9.2 – A multa aplicada será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo MUNICÍPIO e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente após a notificação.

9.3 – As multas são independentes, sendo aplicadas cumulativamente, não tendo caráter compensatório, e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a acarretar.

9.4 – Além das multas previstas no item 9.1 desta cláusula, se a proponente vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

9.4.1 – Rescisão do contrato e/ou Cancelamento da Autorização de Fornecimento;

9.4.2 – Suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município e seus órgãos descentralizados, por período não superior a 02 (dois) anos;

9.4.3 – Fornecimento de declaração de inidoneidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1 – A rescisão do presente poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- b) a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula décima primeira;
- c) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- d) constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- e) em caso de rescisão prevista no inciso XII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- f) a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 79 acarretará as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

10.2 – Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do MUNICÍPIO, a rescisão importará em:

- a) aplicação da pena de suspensão do direito de licitar com o MUNICÍPIO e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- b) declaração de inidoneidade quando a VENCEDORA sem justa causa não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do MUNICÍPIO. A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurado a defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS EMPREGADOS**

11.1 – A CONTRATADA obrigar-se-á a manter devidamente registrada em seu quadro de pessoal, todas as pessoas envolvidas nos serviços objeto deste Contrato, devendo apresentar cópia das guias de INSS e FGTS, bem como cópia da quitação da Folha de Pagamento, quando do recebimento das parcelas devidas pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão do contrato pelo mesmo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1 – No ato da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer a garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em qualquer das formas previstas no artigo 56 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade igual ao prazo de execução do objeto, acrescido de 60 (sessenta) dias.

12.1.1 – Em caso de prorrogação do prazo de execução do objeto, a CONTRATADA deverá providenciar a imediata prorrogação do prazo de validade da garantia.

12.2 – Em se tratando de garantia referida nos incisos II e III do § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e alterações, o documento deverá conter cláusula que mencione expressamente a cobertura por qualquer prejuízo causado, inclusive eventual multa administrativa aplicada.

12.3 – A garantia referida no item 12.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma.

12.4 – Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REGISTRO DA OBRA**

13.1 – A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, registrar a obra no INSS em seu nome, e por ocasião dos pagamentos, apresentarem ao MUNICÍPIO uma relação nominal dos trabalhadores ou de sub-empregueiros, que trabalharam na obra no mês anterior, comprovando o recolhimento dos respectivos encargos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 – A CONTRATADA obriga-se por todos os itens do Edital e por sua proposta apresentada, que deram origem ao presente Contrato.

14.2 – A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, respeitados os termos do §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14.3 – A não utilização por parte do MUNICÍPIO, de quaisquer direitos a ele assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importará em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretados como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

14.4 – Este contrato e o Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 78/2016 e seus anexos, são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido.

14.5 – Não será permitido a subcontratação dos serviços objeto deste Edital, salvo nas condições especificadas no subitem 8.1 “j-1” deste instrumento.

14.6 – A CONTRATADA é responsável pela apólice de seguro contra acidentes, de modo a cobrir danos de qualquer natureza, inclusive contra incêndio, valia para todas as suas instalações, equipamentos, materiais e pessoal sob sua responsabilidade, bem como danos pessoais e materiais a terceiros.

14.7 – A CONTRATADA responderá, durante 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança da obra, assim em razão dos materiais, como do solo, exceto quando a este, se, não o achado firme, preveniu em tempo o contratante, nos termos do Art. 618 do Novo Código Civil.

14.8 – Os detalhes ou equipamentos que não são usualmente especificados ou mostrados nos anexos que compõe o Edital, mas que são necessários para que a instalação trabalhe e opere de maneira satisfatória, deverão ser incluídos no fornecimento e instalados como se tivessem sido citados, fazendo parte, portanto, do contrato de execução.

14.9 – No decorrer da execução, se houver necessidade de serviços adicionais, de itens que não estejam contemplados na Planilha Orçamentária/Quantitativa, deverão ser avaliados e autorizados expressamente pela Fiscalização e Secretaria solicitante, bem como os valores deverão ser aplicados os praticados nos custos unitários da Planilha Oficial do Município de Jaraguá do Sul – Gerência de Projetos.

14.10 – Qualquer modificação, seja inclusão ou exclusão de serviços e materiais durante a execução do objeto deste Edital, deverá obrigatoriamente conter a aprovação da Secretaria solicitante e da Fiscalização da obra, sob pena de indeferimento no pagamento.

#### CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DA APRECIACÃO DO TCE

15.1 – O presente Instrumento será objeto de apreciação e cadastro no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina não se responsabilizando a CONTRATANTE se a Corte de Contas, por qualquer motivo, denegar-lhe aprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1 – Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Jaraguá do Sul (SC), 19 de outubro de 2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Dieter Janssen - Prefeito Municipal

CONTRATADA: COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO SÃO JOSÉ LTDA

Fernando Montibeller

#### TESTEMUNHAS:

Saulo de Oliveira Miranda

CPF: 904.310.739-53

Rodrigo José Branco de Moraes

CPF: 041.684.669-65

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 288/2016

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 78/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO SÃO JOSÉ LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para reforma elétrica na EMEF Waldemar Schimitz, localizada na Rua Angelo Benetta, 240 no Bairro Ilha da Figueira, EMEF Anna Towe Nagel, localizada na Rua Marcos E. Verbinen, 320, no Bairro Água Verde, CMEI Alexander Enke, localizado na Rua: Artur Enke, 545, no Bairro Amizade e CMEI Apolônia Stalin Junkes, localizado na Rua: Alberto Maiocchi s/n, no Bairro Chico de Paulo, em Jaraguá do Sul SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 23.917,05 (vinte e três mil novecentos e dezessete reais e cinco centavos), referentes à mão de obra e R\$ 35.875,55 (trinta e cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 59.792,60 (cinquenta e nove mil setecentos e noventa e dois reais e sessenta centavos).

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na segunda quarta-feira após a conclusão de cada etapa do cronograma físico e financeiro, tendo a medição à devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços.

DO PRAZO: O prazo para execução da obra é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - A despesa do objeto deste contrato correrá por conta de recurso orçamentário do exercício de 2016, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Nat. Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.117.3.3.90	Man. patrim.–Ensino Fund.	4.4.90–Ap. Diretas	119	Sal. Educação
12.361.0351.2.121.3.3.90	Man. patrim.–Ed Infantil	4.4.90–Ap. Diretas	140	Sal. Educação

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2016.  
 FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.  
 SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Fernando Montibeller.

Dieter Janssen  
 Prefeito Municipal

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	320	Unid.	PILHA ALCALINA AAA 1,5 V Pilha alcalina LR3 1,5 V. 0% de mercúrio e cádmio. Deve conter no corpo do produto ou em sua embalagem, advertências quanto aos riscos à saúde humana, ao meio ambiente e descarte. Validade impressa no rótulo da pilha. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalada em blister lacrado contendo 4 unidades. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação e vazamento. O fornecedor deve recolher, na entrega de cada novo pedido, quantidade equivalente de pilhas usadas para descarte, de acordo com a Lei 12.305/2010.	1,20
02	370	Unid.	PILHA ALCALINA AA 1,5 V Pilha alcalina LR6 1,5 V. 0% de mercúrio e cádmio. Deve conter no corpo do produto ou em sua embalagem, advertências quanto aos riscos à saúde humana, ao meio ambiente e descarte. Validade impressa no rótulo da pilha. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalada em blister lacrado contendo 4 unidades. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação e vazamento. O fornecedor deve recolher, na entrega de cada novo pedido, quantidade equivalente de pilhas usadas para descarte, de acordo com a Lei 12.305/2010.	1,30
08	83	Unid.	CADERNO BROCHURA MÍNIMO 60 fls Costurado, 1/4, capa dura, capa sem estampa, mínimo 60 folhas pautadas em papel off set 56g/m², pauta legível e uniforme em todas as folhas. Formato 140x200mm. Capa em papelão com no mínimo 725g/m². Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	3,10
15	25	Unid.	CANETA HIDROCOR C/ 12 CORES Canetinha hidrográfica para traços, desenhos e pintura em geral, em papel, cartão e cartolina. Ponta de aproximadamente 1mm. Resistente, lavável, cores vivas, atóxica, tampa antiasfixiante, Corpo com aproximadamente 140mm. Selo INMETRO de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Estojo plástico. Empresa com desenvolvimento sustentável.	7,70
16	620	Unid.	CANETA MARCA TEXTO APRESENTAR AMOSTRA Caneta hidrográfica fluorescente para destaque de texto, ponta chanfrada para traço de no mínimo 1mm a 4mm. Tinta resistente a luz, de secagem rápida. Cores amarela, laranja e verde conforme necessidade. Corpo redondo com aproximadamente 140 mm. Corpo ou tampa da cor da tinta para facilitar identificação. Livre de PVC. Selo INMETRO de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Empresa com desenvolvimento sustentável.	1,80
17	60	Unid.	CANETA P/ QUADRO BRANCO Marcador para quadro branco com ponta macia, que não cause riscos no quadro, escrita de 2mm. De alto rendimento, cores vivas. Fácil de apagar. Cores azul, preta, vermelha e verde conforme necessidade. Corpo com aproximadamente 130mm. Corpo ou tampa da cor da tinta para facilitar identificação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Empresa com desenvolvimento sustentável.	2,99
19	220	Unid.	CARBONO SIMPLES Papel carbono para escrita manual, na cor azul, medida de 210x297mm. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	0,19
23	110	Caixa	CLIPS N.º 02 - C/ 500g Clips para papel confeccionados em arame de aço niquelado resistente à oxidação, paralelo, n.º 2/0. Caixa com no mínimo 500g.	6,40
24	56	Caixa	CLIPS N.º 04 - C/ 500g Clips para papel confeccionados em arame de aço niquelado resistente à oxidação, paralelo, n.º 4/0. Caixa com no mínimo 500g.	6,40
25	40	Caixa	CLIPS N.º 06 - C/ 500g Clips para papel confeccionados em arame de aço niquelado resistente à oxidação, paralelo, n.º 6/0. Caixa com no mínimo 500g.	6,40

26	60	Caixa	CLIPS N.º 08 - C/ 500g Clips para papel confeccionados em arame de aço niquelado resistente à oxidação, paralelo, n.º 8/0. Caixa com no mínimo 500g.	6,40
30	152	Pacote	ELÁSTICOS N.º 18 Elástico amarelo em borracha natural, nº 18, caixa ou pacote com no mínimo 200 unidades. Deve alongar até 4 vezes sem deformar. Embalagem contendo impressa informação do produto e do fabricante. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	1,84
31	1.200	Unid.	ENVELOPE 16x23cm AMARELO Envelope tipo saco em papel kraft ouro, sem impressão, sem RPC, com aba, gramatura mínima de 80g/m². Colagem e esquadro perfeito. Embalados em caixas com 250 unidades. Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	0,11
34	1.600	Unid.	ENVELOPE P/MALOTE INTERNO COM ILHÓS APRESENTAR AMOSTRA Envelope tipo saco em papel kraft natural, com aba, gramatura mínima de 80g/m². Ilhós para fechamento. Impressão frente e verso. Colagem e esquadro perfeito. Medida 250x350mm. Embalados em caixas com 250 unidades. Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	0,75
36	64	Unid.	ESTILETE DE LÂMINA ESTREITO 9mm Estilete retrátil, robusto, corpo em plástico, emborrachamento macio, estrutura interna em aço inoxidável e trava automática de segurança. Acompanha lâmina reta com 9mm, em aço temperado, com tratamento antiferrugem, pontas renováveis. Garantia contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	6,72
41	20	Caixa	ETIQUETA 1 COLUNA 89x23,4mm C/ 6000 un Etiqueta branca em formulário contínuo, medindo 89x23,4mm, 1 carreira, papel com adesivo permanente, caixa com 6.000 etiquetas.	56,90
47	160	Unid.	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 24mm x 50m Fita adesiva em papel kraft liso saturado, resistente e impermeabilizado. Adesivo em borracha natural e resina sintética. Medindo no mínimo 24mm x 50m. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	4,99
48	200	Unid.	FITA CREPE DE PAPEL MARROM 48mm x 50m Fita adesiva em papel kraft liso saturado, resistente e impermeabilizado. Adesivo em borracha natural e resina sintética. Medindo no mínimo 48mm x 50m. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	9,49
49	60	Unid.	GRAFITE 0,5mm GRADUAÇÃO 2B ESTOJO C/ 12 MINAS Grafite Polymer para lapiseira, preto, diâmetro de 0,5mm, graduação 2B, resistente a quebra, maior maciez e fácil de apagar. Estojo com no mínimo 12 minas de 60mm. Empresa com desenvolvimento sustentável.	0,72
51	220	Unid.	GRAMPEADOR MÉDIO P/ GRAMPO 26/6 APRESENTAR AMOSTRA Grampeador de mesa para grampos 26/6. Prensagem manual. Estrutura em aço, pintura eletrostática de alta resistência na cor preta, cinza ou azul. Canaleta em aço niquelado. Base de apoio em plástico anti-derrapante. Capacidade para grampear simultaneamente, no mínimo, 25 folhas de papel com gramatura de 75g/m². Base medindo aproximadamente 18cm, com alcance de 10cm. Compartimento de grampos com capacidade de um pente de grampos. Matriz de prensagem niquelada, móvel para opção de grampear fechado ou aberto. Mola para manter abertura entre a alavanca e a base. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	22,65
52	196	Caixa	GRAMPO 26/6 GALVANIZADO C/ 5000 pçs Grampo para grampeador modelo 26/6, em arame de aço resistente à oxidação. Indicado para grampear até 20 folhas de papel com gramatura de 75g/m². Pontas afiadas. Camada controlada de adesivo. Embalado em caixas com 5000 grampos.	2,40
58	70	Unid.	LAPISEIRA 0,5mm Recarregável, corpo nas cores azul, vermelha ou verde. Formato multilateral ergonômico. Grip emborrachado. Avanço automático do grafite. Ponteira e clipe em metal cromado. Borracha extra grande com elevação giratória. Selo INMETRO de acordo com NBR 15236. Acompanha tubo contendo 12 unidades de grafite Polymer. Encartelada individualmente.	7,31
59	48	Unid.	LIVRO ATA SEM MARGEM C/ 100 fls Livro ata com 100 folhas numeradas, em papel off set com 56g/m². Costurado. Capa e contracapa na cor preta 700g/m², revestido com papel 90g/m², plastificado. Formato 205x300mm. Embalados em pacotes com 5 unidades. Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	6,20
60	45	Unid.	LIVRO PROTOCOLO C/ 100 fls Livro protocolo de correspondência, no mínimo 100 folhas numeradas sequencialmente, impressão uniforme, em papel off set com 56g/m². Costurado. Capa dura 725g/m², revestimento off-set cor preta ou azul. Formato 154x206mm. Embalados em pacotes com 10 unidades. Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	5,10
63	2.000	Folhas	PAPEL VERGÊ 180g Papel para impressora jato de tinta e laser, formato A4, 180g/m². Cores azul clara, branca, cinza, palha, verde, salmão, conforme necessidade. Embalado em pacote com 50 folhas.	0,20

68	30	Unid.	PASTA CATÁLOGO C/ 10 folhas Pasta ofício medindo 240x330mm. Capa em cartão com 2mm de espessura, revestido com plástico na cor preta, com soldas perfeitas e resistentes. Contendo 10 envelopes médios, em polietileno não aderente, com espessura de 0,012mm, 4 colchetes, bolso com visor cristal frontal.	4,30
69	115	Unid.	PASTA CATÁLOGO C/ 50 folhas Pasta ofício medindo 240x330mm. Capa em cartão com 2mm de espessura, revestido com plástico na cor preta, com soldas perfeitas e resistentes. Contendo 50 envelopes médios, em polietileno não aderente, com espessura de 0,012mm, 4 colchetes, bolso com visor cristal frontal.	7,50
70	810	Unid.	PASTA PARA ARQUIVO APRESENTAR AMOSTRA Pasta classificadora com lombo regulável até 500 folhas. Em papel cartão com gramatura de 480g/m², plastificada, formato ofício, medida de 345x235mm, cor azul clara. Conjunto grampo trilho em polietileno transparente para fixação de papéis incluso. Embalada em caixa com 50 unidades.	2,08
77	130	Unid.	PERFURADOR MÉDIO APRESENTAR AMOSTRA Perfurador de mesa para perfurar até 25 folhas de papel com gramatura de 75g/m² por vez. Régua grafada de fácil leitura para ajuste do papel embutida na base. Distância entre furos de 80mm. Pinos em aço niquelado com diâmetro mínimo de 5,5mm. Estrutura em aço, pintura eletrostática de alta resistência na cor preta. Base de apoio anti-derrapante de fácil abertura para retirada do papel. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	21,15
78	36	Unid.	PERFURADOR GRANDE APRESENTAR AMOSTRA Perfurador de mesa para perfurar até 60 folhas de papel com gramatura de 75g/m² por vez. Régua grafada de fácil leitura para ajuste do papel embutida na base. Distância entre furos de 80mm. Pinos em aço niquelado com diâmetro mínimo de 5,5mm. Estrutura em aço, pintura eletrostática de alta resistência na cor preta. Base de apoio anti-derrapante de fácil abertura para retirada do papel. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	48,00
80	8.100	Unid.	PLÁSTICO C/ 4 FUROS P/ PASTA SUSPensa Saco plástico não aderente, tamanho ofício em polietileno transparente, com 4 furos. Medindo no mínimo 240x320mm e espessura de 0,15mm. Embalados em pacotes ou caixas com 100 unidades.	0,19
83	190	Unid.	RÉGUA DE PLÁSTICO C/ 30cm Injetada em poliestireno, medindo 310x35x3mm, rígida, com graduação precisa até 30cm em milímetros e centímetros. Numeração e graduação resistente na cor preta. Cor cristal. Linha uniforme para risco preciso. Cantos arredondados. Selo INMETRO de acordo com NBR 15236.	0,90
84	85	Unid.	TESOURA EM AÇO INOX C/ 20cm Tesoura multiuso em aço inox, fio liso, ponta fina, cabo anatômico em ABS na cor preta, medindo no mínimo 20cm. Cabo com acabamento interno emborrachado. Lâminas com aproximadamente 10cm. Ambidestro. Encartelada individualmente.	3,59
85	46	Unid.	TINTA P/ CARIMBO AUTOMÁTICO 40 ml Tinta para carimbo auto-entintado. Embalagem com bico dosador contendo no mínimo 40ml. Constar na embalagem informações do fabricante, nome e registro do técnico responsável, instruções de uso, precauções do produto, composição, instruções de primeiros socorros, lote e data de fabricação. Nas cores preta e vermelha, conforme necessidade. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	3,25

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue no almoxarifado da Secretaria de Administração.

**Local para entregas:** A cada pedido realizado pela Secretaria de Administração, Educação e Urbanismo, as entregas deverão ser efetuadas no Setor de Almoxarifado Central, localizado na Rua Walter Marquardt, 1111, no Bairro Barra do Rio Molha com o Sr. Marcelo ou Wagner, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs; a cada pedido realizado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, as entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio ou Milton, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs.

**Prazo de entrega:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer em sua totalidade e com prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile e/ ou e-mail.

**DATA DA ASSINATURA:** 26/09/2016.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Dieter Janssen e Alexandre Richter.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2016**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
03	45	Caixa	ALFINETE P/ MURAL C/ 50 PÇS Alfinete de aço niquelado nº1. Comprimento 18mm. Com cabeça em poliestireno de 5mm, cores variadas. Embalagem com 50 unidades.	1,93
04	30	Unid.	APAGADOR P/ QUADRO BRANCO Apagador com corpo em ABS, feltro especial para quadro branco, medindo no mínimo 14x5,5x3,5cm, suporte interno para 2 marcadores. Garantia contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	3,39
05	140	Pacote	BLOCO RECADO ADESIVO C/ 4un Bloco adesivo para recados com 100 folhas, medindo 38x50mm. Em papel 75g/m² com adesivo acrílico reposicionável, que cole e descole sem danificar a superfície onde foi aplicado. Embalagem contendo 4 unidades em neon amarelo. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	2,53
06	200	Unid.	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO 1 VIA 57mm X 40m Bobina em papel térmico com gramatura de 56g/m². 1 via. Cor amarela. Legibilidade dos dados de 5 anos. Medida 57mm X 40m.	3,65
10	55	Unid.	CAIXA ACRÍLICO DUPLA P/ CORRESPONDÊNCIAS Caixa montada para correspondência e organização de documentos, tamanho ofício, em poliestireno cristal com 3mm de espessura, modelo dupla, articulada, hastes metálicas, estável. Embalada individualmente.	27,51
11	50	Unid.	CAIXA ACRÍLICO TRIPLA P/ CORRESPONDÊNCIAS Caixa montada para correspondência e organização de documentos, tamanho ofício, em poliestireno cristal com 3mm de espessura, modelo tripla, articulada, hastes metálicas, estável. Embalada individualmente.	38,81
14	3.200	Unid.	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA FINA APRESENTAR AMOSTRA Caneta esferográfica de escrita fina com medida de 0,7 a 0,8mm, escrita macia, traço uniforme e sem borões. Tinta de qualidade e secagem rápida. Rendimento de escrita mínimo de 1.700 metros. Medida mínima de 140mm. Carga de tinta com medida mínima de 100mm, tubo de carga com diâmetro interno de aproximadamente 2 mm. Tampa antiasfixiante. Corpo multilateral, em resina termoplástica translúcida. Plug da cor da tinta. Ponta e plug de encaixe perfeito ao corpo e de difícil remoção. Bola em tungstênio, perfeita e resistente. Ponta anti-rachadura. Cores azul, preta e vermelha, conforme necessidade. Selo INMETRO de acordo com NBR 15236. Atender EN 71-3:1994. Garantia contra defeitos de fabricação. Prazo de validade mínimo de 30 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Empresa com desenvolvimento sustentável.	0,35
20	170	Unid.	CARTOLINA Para uso escolar e artístico. Em cores suaves, dupla face. Cores amarela, azul, branca, rosa e verde, conforme necessidade. Medida mínima 50x66cm, gramatura 180g/m².	0,44
21	120	Unid.	CARTOLINA DUPLEX Para uso escolar e artístico. Em cores vivas, dupla face. Cores amarela, azul-claro, azul-escuro, laranja, lilás, rosa, roxa, verde-claro, verde-bandeira e vermelha, conforme necessidade. Medida mínima 48x66cm, gramatura 140g/m².	0,61
22	550	Unid.	CD-R GRAVÁVEL Disco compacto gravável para armazenamento de dados. Capacidade de gravação de 80 min / 700 Mb. 1x-52x. Embalado individualmente em envelope em papel cartão.	0,92
28	235	Unid.	COLA BRANCA MÍNIMO 90g Cola branca líquida, atóxica, à base de água, lavável, solúvel, e inodora. Tubo ergonômico, resistente, com bico aplicador. Tampa vedante rosqueável. Aplicável em papel, papelão, cartolina, tecido, entre outros. Acabamento transparente quando seca. Selo INMETRO de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Empresa com desenvolvimento sustentável.	2,35
32	1.350	Unid.	ENVELOPE 25x35cm AMARELO Envelope tipo saco em papel kraft ouro, sem impressão, sem RPC, com aba, gramatura mínima de 80g/m². Colagem e esquadro perfeito. Embalados em caixas com 250 unidades. Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	0,20
33	2.700	Unid.	ENVELOPE 25x35cm PARDO Envelope tipo saco em papel kraft natural, sem impressão, sem RPC, com aba, gramatura mínima de 80g/m². Colagem e esquadro perfeito. Embalados em caixas com 250 unidades. Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	0,14
38	9	Caixa	ETIQUETA 89x23,4mm TRÊS COLUNAS C/ 18000 un Etiqueta branca em formulário contínuo, medindo 89x23,4mm, 3 carreiras, papel com adesivo permanente, caixa com 18.000 etiquetas.	158,00

39	8	Caixa	ETIQUETA ADESIVA A4 106x138mm C/ 100 fls Etiqueta cor branca, para impressora laser e ink jet, medindo 106x138mm, 4 etiquetas por folha, papel com adesivo permanente, embalagem com 100 folhas.	19,46
40	3	Caixa	ETIQUETA ADESIVA A4 25,4x99mm C/ 100 fls Etiqueta cor branca, para impressora laser e ink jet, medindo 99x25,4mm, 22 etiquetas por folha, papel com adesivo permanente, embalagem com 100 folhas.	20,85
44	70	Unid.	FITA ADESIVA RL GRANDE 12mm x 50m Fita adesiva em polipropileno transparente biorientado (BOPP), adesivo acrílico à base de água. Medindo no mínimo 12mm x 50m. Tubete em papel com medida interna de 76mm. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	0,84
45	50	Unid.	FITA ADESIVA RL PEQUENO 12mm x 30m Fita adesiva em polipropileno transparente biorientado (BOPP), adesivo acrílico à base de água. Medindo no mínimo 12mm x 30m. Tubete em plástico com medida interna de 25mm. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	0,55
46	190	Unid.	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45mm x 50m Fita adesiva em polipropileno transparente biorientado (BOPP), adesivo acrílico à base de água. Medindo no mínimo 45mm x 50m. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	2,14
50	37	Unid.	GRAMPEADOR GRANDE P/GRAMPO 23/10 APRESENTAR AMOSTRA Grampeador profissional de mesa para grampos 23/6 a 23/13. Prensagem manual. Estrutura e alavanca de prensagem em aço, pintura eletrostática de alta resistência na cor preta, cinza ou azul. Canaleta em aço niquelado. Base de apoio em plástico anti-derrapante. Capacidade para grampear simultaneamente até 100 folhas de papel com gramatura de 75g/m <sup>2</sup> , sendo para grampo 23/10 até 70 folhas. Base medindo aproximadamente 28cm. Ajuste de profundidade. Matriz de prensagem niquelada. Garantia mínima de 3 (três) meses contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	43,19
53	7.900	Peça	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO P/ 200 fls Conjunto grampo trilho em polietileno transparente com capacidade para até 200 folhas com gramatura de 75g/m <sup>2</sup> , medindo 195x8x60mm. Embalado em pacote com 50 conjuntos.	0,10
54	4.700	Peça	GRAMPO TRILHO PLÁSTICO P/ 600 fls Conjunto grampo trilho estendido em polietileno transparente com capacidade para até 600 folhas com gramatura de 75g/m <sup>2</sup> , medindo 300x9x112mm. Embalado em pacote com 50 conjuntos.	0,20
55	20	Caixa	LÂMINA PARA ESTILETE ESTREITO 9mm Lâmina reta para estilete retrátil simples de 9mm. Em aço carbono com tratamento antiferrugem. Ponta renovável. Comprimento mínimo 80mm. Espessura 0,5mm. Compatibilidade com vários modelos de estilete. Embalada com 10 unidades.	1,17
56	20	Caixa	LÂMINA PARA ESTILETE LARGO 18mm Lâmina reta para estilete retrátil simples de 18mm. Em aço carbono com tratamento antiferrugem. Ponta renovável. Comprimento mínimo 110mm. Espessura 0,5mm. Compatibilidade com vários modelos de estilete. Embalada com 10 unidades.	1,87
57	400	Unid.	LÁPIS PRETO N.º 02 Lápis grafite preto, ecológico, atóxico, pré-apontado, escrita firme. Inscrição de marca ou nome do fabricante e número ou dureza do grafite no corpo. Corpo sextavado, em madeira reflorestada, macia, livre de nós, fácil de apontar, de alta qualidade, HB. Borracha termoplástica na extremidade. Mina de 2mm centralizada, ponta que não quebre com facilidade. Cavaco contínuo e uniforme. Medida mínima 185x7mm. Selo INMETRO de acordo com NBR 15236. Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	0,50
61	54	Unid.	MOLHA DEDO EM CREME 12g Crema umedecedor de dedos para manusear papéis. Atóxico, perfumado, não gorduroso. Não deve manchar o papel. Embalagem plástica com tampa. Peso líquido mínimo 12g. Prazo de validade mínimo de 36 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	1,19
62	100	kg	PAPEL KRAFT 1,20m ALTURA 80g/m <sup>2</sup> Bobina de papel kraft natural, fibras longas e curtas, gramatura de 80g/m <sup>2</sup> , parafinado de um dos lados (monolúcido). Medindo 1,20m de largura. Bobina com 25 kg.	7,42
64	245	Unid.	PASTA A-Z PRETA LOMBO ESTREITO APRESENTAR AMOSTRA Pasta registradora A-Z, tamanho A4, medindo no mínimo 315x285mm com lombos de 50mm. Em cartão com no mínimo 2mm de espessura, com revestimento interno e externo em percalux na cor preta, resistente e durável. Olhal niquelado, visor em PVC cristal e etiqueta no lombo. Ferragem removível e compressor com botão. Trava e cantoneira na borda inferior em metal niquelado. Embalada em caixa de papelão.	10,50
65	385	Unid.	PASTA A-Z PRETA LOMBO LARGO APRESENTAR AMOSTRA Pasta registradora A-Z, tamanho A4, medindo no mínimo 315x285mm com lombos de 75mm. Em cartão com no mínimo 2mm de espessura, com revestimento interno e externo em percalux na cor preta, resistente e durável. Olhal niquelado, visor em PVC cristal e etiqueta na lombo. Ferragem removível e compressor com botão. Trava e cantoneira na borda inferior em metal niquelado. Embalada em caixa de papelão.	10,50

66	260	Unid.	PASTA ABA PLÁSTICA C/ ELÁSTICO Pasta com aba em polipropileno atóxico com espessura de 0,30mm, com elástico, tamanho ofício, medindo no mínimo 232x332mm. Translúcida. Cores amarela, azul, cristal preta, verde, vermelha, conforme necessidade. Embalada em pacote com 10 unidades. Elástico para fechamento incluso.	1,16
67	400	Unid.	PASTA P/GRAMPO TRILHO PLÁSTICA Pasta em polipropileno atóxico com espessura de 0,30mm, com grampo trilho em polietileno para fixação de papel, tamanho ofício, medindo aproximadamente 235x335mm. Translúcida. Cores amarela, azul, cristal, preta, verde, vermelha, conforme necessidade. Embalada em pacote com 10 unidades. Conjunto grampo trilho em polietileno transparente para fixação de papéis incluso.	1,16
71	410	Unid.	PASTA EM "L" Pasta plástica tipo "L" em polipropileno cristal, anti reflexo, com 0,18mm de espessura, tamanho ofício, medida 220x330mm, com corte meia lua na borda. Embaladas em pacotes com 10 unidades.	0,64
72	70	Unid.	PASTA POLIONDA ESTREITA Pasta polionda escolar com elástico e lombo de 35mm. Tamanho mínimo 315x225mm. Cores amarela, azul, verde, vermelha, conforme necessidade. Elástico incluso.	1,78
73	90	Unid.	PASTA POLIONDA LARGA Pasta polionda escolar com elástico e lombo de 55mm. Tamanho mínimo 315x225mm. Cores amarela, azul, verde, vermelha, conforme necessidade. Elástico incluso.	1,93
75	2.030	Unid.	PASTA SUSPensa PLASTICA APRESENTAR AMOSTRA Pasta suspensa em polipropileno cristal atóxico, com espessura de 0,30mm, tamanho ofício, medindo aproximadamente 360x240mm. Com dois varões plásticos na cor branca. Abas soldadas internamente, 4 posições para fixação do grampo. Visor de acrílico transparente, etiqueta para identificação e conjunto grampo trilho em polietileno transparente para fixação de papéis incluso. Embaladas em pacote com 10 unidades.	2,04
76	48	Caixa	PERCEVEJOS COMUNS C/ 100 pçs Percevejos n.º 4 em aço latonado. Cabeça com 9mm de diâmetro e 7mm de ponta útil. Caixa com 100 unidades.	1,32
79	180	Unid.	PINCEL ATÔMICO Marcador permanente com ponta de feltro chanfrada de 1,8 a 4,5mm, tinta de secagem rápida, a base de álcool, resistente a água e umidade. Capacidade de escrita mínima de 500 metros. Aplicação para escrita em plástico, vinil, vidro, metal e madeira. Cores azul, preta, vermelha e verde conforme necessidade. Corpo com aproximadamente 140mm. Corpo ou tampa da cor da tinta para facilitar identificação. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Empresa com desenvolvimento sustentável.	1,86
81	60	Unid.	PORTA CANETA/CARTÃO/CLIPS Porta caneta, clips e lembrete/cartão. Injetado em poliestireno cristal ou fumê. Medida aproximadamente 240x80x85mm e 3mm de espessura. Acabamento perfeito, sem partes cortantes. Embalado individualmente.	5,50
82	600	Unid.	PORTA CARTÃO CNPJ/QUADRO HORÁRIO DE TRABALHO Protetor para quadro. Reforço interno em papel cartão. Acabamento externo em PVC preto com solda uniforme e resistente. Visor frontal em plástico cristal. Formato horizontal ou vertical, conforme necessidade. Tamanho ofício. Ilhós metálico para pendurar.	3,29

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue no almoxarifado da Secretaria de Administração.

**Local para entregas:** A cada pedido realizado pela Secretaria de Administração, Educação e Urbanismo, as entregas deverão ser efetuadas no Setor de Almoxarifado Central, localizado na Rua Walter Marquardt, 1111, no Bairro Barra do Rio Molha com o Sr. Marcelo ou Wagner, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs; a cada pedido realizado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, as entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio ou Milton, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs.

**Prazo de entrega:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer em sua totalidade e com prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile e/ou e-mail.

**DATA DA ASSINATURA:** 26/09/2016

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Dieter Janssen e Camila de Oliveira Besen.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2016**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: JVO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
07	132	Unid.	BORRACHA C/ PROTETOR PLÁSTICO Borracha branca em látex natural, livre de PVC, para uso escolar e técnico. Medida mínima de 42x29x14 mm. Para apagar qualquer graduação de grafite de lápis ou lapiseira. Com protetor plástico ergonômico. Selo INMETRO de acordo com NBR 15236. Data de validade mínima de 20 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Embalada em display. Empresa com desenvolvimento sustentável.	1,40
18	118	Unid.	CANETA P/ RETROPROJETOR Marcador permanente com ponta redonda em poliéster com 1mm, tinta de secagem rápida, a base de álcool, resistente a água e umidade. Capacidade de escrita mínima de 600 metros. Aplicação para escrita em plástico, vinil, vidro, metal e madeira. Cores azul, preta, vermelha e verde conforme necessidade. Corpo com aproximadamente 140mm. Corpo ou tampa da cor da tinta para facilitar identificação. Prazo de validade mínimo de 12 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Empresa com desenvolvimento sustentável.	3,10
27	190	Unid.	COLA BASTÃO MÍNIMO 20g APRESENTAR AMOSTRA Cola branca em bastão, atóxica, livre de PVA, secagem rápida, lavável. Bastão com no mínimo 20g. Tampa hermética que evita o ressecamento. Selo INMETRO de acordo com NBR 15236. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Empresa com desenvolvimento sustentável.	3,30
35	1.500	Unid.	ENVELOPE PLÁSTICO OFÍCIO P/MALOTE INTERNO APRESENTAR AMOSTRA Envelope tipo saco em plástico na cor cinza. Espessura mínima 0,20mm. Possui fecho tipo "zip". Impressão frente e verso. Selagem perfeita. Medida 260x350mm. Embalados em caixa com 50 unidades.	1,30

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue no almoxarifado da Secretaria de Administração.

Local para entregas: A cada pedido realizado pela Secretaria de Administração, Educação e Urbanismo, as entregas deverão ser efetuadas no Setor de Almoxarifado Central, localizado na Rua Walter Marquardt, 1111, no Bairro Barra do Rio Molha com o Sr. Marcelo ou Wagner, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs; a cada pedido realizado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, as entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio ou Milton, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer em sua totalidade e com prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile e/ou e-mail.

DATA DA ASSINATURA: 26/09/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Roberto Carlos Siedschlag.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2016**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: M. MOBILE EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para à aquisição de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ELÉTRICO E ELETRÔNICO ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
09	23	Unid.	CADERNO UNIVERSTÁRIO CAPA DURA Caderno universitário 10 matérias com espiral revestida em polietileno, capa dura, capa sem estampa, mínimo 200 folhas pautadas em papel off set 56g/m², pauta legível e uniforme em todas as folhas. Divisórias. Formato 200x275mm. Capa em papelão com no mínimo 725g/m². Matéria prima florestal com origem de manejo certificado.	7,96
12	3.500	Unid.	CAIXA DE PAPELÃO P/ ARQUIVO MORTO APRESENTAR AMOSTRA Caixa em papelão onda simples, duas capas kraft, 100% virgem, gramatura mínima 440g/m², medida 345x130x240mm, com tolerância de 5mm. Encaixe perfeito, estável quando montada. Impressão na cor azul, com arte própria para anotações de arquivo morto. Sem presença de propaganda ou logomarcas do fabricante ou distribuidor. Matéria prima florestal com origem de manejo certificado. Amarradas com cinta em fardo com até 50 unidades. Não podem estar amassadas, rasgadas ou sujas.	2,39
13	100	Unid.	CALCULADORA PORTÁTIL APRESENTAR AMOSTRA Calculadora eletrônica de mesa, 12 dígitos, placa frontal em metal na cor prata. Display inclinável, visor em LCD, dígitos grandes. Fonte de energia solar e pilha que deve ser inclusa. Funções: 4 operações, raiz quadrada, porcentagem, inversão de sinais, duplo zero, correção dígito a dígito, memória parcial e total, GT e MU. Tecla OFF, 3 opções de arredondamento, 5 opções de casas decimais e tecla "+" em tamanho grande. Botão Reset. Base antidesslizante. Medida aproximada 107x178mm. Garantia de 01 ano contra defeitos de fabricação. Embalada individualmente.	46,60
29	390	Unid.	CORRETIVO EM FITA APRESENTAR AMOSTRA Fita corretiva tipo roller. Medindo no mínimo 4,2mm de largura e 8m de comprimento. De aderência eficiente na superfície do papel e cobertura instantânea. Corpo em formato anatômico e visor translúcido para permitir visualização da quantidade de fita disponível. Selo INMETRO de acordo com NBR 15236. Garantia contra defeitos de fabricação. Prazo de validade mínimo de 18 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. Empresa com desenvolvimento sustentável.	6,70
37	80	Unid.	ESTILETE DE LÂMINA LARGO 18mm Estilete retrátil, robusto, corpo em plástico, emborrachamento macio, estrutura interna em aço inoxidável e trava automática de segurança. Acompanha lâmina reta com 18mm, em aço temperado, com tratamento antiferrugem, pontas renováveis. Garantia contra defeitos de fabricação. Embalado individualmente.	10,98
42	50	Unid.	EXTRATOR DE GRAMPO Extrator de grampos tipo espátula, estampado em aço inox de alta resistência. Medindo no mínimo 150x15mm.	3,00
43	50	Unid.	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 25mm x 50m Fita adesiva em papel liso, cor branca, saturado, resistente e impermeável. Adesivo borracha natural e resina sintética. Medindo no mínimo 25mm x 50m. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	3,00
74	1.550	Unid.	PASTA SUSPensa EM CARTÃO TIMBÓ 350g/m² APRESENTAR AMOSTRA Pasta suspensa em papel cartão timbó marmorizado com gramatura de 350g/m², medindo 375x235mm. Abas de 40mm dobradas e perfuradas para colocação de até dois fixadores de papel. Par de varões alfanuméricos em poliestireno de alto impacto medindo 400x27mm, com 5 mm de espessura, na cor cinza. Encaixe tipo trilho para fixação e deslize de visor. Montagem manual através de três encaixes e trava de segurança com pontas arredondadas. Visor deslizante em acrílico cristal, medindo 55x18mm. Acompanha etiqueta microserilhada para identificação. Acondicionamento para transporte em caixas de papelão.	9,54
86	100	Metros	VINIL AUTOADESIVO TRANSPARENTE Laminado de PVC flexível, transparente, autoadesivo, protegido no verso por papel siliconado. Rolo de 25 metros de comprimento, 45cm de largura e 0,07mm de espessura. Prazo de validade mínimo de 24 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	2,20

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados na segunda quarta feira subsequente após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue no almoxarifado da Secretaria de Administração.

**Local para entregas:** A cada pedido realizado pela Secretaria de Administração, Educação e Urbanismo, as entregas deverão ser efetuadas no Setor de Almoxarifado Central, localizado na Rua Walter Marquardt, 1111, no Bairro Barra do Rio Molha com o Sr. Marcelo ou Wagner, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs; a cada pedido realizado pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, as entregas deverão ser efetuadas no Almoxarifado da Secretaria de Obras e Serviços e Serviços Públicos, localizado na Rua Ângelo Rubini, 600 no Bairro Barra do Rio Cerro, com o Sr. Macio ou Milton, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs.

**Prazo de entrega:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer em sua totalidade e com prazo máximo de 10(dez) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile e/ou e-mail.

**DATA DA ASSINATURA:** 26/09/2016.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Willian P. Heinecke

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2016**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELE - EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de medicamentos para atendimento a Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
11	20	Caixas	AGULHA NOVOFINE 30G P/ CANETA 0,3MM X 8MM – CAIXAS COM 100 UNIDADES – CÓDIGO 18061	65,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017 serão os seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Assfar Básico	3.3.90 – Aplicações Diretas	93	Receitas imp. e transf. De imp. saude
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	98	Receitas imp. e transf. De imp. saude
10.301.0754.2.681.3.3.90	Manutenção dos serviços de atendimento especial - Sate	3.3.90 – Aplicações Diretas	94	Receitas imp. e transf. De imp. saude
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	100	Assfar Basico Estadual
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	99	Assfar Básico
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Assfar Básico	3.3.90 – Aplicações Diretas	122	SF – Tx. Fiscalização Vig. Sanit.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 05/10/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Marco Aurélio de Freitas Figueiredo.

Dieter Janssen  
Prefeito MunicipalDalton Fernando Fischer  
Gestor do FMS**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2016**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de medicamentos para atendimento a Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
10	12	Caixas	AGULHA BD ULTRAFINE P/ CANETA 8MM X 0,25MM – CAIXAS COM 100 UNIDADES – CÓDIGO 27729	89,66

22	06	Caixas	CATETER ACCU CHEK TENDER LINK 17/60 – CÓDIGO 18637	547,73
88	10	Caixas	SET DE CARTUCHO PLÁSTICO 3,15ML CAIXAS COM 25 UNIDADES – CÓDIGO 18638	475,63
89	20	Caixas	SET DE INFUSÃO ACCU CHEK FLEXLINK I 08MM/60 C/ CATETER (ROCHE) CAIXAS COM 10 UNIDADES – CÓDIGO 26691	704,33

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017 serão os seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Assfar Básico	3.3.90 – Aplicações Diretas	93	Receitas imp. e transf. De imp. saúde
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	98	Receitas imp. e transf. De imp. saúde
10.301.0754.2.681.3.3.90	Manutenção dos serviços de atendimento especial - Sate	3.3.90 – Aplicações Diretas	94	Receitas imp. e transf. De imp. saúde
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	100	Assfar Basico Estadual
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	99	Assfar Básico
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Assfar Básico	3.3.90 – Aplicações Diretas	122	SF – Tx. Fiscalização Vig. Sanit.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

**Local para entregas:** As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

**Prazo de entrega:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

**DATA DA ASSINATURA:** 05/10/2016.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Sabrina Terezinha Nunes;

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do FMS

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2016

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016-FMS

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CONTRATADA:** ASLI COMERCIAL EIRELI

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de medicamentos para atendimento a Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
93	27 D.A	Caixas	TEMOZOLAMIDA 140MG – CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 22048	2000,00

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017 serão os seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Assfar Básico	3.3.90 – Aplicações Diretas	93	Receitas imp. e transf. De imp. saúde
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	98	Receitas imp. e transf. De imp. saúde
10.301.0754.2.681.3.3.90	Manutenção dos serviços de atendimento especial - Sate	3.3.90 – Aplicações Diretas	94	Receitas imp. e transf. De imp. saúde
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	100	Assfar Basico Estadual
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	99	Assfar Básico
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Assfar Básico	3.3.90 – Aplicações Diretas	122	SF – Tx. Fiscalização Vig. Sanit.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho

de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 05/10/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Ciro Roberto da Silva.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do FMS

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PHARMA LOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de medicamentos para atendimento a Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
21	60	Unidades	BROMETO DE TIOTRÓPIO 2,5MCG/DOSE SOL. INAL. 4ML – RESPIMAT – CÓDIGO 22013	203,31
26	12	Caixas	CICLOSPORINA 100MG – CAIXAS COM 50 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 9687	249,50
27	24	Caixas	CICLOSPORINA 50MG – CAIXAS COM 50 COMPRIMIDOS – CODIGO 9686	147,00
29	12	Caixas	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 16537	14,88
30	24	Caixas	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 20MG (RITALINA LA) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 12001	152,10
31	12	Caixas	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 30MG (RITALINA LA) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 21612	159,75
39	12	Caixas	DIACEREINA 50MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19419	93,45
41	24	Caixas	EMPAGLIFLOZINA 10MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33598	133,15
53	08	Caixas	HEMITARTARATO DE RIVASTIGMINA 27MG – CAIXAS COM 30 ADESIVOS – CÓDIGO 27170	365,58
55	12	Caixas	HIDRALAZINA 50MG – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32418	5,24
58	12	Caixas	INDACATEROL 150MCG (ONBRIZE) – CAIXAS COM 30 CÁPSULAS PARA INALAÇÃO – CÓDIGO 28377	77,74
59	12	Caixas	INDACATEROL 300MCG (ONBRIZE) – CAIXAS COM 30 CÁPSULAS PARA INALAÇÃO – CÓDIGO 27069	77,74
66	36	Caixas	LACOSAMIDA 100MG (VIMPAT) – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32913	137,30
67	36	Caixas	LINAGLIPTINA 5MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32419	132,31
71	10	Caixas	MICOFENOLATO DE SÓDIO 180MG – CAIXAS COM 120 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33679	607,15
73	12	Caixas	MODAFINILA 200MG – STAGIVILE – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 23379	134,75
74	36	Caixas	MUNVINLAX – CAIXAS COM 20 SACHÊS – CÓDIGO 28058	24,32
75	08	Caixas	MYFORTIC 360MG – CAIXAS COM 120 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32043	1214,34
76	06	Frascos	OMALIZUMABE 150MG/2ML PÓ INJETÁVEL – 1 FRASCO + DILUENTE 2MG – CÓDIGO 33702	1591,98
82	06	Frasco/Ampola	RANIBIZUMABE 10MG/ML SOLUÇÃO PARA INJEÇÃO 1 FRASCO-AMPOLA COM 0,23ML (LUCENTIS) – CÓDIGO 21980	2997,66
99	24	Caixas	TRIMETAZIDINA 35MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 20353	39,95
104	12	Caixas	VIDAGLIPTINA 50MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG – CAIXAS COM 56 CÁPSULAS – CÓDIGO 22545	133,23

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017 serão os seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Assfar Básico	3.3.90 – Aplicações Diretas	93	Receitas imp. e transf. De imp. saúde
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	98	Receitas imp. e transf. De imp. saúde

10.301.0754.2.681.3.3.90	Manutenção dos serviços de atendimento especial - Sate	3.3.90 – Aplicações Diretas	94	Receitas imp. e transf. De imp. saude
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	100	Assfar Basico Estadual
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	99	Assfar Básico
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Assfar Básico	3.3.90 – Aplicações Diretas	122	SF – Tx. Fiscalização Vig. Sanit.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 05/10/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Alexandre Magno Barea.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do FMS

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de medicamentos para atendimento a Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário do item R\$
43	120	Unidades	ERITROPOENTINA 4.000 UI SOLUÇÃO INJETÁVEL – FRASCO/AMPOLA – CÓDIGO 9701	49,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017 serão os seguintes:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Assfar Básico	3.3.90 – Aplicações Diretas	93	Receitas imp. e transf. De imp. saude
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	98	Receitas imp. e transf. De imp. saude
10.301.0754.2.681.3.3.90	Manutenção dos serviços de atendimento especial - Sate	3.3.90 – Aplicações Diretas	94	Receitas imp. e transf. De imp. saude
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	100	Assfar Basico Estadual
10.301.0754.2.683.3.3.90	Assistência farmacêutica básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	99	Assfar Básico
10.301.0754.2.680.3.3.90	Procedimentos de ações judiciais – Assfar Básico	3.3.90 – Aplicações Diretas	122	SF – Tx. Fiscalização Vig. Sanit.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

Local para entregas: As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

Prazo de entrega: A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

DATA DA ASSINATURA: 05/10/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Luiz Fernando Gomes.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer  
Gestor do FMS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2016**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CIRUPAR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA. - EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	1.000	Pcts	ABAIXADOR DE LINGUA – CÓDIGO 9192 Em material madeira, descartável, comprimento 14 cm, formato tipo espátula, largura 1,50 cm, espessura 2mm, embalado em pacote com 100 unidades.	3,07
09	200	Rolos	ALGODÃO HIDRÓFILO 500GR – CÓDIGO 9204 Algodão hidrófilo composto de fibras 100% de algodão alvejadas, isento de impurezas, substâncias gordurosas, ácidos, corante corretivos e alvejantes óptico. Mantas com espessura uniforme, homogênea, macia, cor branca, envolvidas em papel especial em toda a sua extensão e embaladas em rolo individualmente em saco plástico com 500g. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR 14.635, principalmente no quesito HIDROFILIDADE e CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, sob pena de desclassificação. Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	8,70
10	160	Unid	ALMOTOLIA BICO RETO 250ML – CÓDIGO 9208 Frasco tipo almotolia, material em polietileno (plástico), bico reto, longo, estreito, com protetor, tampa em rosca, cor transparente, capacidade 250ml.	2,16
20	30	UNID	CUBA REDONDA 9CM –CÓDIGO 11892 - Em aço inox 9cm de diametro com capacidade de 240 ml.	9,90
21	460	Caixas	CURATIVO ANTISSÉPTICO – CÓDIGO 9364 Com adesivo acrílico, almofada não aderente de não tecido, camada de polietileno e papel não aderente. Isento de látex. Possuir bordas adesivas ao redor da almofada, permitindo total fechamento do ferimento e dificultando contaminações. Embalado em cartuchos contendo entre 40 e 50 unidades, medindo aproximadamente 19x76mm. Prazo de validade mínimo de 12 meses após entrega no almoxarifado do SMS. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote.	2,32
25	50	Unid	ESPÉCULO P/ OTOSCÓPIO 1MM – CÓDIGO 19858 Espéculo p/ Otoscópio 2,8mm – Espéculo auricular sem encaixe metálico; acopláveis em aparelhos de otoscopia modelo "TK Missoure"; calibre de diâmetro de 2,8mm externo, equivalente ao tamanho Nº 1; reutilizáveis.	5,23
26	50	Unid	ESPÉCULO P/ OTOSCÓPIO 2MM – CÓDIGO 9255 Espéculo p/ Otoscópio 4,15mm – Espéculo auricular sem encaixe metálico; acopláveis em aparelhos de otoscopia modelo "TK Missoure"; calibre de diâmetro de 4,15mm externo, equivalente ao tamanho Nº 2; reutilizáveis.	5,33
27	50	Unid	ESPÉCULO P/ OTOSCÓPIO 3MM – CÓDIGO 9254 Espéculo p/ Otoscópio 5mm – Espéculo auricular sem encaixe metálico; acopláveis em aparelhos de otoscopia modelo "TK Missoure"; calibre de diâmetro de 5mm externo, equivalente ao tamanho Nº 3; reutilizáveis.	5,33
29	4.000	Rolos	FITA HIPOALERGICA 2,5CM X 10 Rolo Micropore – CÓDIGO 16375 Fita microporosa cor branca medindo 2,5cm x 10m confeccionada com substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, atóxica, resina acrílica e massa adesiva à base de poliácrlato hipo-alérgica, indicada para regiões do corpo com alta sensibilidade, que possui excelente adesividade, inclusive sobre sua própria superfície. Embalagem individual em carretel de plástico e com capa. Embalado em material que garanta a integridade do produto e atenda a legislação atual vigente.	1,97
31	500	Frascos	GEL P/ ELETROCARDIOGRAMA (E.C.G.) - CÓDIGO 9727 O gel contato é composto de polímero de carboxivinil, trietanolamina, conservante e água desmineralizada e tem a finalidade de auxiliar em exames de ultra sonografia, eletrocardiografia, ultrassom e ecografia, por possuir propriedades de condução sônica, é isento de sal em sua composição, o que permite a integridade dos transdutores utilizados nos procedimentos. Frasco de 100ml.	1,81
32	1.000	Unid	KIT P/ PAPANICOLAU – G – CÓDIGO 9259 O Kit papanicolau possui três formas de apresentação:- espéculos nos tamanhos "P – M – G" - contém ainda escova ginecológica cervical – espátula de ayres – luva (eva) – caixa porta lâminas – lâmina de vidro. Fabricado em material poliestireno cristal, permitindo excelente transparência e transmissão luminosa, termicamente confortável, valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, parafuso regulador de abertura (borboleta) fabricado em poliestireno pigmentado de alto impacto. Comercializado em embalagem primária em envelope de papel grau cirúrgico com filme de poliéster em embalagem polietileno (pe) não esteril. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	2,25

33	6.000	Unid	KIT P/ PAPANICOLAU – M - CÓDIGO 9257 O Kit papanicolau possui três formas de apresentação:- espêculos nos tamanhos "P – M – G" - contém ainda escova ginecológica cervical – espátula de ayres – luva (eva) – caixa porta lâminas – lâmina de vidro. Fabricado em material poliestireno cristal, permitindo excelente transparência e transmissão luminosa, termicamente confortável, valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, parafuso regulador de abertura (borboleta) fabricado em poliestireno pigmentado de alto impacto. Comercializado em embalagem primária em envelope de papel grau cirúrgico com filme de poliéster em embalagem polietileno (pe) não esteril. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	1,94
34	5.000	Unid	KIT P/ PAPANICOLAU – P – CÓDIGO 9256 O Kit papanicolau possui três formas de apresentação:- espêculos nos tamanhos "P – M – G" - contém ainda escova ginecológica cervical – espátula de ayres – luva (eva) – caixa porta lâminas – lâmina de vidro. Fabricado em material poliestireno cristal, permitindo excelente transparência e transmissão luminosa, termicamente confortável, valvas anatômicas de contornos lisos e regulares, parafuso regulador de abertura (borboleta) fabricado em poliestireno pigmentado de alto impacto. Comercializado em embalagem primária em envelope de papel grau cirúrgico com filme de poliéster em embalagem polietileno (pe) não esteril. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	1,79
57	50	Unid	KIT MÁSCARA DE NEBULIZAÇÃO ADULTO – CÓDIGO 9358 Conjunto para nebulização individual Adulto - contendo 01 mascara adulto e demais acessórios em material atóxico e de fácil esterelização - acopláveis em aparelhos de nebulização "Nevoni e NS".	5,63
58	50	Unid	KIT MÁSCARA DE NEBULIZAÇÃO INFANTIL - CÓDIGO 9357 Conjunto para nebulização individual Infantil - contendo 01 mascara infantil e demais acessórios em material atóxico e de fácil esterelização - acopláveis em aparelhos de nebulização "Nevoni e NS"	5,63
64	30	Unid	PINÇA ANATÔMICA DENTE DE RATO 14CM – CÓDIGO 32391 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420. Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.	5,96
65	30	Unid	PINÇA ADSON C/DENTE 12CM – CÓDIGO 9391 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.	8,76
67	30	Unid	PINÇA ADSON C/DENTE 14CM – CÓDIGO 32392 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE	29,60
68	30	Unid	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO 12CM RETA – CÓDIGO 16377 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.	11,14
69	30	Unid	PINÇA HALSTEAD MOSQUITO 10CM CURVA – CÓDIGO 9389 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.	11,94
70	60	Unid.	PINÇA KELLY 14CM Reta – CÓDIGO 9380 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.	12,73
71	30	Unid.	PINÇA KELLY 14CM Curva– CÓDIGO 32375 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.	12,73
72	50	Unid.	PINÇA KOCHER C/DENTE 14CM – CÓDIGO 9384 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.	15,91
74	100	Unid	PINÇA RETA 10CM S/DENTE - CÓDIGO 9394 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.	5,42
75	30	Unid	PORTA AGULHA MATHIEU 14CM – CÓDIGO 8849 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.	31,73
76	30	Unid	PORTA AGULHA MAYO 14CM – CÓDIGO 15032 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.	11,93
96	05	Unid	TAMBOR P/ALGODÃO INOX – CÓDIGO 9203 Porta Algodão limpo, com mola, dimensão 10 x 10 diâmetro, capacidade próxima de 780ml. Confeccionado conforme NBR 7153-1 em aço inox com acabamento e polimento perfeito; passível de esterilização em meios físico-químicos; embalado individualmente; constando externamente marca comercial, procedência de fabricação.	46,86
98	30	Unid	TESOURA CIRURGICA 15CM CURVA – CÓDIGO 9425 Em aço inox	11,14
99	30	Unid	TESOURA CIRURGICA 15CM RETA – CÓDIGO 9422 Em aço inox	11,14

101	15	Unid	TESOURA CIRURGICA 17CM CURVA – CÓDIGO 21834 Em aço inox	15,11
102	15	Unid	TESOURA CIRURGICA 17CM RETA – CÓDIGO 21835 Em aço inox	15,11
103	50	Unid	TESOURA IRIS 10,5CM CURVA - – CÓDIGO 9424 Em aço inox	18,84
104	70	Unid	TESOURA IRIS 10,5CM RETA - – CÓDIGO 12122 Em aço inox	17,67
106	30	Unid	TESOURA IRIS 12CM RETA – CÓDIGO 9429 Em aço inox	8,76
107	30	Unid	TESOURA IRIS 12CM CURVA – CÓDIGO 32376 Em aço inox	8,76
108	30	Unid	TESOURA MAYO – STILLE CURVA COM PONTA 14CM – CÓDIGO 32377 Em aço inox	10,42
109	10	Unid	TESOURA PARA LIGADURAS – CÓDIGO 34149 Em aço inox medindo 12cm 4 ¾"	16,70
111	2.500	Unid	ANUSCÓPIO – CÓDIGO 18040 em plástico atóxico, composto de três partes, corpo cilíndrico, embolo e ponteira; de formato anatômico, corpo em poliestireno cristal, embolo e ponteira em poliestireno de alto impacto; sem saliências anômalas e rebarbas; de tamanho médio, diâmetro da abertura proximal 35mm e abertura distal 20mm(+/-5mm), comprimento 130mm(+/-10mm); embalado em material que garanta a integridade do produto, não estéril, descartável; o produto deverá obedecer a legislação vigente.	1,62
115	50	Unid.	ESTETOSCÓPIO ADULTO – CÓDIGO 9261 Estetoscópio uni-som, modelo cardiológico profissional, tamanho adulto, aço inox, auscultador com diafragma de alta sensibilidade em material resistente e campânula; material articulação sem soldas aço inox; conjunto biauricular em aço inoxidável e resistente; com olivas de borracha antialérgica e anatômica; acondicionada em embalagem que contenha 2 olivas e 2 diafragmas de reposição e garanta a integridade do produto.	48,19
120	45	Unid.	CABO DE BISTURI Nº 03 – CÓDIGO 8940 Em aço inox.	6,53
126	15	Unid.	TENTACANULA 15CM – CÓDIGO 9230 - Em aço inox.	3,98
134	05	Unid	ESTOJO AÇO INOX 18 X 08 X 02 – CÓDIGO 13494	21,34
135	15	Unid	ESPECULO NASAL HART Nº 1 ADULTO – CÓDIGO 9251 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Tamanho 28mm. Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE, registro no MS.	54,84
136	09	Unid.	ESPECULO NASAL INFANTIL Nº 1 – CÓDIGO 32378 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Tamanho 20mm. Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE, registro no MS	54,84
138	10	Unid.	CUNHA DE ESPUMA-CÓDIGO 32379 Descrição: (Triângulo): Cunha confeccionada em espuma PU, densidade mínima D-26 ou superior, dimensão mínima de 45*45*25cm (tolerância até +20%), revestida em couro sintético ("courvin náutico"); garantia 12 meses contra defeitos de fabricação.	94,25
158	1800	Unid.	CAIXA COLETORA P/ MATERIAL PERFUROCORTANTE 13L - CÓDIGO 9223 O mesmo deve ser fabricado de acordo com a NBR 13853 e Ter aprovação pelo IPT. Deve possuir contra trava de segurança, suporte para fixação na parede e descartador de agulhas usadas. Capacidade de 13 litros.	3,34
159	800	Unid.	CAIXA COLETORA P/ MATERIAL PERFUROCORTANTE 7L - CÓDIGO 9224 O mesmo deve ser fabricado de acordo com a NBR 13853 e Ter aprovação pelo IPT. Deve possuir contra trava de segurança, suporte para fixação na parede e descartador de agulhas usadas. Capacidade de 07 litros.	2,59
162	350	Frascos	FIXADOR P/ LAMINAS PAPANICOLAU – CÓDIGO 9328 Solução spray para fixação de esfregaços vaginais em lâminas; acondicionado em frasco plástico com válvula atomizadora contendo 30ml. Composto por Propilenoglicol PM 76.10 em 10g e Álcool Absoluto PM 46.07 qsq. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega no almoxarifado da SMS. estar em conformidade com o Art. 2º da RDC 260/2002. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	3,49
163	300	Caixas	LÂMINA VIDRO FOSCA P/ PAPANICOLAU 26 X 76 MM C/ 50 UN - CÓDIGO 9329	3,69

165	20	Unid.	<p>APARELHO DE NEBULIZAÇÃO – CÓDIGO 11893</p> <p>Nebulizador / Inalador ultra sônico; de poliestireno, filtro ar; com micro nebulizador polipropileno; com 10x15x13(lcxa)cm aproximadamente; com motor: 70/80 w; com bivolt 110/220 v (60 Hz)- selecionável; compressão máxima de 40 libras; Vazão de ar livre 15 litros/min; vazão de ar com nebulizador de 7,5 litros/min; partículas de 0,5 a 8 microns; motor de aproximadamente 1/30 Hp; com máscara de polietileno, extensão 1,8 m; por ultra-sônico, acompanha manual e garantia de 1 ano. Embalado em caixa de papelão. Aparelho de Nebulizador deverá ser com conexão da saída do ar rosqueada, acopláveis ao kit de micronebulizador com entrada de rosca. Deverá conter na embalagem 02 Máscaras em PVC anatômicas e atóxicas, sendo 01 Adulto e 01 Infantil e 01 Conjunto nebulizador em saco plástico contendo tubo atóxico e copo dosador.</p> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	198,47
-----	----	-------	---	--------

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

**Local para entregas:** As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

**Prazo de entrega:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

**DATA DA ASSINATURA:** 14/10/2016.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Fabiano Martins Stokloski.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DANIELE DAGIOS EPP

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
02	200	Caixas	<p>AGULHA 13X0,45 DESCARTÁVEL – CÓDIGO 9195</p> <p>Caixa c/100 un - Hipodérmica, estéril, siliconizada, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, embalagem individual, com abertura asséptica.</p> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	6,00
23	5.000	Unid	<p>EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL – CÓDIGO 23087</p> <p>Dispositivo para infusão, controle de fluxo e dosagem de soluções enterais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conecta o recipiente de soluções ( frasco ou bolsa) a sonda de alimentação enteral.</li> <li>- Viabiliza o controle de fluxo de soluções.</li> </ul> <p>Composição básica</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Lanceta perfurante Unifuro para conexão ao recipiente de solução.</li> <li>- Câmara flexível para visualização gotejamento.</li> <li>- Extensão em PVC (evita conexão acidental com acesso venoso).</li> <li>- Controlador de fluxo ( gotejamento ) tipo pinça rolete</li> <li>- Conexão luer ou conector escalonado específico para administração de soluções enterais.</li> </ul> <p>Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	1,85
48	6.500	Pares	<p>LUVA PRONTO USO – Tamanho 8.0 – CÓDIGO 9347</p> <p>Luva de segurança cirúrgica pronto uso tamanho 8.0, confeccionada em látex natural, com textura uniforme, sem falhas, com alta sensibilidade tátil, com acabamento no punho de formato anatômico, estéril, com pó, apresentação em envelope contendo 01 par. EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR NUMERAÇÃO NACIONAL. Deverá constar externamente dado de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.</p>	1,20

59	50	Caixas	MONO NYLON 2 – 0 – CÓDIGO 9375 Fio de sutura inabsorvível, estéril, monofilamentar, composto de poliamida, na cor preta, diâmetro 2-0, com uma agulha de 2cm de comprimento, 3/8 circulo, triangular, com 45 de comprimento agulha com bom corte, que não quebre ou entorte com facilidade, caixa com 24 envelopes embalados individualmente, embalagem que permita abertura e transferência asséptica, mantendo a integridade do produto e sua esterilização até o momento do uso, O produto deve seguir a norma técnica da abnt-nbr 13904 – Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	50,40
140	20	Unid	CATETER VESICAL DE DEMORA TIPO FOLEY 18 – CÓDIGO 32384 Em silicone tamanho 18, com 3 vias 100% silicone biocompatível grau farma; 3 vias; funil com adaptador tipo Luer-lock; balonete inflável com pelo menos 10mL de capacidade; linha de marcação radiopaca; comprimento mínimo de 40cm; embalagens individuais e esterilizadas a óxido de etileno ou radiação; extremidade distal tipo Couvelaire soft, Delinotte ou Dufour; (calibre 18), o produto deverá obedecer a legislação vigente, ANVISA/MS. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	22,00

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

**Local para entregas:** As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

**Prazo de entrega:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

**DATA DA ASSINATURA:** 14/10/2016.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Daniele Dagios.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2016

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-FMS

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CONTRATADA:** ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
15	450	Pcts	CAMPO OPERATÓRIO 45X50CM – CÓDIGO 9226 Compressas Cirúrgicas Campo Operatório não estéril medindo 45x50cm, confeccionadas com fios 100% algodão em tecido quádruplo sobreposto tipo tela, fixadas entre si, de forma a evitar deslizamento das camadas, com no mínimo 25 gramas. Peso mínimo do pacote de 1250 gramas. Possuir costuras para evitar desfiamento das laterais e dispositivo para fixação em forma de cadarço duplo formando uma alça livre contendo no mínimo 30cm de comprimento. A compressa deve ser isenta de substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos, alvejantes ópticos, manchas, impurezas, fios soltos, rasgos e quaisquer outros tipos de defeitos que possam afetar seu desempenho durante o uso. Embaladas em pacotes com 50 unidades. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR 14.767. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	71,89
35	800	Unid	LÂMINA BISTURI Nº 10 – CÓDIGO 9334 Lâmina de bisturi; em aço inoxidável cortante; numero 10; estéril; com perfeito acabamento sem sinais de oxidação, e sem rebarbas; apresentação em caixas com 100 unid. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,22
36	1.800	Unid	LÂMINA BISTURI Nº 11 – CÓDIGO 9335 Lâmina de bisturi; em aço inoxidável cortante; numero 11; estéril; com perfeito acabamento sem sinais de oxidação, e sem rebarbas; apresentação em caixas com 100 unid. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,22

37	2.000	Unid	LÂMINA BISTURI Nº 15 – CÓDIGO 9331 Lâmina de bisturi; em aço inoxidável cortante; numero 15; estéril; com perfeito acabamento sem sinais de oxidação, e sem rebarbas; apresentação em caixas com 100 unid. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	0,22
60	140	Caixas	MONO NYLON 3 – 0 – CÓDIGO 9374 Fio de sutura mononylon preto 3-0 (45 cm- com agulha 3/8 circ. triangular / corte invertido – 3.0 cm cuticular- estéril) monofilamento de poliamida, preto; não absorvível; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; embalagem conforme legislação vigente e produto de acordo com a nbr 13904, Caixa com 24 unidades. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	27,60
61	110	Caixas	MONO NYLON 4-0 – CÓDIGO 9373 Fio de sutura mononylon preto 4-0 (45 cm – com agulha 3/8 circ. triangular / corte invertido – 2.4 cm cuticular - estéril) monofilamento de poliamida, preto; não absorvível; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; embalagem conforme legislação vigente e produto de acordo com a nbr 13904, Caixa com 24 unidades. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	27,60
62	110	Caixas	MONO NYLON 5 – 0 – CÓDIGO 9372 Fio de sutura mononylon preto 5-0 (45 cm – com agulha 3/8 circ. triangular / corte invertido – 2.0 cm cuticular - estéril) monofilamento de poliamida, preto; não absorvível; embalado em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica; embalagem conforme legislação vigente e produto de acordo com a nbr 13904, caixa com 24 unidades. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	27,60
142	1.000	Unid	BOLSA COLETORA DE URINA 2 LITROS – CÓDIGO 19037 Descrição: bolsa coletora flexível e graduada com capacidade mínima de 2000mL, tubo flexível em PVC resistente a dobras e pinça corta-fluxo com no mínimo 110cm de comprimento; com sistema de fixação; com adaptador escalonado adaptável a diferentes calibres de cateter vesical; com sistema fechado de drenagem de urina anti-refluxo, contendo câmara rígida/ câmara de gotejamento tipo Pasteur, filtro hidrófobo e ponto de coleta de amostra "needle-free"; embalagens individuais e esterilizadas a óxido de etileno ou radiação. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	2,98
145	35	Litros	VASELINA LÍQUIDA – embalagem de 01 litro - CÓDIGO 9431	12,82
148	200	Litros	DETERGENTE ENZIMÁTICO CÓDIGO 9163 Solução de limpeza para aparelho de laboratório; tipo detergente enzimático para descontaminação de instrumentos cirúrgicos e/ou ambulatoriais em geral. Não ataque os materiais (metais em geral, alumínio anodizado, borrachas sintéticas e naturais) ou qualquer conexão existente nos equipamentos. Não deixe resíduos após o enxágüe; com PH neutro; espumante e não corrosivo. Acondicionado em embalagem de 1 lt. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega no almoxarifado da SMS.	16,96
154	300	Pacotes	WRAPS CAMPO P/ ESTERILIZAÇÃO C/ 50 UN - CÓDIGO 9367 Involucro para esterilização pacote com 50 unids; Pesando 60 grs; tamanho 0,50m x 050m na cor AZUL.	19,00
155	80	Frascos	REMOVEDOR CURATIVOS - CÓDIGO 26062 Composto de solução a base de 50% de álcool, 50% de éter; embalado em frasco de vidro c/ 100ml, tipo almotolia; a apresentação do produto devesa obedecer a legislação atual vigente.	6,78
168	150	Ampolas	ADRENALINA 1MG/ML – CÓDIGO 13729	5,95
169	3.000	Unid.	ÁGUA P/INJEÇÃO 5ML - CÓDIGO 9656	0,57
170	350	Ampolas	AMINOFILINA 24MG/ML 10ML INJETÁVEL – AMPOLA - CÓDIGO 9555	2,00
171	100	Unid.	ATROPINA 0,25MG - CÓDIGO 9564	3,11
173	300	frascos	BROMETO DE IPRATRÓPIO - 0,025% mg/ml – frasco com 20 ml - CÓDIGO 9558	4,79
174	300	frascos	BROMIDRATO DE FENOTEROL - 0,5% - 5mg/ml gotas – fr. 20ml - CÓDIGO 9557	2,97
175	3.000	ampolas	BUSCOPAN COMPOSTO - CÓDIGO 12768 brometo de n- butilescopolamina 4mg/ml+dipirona sódica 500mg.	3,70
176	500	ampolas	CLORIDRATO DE RANITIDINA 50MG/2ML - CÓDIGO 22882	1,43
177	600	Unid	CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% S/ VASO FR DE 20ML - CÓDIGO 11137	7,28
181	500	Ampolas	FRUTOVITAM POLIVITAMINICO ENDOVENOSO 10ML - CÓDIGO 27640.	5,38
183	7.000	Ampolas	DICLOFENACO SÓDICO 75MG/3ML INJETÁVEL - CÓDIGO 9598	1,76
184	3.000	Ampolas	DIPIRONA SÓDICA 500MG/2ML - INJETÁVEL - CÓDIGO 9477	2,23
187	500	Unid.	FOSFATO DISSÓDICO DEXAMETASONA-AMP. 1 ML - CÓDIGO 11139 Solução Injetavel frasco/ampola; concentração/dosagem 2 mg/ml; forma farmacêutica injetável; forma de apresentação ampola 1ml; via parenteral. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega no almoxarifado da SMS.	2,37

188	420	Unid.	FUROSEMIDA INJETAVEL – 10MG/ 2ML - CÓDIGO 16601	1,01
189	350	Unid.	GLICOSE 50% - 10ML – AMP. - CÓDIGO 11884	0,60
190	650	Frascos	HIDROCORTISONA SUCCINATO SÓD.-100MG - CÓDIGO 9576	5,81
191	550	Frascos	HIDROCORTISONA SUCCINATOSÓD.-500MG - CÓDIGO 9577	8,84
195	4.500	Unid.	METOCLOPRAMIDA INJETAVEL 10MG/1ML - CÓDIGO 9570	0,62
209	02	Unid.	MASCARA VENTURI – CÓDIGO 33483 Mascara venturi adulto, em pvc com traquéia, diluidor, suporte de diluidor e extensão. máscara facial para oxigenioterapia com sistema de "venturi". conjunto contendo: máscara facial alongada tamanho adulto, confeccionada em vinil macio e transparente, com formato anatômico sob-o-queixo, assegurando conforto e visualização da face do paciente e anel metálico que permite melhor ajuste à face do paciente. sistema seguro e de fácil aplicação. diluidores codificados em seis cores para diferentes concentrações de 24%, 28%, 31%, 35%, 40%, 50%. inclui adaptador acrílico para entrada de nebulização de alta performance, tubo flexível para conexão dos diluidores, e tubo de oxigênio com 2,10 de comprimento com conector universal.	11,53
210	02	Unid.	MASCARA VENTURI – CÓDIGO 33484 Mascara venturi infantil, em pvc, com traquéia, diluidor, suporte de diluidor e extensão.constitui um método seguro e exato para liberar a concentração necessária de oxigênio sem considerar a profundidade e frequência respiratória do paciente.máscara facial em pvc. traquéia corrugada; extensão para conexão;adaptador para umidificação / inalação 06 válvulas coloridas.	11,53

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

**Local para entregas:** As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

**Prazo de entrega:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

**DATA DA ASSINATURA:** 14/10/2016.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Cleiton André Wagner.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2016

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-FMS

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CONTRATADA:** PPS – PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - EPP

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
38	50	Unid	LANTERNA MÉDICA – CÓDIGO 9338 Lanterna não elétrica, material alumínio anodizado, comprimento 12 cm, características adicionais luz branca, com três modos de iluminação (alta, baixa, tipo tática manual), aplicação iluminação, cor preta, luminosidade mínimo de 900 lumens, lâmpada led, acionamento botão tipo 'clique' na parte traseira, alimentação pilha AAA.	25,00
63	30	Unid	PINÇA ANATÔMICA 14CM - CÓDIGO 32390 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.	5,35
66	30	Unid	PINÇA ADSON 12CM - CÓDIGO 20075 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE	8,05
73	30	Unid.	PINÇA RETA 10CM C/DENTE RATO – CÓDIGO 9387 Produto confeccionado em aço inoxidável AISI 420, Com fabricação de acordo com os padrões internacionais de qualidade, normas da ABNT, CE.	9,00
100	15	Unid	TESOURA CIRURGICA 14CM RETA 1/2" – CÓDIGO 21836 Em aço inox	19,50

105	50	Unid	TESOURA IRIS 11,5CM CURVA - - CÓDIGO 9428 Em aço inox	16,35
114	20	Unid	ESFIGNOMANOMETRO DIGITAL - - CÓDIGO 9212 Monitor de Pressão Digital Semi-automático de Braço. Fornece pressão Sistólica (máxima), Diastólica (mínima) e batimentos cardíacos por minuto. Possui 60 memórias. Braçadeira de Nylon de fácil ajuste. Grande visor de cristal líquido de fácil visualização. Pêra em borracha, facilitando o manuseio. Infla manualmente (através da pêra) e desinfla automaticamente. Itens inclusos: Manual de Instruções; Estojo para maior praticidade. 02 pilhas "AA". Garantia mínima de 12 meses.	110,50
147	05	Unid.	BACIA INOX - - CÓDIGO 26061 Bacia para uso em ambientes ambulatorial/hospitalar; em aço inox; 35cm de diametro, possuir capacidade de aproximadamente 5 lts; redonda, polida e brilhante. Possuir bordas arredondadas e acabamento sem arestas. Acondicionada de forma adequada.	69,00
166	10	Unid.	DETECTOR FETAL DE MESA - - CÓDIGO 11145 Modelo de mesa Frequência de 2.2Mhz Alimentação: Bi-volt 110/220 v - 50/60hz Controle de tonalidade e filtragem de ruídos Auscultação fetal a partir da 12ª semana Gabinete em Vacuum Forming (não oxida) Suporte lateral para guarda do transdutor Dimensões: 90x200x230 mm Peso: 1.300 gramas Acompanha: gel, fone de ouvido e manual. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	515,00
167	04	Unid.	OXIMETRO DE PULSO - - CÓDIGO 22188 Oxímetro de pulso com visor de lcd, indicando saturação de oxigênio, frequência cardíaca, barra gráfica, status da bateria. o aparelho deve ser portátil, com peso aproximado de 200g. alimentação através de pilhas. alarmes de áudio e tom de pulso audível. alarmes configuráveis dos valores limites da saturação de oxigênio e da frequência cardíaca. deverá ser resistente a quedas. deverão acompanhar o equipamento os seguintes acessórios: 1 cabo extensor para o sensor de oximetria, 1 sensor de oximetria reutilizável adulto, 1 sensor de oximetria reutilizável pediátrico, manual de instruções em português, certificado de garantia. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, data de validade, número de lote, registro no M.S.	1.900,00

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

**Local para entregas:** As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

**Prazo de entrega:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

**DATA DA ASSINATURA:** 14/10/2016.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Alairto José Pelozzo.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2016

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2016

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2016-FMS

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**CONTRATADA:** OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para aquisição de MATERIAL MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para as Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, segundo as conveniências da administração direta. Os preços registrados na Ata, e comprometimento da empresa vencedora, referem-se aos seguintes itens adjudicados:

Item	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
116	30	Unid.	ESTETOSCÓPIO INFANTIL - - CÓDIGO 9262 Estetoscópio uni-som, tamanho infantil, aço inox, auscultador com diafragma de alta sensibilidade em material resistente e campânula; material articulação sem soldas aço inox; conjunto biauricular em aço inoxidável e resistente; com olivas de borracha antialérgica e anatômica; acondicionada em embalagem que contenha 2 olivas e 2 diafragmas de reposição e garanta a integridade do produto.	53,00

124	80	Unid.	SONDA FOLEY 20 – CÓDIGO 19353 Cateter vesical de demora tipo Foley em látex, com 3 vias. Descrição: 100% silicone biocompatível grau farma; 3 vias; funil com adaptador tipo Luer-lock; balonete inflável com pelo menos 5mL de capacidade; linha de marcação radiopaca; comprimento mínimo de 40cm; embalagens individuais e esterilizadas a óxido de etileno ou radiação; calibres 20 Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	3,25
127	100	Unid.	DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA Nº 5 COM EXTENSÃO - CÓDIGO 13233	1,05
129	250	Unid.	ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 18 – CÓDIGO 14359 Cateter intravenoso periférico 18G, de poliuretano, identificação de calibre, segundo padrão universal de cores, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco; agulha de bisel curto, trifacetada e siliconizada com protetor; trava de segurança entre canula e cateter, conector tipo luer, câmara de refluxo transparente; tampa com filtro bacteriano, estéril e embalado individualmente em material que promova barreira; microbiana de abertura e transferência asséptica, apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	1,72
130	300	Unid.	ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 20 – CÓDIGO 14358 De poliuretano, identificação de calibre, segundo padrão universal de cores, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco; agulha de bisel curto, trifacetada e siliconizada com protetor; trava de segurança entre canula e cateter, conector tipo luer, câmara de refluxo transparente; tampa com filtro bacteriano, estéril e embalado individualmente em material que promova barreira; microbiana de abertura e transferência asséptica, apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	1,72
132	200	Unid.	ABOCATH CATETER INTRAVENOSO Nº 24 – CÓDIGO 18453 Cateter intravenoso periférico 24G, de poliuretano, identificação de calibre, segundo padrão universal de cores, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco; agulha de bisel curto, trifacetada e siliconizada com protetor; trava de segurança entre canula e cateter, conector tipo luer, câmara de refluxo transparente; tampa com filtro bacteriano, estéril e embalado individualmente em material que promova barreira; microbiana de abertura e transferência asséptica, apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente. Deverá constar externamente dados de identificação, procedência, tipo de esterelização, data de validade, número de lote, registro no M.S.	1,72
133	250	Unid.	CATETER OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS – CÓDIGO 26435	0,86

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2016 e 2017, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados na segunda quarta-feira após a entrega de cada pedido, solicitado pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso na Secretaria Municipal da Saúde.

**Local para entregas:** As entregas serão efetuadas diretamente no Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sito a Rua Isidoro Pedri, nº 120 – bairro: Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, com Sr. Reginaldo.

**Prazo de entrega:** A cada pedido realizado, a entrega deverá acontecer com prazo máximo de 08(oito) dias úteis, contados a partir do dia seguinte do recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fac símele ou email.

**DATA DA ASSINATURA:** 14/10/2016.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Evani Pereira Wandall.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 283/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 283/2016

**PROCESSO:** TOMADA DE PREÇOS Nº 82/2016.

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

**CONTRATADA:** PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

**DO OBJETO:** Prestação de serviços de engenharia, para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rodovia JGS 493 – Sem nome, no Bairro Rio Cerro II, (próximo a Sociedade Aliança), em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 223,00 m (duzentos e vinte e três metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes deste edital.

**DO VALOR:** O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 86.591,36 (oitenta e seis mil quinhentos e noventa e um reais e trinta e seis centavos), referentes à mão de obra e R\$ 160.812,52 (cento e sessenta mil oitocentos e doze reais e cinquenta e dois centavos), referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 247.403,88 (duzentos e quarenta e sete

mil quatrocentos e três reais e oitenta e oito centavos).

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na segunda quarta-feira após a conclusão de cada etapa do cronograma físico-financeiro, tendo a medição a devida aprovação e mediante apresentação de cópia das certidões de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União, Seguridade Social (INSS) e para com o FGTS, nos termos do art. 71 c/c o art. 55, XIII, ambos da Lei n. 8.666/1993, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento.

DO PRAZO: O prazo para execução das obras será de 90 (noventa) dias consecutivos, a contar do dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - A despesa do objeto desta licitação correrá por conta do seguinte recurso orçamentário do exercício de 2016, como segue:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.452.0450.1.302.4.4.90	Pavimentação de vias	4.4.90 – Aplicações Diretas	169	Op. Créd. Badesco Cidades - Pav./Recap./Pontes

DATA DA ASSINATURA: 17/10/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Maurício Vogelsanger

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 260/2016 AO CONTRATO Nº 197/2013

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO Nº 260/2016 AO CONTRATO Nº 197/2013

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 157/2012.

FUNDAMENTO: Artigo 57, § 1º inciso VI da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: MD ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para construção do Centro Municipal de Educação Infantil Braço Ribeirão Cavalo com área total de 1.060,30m², situado na Rua Francisco Gretter s/n, no Bairro Braço Ribeirão Cavalo, no município de Jaraguá do Sul, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa.

DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 28.416,39 (vinte e oito mil quatrocentos e dezesseis reais e trinta e nove centavos), correspondentes a 2,12% (dois inteiros e doze centésimos por cento) de redução em relação ao valor do contrato original; Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo II) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 27.142,10 (vinte e sete mil cento e quarenta e dois reais e dez centavos), correspondentes a 2,02% (dois inteiros e dois centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original; Em consequência do acréscimo e supressão, o valor total da obra fica em R\$ 1.503.840,60 (um milhão, quinhentos e três mil oitocentos quarenta reais e sessenta centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2016, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.365.0351.1.103.4.4.90	Construção de centros de educação infantil	4.4.90 – Aplicações Diretas	394	Salário Educação

Os valores a serem suprimidos previstos no item 2.1 serão anulados do Empenho nº 2.372/2014.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: Com base no ofício encaminhado pela contratada e na comunicação interna encaminhada pelo Fiscal e Gestor do Contrato, o engenheiro Ariano José Toassi (em anexo), ratificado no item 3.1 da cláusula terceira do Nono Termo Aditivo nº 236/2016, a garantia de execução contratual, prevista na alínea "m" do item 8.1 da oitava cláusula do contrato original, passa a ser substituída por uma retenção de pagamento no valor de R\$ 75.300,00 (setenta e cinco mil e trezentos reais) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atual do contrato.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 15/09/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Ricardo L. Herbert Diefenthaler.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº 254/2016 AO CONTRATO Nº 016/2014**

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº 254/2016 AO CONTRATO Nº 016/2014

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 105/2013.

FUNDAMENTO: 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: MD ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para construção de obras complementares (arqui-bancada, bloco de vestiários e demais benfeitorias) num total de 950,29m², para a pista de atletismo, localizada na Rua Francisco Hruschka, esquina com a Rua 633-Irineu Franzner / Rua 403 – Cecília Pscheidt e Rua 404 – Humberto Clemente Rickem, no bairro Tifa Martins em Jaraguá do Sul, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 479/2014, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 223/2015, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 386/2015, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 097/2016, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Sétimo Termo Aditivo nº 201/2016, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias a contar de 22/09/2016 com término em 20/11/2016.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: Com base no ofício encaminhado pela contratada e na comunicação interna encaminhada pelo Fiscal e Gestor do Contrato, o engenheiro Ariano José Toassi (em anexo), a garantia de execução contratual, prevista na alínea "m" do item 8.1 da oitava cláusula do contrato original, passa a ser substituída por uma retenção de pagamento no valor de R\$ 28.250,00 (vinte e oito mil duzentos e cinquenta reais) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atual do contrato, após as supressões realizadas nos itens 3.1 e 3.2 da cláusula terceira do presente termo aditivo.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/09/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Ricardo L. Herbert Diefenthaler.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº 280/2016 AO CONTRATO Nº 186/2014**

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº 280/2016 AO CONTRATO Nº 186/2014

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 104/2013.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PISOSSUL CONSTRUÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA.

DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para implantação e modernização da pista de atletismo, com área total de 7.253,77m², localizada na Rua Francisco Hruschka, esquina com a Rua 633-Irineu Franzner / Rua 403 – Cecília Pscheidt e Rua 404 – Humberto Clemente Rickem, no bairro Tifa Martins em Jaraguá do Sul, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 385/2014, prorrogado pelo item 4.2 da cláusula quarta do Segundo Termo Aditivo nº 482/2014, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 163/2015, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 387/2015, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 019/2016, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias a contar de 12/10/2016 com término em 08/02/2017.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 09 de abril de 2017, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 9.663/2013, servidores públicos Engenheiros Uwe Roberto Burh e Ariano José Toassi, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 10/10/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e João Arlei Eckert

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 272/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 247/2016**  
 EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 272/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 247/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 36/2016-FMS ao CREDENCIAMENTO 59/2014 – FMS.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CLÍNICA DO PULMÃO E PROCTOCLIN SS LTDA.

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas, para a prestação de serviços especializados no Grupo 03 - Consulta médica especializada em Proctologia, da Tabela Unificada de Procedimentos e Valores do Sistema Único de Saúde – SUS, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 59/2014.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 1089/2016/SEMSA, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/09/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Alexandre Lorenzini Schlabendorff..

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 273/2016 AO CONTRATO Nº 437/2015**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 273/2016 AO CONTRATO Nº 437/2015

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 048/2015-FMS

FUNDAMENTO: artigo 65 §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: VALDEMAR SCHWEITZER ME

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados em clínica e cirurgia veterinária, com disposição de atendimento 24 horas por dia, inclusive sábados, domingos, feriados e pontos facultativos, compreendendo transportes, tratamentos e hospedagens de animais (cães e gatos) que se encontrem errantes e sem tutor, em vias públicas, desde que: oferecendo risco a população por serem agressivos, vítima de atropelamento/trauma, ou que apresentem zoonose sob controle da saúde pública, em conformidade com o Anexo IX – Termo de Referência e demais anexos do edital.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 §1º da Lei nº 8.666/93 e no Ofício nº 1079/2016/SEMSA (anexo), fica acrescido o valor de R\$ 40.890,00 (quarenta mil oitocentos e noventa reais) correspondentes a 24,9% (vinte e quatro inteiros e nove décimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original, para execução dos serviços contratados, passando a vigorar as seguintes quantidades:

Item	Tipo de Animal	Quantidade	Valor a ser pago (diária)	Valor estimado total (ano)
Atendimento de animais que não sofrerão eutanásia:				
01	Serviço de tratamento de animais (cães e gatos) abaixo de 20 kg – fêmeas	750	R\$ 91,00	R\$ 68.250,00
02	Serviço de tratamento de animais (cães e gatos) abaixo de 20 kg – machos	1.187	R\$ 75,00	R\$ 89.025,00
03	Serviço de tratamento de animais (cães e gatos) acima de 20 kg – fêmeas	75	R\$ 101,00	R\$ 7.575,00
04	Serviço de tratamento de animais (cães e gatos) acima de 20 kg – machos	150	R\$ 83,00	R\$ 12.450,00
05	Serviço de eutanásia de animais (cães e gatos) abaixo de 20 kg	162	R\$ 140,00	R\$ 22.680,00
06	Serviço de eutanásia de animais (cães e gatos) acima de 20 kg	25	R\$ 196,00	R\$ 4.900,00

Em consequência, o valor total do contrato fica em R\$ 204.880,00 (duzentos e quatro mil e oitocentos e oitenta reais).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste edital correrão por conta das dotações orçamentárias do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.305.0752.2.668.3.3.90	Manut. do programa de vigilância em saúde	3.3.90 – aplicações diretas	68	366-Taxa Fiscalização Vig. Sanitária

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA: 28/09/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Valdemar Schweitzer.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 284/2016**

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 284/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 98/2016 ao CREDENCIAMENTO 46/2016.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: VIDA LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA ME

OBJETO: O objeto do presente CREDENCIAMENTO é a prestação de serviços técnicos laboratoriais para realização de exames de análises clínicas, destinados para os exames periódicos, admissionais, de retorno ao trabalho, demissionais, avaliações de estágio probatório e de outras avaliações de ordem ocupacional, visando a prevenção dos agravos à saúde relacionada à atividade profissional dos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços das Análises Laboratoriais e Exames Clínicos), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento.

DO VALOR: O valor a ser pago para a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam da Tabela de Preços das Análises Laboratoriais e Exames Clínicos - Anexo V ao Edital de Credenciamento, como segue:

Quantidade estimada	Descrição dos exames	Valor unitário R\$	Valor total do item R\$
15	Colinesterase – AMB-28.01.052-3	5,20	78,00
300	Hemograma Completo – AMB-28.04.048-1	7,80	2.340,00
250	Glicose – AMB-28.01.097-3	3,64	910,00
250	Triglicerídeos – AMB 28.01.139-2	5,20	1.300,00
250	Exame de Rotina de Urina – AMB – 28.13.036-7	5,20	1.300,00
250	Bacterioscopia – AMB – 28.10.009-3	3,90	975,00
100	Gonadotrofina Corionica (b-HCG) – AMB-28.05.034-7	16,90	1.690,00
250	Colesterol Total – AMB-28.01.050-7	3,64	910,00
250	Colesterol (HDL) – AMB-28.01.049-3	7,80	1.950,00
250	Colesterol LDL – AMB-28.01.151-1	10,40	2.600,00
100	Parasitológico – AMB-28.03.014-1	5,20	520,00
40	Fezes – AMB-28.10.023-9	15,60	624,00
40	Culturas em geral – AMB-28.10.058-1	13,00	520,00
3	PSA (ANTIGENO PROSTATICO ESPECÍFICO) RIE – AMB-28.06.162-4	39,00	117,00
5	Cultura de urina com contagem de colônias – AMB-28.10.054-9	13,00	65,00
10	Ácido Fenilgloxílico – AMB-28.15.003-1	15,60	156,00
10	Acido Mandelico – AMB-28.15.005-8	15,60	156,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado na terceira 3ª feira do mês seguinte à prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e relatório dos serviços prestados à Secretaria Municipal de Administração através da Gerência de Saúde Ocupacional do MUNICÍPIO.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.331.0300.2.053.3.3.90	Atenção ao Servidor	3.3.90 – Aplicações Diretas	35	Próprios

PRAZO: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 17/10/2016;

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Charles Schulz.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 285/2016**

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 285/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 99/2016 ao CREDENCIAMENTO 46/2016.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: LABORATÓRIO CEACLIN CENTRO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

OBJETO: O objeto do presente CREDENCIAMENTO é a prestação de serviços técnicos laboratoriais para realização de exames de análises clínicas, destinados para os exames periódicos, admissionais, de retorno ao trabalho, demissionais, avaliações de estágio probatório e de outras avaliações de ordem ocupacional, visando a prevenção dos agravos à saúde relacionada à atividade profissional dos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo V do Edital (Tabela de Preços das Análises Laboratoriais e Exames Clínicos), nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento.

DO VALOR: O valor a ser pago para a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores que constam da Tabela de Preços das Análises Laboratoriais e Exames Clínicos - Anexo V ao Edital de Credenciamento, como segue:

Quantidade estimada	Descrição dos exames	Valor unitário R\$	Valor total do item R\$
15	Colinesterase – AMB-28.01.052-3	5,20	78,00
300	Hemograma Completo – AMB-28.04.048-1	7,80	2.340,00
250	Glicose – AMB-28.01.097-3	3,64	910,00
250	Triglicerídeos – AMB 28.01.139-2	5,20	1.300,00
250	Exame de Rotina de Urina – AMB – 28.13.036-7	5,20	1.300,00
250	Bacterioscopia – AMB – 28.10.009-3	3,90	975,00
100	Gonadotrofina Corionica (b-HCG) – AMB-28.05.034-7	16,90	1.690,00
250	Colesterol Total – AMB-28.01.050-7	3,64	910,00
250	Colesterol (HDL) – AMB-28.01.049-3	7,80	1.950,00
250	Colesterol LDL – AMB-28.01.151-1	10,40	2.600,00
100	Parasitológico – AMB-28.03.014-1	5,20	520,00
40	Fezes – AMB-28.10.023-9	15,60	624,00
40	Culturas em geral – AMB-28.10.058-1	13,00	520,00
2	PSA (ANTIGENO PROSTATICO ESPECÍFICO) RIE – AMB-28.06.162-4	39,00	78,00
5	Cultura de urina com contagem de colônias – AMB-28.10.054-9	13,00	65,00
10	Ácido Fenilgloxílico – AMB-28.15.003-1	15,60	156,00
10	Ácido Mandélico – AMB-28.15.005-8	15,60	156,00

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado na terceira 3ª feira do mês seguinte à prestação dos serviços, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e relatório dos serviços prestados à Secretaria Municipal de Administração através da Gerência de Saúde Ocupacional do MUNICÍPIO.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente Credenciamento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
04.331.0300.2.053.3.3.90	Atenção ao Servidor	3.3.90 – Aplicações Diretas	35	Próprios

**PRAZO:** O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DATA DA ASSINATURA:** 17/10/2016;

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul - SC

**SIGNATÁRIOS:** Dieter Janssen e Clauseli Jark Barg.

Dieter Janssen  
Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 176/2016

Dispõe sobre a Redução das Gratificações Atribuídas aos Detentores de Funções Gratificadas de Confiança do Quadro de Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, Pertencentes à Administração Direta e Indireta, que Especifica.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com os incisos XII e XIII, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º Fica reduzido, a partir da data de publicação da presente Lei Complementar, em 50% (cinquenta por cento) o percentual de gratificação dos detentores de funções gratificadas de confiança de Supervisor (FG1), Assistente (FG2) e de Encarregado Líder (FG-3), do Quadro de Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta; e dos detentores de funções gratificadas de confiança pertencentes à Administração Indireta, até ulterior deliberação.

Art.2º Fica reduzido, a partir da data de publicação da presente Lei Complementar, em 50% (cinquenta por cento) o percentual de gratificação decorrente dos demais cometimentos administrativos passíveis de gratificação de função, a seguir relacionados:

I - Gestão e Instrução de Programas de Treinamento e Capacitação - Programa de Desenvolvimento Humano - PDH;

II - Gestão de Atividades Especializadas com Adolescentes Autores de Atos Infracionais na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

III - Gestão de Programas Sociais nas Secretarias Municipais da Saúde, da Educação e da Assistência Social, Criança e Adolescente;

IV - Gestão de Contratos e/ou Convênios;

V - por assistência técnica judicial de Perito Médico;

VI - para o desempenho de atribuições de membro da 1ª e 2ª Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (Jaris);

VII - para o desempenho de atribuições de membro da Junta Administrativa de Recursos de Infrações à Legislação Municipal (Jare);

VIII - para o desempenho de atribuições de membro da Junta Médica Oficial;

IX - para o desempenho de atribuições de Secretária Executiva de órgão colegiado integrante do Poder Executivo Municipal;

X - para o desempenho de atribuições de membro da Comissão de Readaptação e Remanejamento Profissional;

XI - para o desempenho de atribuições de membro da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório;

XII - para o desempenho de atribuições de membro das Comissões Permanentes e das Comissões Especiais de Processos Administrativos e Processos Administrativos Disciplinares;

XIII - para o desempenho de atribuições de atividade de Defensor Dativo em Processos de Sindicância e/ou Processos Administrativos Disciplinares;

XIV - para o desempenho de atribuições de membro das Comissões Permanentes de Tomadas de Contas Especiais;

XV - para o desempenho de atribuições de membro das Comissões Permanentes de Licitações;

XVI - para o desempenho de atribuições de membro das Comissões para as modalidades licitatórias denominadas Pregão Presencial e Pregão Eletrônico;

XVII - para o desempenho de atribuições de membro das Comissões Permanentes de Cadastro e Registro de Preços;

XVIII - para o desempenho de atribuições de membro da Comissão Permanente de Processo Administrativo para Fins de Aquisição ou Locação de Bens Imóveis, Alienação e Outorga de Concessão ou Permissão de Bens Públicos;

XIX - para o desempenho de atribuições de membro das Comissões Municipais de Inventário e Avaliação de Bens Móveis;

XX - para o desempenho de atribuições de membro das Comissões Municipais de Inventário de Bens Imóveis;

XXI - para o desempenho de atribuições de membro da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis, pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, destinados à alienação na modalidade de Leilão;

XXII - para o desempenho de atribuições de membro e Secretário do Conselho Municipal de Contribuintes;

XXIII - para o desempenho de atribuições de Julgadores de Processos Fiscais da Unidade de Julgamento Singular.

Art.3º O índice estipulado por esta Lei Complementar poderá ser revisto a qualquer tempo, obedecendo o critério da conveniência administrativa.

Art.4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder no orçamento do Município os ajustes que se fizerem necessários em decorrência da presente Lei Complementar.

Art.5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 14 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI  
Secretário Municipal da Administração

**PORTARIA Nº 09/2016/SEMUR**

PORTARIANº 09/2016/SEMUR

RONIS ROBERTO BOSSE, Secretário Municipal do Urbanismo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo único, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e com base no inciso II, do artigo 20, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, com redação dada pela Lei Complementar Municipal Nº 118/2012, de 24/02/2013; e

CONSIDERANDO a autorização legislativa do parágrafo 2º, do artigo 27, da Lei Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993, com redação dada pela Lei Municipal Nº 6.903/2014, de 15/08/2014;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogação do prazo previsto no Decreto Municipal Nº 10.456/2015, de 30/06/2015, para providências administrativas junto ao Registro de Imóveis desta Comarca, conforme requerido através do Processo PMJS Nº 25.894/2016;

**RESOLVE :**

Art. 1º Prorrogar em 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da data da assinatura desta Portaria, o prazo para a parte interessada proceder o competente registro do Loteamento Vicenzi Gadotti III, de propriedade de Vicenzi e Gadotti Ltda. - ME, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 10.456/15 e Processo PMJS Nº 26.524/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2016.

RONIS ROBERTO BOSSE

Secretário Municipal do Urbanismo

HELIO CESAR TOMIO

Supervisor de Análise e Parcelamento do Solo

**PORTARIA Nº 892/2016**

PORTARIANº 892/2016

Designa Conselheiros do Conselho Municipal de Turismo (Comtur).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal Nº 6.906/2014, de 20/08/2014, com parte promulgada pela Presidência da Câmara Municipal; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 023/2016/Comtur, de 21/10/2016, do Conselho Municipal de Turismo;

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR os conselheiros que integrarão o Conselho Municipal de Turismo (Comtur), a seguir relacionados:

**I - REPRESENTANTES DO GOVERNO****FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL**

Titular: Egon Lotário Jagnow

Suplente: Josemeri de Sousa Coelho

Titular: Harysson Andrey Passig

Suplente: Paulo César da Silva

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO (FME)**

Titular: Jean Carlo Leutprecht

Suplente: Alessandro Buozi Martins

Titular: Fenísio Pires Júnior

Suplente: Denise Sueli Henn

**FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE (FUJAMA)**

Titular: Ademar João Bachmann

Suplente: Denise da Silva Ribeiro

**FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL (INSTITUTO JOURDAN)**

Titular: Ricardo Amadio

Suplente: Marcos Rodrigo Jung Alves

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (SDR DE JARAGUÁ DO SUL)**

Titular: Ivo Schmitt Filho

Suplente: Adriana Sanvido Etz

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPOCU (AMVALI)**

Titular: Daiane Ramos Bakun

Suplente: Juliana Pereira Horongoso Demarchi

**II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA****ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE JARAGUÁ DO SUL (ACIJS)**

Titular: Cintia Buzian

Suplente: Jorge Luiz Vieira

**ASSOCIAÇÕES ÉTNICAS**

Titular: Rúbia Friedemann Torres

Suplente: Juarez Gomes

**ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL DO VALE DO ITAPOCU (APEVI)**

Titular: Alessandro Richter

Suplente: Ivan Pilon Torres

**INSTITUTO JARAGUÁ DO SUL DE TURISMO & EVENTOS - CONVENTION & VISITORS BUREAU**

Titular: Ariane Raizer

Suplente: Edilma Lemanhê

**ESPORTES ALTERNATIVOS**

Titular: Volney Paulo Zonta

**CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS (CDL)**

Titular: Kelly Giovanella

Suplente: Talita Beber

**ASSOCIAÇÃO DAS IMOBILIÁRIAS DE JARAGUÁ DO SUL (AIJS)**

Titular: Gabriel Bruch Ramos

Suplente: Richard Mahnke

Art.2º O mandato encerrar-se-á em 10/11/2018.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 893/2016**

PORTARIANº 893/2016

Designa Defensor Dativo no Processo Administrativo Disciplinar Nº 018/2016.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 7.079/2015, de 17/07/2015;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria Nº 783/2016, de 15/09/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1342/2016/Cogem, de 24/10/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 24/10/2016, "ad hoc" o servidor público municipal EDSON WILLIAN PIOTTO, matrícula 9677-6, servidor público municipal efetivo e estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo, em Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, para acompanhar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 018/2016, instaurado pela Portaria Nº 744/2016, de 25/08/2016, a que responde o servidor público municipal Eugênio Demenchucki, e apresentar a respectiva defesa escrita, a fim de garantir ao acusado a ampla defesa e o contraditório.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 894/2016**

PORTARIANº 894/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora DEBORA MARIANA STAHELIN.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante no Ofício Nº 435/2016/SEMA/DGP, firmado pelo Secretário Municipal da Administração, Sr. Ademar Possamai, conjuntamente com a Diretora de Gestão de Pessoas, Sra. Regina John e Sra. Maria Maritza Klosowski, Gerente de Administração de Pessoal, o qual solicita, de acordo com o artigo 202, c/c artigo 213, ambos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora pública municipal Debora Mariana Stahelin;

CONSIDERANDO os indícios da falta de comprometimento da servidora Debora Mariana Stahelin com as atribuições indispensáveis a qualquer servidor, em relação as suas faltas injustificadas, caracterizadas pela provável INASSIDUIDADE HABITUAL, apontados no Ofício Nº 435/2016/SEMA/DGP e seus anexos, os quais indicam inassiduidade no período de 10/2015 a 09/2016;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 150 e 198 da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no artigo 213 da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, II, III, VI, XIV e XV, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 021/2016, em face da servidora DEBORA MARIANA STAHELIN, devendo os trabalhos serem conduzidos pela TERCEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelas servidoras públicas municipais KARLA FINGER, matrícula 9501-0, lotada no Gabinete do Prefeito; KAREN CRISTINA DA COSTA, matrícula 8913-5, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e TERESINHA MARIA DE MIRANDA SIDUOSKI, matrícula 8203-1, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo, para, sob a presidência da primeira, apurar os indícios de descumprimento das responsabilidades funcionais da servidora pública municipal Debora Mariana Stahelin, matrícula 10948-7, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram, em tese, infrações ao disposto nos incisos I, II, III, VI, XIV e XV, do artigo 173, no caput, dos artigos 150 e 198, todos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá imediatamente encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas, para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional da servidora, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa, quando houverem, deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato

objeto do Processo, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação da servidora para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação da servidora investigada deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acareação e a juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados à servidora.

§1º Todos os termos afetos ao Processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do Processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do Processo deverão ser mantidos em duas vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento do investigado e sequencialmente a indicição do servidor em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição do servidor investigado, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando o servidor ou seu representante legal para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição do servidor e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;

II - da instalação dos trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da instrução processual;

V - da indicição;

VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;

VII - da Conclusão;

VIII - das Recomendações; e

IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, devendo, ainda, a Comissão adotar o procedimento sumário, conforme disposto no artigo 213, §1º e §2º, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser considerados para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.  
DIETER JANSSEN  
Prefeito

**PORTARIA Nº 895/2016**

PORTARIANº 895/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1345/2016/Cogem, de 26/10/2016, da Controladoria-Geral do Município;

## RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 03/10/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 022/2015, instaurado pela Portaria Nº 879/2015, de 06/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito**PORTARIA Nº 896/2016**

PORTARIANº 896/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1346/2016/Cogem, de 26/10/2016, da Controladoria-Geral do Município;

## RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 03/10/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 023/2015, instaurado pela Portaria Nº 880/2015, de 06/07/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito**PORTARIA Nº 897/2016**

PORTARIANº 897/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1347/2016/Cogem, de 26/10/2016, da Controladoria-Geral do Município;

## RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 26/10/2016, por mais 90 (noventa)

dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 012/2016, instaurado pela Portaria Nº 649/2016, de 26/07/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/10/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito**PORTARIA Nº 898/2016**

PORTARIANº 898/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1348/2016/Cogem, de 26/10/2016, da Controladoria-Geral do Município;

## RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 1º/11/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 014/2016, instaurado pela Portaria Nº 679/2016, de 03/08/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito**PORTARIA Nº 899/2016**

PORTARIANº 899/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1349/2016/Cogem, de 26/10/2016, da Controladoria-Geral do Município;

## RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 08/11/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, concernentes à Sindicância Administrativa Nº 021/2016, instaurada pela Portaria Nº 702/2016, de 10/08/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/11/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN  
Prefeito

**SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO Nº 330/2016 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 428/2014 AO EXTRATO DO CONTRATO 344/2016**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 330/2016  
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 428/2014

Processo: Dispensa de Licitação 279/2014; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Tânia Raquel Vasel; Objeto: Prorrogar o prazo de locação do imóvel para 01/12/2017, com efeito a partir de 01/12/2016; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 17/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Tânia Raquel Vasel.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 331/2016  
7º ADITIVO AO CONTRATO 266/2013

Processo: Pregão nº 136/2013; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Humana Saúde e Segurança Ocupacional Ltda.; Objeto: Reajustar em 10,6777% o preço unitário dos serviços inicialmente contratados nos itens 01 a 06 da cláusula 2.1 do referido contrato, com base no parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/1993; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas. Data da assinatura: 17/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro, Tatiana Sueko Spohr, Cristiane de Lima e Sandra Regina Silva.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 332/2016

Processo: Pregão nº 155/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Comercial Vitória Ltda.; Objeto: Ferramentas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 5.532,18 (cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e dezoito centavos); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos os itens dos lotes, nos quais a CONTRATANTE sair vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.417.3.3.90.3.0.42.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 38 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Divisão Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.0.00.00.00 – 40 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.03.4.413.4.4.90.52.34.00.00.00 – 41 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.0.00.00 – 48 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.02.4.4.07.3.3.90.30.42.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Lotes 09, 13 e 15 até 09/11/2016; Data da assinatura: 21/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Verônica Solange Rigo Scheer.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 333/2016

Processo: Pregão nº 155/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli - ME; Objeto: Cinta de Catraca, Correia Dentada e Broca de Aço; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a

contratada o valor de R\$ 1.558,00 (hum mil, quinhentos e cinquenta e oito reais); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos os itens dos lotes, nos quais a CONTRATANTE sair vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.417.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 38 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Divisão Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.00.00.00.00 – 40 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.03.4.413.4.4.90.52.34.00.00.00 – 41 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 48 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Lotes 05 e 07 até 09/11/2016; Lote 04 até 23/12/2016; Data da assinatura: 21/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 334/2016

Processo: Pregão nº 155/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Foot Comercial Ltda. ME; Objeto: Estopa, Guincho, Para fusadeira, Esmerilhadeira; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 3.740,00 (três mil, setecentos e quarenta reais); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos os itens dos lotes, nos quais a CONTRATANTE sair vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.417.3.3.90.3.0.42.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 38 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Divisão Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.0.00.00.00 – 40 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.03.4.413.4.4.90.52.34.00.00.00 – 41 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.0.00.00 – 48 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.02.4.4.07.3.3.90.30.42.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Lotes 11 e 14 até 09/11/2016; Data da assinatura: 21/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Telmo Nazario.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 335/2016

Processo: Pregão nº 155/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Kafer Comércio Ltda. EPP; Objeto: Abraçadeira e Parafuso; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 1.757,83 (hum mil, setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e três centavos); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos os itens dos lotes, nos quais a CONTRATANTE sair vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de

dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.417.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 38 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Divisão Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.00.00.00.00 – 40 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.03.4.413.4.4.90.52.34.00.00.00 – 41 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 48 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Lotes 08 e 12 até 09/11/2016; Data da assinatura: 21/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Oswaldo de Oliveira Cercal.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### EXTRATO DO CONTRATO 336/2016

Processo: Pregão nº 156/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Venturi Transportes Ltda. ME; Objeto: Transporte de Água Potável; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 123.150,00 (cento e vinte e três mil, cento e cinquenta reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2016, a saber: - 25.02.4.412.3.3.90.39.74.00.00.00 – 55 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Div. Água; Data da assinatura: 19/10/2016; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 19/10/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Jeferson Luiz Venturi.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 337/2016

Processo: Pregão nº 155/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: P&P Comércio e Transportes Ltda. EPP; Objeto: Estaca de madeira; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de 2.980,00 (dois mil, novecentos e oitenta reais); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos os itens dos lotes, nos quais a CONTRATANTE sair vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.417.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 38 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Divisão Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.00.00.00.00 – 40 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.03.4.413.4.4.90.52.34.00.00.00 – 41 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 48 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Lotes 10 até 09/11/2016; Data da assinatura: 21/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Nilva Borges Paoletto.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### EXTRATO DO CONTRATO 338/2016

Processo: Pregão nº 155/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Prominas Brasil Equipamentos Ltda.; Objeto: Bocal; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 1.323,24 (hum mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos os itens dos lotes, nos quais a CONTRATANTE sair vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.417.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.22.00.00.00 – 38 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Divisão Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.00.00.00.00 – 40 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.03.4.413.4.4.90.52.34.00.00.00 – 41 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Esgoto; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 48 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Lote 02 até 23/12/2016; Data da assinatura: 21/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Uiraci M. Pires Corrêa.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### EXTRATO DO CONTRATO 339/2016

Processo: Pregão 160/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Infrasul – Infraestrutura e Empreendimentos Ltda.; Objeto: Fornecimento de brita graduada; Forma de Pagamento: O Samae pagará a contratada a importância de R\$ 64.350,00 (sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais); O pagamento será efetuado a cada entrega 10 dias após data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2016: a saber: - 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 48 – Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; - 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; - 25.03.3.410.4.4.90.51.99.00.00.00 – 34 – Ampliação de redes coletoras – Divisão Esgoto; - 25.02.3.405.4.4.90.51.99.00.00.00 – 59 – Ampliação e substituição de redes e ramais de água; Data da assinatura: 24/10/2016; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Rui Carlos Ludka.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 340/2016

Processo: Pregão nº 159/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Gráfica Guaramirim Ltda. EPP; Objeto: Serviços Gráficos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.710,00 (dois mil, setecentos e dez reais); O pagamento será efetuado após cada entrega do serviço solicitado em até 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente

Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.01.4.401.3.3.90.30.44.00.00.00 – 58 – Manutenção das atividades administrativas – Samae; 25.02.3.400.4.4.90.51.91.00.00.00 – 13 – Implantação da Eta Água Verde; 25.01.4.401.3.3.90.39.63.00.00.00 – 05 – Manutenção das atividades administrativas – Samae; Prazo de Fornecimento: Até 09/11/2016; Data da assinatura: 24/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Fabrício Hackbarth.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - SAMAE

#### EXTRATO DO CONTRATO 341/2016

Processo: Pregão nº 161/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Usinagem Jaraguá Ltda. ME; Objeto: Serviço de solda Mig/Mag e acetileno, corte, tornearia e fresa; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 85.450,00 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.39.99.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Div. Água; 25.03.4.412.3.3.90.39.99.00.00.00 – 48 – Manutenção Patrimonial – Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 25/10/2017; Data da assinatura: 25/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Gustavo Roda.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### EXTRATO DO CONTRATO 342/2016

Processo: Pregão nº 158/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli - ME; Objeto: Fusível e Interface Eletrônica; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 16.800,04 (dezesesseis mil, oitocentos reais e quatro centavos); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos os itens dos lotes, nos quais a CONTRATANTE sair vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.406.3.3.90.30.25.00.00.00 – 20 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Divisão Água; 25.02.4.407.3.3.90.30.26.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; 25.02.4.408.4.4.90.52.34.00.00.00 – 23 – Aquisição de equipamentos e material permanente - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 10/11/2016; Data da assinatura: 25/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### EXTRATO DO CONTRATO 343/2016

Processo: Pregão nº 158/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: G-Tec Comércio e Assistência Técnica de Bombas e Motores Elétricos Eireli; Objeto: Rolamento; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos os itens

dos lotes, nos quais a CONTRATANTE sair vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.406.3.3.90.30.25.00.00.00 – 20 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Divisão Água; 25.02.4.407.3.3.90.30.26.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; 25.02.4.408.4.4.90.52.34.00.00.00 – 23 – Aquisição de equipamentos e material permanente - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 10/11/2016; Data da assinatura: 25/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Gleison Rodrigo de Souza Pereira.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

#### EXTRATO DO CONTRATO 344/2016

Processo: Pregão nº 158/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: SDS Manutenção Eletrônica Ltda.; Objeto: Fusível; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 7.273,76 (sete mil, duzentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos); O pagamento será efetuado após a entrega total de todos os itens dos lotes, nos quais a CONTRATANTE sair vencedora, 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber: 25.02.4.406.3.3.90.30.25.00.00.00 – 20 - Manutenção das atividades técnicas e operacionais – Divisão Água; 25.02.4.407.3.3.90.30.26.00.00.00 – 56 – Manutenção Patrimonial – Divisão Água; 25.02.4.408.4.4.90.52.34.00.00.00 – 23 – Aquisição de equipamentos e material permanente - Divisão Água; Prazo de Fornecimento: Até 10/11/2016; Data da assinatura: 25/10/2016; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Carlos Alberto Silva da Silva.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

### **SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 168/2016**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
JARAGUÁ DO SUL – SC

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

LICITAÇÃO Nº: 168/2016

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE MONITORAMENTO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 01/11/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 17/11/2016

DATA DA ABERTURA: 17/11/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 170/2016**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 170/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CORTA-CHAMAS À PROVA DE DEFLAGRAÇÃO EM TUBULAÇÕES CONTENDO BIOGÁS, MANGUEIRAS, TUBO DE NYLON, MAÇARICO A GÁS, CONECTORES EM FORMA DE GARRA PARA BATERIA DE VEÍCULOS

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 01/11/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 16/11/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-  
Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

# Joaçaba

## PREFEITURA

**PORTARIA N.º 6643**

PORTARIA Nº 6.643 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016  
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

**RESOLVE,**

Art. 1º. INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar por parte da Sra. Cleunice Terezinha Santos Aarão, em relação a fatos ocorridos no CEI Mundo Encantado, conforme relatório e parecer jurídico.

Art. 2º. DESIGNAR os servidores, TIAGO DUPONT GIUMBELLI, JULIO CESAR BISSANI e LUIZ FERNANDO VACCARI, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 31 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6644**

PORTARIA Nº 6.644 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.  
"DECLARA NULO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR"

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 109 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

**RESOLVE ,**

1º - DECLARAR NULO O PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR instaurado pela portaria n.º 868/2013 que apurou possível descumprimento do dever funcional da Sra. Quelin Vaccari, tendo em vista o mesmo não transcorreu dentro dos ritos estabelecidos nos artigos 148, 150, 151, 152, 154, 156, 160 e 161 da Lei Complementar n.º 76/2003, conforme pedido protocolado sob n.º 0002030/2016 de 15 de setembro de 2016.

2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 31 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6645**

PORTARIA Nº 6.645 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016  
"ACATA PEDIDO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º. ACATAR O RETORNO de Licença Sem Vencimentos a partir de 31 de outubro de 2016, do servidor MARCELO MANTOVANI, Engenheiro Agrônomo, pedido protocolado através do processo n.º 002412 de 31 de outubro de 2016, de acordo com o § 5º do art. 81 da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 31 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6646**

PORTARIA Nº 6.646 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016  
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60 da Lei Orgânica Municipal e pelo art. 31 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO a(o) Servidor(a) Sr(a). CLAUDIO TOSCAN, Motorista, em função da titulação de ensino médio, conforme pedido protocolado através do processo n.º 0002289/2016 de 13 de outubro de 2016, ficando enquadrado em função da nova titulação como Motorista Nível B-II.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de outubro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 31 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 6647**

PORTARIA Nº 6.647 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo", a fim de que se apure a realização ou não de serviços mencionados pela empresa MIRANDA E MIRANDA Comércio de Peças e Serviços em Máquinas Pesadas Ltda diante do pedido protocolado sob n.º 1578/2016, bem como parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 05 de novembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 31 de outubro de 2016.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Setor de Pessoal

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****HOMOLOGAÇÃO PR 0044/2016 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 44/2016 - PR</b>  Processo Administrativo: 59/2016 Processo de Licitação: 59/2016 Data do Processo: 16/09/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 59/2016  
b ) Licitação Nr.: 44/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 31/10/2016  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO GPS PARA A ÁREA TÉCNICA DO SIMAE.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

**SANTIAGO & CINTRA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (8469)**

1 GPS DO TIPO RTK (REAL TIME KINEMATIC), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: SPECTRA PRECISION	UN	1,00	0,0000	98.000,00	98.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>98.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>98.000,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.062.4.4.90.00.00.00.00 (40)

-----  
Aluir Flemming - Diretor Presidente

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 0039/2016**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2016 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 53/2016 <b>Processo de Licitação:</b> 53/2016 <b>Data do Processo:</b> 02/09/2016
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 53/2016  
b ) Licitação Nr.: 39/2016-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 31/10/2016  
e ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE QUADRO DE COMANDO DE MOTORES PARA A ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA 002, LOCALIZADA EM JOAÇABA/SC, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**SANEAUT DO BRASIL LTDA - ME (8358)**

1 QUADRO DE COMANDO DE MOTORES 1900MM X1600MM X800MM. QCM PARA ACIONAR, PROTEGER E VARIAR A VELOCIDADE DE MOTOR ELÉTRICO DE INDUÇÃO TRIFÁSICO, POTÊNCIA 150 CV /IN -200 AMPERES, II POLOS, TENSÃO DE FASE 380 VCA, TENSÃO DE COMANDO 220V, FREQUÊNCIA 60HZ, O SISTEMA DE PARTIDA DEVERÁ SER ATRAVÉS DE CONVERSOR DE FREQUÊNCIA AFIM DE CONTROLAR E VARIAR A VELOCIDADE DO MOTOR. UM CONVERSOR DE FREQUÊNCIA PARA CADA MOTOR, TOTAL DOIS MOTORES LÍQUIDO A SER BOMBEADO: ÁGUA QCM A SER INSTALADO NA EAT 002- JOAÇABA/SC. CONVERSOR DE REFERÊNCIA - WEG- MODELO CFW 11 CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA - Marca: SANEAUT	UN	1,00	0,0000	53.900,00	53.900,00
---	----	------	--------	-----------	-----------

**Total do Fornecedor: 53.900,00**

**Total Geral: 53.900,00**

Joaçaba, 31 de Outubro de 2016.

-----  
Aluir Flemming - Diretor Presidente

# Lages

## PREFEITURA

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2016 PML** PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2016

Autorizo a abertura do processo de Dispensa N.º 15/2016 de através da Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, para a Celebração de um Contrato com a Empresa PERUZZO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.314.845/0001-26, sito na Rua: ROD. BR 282 KM 216 – Bairro: VILA CADETE – LAGES/SC, para concessão de uso de bem imóvel destinado a exploração comercial de lanchonete, situado no Aeroporto Federal Antonio Correia Pinto de Macedo, no bairro Guarujá, sito na Rua: Paulo Kauling – BR 282, KM 04 – Bairro: Vila Mariza, no Município de Lages, pelo valor de R\$ 500,00(quinzentos reais mensais) a serem pagos ao Município.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 14 de junho de 2016.  
Adilson Paneck  
Secretário do Meio Ambiente e Serviços Públicos

### **RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de Adilson Paneck, Secretário do Meio Ambiente e Serviços Públicos, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 14 de junho de 2016.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

### **RERRATIFICAÇÃO PP 74-2016 PML** RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2016-PML  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DO 5º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados o adiamento da data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 16/11/2016, para às 13:30 do dia 21/11/2016. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 31 de outubro de 2016.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

### **RERRATIFICAÇÃO TP 01-2016 FMAS** RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016 FMAS  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE PÚBLICA DE ACOLOHIMENTO ABRIGO INSTITUCIONAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados o adiamento da data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 18/11/2016, para às 13:30 do dia 22/11/2016. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 31 de outubro de 2016.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

# Luzerna

## PREFEITURA

### PORTARIA 148/16

PORTARIA Nº 148/16 de 31 de outubro de 2016.  
"PROMOVE SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 035/04 de 18 de março de 2004,

#### RESOLVE:

Art.1º- PROMOVER, por mérito, o servidor MÁRCIO JOAREZ DUDAS, lotado no emprego público de Motorista II, Classe "B", Nível 06, Grupo II - ANO, para a Classe "C", do mesmo Nível e Grupo que ocupa, referente ao período de 17 de outubro de 2014 à 16 de outubro de 2016, por ter cumprido os requisitos dos arts. 26, 27 e 55, da Lei Complementar Municipal nº 035 de 18 de março de 2004, que instituiu o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Luzerna(SC).

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2016.

Luzerna(SC), 31 de outubro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 149

PORTARIA Nº 149/16 de 31 de outubro de 2016.

"INSTITUI GRUPO DE TRABALHO DE ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE LUZERNA, PLANOS DE CARREIRAS DOS SERVIDORES E DO MAGISTÉRIO, LEI DE REGIME ESPECIAL DE TRABALHO E DEMAIS LEGISLAÇÃO CORRELATA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 9º da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art.1º- Fica instituído GRUPO DE TRABALHO DE ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE LUZERNA, PLANOS DE CARREIRAS DOS SERVIDORES E DO MAGISTÉRIO, LEI DE REGIME ESPECIAL DE TRABALHO E DEMAIS LEGISLAÇÃO CORRELATA, que terá a seguinte composição:

Representantes da Secretaria de Fazenda e Administração

ANGELO BRANDALISE JÚNIOR

DREONE MENDES

Representante da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

ALESSANDRA DAROS NUNES

Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

ADRIANA ELISABETH BIER

Representantes da Secretaria de Obras e Serviços

ALEXANDRE COLUSSO

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

RÉGIS VALTER WEISER

Representantes da Assessoria Jurídica

KÁTIA IOLANDA DEUERLING

MARIANA DE AZEVEDO RAMOS

Representante do Setor de Desenvolvimento Humano

ANA CAROLINE DIESEL DEITOS

Representantes do Poder Legislativo

DAVI CERON

RUBIANA SUELEN BALESTRIN

Representante do SINSEADRE

LUCIANA PRONER CANALLE

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 146/14 de 29 de dezembro de 2014.

Luzerna(SC), 31 de outubro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

# Mafra

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2016 (NOVA DATA DE ABERTURA)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2016  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Óleos Lubrificantes e Filtros para manutenção dos veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 22/11/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3642-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 31 de outubro de 2016.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2016

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2016

Contrato nº: 006/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSP. LTDA.

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Modalidade Processo Licitatório n.º 339/2015. Registro de Preço n.º 131/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 24 de outubro de 2016.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unit. inicial	Valor atual com reajuste
292	51219 - Solução de manitol a 20% 250 ml sistema fechado Solução de manitol a 20% 250 ml sistema fechado Fresenius Kabi Bras	R\$ 4,26	R\$ 4,89

Foro: Comarca de Mafra

### LEI MUNICIPAL Nº 4235

LEI Nº. 4.235

DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MAFRA O DIA 20 DE OUTUBRO A SER COMEMORADO ANUALMENTE "DIA DO ACORDO DE LIMITES DAS TERRAS CONTESTADAS ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA".

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Inclui no Calendário Oficial do Município de Mafra o dia 20 de outubro a ser comemorado anualmente "Dia do acordo de limites das terras contestadas entre Paraná e Santa Catarina".

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mafra, 27 de outubro de 2016.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### **PMM LIC 124.2016 PP 83.2016 - PEÇAS PARA MUNTENÇÃO DA NEW HOLLAND TL 75 - ANO 2004 - TPF 04**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 1.444/2007, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA NEW HOLLAND TL 75 - ANO 2004 - TPF 04 DA FROTA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 17/11/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 17/11/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 28 de outubro de 2016.

VANDERLEI SASSE – Prefeito Interino

# Meleiro

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº504-2016**

PORTARIA n.º 504/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 1349/2009, de 30 de março de 2009, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora AIDE GRASIELA MACARINI SILVESTRI, do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento Econômico, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº505-2016**

PORTARIA n.º 505/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MOTORISTA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1.º O Senhor ENEDIR IZE DE SOUZA, do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado à Secretaria de Educação.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº506-2016**

PORTARIA nº 506/2016

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal JOSE ARILTON DEMETRIO – matrícula 989 ocupante do cargo de Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 15/01/2015 a 14/01/2016.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**PORTARIA Nº507-2016**

PORTARIA n.º 507/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

**CONCEDER**

Art. 1.º Licença saúde ao servidor JADIR TRENTA, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 26/10/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 31 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Navegantes

## PREFEITURA

### **DECRETO 181/2016 DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR CICLONES-MARÉS DE TEMPESTADES (RESSACAS), COBRADE 13112, CONFORME IN/MI 01/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES SC.

DECRETO No 181, de 31 de Outubro de 2016.

Declara situação de emergência nas áreas do Município afetadas por Ciclones - Marés de Tempestades (ressacas), Cobrade 13112, conforme IN/MI 01/2012.

O Senhor Roberto Carlos de Souza Prefeito do Município de Navegantes, localizado no estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 05/04/1990 e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

#### **CONSIDERANDO:**

I – Que nos dias 28, 29 e 30 de outubro a cidade de Navegantes foi atingida por uma maré de tempestades (ressaca) trazendo danos e prejuízos diversos ao Poder Público;

II- Que em decorrência dos seguintes danos destruição da estrutura do deck de madeira para caminhada, do estacionamento de paiver, obstrução das galerias pluviais nas ruas do entorno, da via danificada por pedras lançadas na pista de rolagem, do assoreamento do Rio das Pedras e da Barra do Rio gravatá, destruição das dunas primárias, do parque de diversões, cancha de bocha e academia popular.

III – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência.

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Ciclones - Marés de Tempestades (ressacas), conforme IN/MI nº 01/2012. Cobrade 13112.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Coordenadoria Municipal de Defesa Civil nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou

autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 31 dias do mês de outubro de 2016.  
Roberto Carlos de Souza  
Prefeito Municipal

### **DECRETO 182/2016 ESTABELECE HORÁRIO DE VERÃO NA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES** DECRETO N º 182 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

ESTABELECE HORÁRIO DE VERÃO NA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu art. 60, item III,

#### **DECRETA:**

Art. 1 º Fica estabelecido HORÁRIO DE VERÃO relativo ao expediente na FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES de segunda a sexta-feira, com servidores trabalhando no horário das 08:00h às 14:00h ou 14:00h às 20:00h conforme as necessidades da superintendente, uma vez que o atendimento na fundação será das 08:00h às 20:00h ininterruptamente, até o dia 31/12/2016:

§ 1º O horário supracitado é exceção ao horário estabelecido no decreto 178/2016.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 02 de Setembro de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito do Município de Navegantes	Nádia Braz Bins Secretária de Administração e Logística
Lindsei de Fátima Rebelo Monitadora de Area Azul	Joab Bezerra Duarte Filho Superintendente da Fundação de Vigilância
TESTEMUNHAS	
Juliane Wagner Pacheco Analista Administrativo	Diandra Pereira Diretora de Recursos Humanos

### ERRATA ADITIVO DE CONTRATO 478/2016

errata ADITIVO DE CONTRATO 478/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO 212/2016.

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALINEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. Roberto Carlos de Souza, CPF: 573.409.359-91 a Secretaria de Administração de Logística na pessoa da Sra. Nádia Braz Bins, CPF: 676.296.799-04 o Superintendente da Fundação de Vigilância na pessoa do Sr. Joab Bezerra Duarte Filho CPF: 987.268.467-72 e de outro LINDSEI DE FÁTIMA REBELO – CPF:057.586.729-98– Rua Osmundo Dutro, 251 – Meia Praia- Navegantes/SC - CEP 88375-000, doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

E Assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 212/2016, nos termos que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original, firmado em 24/03/2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 02/09/2016 até 16/12/2016, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

#### ORDINÁRIO

#### CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

#### CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

### EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 218/2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº...: 218/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA - EPP

CNPJ: 75.862.946/0001-66.

Vigência ..... : Início: 16/10/2016 Término.: 14/12/2016.

Licitação: TP nº83/2016.

Recursos: Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 173/2016 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DAS RUAS MIGUEL NARCISO, SALVIO NARCISO E FRANCISCO VOLINGER, LOCALIZADAS NO BAIRRO GRAVATA, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDOSOCIAL TRAVÉS DO PROGRAMA DE TRANSFERENCIA Nº 2016006150 E PROPOSTA Nº 18046, COM PARTICIPAÇÃO DE CONTRAPARTIDA DESTA MUNICIPALIDADE. , conforme Tomada de Preço nº 83/2016.

Navegantes, 14 de outubro de 2016.

### PORTARIA 2187/2016 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 2187 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais –, Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível irregularidade na supressão de valores da folha de pagamento do servidor H.N..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 2188/2016 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 2188 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais –, Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possíveis irregularidades nas supressões de valores das folhas de pagamentos da servidora L.A.B.R..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 263/2016

DECRETO nº 263, de 31 de outubro de 2016.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.671/2000, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, declara a vacância do cargo público da servidora MARIA NAZARETE CIPRIANI, a partir de 01/11/2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1.671/2000, à servidora MARIA NAZARETE CIPRIANI, detentora da matrícula funcional nº 1056, inscrita no CPF nº 481.510.509-00 e no PASEP nº 1010821987-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - 20 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter integral, correspondente a 100% de sua última remuneração, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 1.445,39 (um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos) que será pago mensalmente pelo IPREVENT.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 58 Lei nº 1668/1999 - Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério Público do Município de Nova Trento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo que seus efeitos aplicam-se a partir de 01/11/2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 31 de outubro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal em Exercício

### QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2013

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2013

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica Direito Público Interno, inscrita no CNPJ Nº 82.925.025/0001-60, estabelecida na Rua Santo Inácio 126, Praça Del Comune - Centro - representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. Josemar Guilherme Franzoi, inscrito no CPF nº 646.832.739-34, doravante denominado de "CONTRATANTE" e, de outro, HELOISA FRANZOI PIAZZA, arquiteta, brasileira, casada, residente e domiciliada à Rua Francisco Mázzera, 191, Bairro Centro, Apartamento 701, São João Batista/SC inscrita no CPF nº 056.338.969-98, RG nº 4.186.507, expedida em 21/07/2009, PIS/PASEP 137.16535.72-8, CAU nº A65023-4, doravante denominada "CONTRATADA" firmam o presente CONTRATO para execução do objeto abaixo, sujeitando-se às normas da Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 125/2013, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a prestação de Serviços especializados de profissional de nível superior com formação na Área de Arquitetura Urbanista.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

Fica alterada a Cláusula Segunda do Contrato nº 125/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30 de dezembro de 2016 (Vigência: 01/10/2016 até 30/09/2017), podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

O contrato não sofrerá reajuste, permanecendo no valor mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), totalizando a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por 12 meses.

#### CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 125/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 01 de outubro de 2016.

JOSEMAR GUILHERME FRANZOI

Prefeito em Exercício

Contratante

HELOISA FRANZOI PIAZZA

Contratada

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Aprigio José Botameli

2. \_\_\_\_\_  
Lorena Polli

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### **AVISO DO RESULTADO DO PL Nº 031/2016-PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2016

PREGÃO PRESENCIAL 019/2016

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 019/2016 –tem como objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especificações constantes do Edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 31/10/2016 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes a saber: EDMAR DA SILVA – ME e ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA. Sendo que a empresa EDMAR DA SILVA – ME foi vencedora dos itens 01 a 24, com valor global de R\$ 94.800,00 (Noventa e quatro mil e oitocentos reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem às exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa EDMAR DA SILVA – ME como Vencedora do Pregão Presencial Nº 019/2016.

Novo Horizonte/SC, em 31 de Outubro de 2.016.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

## EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2016

Página: 1/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2016**

Número do Registro de Preços: 12/2016 Data do Registro: 31/10/2016 Válido até: 31/10/2017

**Objeto da Compra:** O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especifici

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BASE RELE FOTOELÉTRICO 10 AMPERES (01-01-19914)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	EXATRON	0	12,6459	1
2	BRAÇO 1,5 METROS PARA LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO 70W (01-01-19915)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	ROMAGNOLE	0	57,1109	1
3	CINTA POSTE CIRCULAR 190MM (01-01-19916)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	ROMAGNOLE	0	24,4761	1
4	CINTA POSTE CIRCULAR 200MM (01-01-19917)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	ROMAGNOLE	0	26,1078	1
5	CONECTOR CUNHA CU+SN+CA-CAA-CU TIPO A (01-01-19918)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	INTELLI	0	5,3032	1
6	FIO CU ISOLADO AZUL 02,5MM 2, 750V, COM 100 METROS (01-01-19919)	RL	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	CORFIO	0	121,5646	1
7	FIO CU ISOLADO PRETO 02,5MM 2, 750V, COM 100 METROS (01-01-19920)	RL	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	CORFIO	0	121,5646	1

Página: 2/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2016**

Número do Registro de Preços: 12/2016			Data do Registro: 31/10/2016		Válido até: 31/10/2017		
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELETRICOS E MAO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especifi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	RCM	0	121,7556	2
8	FITA ISOLANTE ROLO COM 20 METROS (01-01-19921)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	AMANCO	0	4,0793	1
			ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	ENERBRAS	0	4,6080	2
9	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 070W (01-01-16409)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	DEMAPE	0	17,1333	1
			ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	EMPALUX	0	20,2208	2
10	LAMPADA VAPOR SODIO 250 W (01-01-01966)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	DEMAPE	0	28,5554	1
			ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	EMPALUX	0	33,6327	2
11	LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO 400 W (01-01-22870)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	DEMAPE	0	38,3459	1
			ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	EMPALUX	0	44,9466	2
12	LUMINÁRIA FECHADA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA LÂMPADA DE VAPOR SÓDIO 070W (01-01-19925)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	TSCHIBRA	0	81,5870	1
			ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	OLIVO	0	98,3411	2
13	PORCA QUADRADA 16X13mm (01-01-16412)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	ROMAGNOLE	0	1,8357	1
			ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	ROMAGNOLE	0	1,9668	2

Página: 3/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2016**

**Número do Registro de Preços: 12/2016      Data do Registro: 31/10/2016      Válido até: 31/10/2017**

**Objeto da Compra:** O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e específicos

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	REATOR BAIXA PRESSÃO PARA LÂMPADA DE VAPOR SÓDIO 070W (01-01-19926)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	DEMAPE	0	62,8220	1
15	REATOR BAIXA PRESSÃO PARA LÂMPADA DE VAPOR SÓDIO 250W (01-01-19927)	UN	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	DEMAPE	0	66,4973	2
16	REATOR BAIXA PRESSÃO PARA LÂMPADA DE VAPOR SÓDIO 400W (01-01-22871)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	DEMAPE	0	79,9552	1
17	RELE FASE E NEUTRO F 220V, BASE 10 AMPERES (01-01-19928)	UN	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	DEMAPE	0	92,2533	2
18	PARAFUSO CABEÇA ABAULADA 16X07, 10X60MM (01-01-22872)	UN	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	DEMAPE	0	96,2726	1
19	RECEPTÁCULO DE PORCELANA E27 (01-01-19931)	UN	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	DEMAPE	0	112,3898	2
20	RECEPTÁCULO DE PORCELANA E40 (01-01-19932)	UN	ILUMATIC	EXATRON	0	22,0285	1
			ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	EXATRON	0	24,7726	2
			EDMAR DA SILVA - ME (2406)	ROMAGNOLE	0	9,7904	1
			ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	ROMAGNOLE	0	6,0597	2
			EDMAR DA SILVA - ME (2406)	EXATRON	0	4,8952	1
			ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	DECORLUX	0	3,2780	2
			EDMAR DA SILVA - ME (2406)	EXANTRON	0	13,0539	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2016

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 12/2016		Data do Registro: 31/10/2016		Válido até: 31/10/2017			
<b>Objeto da Compra:</b> O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especifi							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Serviço de Mão de Obra para instalação/substituição de luminária para iluminação pública comum (Valor por Luminária) (01-01-22873)	SV	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	0	8,1014	2
				DECORLUX			
				EFJ	0	97,9044	1
22	Serviço de Mão de Obra para instalação/substituição de reator para Iluminação Pública comum (Valor por reator) (01-01-22874)	SV	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	0	103,0240	2
				ENGELETRIC			
				EFJ	0	39,1618	1
23	Serviço de Mão de Obra para instalação/substituição de rele fotoelétrica individual (Valor por rele) (01-01-22875)	SV	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	0	42,1462	2
				ENGELETRIC			
				EFJ	0	28,5554	1
24	Serviço de Mão de Obra para substituição de lâmpadas 70W, 150W, 250W e 400W (Valor por Lâmpada) (01-01-22876)	SV	EDMAR DA SILVA - ME (2406)	ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	0	28,0975	2
				EENGELETRI			
				EFJ	0	32,6348	1

Página: 5/6

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2016

Número do Registro de Preços: 12/2016							Data do Registro: 31/10/2016		Válido até: 31/10/2017		
Objeto da Compra:							O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e especifi				
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
					ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA (3002)	ENGELETRIC	0	18,7316	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2016

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 12/2016							Data do Registro: 31/10/2016		Válido até: 31/10/2017	
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO E MELHORIAS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos estimados e específicos										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2016

PROCESSO Nº 31/2016

(2406) - EDMAR DA SILVA - ME

(3002) - ENGELETRICA MATERIAIS ELETRICOS LTDA

Novo Horizonte, 31 de Outubro de 2016.

# Orleans

## PREFEITURA

### 4.010

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.010 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.  
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e para os fins do artigo 51, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993,

#### DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Orleans, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros a saber:

1. Emerson Pedro Bazi
2. Francielli Ceolin Beltrame
3. Suzana Zapelini Benedet.

§ 1º. Compete à Comissão Permanente de Licitações processar e julgar a habilitação preliminar e as propostas, com a presença de, pelo menos, 03 (três) membros.

§ 2º. A Comissão se incumbirá do julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.

§ 3º. Substituirá o presidente, no caso de impedimento, o membro imediatamente seguinte na ordem de nomeação dada neste artigo e, assim, sucessivamente.

Art. 2º Os trabalhos da Comissão Permanente de Licitação serão secretariados pela servidora municipal: Francielli Ceolin Beltrame.

Art. 3º Os membros da Comissão Permanente responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação não são remuneradas, mas consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado em especial o Decreto nº 3.925 de 22 de fevereiro de 2016.

Orleans/SC, 20 de outubro de 2016; 131º anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

### 4.011

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.011 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

"NOMEIA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão que irá realizar os pregões eletrônicos e presenciais no âmbito da Prefeitura Municipal de Orleans, os seguintes Membros:

Pregoeiro: Emerson Pedro Basi

Equipe de Apoio: Francielli Ceolin Beltrame e Suzana Zapelini Benedet.

Art. 2º A realização dos pregões serão procedidos na Administração Direta do Município de Orleans, nos fundos especiais, nas autarquias, nas fundações, nas entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto n 3.926 de 22 de fevereiro de 2016.

Orleans/SC, 20 de outubro de 2016, 131º anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

EDUARDO BERTONCINI  
Secretário de Administração Interino

### 4.012

DECRETO N. 4.012 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

O Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 10 Inciso II da lei n. 2652 de 28 de Dezembro de 2015.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulada total ou parcial a seguinte dotação orçamentária:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA  
08.02 - Departamento de Serviços Urbanos  
2.024 - Manutenção da Iluminação Pública  
F.R. - 01.0017 - Recursos da COSIP  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 35.300,00

TOTAL R\$ 35.300,00

Art.2º A conta do recurso do artigo anterior fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

08.02 – Departamento de Serviços Urbanos

2.024 - Manutenção da Iluminação Pública

F.R. - 01.0017 – Recursos da COSIP

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 35.300,00

TOTAL R\$ 35.300,00

Art. 3º Este decreto entra em Vigor na data de sua Publicação

Orleans, 20 de outubro de 2016; 131º anos da Fundação e 103º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração

## CHAMAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº008/2015 para substituição , mediante o qual fica CONVOCADO (a), para nomeação, o(a) candidato(a) aprovado(a) Processo Seletivo Nº008/2015

Área de Ensino: 1 Educação Infantil , para comparecer na Data: 01/11/2016, Horário: 13.30 horas. Local: Secretaria da Educação, 01vaga 40 horas - Atuar no CEI. Recanto do Saber

## TERMO ADITIVO 157/2015-3

Contrato Nº: 157/2015-3

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada: VEDAT IMPERMEABILIZAÇÃO LTDA – ME

Prorrogação do prazo de vigência até 31/12/2016.

EDUARDO BERTONCINI – P. CONTRATANTE

JOÃO BATISTA SANDRINI MELO – P. CONTRATADA

Orleans, 28 de Outubro de 2016.

# Palhoça

## PREFEITURA

### **ERRATA Nº 002 PREGÃO Nº 132/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
ERRATA Nº 002  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2016

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Termo de Referência do Edital Convocatório, ficando aprazado para o dia 22/11/2016, às 14:00h, o recebimento e abertura dos envelopes de proposta e habilitação e a sessão de lances do Pregão Presencial nº 134/2016. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 31 de outubro de 2016. A PREGOEIRA.

### **TOMADA DE PREÇOS 127/2016 - RESULTADO DA HABILITAÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESUMO DE JULGAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº127/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº127/2016, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que consiste na contratação de empresa especializada para execução de drenagem da R. Doraci Freitas, localizada no bairro Rio Grande; drenagem da R. Benta Martins Ribeiro, localizada no bairro Praia de Fora e drenagem da R. Aldo Estacino Patricio, localizada no bairro Aririú, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

#### EMPRESAS HABILITADAS:

CONSTRUTORA TS LTDA ME  
JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA ME  
MAURICIO SAVULSKI DE MATOS ME  
PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME  
STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME  
VINICIUS GOEDERT ME

Palhoça, 31 de Outubro de 2016.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito

# Passo de Torres

## PREFEITURA

**DEC 148/2016**

DECRETO Nº. 148, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA DOMINGOS EZEQUIEL PERES, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO F.G-1.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Domingos Ezequiel Peres, da Função de Chefe de Departamento F.G- 1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2016.

Passo de Torres, em 24 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 24 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DEC 149/2016**

DECRETO Nº. 149, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA ROGÉRIO SANTOS DE SOUZA, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO F.G-1.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Rogério Santos de Souza, da Função de Chefe de Departamento F.G- 1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 14 de outubro de 2016.

Passo de Torres, em 24 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 24 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Passos Maia****PREFEITURA****TERMO ADITIVO 0001/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0055/2016**

TERMO ADITIVO 0001/2016 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0055/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0042/2016

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N. 0006/2016

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ivandre Bocalon, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - SC, denominado para este instrumento simplesmente de contratante, e, de outro lado, à empresa TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 04.406.660/0001-28, sediada na Avenida Nereu Ramos, n. 3023 – E, Bairro Líder, Cidade e Comarca de Chapecó – Estado de Santa Catarina, a seguir denominada simplesmente contratada, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos

**CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 65, I, “b”, da Lei 8.666/93, bem como no Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTICATIVA**

Considerando a necessidade de adequar o projeto de pavimentação original, acrescentando itens não previstos no projeto originário. Considerando que há projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentaria, detalhando os serviços que serão realizados, bem como o seu efetivo valor.

Considerando que o valor dos serviços a serem prestados será o mesmo daquele previsto por ocasião da contratação. Considerando, ainda, que o presente termo aditivo visa incluir itens que não estavam previstos na Planilha Orçamentária. Além disso, tem-se que o valor proposto pela contratada está em consonância com o mercado atual. Considerando, ainda, que o valor do presente aditivo não ultrapassa o limite legal. Conclui-se que a realização do presente termo aditivo do contrato acima identificado atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS QUE SERÃO INCLUÍDOS NO PROJETO**

- Execução de três limpa rodas em ruas diversas de 4,00 X 9,00m;
- Execução de remendo na Av. Padre João Boteiro de 1,50 X 60m;
- Fresagens em ruas diversas;
- Execução de lombadas físicas.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO**

A cláusula terceira do Contrato Administrativo n. 0055/2016, passará a ter a seguinte redação:

O preço previsto na cláusula terceira do contrato n. 0055/2016 foi reajustado em 6.01145%, sendo assim o valor que antes era de R\$ 219,394.31 (duzentos e dezenove mil trezentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos), passara a ser de R\$ 232,583.08 (duzentos e trinta e dois mil quinhentos e oitenta e três reais e oito centavos), com um reajuste de R\$ 13,188.77 (treze mil cento e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos).

**CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA SEXTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro de Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 21 de outubro de 2016.

IVANDRE BOCALON PREFEITO MUNICIPAL

ANDERSON COLOMBO TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA

Testemunhas:

EDSON SALVADEGO  
CPF nº 067.004.859-32

ELISNARA SUTIL DE OLIVEIRA CPF nº 066.059.179-01

DIOGO FERNANDO GOULART  
ADVOGADO OAB/SC33.536**CÂMARA MUNICIPAL****LEI 778/2016**

LEI Nº 778/2016

(ORIGINADA DO PROJETO DE LEI Nº 087, DE 22 DE AGOSTO DE 2016)

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017 - LOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas no Art. 27, III, da Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º Fica estimada a receita e fixada a despesa do Município de Passos Maia para o exercício de 2017.

Art. 2º O Orçamento Geral do Município de 18.300.000,00 (Dezoito milhões e trezentos mil reais).

**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 3º O orçamento da do Município para o exercício de 2017 estima a Receita em R\$ 16.900.000,00 (dezesseis milhões e novecentos mil reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 13.111.660,10 (treze milhões, cento e onze mil, seiscentos e sessenta reais e dez centavos), e Despesa Financeira de R\$ 3.788.339,90 (três milhões, setecentos e oitenta e oito mil, trezentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	16.899.985,00
1.1- Receita Tributária	811.217,00
1.2- Receitas de Contribuições	80.000,00
1.3- Receita Patrimonial	472.762,00
1.4- Receita Agropecuária	10.000,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	112.000,00
17-Transferências Correntes	15.326.250,00
1.9- Outras Receitas Correntes	87.756,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	15,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	15,00

2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	16.900.000,00

§ 2º A despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3 – DESPESAS CORRENTES	12.545.428,10
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	7.281.991,50
3.2- Juros e Encargos da Dívida	200.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	5.063.436,60
4 - DESPESAS DE CAPITAL	539.612,00
4.4- Investimentos	408.112,00
4.5- Inversões Financeiras	46.500,00
4.6- Amortização da Dívida	85.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.620,00
9.9- Reserva de Contingência	26.620,00
- TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	3.788.339,90
- Fundo Municipal da Saúde	2.888.339,90
- Câmara Municipal de Vereadores	900.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	16.900.000,00

§ 3º O orçamento do Fundo Municipal da Saúde e do Poder Legislativo para o exercício de 2017 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

**I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:**

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	1.399.998,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	11.368,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	1.386.660,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.970,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.888.339,90
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.888.339,90
TOTAL	4.288.339,90

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3 – DESPESAS CORRENTES	4.186.354,90
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	2.576.500,00

3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.609.854,90
4 - DESPESAS DE CAPITAL	101.985,00
4.4- Investimentos	101.985,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	4.288.339,90

## II – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	900.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	900.000,00
TOTAL	900.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	770.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	610.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	160.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	130.000,0
4.4- Investimentos	130.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	900.000,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza conforme anexo IX da LDO:

### UNIDADE GESTORA: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	26.620,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	26.620,00

§1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º Para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da Despesa estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária

só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º Durante o exercício de 2017 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2017.

Passos Maia – SC, 31 de outubro de 2016.

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS  
PRESIDENTE

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI  
Secretário Executivo

# Peritiba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 56/2016 – PREGÃO PRESENCIAL 31/2016

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 56/2016 – Pregão Presencial 31/2016.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição peças para manutenção e conservação das Ensiladeiras (Colhedora de forragens, acoplável a trator agrícola) do Município de Peritiba.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 18/11/2016.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 18/11/2016.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal de Peritiba

### RESUMO EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016 - PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2016 - PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA.

O Município de Peritiba TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que, de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (Lei Federal nº 8069 de 13 de junho de 1990) e a Lei Municipal nº 1911 de 18/04/2012, está abrindo inscrições para os candidatos ao PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA.

AS INSCRIÇÕES dos candidatos deverão ser realizadas nas dependências do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, Rua Miguel Balduino Boll 187 – Centro – Município de Peritiba, até o dia 30/11/2016, das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, de segunda à sexta-feira;

A Família Acolhedora receberá subsídio financeiro no valor de dois salários mínimos nacionais por mês e por criança/adolescente acolhida;

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto CRAS, fone (49) 3453-1319 ou presencial na Rua Miguel Balduino Boll 187 – Centro – Município de Peritiba.

ELIANI MORTARI

Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 500, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 500, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a existência de bens móveis inservíveis, bem como de a necessidade de avaliação prévia a fim de serem leiloados,

RESOLVE:

Art. 1º Determina a avaliação, para fins de leilão público, dos seguintes bens móveis inservíveis de propriedade do Município:

LOTE 01: 01 CAÇAMBA COLETORA DE LIXO.

LOTE 02: 01 CAMINHONETE/AMBULANCIA FIAT DUCATO MULTI, ano modelo 2006, Placas MHU 4450, RENAVAL 873054733, cor branca, Diesel,

LOTE 03- TELHAS, aproximadamente 7.000 unidades.

LOTE 04- 01 JANELA ALUMINIO 2 m /1,20 m.

LOTE 05- GM/S10 CAR/CAMINHONETE/CARROCERIA ABERTA, ano/modelo 1996, placa CDQ 1962/PR, RENAVAL 648888860, cor branca, gasolina, chassi 9BG124ARTTC919101.

LOTE 06 – SUCATA DE PNEUS VELHOS, aproximadamente 40 pneus.

LOTE 07- PORTA DE VIDRO 2,04 m /0,80 m.

Art. 2º Fica instituída comissão de avaliação, para avaliar os bens que serão leiloados em data previamente designada. Fica assim composta a comissão:

I – Silvana Mugnol – Auxiliar de Tesouraria;

II – Valdemar Bogoni - Secretário de Obras;

III – Hadriel Dalmolin – Fiscal de Obras e Tributos;

IV– Maria Helena Mattana Mariani; Assistente de Coordenação e Planejamento;

V – Adelar Bado – Secretário de Agricultura.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 10 de outubro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO 4610/2016

DECRETO Nº 4610/2016, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

cria modalidade de aplicação, abre crédito adicional suplementar proveniente de provável excesso de arrecadação e dá outras providências.

PLINIO DALLACORTE, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a modalidade de aplicação na classificação:

I – 04.01.23.691.0015.2.022 – 4.4.90.00.00.00.00 – 1089

Art. 2º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), para a dotação orçamentária constante do Anexo I deste Decreto:

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito Adicional Suplementar provenientes do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 26 de outubro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4610/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplementação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
26/10/2016	1	Adicionar	27.000,00	163	2	44900000000000	1089 - Alienação de bens Outros Programas
TOTAL DA ENTIDADE			27.000,00				

Planalto Alegre/SC, em 26 de outubro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA 50/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 050/2016

O Município de Ponte Serrada torna público Aos trinta e um dia do mês de outubro de dois mil e dezesseis, às nove horas na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada - SC reuniram-se a comissão permanente de licitações designada pelo decreto nº 676/2016 de 31 de agosto de 2016 para dar continuidade na licitação em epígrafe. Ato continuo e decorrido o prazo para impugnação da pontuação e ordem de classificação, fica marcado a data para a abertura dos envelopes da documentação no dia três de novembro de dois mil e dezesseis. Dessa maneira encerra-se a presente ata a qual todos passam a assinar.

Informações Complementares: Informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h00min às 13:00min e pelo site [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br) , ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com).

Ponte Serrada, 31 de outubro de 2016.  
EDUARDO COPPINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Porto Belo

## PREFEITURA

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 04/2016

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 004/2016

Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Belo - REFIS, e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Belo - REFIS - destinado a promover a regularização de créditos do Município de Porto Belo, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a tributos municipais, inscritos em dívidas ativas, ajuizados ou não ajuizados, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º O interessado em aderir ao REFIS, poderá fazê-lo até 15 de dezembro de 2016, através da assinatura do Termo de Opção ao REFIS.

Art. 3º As parcelas deverão ser pagas mensalmente e de forma sucessiva, sendo o vencimento da primeira parcela para o primeiro dia útil seguinte à adesão ao REFIS e a segunda parcela, no mesmo dia do mês subsequente, sendo que o valor de cada parcela não seja inferior a quarenta (40) UFMPB.

Art. 4º O Contribuinte poderá optar pelos seguintes parcelamentos e descontos, referentes à multas e juros:

I - pagamento à vista: 100% de desconto de multas e juros;

II - pagamento em duas parcelas: 80% de desconto de multas e juros;

Parágrafo único. O valor do débito tributário será corrigido monetariamente.

Art. 5º O vencimento de uma parcela, restará vencida a totalidade da dívida, impossibilitando novo parcelamento, nos termos desta Lei, retornando o débito ao valor original, sem os benefícios desta Lei, abatendo-se eventual valor pago.

Art. 6º A opção pelo parcelamento instituído pela presente lei sujeita o devedor a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados;

II - pagamento regular da(s) parcela(s) do débito consolidado, bem assim dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente à assinatura do Termo de Opção;

III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para o ingresso e permanência no REFIS;

Art. 7º A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos.

Parágrafo único. A opção implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 8º Os Contribuintes que tiverem em curso parcelamento nos moldes previstos na Lei Complementar nº 52/2014, poderão optar pelo REFIS ora instituído, sendo automaticamente excluído daquele parcelamento.

Art. 9º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, aos 31 dias do mês de outubro de 2016.

# Porto União

## PREFEITURA

### **RESCISÃO DE CONTRATO 001/2016 - EDUCAÇÃO**

RESCISÃO DE CONTRATO 001/2016 - EDUCAÇÃO  
CONTRATO 015/2015 - EDUCAÇÃO

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o Contrato nº 015/2015 - EDUCAÇÃO, datado de 20 de abril de 2015, entre o Município de Porto União e a empresa RBS – Zero Hora Editora Jornalística S.A, inscrita no CNPJ sob o número 92.821.701/0002-90, visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 036/2015, Modalidade de Pregão Presencial 019/2015, ficam liberadas as partes.

Porto União SC, 14 de outubro de 2016.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

### **RESCISÃO DE CONTRATO 007/2016**

RESCISÃO DE CONTRATO 007/2016  
CONTRATO 053/2015

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito o Contrato nº 053/2015, datado de 20 de abril de 2015, entre o Município de Porto União e a empresa RBS – Zero Hora Editora Jornalística S.A, inscrita no CNPJ sob o número 92.821.701/0002-90, visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 036/2015, Modalidade de Pregão Presencial 019/2015, ficam liberadas as partes.

Porto União SC, 14 de outubro de 2016.  
Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### **EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2016 DE AQUISIÇÃO DE PEÇAS P/ RECUPERAÇÃO DA RETRO ESCAVADEIRA CATERPILLAR E PEÇAS PARA PA CARREGADEIRA LZ 30H**

EDITAL Pregão Nº 36/2016 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs  
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 56/2016 de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 36 /2016, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento em 30 dias, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014 e demais exigências deste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a aquisição de AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS NA RECUPERAÇÃO PARCIAL DA RETRO ESCAVADEIRA CATERPILLAR, E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA PA CARREGADEIRA LZ-30. destinados a PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

#### 2. DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A CONTRATANTE, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Os quantitativos indicados na relação anexa deverão ser entregues pelo licitante adjudicado na PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, mediante requisição prévia do setor competente num prazo máximo de 30 (trinta) dias.

#### 3. DO VALOR

3.1 A proposta a ser apresentada para cada item cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, Anexo I do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido item.

#### 4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 17/11/2016 às 14:15 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC.

4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues em envelopes separados e fechados.

#### 5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.2. A participação na licitação importa total e irrestrita submissão dos proponentes às condições deste Edital.

5.3. Cada empresa deve apresentar um representante legal que, devidamente munido de contrato social ou credencial, será o único admitido a intervir em todas as fases do procedimento licitatório, quer por escrito, quer oralmente, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua empresa representada.

5.4. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma licitante.

5.5 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.7 O município de Presidente Nereu arcará com até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nas despesas de transporte da empresa Retro Tratores de Lontras até a sede da empresa licitante vencedora.

5.6 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

5.6.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.6.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

5.6.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

5.6.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

5.6.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.7 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.8 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei

Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014.

## 6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento se dará com a entrega:

- a) do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;
- b) do envelope, contendo a documentação de habilitação, juntamente com as declarações dos anexos II e IV;
- c) de Instrumento público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, devendo para tanto, juntar fotocópia da cédula de identidade do mesmo, e exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto. (Anexo III)
- d) Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópias da cédula de identidade do mesmo.

## VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

### 1. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

- 1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);
- 2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);
- 3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);
- 4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);
- 5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);
- 6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

7.7 Não poderão participar direta ou indiretamente da licitação:

- 7.7.1 Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;
- 7.7.2 Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;
- 7.7.3 Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

## 8.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e
- b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 36 / 2016

Razão Social do Proponente:

CNPJ nº: .....

Lote(s) nº: (informar o(s) item(s) para os quais a empresa está concorrendo) Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 36 / 2016

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº: ..... 8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

- a) Termo de Proposta relacionando itens cotados para cada lote proposto, conforme descrito no termo de Referência, Anexo I, do presente Edital;
- b) Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- c) Especificações do material de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas e marca dos produtos ofertados;
- d) Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I, para o item ofertado, em real, expressos em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;
- f) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- h) Garantia de que os materiais serão substituídos, sem ônus para a Entidade de Licitação, caso não estejam de acordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;
- i) Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

## 9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida pela Pregoeira na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

9.2. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

9.3. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos (conforme Anexo II).

9.4. Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/02.

9.5. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pela Pregoeira e pelos participantes que o desejarem.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance ofertado para os itens.

10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo I – Termo de referência serão Desclassificadas.

10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, a Pregoeira e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor do lote, e aqueles que tenham apresentados proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.

10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.

10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do lote e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pela Pregoeira o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que no final, deverá ser assinada pela Pregoeira e licitantes presentes.

10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

## 11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

10.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2 – “Documentos de Habilitação” que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

10.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

### 10.1.1 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratado de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

c) Decreto de autorização devidamente publicado, em se tratado de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

### 11.2.2. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

a) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -CRS, EMITIDA PELA Caixa Econômica Federal – CEF;

b) Certidão Negativa de Débitos – CND, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de apresentação da certidão Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa.

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal.

f) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;

h) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

i) Certidão simplificada expedida pela junta comercial do estado.

### 11.2.3 AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

11.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.5. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

11.5.1 Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;

11.5.2 Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a Licitante tem capacidade financeira necessária para executar o contrato;

11.5.3 A Entidade de Licitação reserva-se o direito de cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade.

11.6 Os documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão.

11.7 A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção.

11.8 Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente.

11.9 Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

## 11. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos,

providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.2 Caberá a Pregoeira decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto n º 3.555/2000.

12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

### 13. DOS RECURSOS

13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

### 14. DAS PENALIDADES

14.1 Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

14.2. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto n º 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.

### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;

II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;

III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

### 16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados até 10 (dez) dias após a entrega do objeto, na quantidade solicitada pela Contratante e mediante a apresentação da Nota Fiscal.

### 17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob n º

08	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
0026	TRANSPORTE
0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
1801	ESTRADAS VICINAIS
2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage
33903039000000	MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS
01000000	Recursos Ordinários

### 18. REAJUSTE DE PREÇO

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

### 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

19.2 O material deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a

inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades.

19.3 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

19.4 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

19.5 Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Diário Oficial dos Municípios, com a antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

19.6 Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados.

19.7 Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

19.8 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

19.9 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato sessão pública.

19.10 A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(o) responsável(eis) por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a entrega dos materiais, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

19.11 A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos deverá solicitá-los por escrito, por meio da carta, telegrama ou fac-símile, enviados ao endereço abaixo, até 02 dias úteis antes da data estabelecida para a apresentação das propostas, e serão atendidos, dentro do menor prazo, pela Entidade de Licitação que comunicará por escrito aos demais interessados que tenham retirado os Editais. No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação. Solicitar consultas para o seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu – Santa Catarina  
Praça Leão Dehon – 50 – Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47) 3362-1108

20 Fazem parte integrante deste Edital:

- Anexo I – Minuta do Contrato;
- Anexo II – Declaração que não emprega menor;
- Anexo III – Carta de Credenciamento;
- Anexo IV – Declaração para Habilitação;
- Anexo V – Declaração de Porte Empresarial;
- Anexo VI - Declaração de Comprometimento;
- Anexo VII - Termo de Referência;
- Anexo VIII - Proposta Comercial.

21. DO FORO

21.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 31 de outubro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 311.191.829-72 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, .....  
.....pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º ..... com sede .....  
Neste ato representado pelo Sr. .... residente e domiciliado em .....  
..... inscrita no CPF sob N.º ..... de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS NA RECUPERAÇÃO PARCIAL DA RETRO ESCAVADEIRA CATER PILLAR, E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA PA CARREGADEIRA LZ-30.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

08
001
0026
0782
1801
2016
33903039000000
01000000

**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME ENTREGA DO PRODUTO

**CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados não serão reajustados.

**CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 60 (sessenta) dias, ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

**CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS**

- Executar os objetos licitados, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.
- O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- advertência;
- multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações,

ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 36/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico  
OAB/SC

#### ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

#### DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....  
DATA

.....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
CARIMBO DA EMPRESA

#### ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

#### CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ..... (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. ..../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20 .....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

#### ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

#### DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº. ..../20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

#### ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

#### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

#### ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

#### DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa ..... (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

#### ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20 .....

#### DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa ..... , CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

#### ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

#### TERMO DE REFERÊNCIA

ITENS QTDDE UNIDDESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX

1	1,00	UN	RECUPERAÇÃO DA RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR.	23.431,5000
.00001	1,00	UN	REPARO CILINDRO ESTA. COD. 2332623	130,0000
.00002	1,00	UN	HASTE COD. 2332576	661,0000
.00003	1,00	UN	CAMISA ESTAB. COD 291-2683	965,0000
.00004	1,00	UN	PINO DE ACO COD. 2937383	121,0000
.00005	2,00	UN	BUCHA COD. 9R0170	140,0000
.00006	4,00	UN	RETENTOR COD. 198-7825	360,0000
.00007	2,00	UN	ROLAMENTO COD. 198-7823	310,0000
.00008	2,00	UN	BUCHA COD. 209-7456	188,0000
.00009	2,00	UN	RETENTOR COD. 209-7464	110,0000
.00010	2,00	UN	ANEL 1H8278	12,0000
.00011	4,00	UN	CRUZETA COD. 174-4643	300,0000
.00012	1,00	UN	ANEL COD. 4J0520	4,5000
.00013	1,00	UN	RETENTOR COD. 216-4457	240,0000
.00014	1,00	UN	ROLAMENTO COD. 136-7808	430,0000
.00015	1,00	UN	ROLAMENTO COD. 216-4461	300,0000
.00016	2,00	UN	ARRUELA COD. 209-7462	130,0000
.00017	1,00	UN	ESPACADOR COD. 209-7463	120,0000
.00018	2,00	UN	RETENTOR COD. 331-8538	280,0000
.00019	2,00	UN	RETENTOR COD. 209-7464	180,0000
.00020	2,00	UN	BUCHA COD. 209-7460	110,0000
.00021	1,00	UN	ROLAMENTO COD. 210-5932	700,0000
.00022	2,00	UN	CONEXAO 148-8383	160,0000
.00023	1,00	UN	CONEXAO COD.148-8374	70,0000
.00024	1,00	UN	KIT ENGRENAGENS E COD 216-8700	2.000,0000
.00025	80,00	LT	OLEO 10W	800,0000
.00026	1,00	UN	FILTRO HIDRAULICO COD. 126.1817	400,0000
.00027	2,00	UN	KIT VEDACAO COD. 260-3009	3.100,0000
.00028	3,00	UN	KIT VEDACAO COD. 260-3011	1.950,0000
.00029	2,00	UN	JOGO DE REPARO COD. 2603010	1.200,0000
.00030	1,00	SER	SERVICO DE SOLDAR CONCHA E FAZER REFORCO.	500,0000
.00031	1,00	SER	RETIRAR CILINDRO ESTABILIZADOR TROCAR HASTE REPARO	750,0000
.00032	1,00	SER	ENDIREITAR PONTA DA CARCACA ESTABILIZADOR E TROCAR PINO.	300,0000
.00033	1,00	SER	SANAR VAZAMENTOS CUBOS ESQUERDO E DIREITO DIANTEIRO.	310,0000
.00034	1,00	SER	REVISAR DIFERENCIAL DIANTEIRO E TROCA DE PECAS.	1.000,0000
.00035	1,00	SER	SERVIÇOS DE SOLDA E TORNO PARA RECUPERAR EIXOS.	1.000,0000
.00036	1,00	SER	SERVICO REFERENTE RECUPERACAO CILINDRO ESTAB.	1.600,0000
.00037	1,00	SER	SERVICOS DE FAZER LIMPEZA DO SISTEMA HIDRAULICO.	900,0000
.00038	1,00	SER	SERVICOS DE ELIMANAR VAZAMENTO NO COMANDO HIDRAULICO	1.600,0000
2	1,00	UN	BOMBA HIDRAULICA	2.450,0000
3	1,00	UN	BOMBA TRANSMISSAO	4.800,0000

Obs: A RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR encontra-se para apreciação dos interessados na empresa Retro Tratores no município de Lontras.

O município de Presidente Nereu arcará com até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nas despesas de transporte da empresa Retro Tratores de Lontras até a sede da empresa licitante vencedora.

A devolução será na sede da Prefeitura municipal de Presidente Nereu, que ficará por conta da licitante vencedora.

Os itens 2 e 3 que pertencem a Pa Carregadeira LZ- 30h, encontram-se na garagem da Prefeitura municipal de Presidente Nereu, a qual sua visita poderá ser agendada com o setor de licitações e contratos do município.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO ESTADUAL \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

RUA: \_\_\_\_\_ Nº. \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ FONE: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta para visando a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS NA RECUPERAÇÃO PARCI AL DA RETRO ESCAVADEIRA CATER PILLAR, E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA PA CARREGADEIRA LZ-30. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. ..../20 ..... , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

## ITENS QTDDE UNIDDESCRIÇÃO DO I MARCA VL. UNIT.VL. TOTAL

1	1,00	UN	RECUPERAÇÃO DA RETROESCAVADEIRA CATER- PILLAR.			
.00001	1,00	UN	REPARO CILINDRO ESTA. COD. 2332623			
.00002	1,00	UN	HASTE COD. 2332576			
.00003	1,00	UN	CAMISA ESTAB. COD 291-2683			
.00004	1,00	UN	PINO DE ACO COD. 2937383			
.00005	2,00	UN	BUCHA COD. 9R0170			
.00006	4,00	UN	RETENTOR COD. 198-7825			
.00007	2,00	UN	ROLAMENTO COD. 198-7823			
.00008	2,00	UN	BUCHA COD. 209-7456			
.00009	2,00	UN	RETENTOR COD. 209-7464			
.00010	2,00	UN	ANEL 1H8278			
.00011	4,00	UN	CRUZETA COD. 174-4643			
.00012	1,00	UN	ANEL COD. 4J0520			
.00013	1,00	UN	RETENTOR COD. 216-4457			
.00014	1,00	UN	ROLAMENTO COD. 136-7808			
.00015	1,00	UN	ROLAMENTO COD. 216-4461			
.00016	2,00	UN	ARRUELA COD. 209-7462			
.00017	1,00	UN	ESPACADOR COD. 209-7463			
.00018	2,00	UN	RETENTOR COD. 331-8538			
.00019	2,00	UN	RETENTOR COD. 209-7464			
.00020	2,00	UN	BUCHA COD. 209-7460			
.00021	1,00	UN	ROLAMENTO COD. 210-5932			
.00022	2,00	UN	CONEXAO 148-8383			
.00023	1,00	UN	CONEXAO COD.148-8374			
.00024	1,00	UN	KIT ENGRENAGENS E COD 216-8700			
.00025	80,00	LT	OLEO 10W			
.00026	1,00	UN	FILTRO HIDRAULICO COD. 126.1817			
.00027	2,00	UN	KIT VEDACAO COD. 260-3009			
.00028	3,00	UN	KIT VEDACAO COD. 260-3011			
.00029	2,00	UN	JOGO DE REPARO COD. 2603010			
.00030	1,00	SER	SERVICO DE SOLDAR CONCHA E FAZER REFORCO.			
.00031	1,00	SER	RETIRAR CILINDRO ESTABILIZADOR TROCAR HASTE REPARO			
.00032	1,00	SER	ENDIREITAR PONTA DA CARCACA ESTABILIZADOR E TROCAR PINO.			
.00033	1,00	SER	SANAR VAZAMENTOS CUBOS ESQUERDO E DIREITO DIANTEIRO.			
.00034	1,00	SER	REVISAR DIFERENCIAL DIANTEIRO E TROCA DE PECAS.			
.00035	1,00	SER	SERVIÇOS DE SOLDA E TORNO PARA RECUPERAR EIXOS.			
.00036	1,00	SER	SERVICO REFERENTE RECUPERACAO CILINDRO ESTAB.			
.00037	1,00	SER	SERVICOS DE FAZER LIMPEZA DO SISTEMA HIDRAU- LICO.			
.00038	1,00	SER	SERVICOS DE ELIMANAR VAZAMENTO NO COMANDO HIDRAULICO			
2	1,00	UN	BOMBA HIDRAULICA			
3	1,00	UN	BOMBA TRANSMISSAO			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ASSINATURA E CARIMBO

# Princesa

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 191, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 191, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015 e Lei nº. 839 de 26 de outubro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.864,60 (Vinte mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos) destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(10) 3.3.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	20.864,60
FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	20.864,60
TOTAL GERAL			R\$	20.864,60

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 20.864,60 (Vinte mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(11) 4.4.90.00.0.1.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	20.864,60
FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	20.864,60
TOTAL GERAL			R\$	20.864,60

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 27 de outubro de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 192, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 192, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLI DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 806, de 27 de Novembro de 2015 e lei nº. 838, de 26 de outubro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.670,00 (Um mil, seiscentos e setenta reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.305.0027.2.027 Manutenção Bl. Em Saúde Epidemiológica

MODALIDADE:	(56) 4.4.90.00.0.1.0037.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.670,00
FONTE DE RECURSO: 01.00037.0000 – Recurso ECD				
TOTAL			R\$	1.670,00
TOTAL GERAL			R\$	1.670,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 1.670,00 (Um mil, seiscentos e setenta reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o provável excesso de arrecadação na fonte de recurso acima descrita.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 27 de outubro de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 5602, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5602, de 26 de outubro de 2016.

"HOMOLOGA PARCIAL O RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2016/FMS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

**DECRETA:**

Art. 1º- Fica homologado de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458, de 08 de dezembro de 2014, o resulta da homologação parcial do processo licitatório do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2016/FMS, de 15 de agosto de 2016, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- ILHATEC COM. E MANUT. EQUIP. HOSP.;
- QUALYMEDIC COM. ASSIST. TEC. LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

26 de outubro de 2016.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito do Município de Rio do Sul em exercício

RODRIGO DUARTE

Secretária Municipal de Saúde

**ANEXO AO DECRETO Nº 5602**

Homologação Parcial dos itens I e III, do Processo Licitatório do Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2016/FMS, 15.08.2016 – (Conforme Memorando nº 1929/2016 SMS).

Objeto da Licitação: Aquisição de equipamentos para Unidade de Pronto Atendimento – UPA.

**Participantes:**

- ILHATEC COM. E MANUT. EQUIP. HOSP.;
- QUALYMEDIC COM. ASSIST. TEC. LTDA EPP;
- ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA EPP;
- W E Z COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA – EPP.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- ILHATEC COM. E MANUT. EQUIP. HOSP.;
- QUALYMEDIC COM. ASSIST. TEC. LTDA EPP.

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/16**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Aristiliano Ventura	Xxx.612. 039-xx	161903
M D Restaurante e Lanchonete Ltda	xx.887.724/ 0001-xx	161129
Associação de Moradores Bairro Canoas	xx.355.772/ 0001-xx	156964
Fabiana Borba	Xxx.754.959-xx	161264
Sonia Barboza Ribeiro	Xxx.602. 369-xx	161663
Diogenes Della Giustina Formiga de Moura	Xxx.085. 569-xx	136082
Ingelor Cristen de Oliveira	Xxx.409. 089-xx	137659
Madalena Godert Chequeto	Xxx.135. 879-xx	161988
Elzira Niess Masson	xxx.452.059-xx	160687
Vanderlei Nunes Ferreira	Xxx.083. 119-xx	134828

Rio do Sul, 31 de Outubro de 2016

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

JAMES OCÁCIO PRUST

Secretário Municipal da Fazenda

**EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 006/2016**

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 006/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 25/10/2016, na Secretaria Geral, para publicação, foram apresentados os seguintes acórdãos:

Recurso Ordinário nº 011/2016

Protocolo nº 151545/2015

Recorrente: BERNARDO SATO

Relator: Conselheiro Rodrigo de Souza

DECISÃO: Por unanimidade dos votos dos conselheiros, negado provimento ao Recurso, mantendo na íntegra o Auto de Infração nº 256/2014.

EMENTA: TRIBUTÁRIO – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – DECLARAÇÃO

DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS – INEXISTÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS – APLICAÇÃO DE PENALIDADE VÁLIDA – RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO.

Recurso Ordinário nº 015/2016  
Protocolo nº 151549/2015  
Recorrente: BERNARDO SATO  
Relator: Conselheiro Rodrigo de Souza

DECISÃO: Por unanimidade dos votos dos conselheiros, negado provimento ao Recurso, mantendo na íntegra o Auto de Infração nº 260/2014.

EMENTA: TRIBUTÁRIO – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS – INEXISTÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS – APLICAÇÃO DE PENALIDADE VÁLIDA – RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO.

Recurso Ordinário nº 013/2016  
Protocolo nº 151547/2015  
Recorrente: BERNARDO SATO  
Relator: Conselheiro Rodrigo de Souza

DECISÃO: Por unanimidade dos votos dos conselheiros, negado provimento ao Recurso, mantendo na íntegra o Auto de Infração nº 258/2014.

EMENTA: TRIBUTÁRIO – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS – INEXISTÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS – APLICAÇÃO DE PENALIDADE VÁLIDA – RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO.

Recurso Ordinário nº 014/2016  
Protocolo nº 151548/2015  
Recorrente: BERNARDO SATO  
Relator: Conselheiro Rodrigo de Souza

DECISÃO: Por unanimidade dos votos dos conselheiros, negado provimento ao Recurso, mantendo na íntegra o Auto de Infração nº 259/2014.

EMENTA: TRIBUTÁRIO – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS – INEXISTÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS – APLICAÇÃO DE PENALIDADE VÁLIDA – RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO.

Recurso Ordinário nº 012/2016  
Protocolo nº 151546/2015  
Recorrente: BERNARDO SATO  
Relator: Conselheiro Rodrigo de Souza

DECISÃO: Por unanimidade dos votos dos conselheiros, negado provimento ao Recurso, mantendo na íntegra o Auto de Infração nº 257/2014.

EMENTA: TRIBUTÁRIO – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS – INEXISTÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS – APLICAÇÃO DE PENALIDADE VÁLIDA – RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO.

Leonice Witte-Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

## EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO Nº 007/2016

### EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO Nº 007/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 25/10/2016, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Recurso Ordinário nº 016/2016  
Protocolo nº 149830/2014  
Recorrente: BICAS CONFECÇÕES LTDA  
Relator: Conselheiro Rodrigo de Souza

DECISÃO: Por unanimidade dos votos dos conselheiros, negado provimento ao Recurso, mantendo na íntegra o Auto de Infração nº 92/2014.

EMENTA: TRIBUTÁRIO – OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA – DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS – INEXISTÊNCIA DAS INFORMAÇÕES DE SERVIÇOS PRESTADOS E TOMADOS – APLICAÇÃO DE PENALIDADE VÁLIDA – RECURSO IMPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO MANTIDO.

Leonice Witte-Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

## PORTARIA Nº 1226/RH

PORTARIA Nº. 1226/RH

JEAN PIER XAVIER DE LIZ, Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

### RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 309 de 01/12/2015, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha/Informação de Vagas pelos mesmos.

NOME	LOTAÇÃO
CRISTIAN GREIN BUENO	Gabinete do Prefeito
EDITE BORGHEZAN ULLER	Centro de Educação Infantil Raio de Luz
LUIZ FELIPE RAHN	Secretaria Municipal de Assistência Social de Habitação
NEUSA RODRIGUES GONÇALVES	Secretaria Municipal de Assistência Social de Habitação
ROSI VILKE	Centro Educacional Aníbal de Barba
SIRLEI JORGE	CE Sebastião Back
VIVIANE BATISTA DA SILVA DE MEDEIROS	CE Daniel Maschio

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2016.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ  
Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Csvf

**PORTARIA Nº 1232/RH**

PORTARIA Nº. 1232/RH

JEAN PIER XAVIER DE LIZ, Prefeito Municipal em exercício de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, SABRINA SCHULZ, para exercer o cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de outubro de 2016.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Csvf

**TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 - SABRINA SCHULZ****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) SABRINA SCHULZ, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de EDUCADOR SOCIAL).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 1232/RH de 27/10/2016, publicada em 01/11/2016. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
---------------	--------------------

Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.
-----------------	--

Rio do Sul, 31 de outubro de 2016.

Departamento de Recursos Humanos

Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CATIA KOHL HANG****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Sr. Jean Pier Xavier de Liz, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CATIA KOHL HANG, nomeado (a) pela Portaria n. 1075/RH, de 13/09/2016, publicada no DOM na data de 15/09/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Nível III, 40h semanais habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 10/11/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito Municipal em exercício

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CINTIA LUSIA BATISTI****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Sr. Jean Pier Xavier de Liz, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CINTIA LUSIA BATISTI, nomeado (a) pela Portaria n. 1077/RH, de 13/09/2016, publicada no DOM na data de 15/09/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Nível III, 40h semanais habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/11/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 27 de outubro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JEAN PIER XAVIER DE LIZ  
Prefeito Municipal em exercício

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - REGIANE APARECIDA ESPINDOLA****TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Sr. Jean Pier Xavier de Liz, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) REGIANE APARECIDA ESPINDOLA, nomeado (a) pela Portaria n. 1072/RH, de 12/09/2016, publicada no DOM na data de 15/09/2016, para exercer o cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Nível III, 40h semanais habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/11/2016. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 27 de outubro de 2016.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JEAN PIER XAVIER DE LIZ  
Prefeito Municipal em exercício

# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### RESULTADO 57 LOCAÇÃO TERRENO RIO BRAVO

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 023/2016

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2016

OBJETO: Contrato de Locação de parte de um terreno rural localizado na Localidade de Rio Otília, Município de Rio Fortuna/SC.

VENCEDOR: Hilton Schneider e s/m Melita Tenfen Schneider.

VALOR LICITADO: R\$ 8.000,00.

DATA DA SESSÃO: 13/04/2016

Rio Fortuna/SC, 13 de abril de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2016

OBJETO: Contrato de Locação de parte de um terreno rural localizado na Localidade de Rio Otília, Município de Rio Fortuna/SC.

EMPRESA CONTRATADA: Hilton Schneider e s/m Melita Tenfen Schneider.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.000,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 023/2016 – DP nº 05/2016.

Rio Fortuna/SC, 13 de abril de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

### RESULTADO 58 REFORMA PATROLA

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2016

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

OBJETO: Contrato de prestação de serviços técnicos autorizados e especializados para reforma da Motoniveladora Caterpillar, modelo 120G.

VENCEDOR: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.

VALOR LICITADO: R\$ 185.000,00.

DATA DA SESSÃO: 15/04/2016

Rio Fortuna/SC, 15 de abril de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2016

OBJETO: Contrato de prestação de serviços técnicos autorizados e especializados para reforma da Motoniveladora Caterpillar, modelo 120G.

EMPRESA CONTRATADA: PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 185.000,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 024/2016 – IN nº 01/2016.

Rio Fortuna/SC, 15 de abril de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

### RESULTADO 59 TRANSPORTE ESCOLAR LINHA 07 E 10

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 025/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

OBJETO: Contratação de prestação de serviço para Transporte Escolar para a Linha 07 e 10 para a Secretaria Municipal de Educação.

VENCEDOR: ERVINO HUBERTO BOEING ME.

VALOR LICITADO: R\$ 48.874,14.

DATA DA SESSÃO: 15/04/2016.

Rio Fortuna/SC, 20 de abril de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2016

OBJETO: Contratação de prestação de serviço para Transporte Escolar para a Linha 07 e 10 para a Secretaria Municipal de Educação.

EMPRESA CONTRATADA: ERVINO HUBERTO BOEING ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 48.874,14.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 025/2016 – PR nº 012/2016.

Rio Fortuna/SC, 26 de abril de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

### RESULTADO 60 MADEIRAS

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

OBJETO: Aquisição de Madeiras de Eucalipto para manutenção das pontes e pontilhões das rodovias municipais.

VENCEDOR: OENNING COMÉRCIO E TRANSPORTES DE MADEIRA LTDA ME.

VALOR LICITADO: R\$ 69.150,00.

DATA DA SESSÃO: 26/04/2016.

Rio Fortuna/SC, 26 de abril de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 060/2016

OBJETO: Aquisição de Madeiras de Eucalipto para manutenção das pontes e pontilhões das rodovias municipais.

EMPRESA CONTRATADA: OENNING COMÉRCIO E TRANSPORTES DE MADEIRA LTDA ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 69.150,00.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 026/2016 – PR nº 013/2016.

Rio Fortuna/SC, 27 de abril de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

**RESULTADO 61 MOBILIÁRIO ESCOLAR**

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2016

OBJETO: Aquisição de aquisição de mobiliário escolar.

EMPRESA CONTRATADA: MAQMÓVEIS INDÚSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 57.172,80.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: Pregão Eletrônico nº 015/2015 referente ao Processo Administrativo nº 23034.003470/2015-28 do FNDE.

Rio Fortuna/SC, 11 de maio de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

**RESULTADO 81 E 82 MATERIAL ELETRICO**

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 038/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº 020/2016

OBJETO: Aquisição de Material Elétrico para Iluminação Pública, durante o exercício de 2016.

VENCEDORES: ELK LTDA ME e TECNO ELETRO DELLA VECHIA LTDA EPP.

VALOR LICITADO: R\$ 17.806,00.

DATA DA SESSÃO: 06/07/2016

Rio Fortuna/SC, 06 de setembro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 081/2016

OBJETO: Aquisição de Material Elétrico para Iluminação Pública, durante o exercício de 2016.

EMPRESA CONTRATADA: ELK LTDA ME.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 17.154,80

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 038/2016 – PR nº 020/2016.

Rio Fortuna/SC, 08 de setembro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2016

OBJETO: Aquisição de Material Elétrico para Iluminação Pública, durante o exercício de 2016.

EMPRESA CONTRATADA: TECNO ELETRO DELLA VECHIA LTDA EPP.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 651,20

VIGÊNCIA DO CONTRATO: até 31 de dezembro de 2016.

PROCESSO DE LICITAÇÃO ORIGEM DESTE CONTRATO: 038/2016 – PR nº 020/2016.

Rio Fortuna/SC, 08 de setembro de 2016.

LOURIVALDO SCHUELTER

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA PL Nº 16/2016

Portaria PL nº 0016, de 28 de setembro de 2016.

#### DESIGNA SERVIDOR

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Sul, senhor Lenoir Vieira Souza, portador do CPF-806.536.349-00, e Identidade nº 23866675, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Regimento Interno,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Ademir Teixeira Tristão, ocupante do cargo permanente de Técnico em Contabilidade, portador do CPF nº 625.612.789-72, e Identidade nº 1976399, com poderes para promover a movimentação bancária de todas as contas da Câmara de Vereadores, emitir cheques, abrir contas de depósito, autorizar cobrança, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, retirar cheques devolvidos, endossar cheques, sustar/contrordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar saques - conta corrente, efetuar saques - poupança, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagos no GEFIN/AASP, emitir comprovantes, encerrar contas de depósito, consultar obrigações do débito direto autorizado - DDA, sempre em conjunto com o Presidente.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 14 de 30 de agosto de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Rosa do Sul, em 28 de setembro de 2016.

VER. LENOIR VIEIRA SOUZA

Presidente

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado nesta Secretaria e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> na data supra.

VER. MATIAS NAOR DA CUNHA CARDOSO

1º Secretário

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### **EDITAL DE CHAMAMENTO REFERENTE ÀS MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS DOS ALUNOS QUE DESEJAM ESTUDAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº010/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO REFERENTE ÀS MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS DOS ALUNOS QUE DESEJAM ESTUDAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO LETIVO DE 2017.

Carine Piva, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Santiago do Sul – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Nº016/2015 faz saber a todos os interessados que se encontram abertas as matrículas e rematrículas referente ao ano letivo de 2017, para todos os alunos que desejam estudar na Rede Municipal de Ensino.

#### **I – DA REALIZAÇÃO DAS MATRÍCULAS**

As matrículas serão realizadas no período de 01 de novembro de 2016 a 30 de novembro de 2016, no horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Educação (de segunda a sexta-feira das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min), no seguinte endereço:

Escola Municipal Pequeno Cidadão, situada na Rua Honório Comachio, Nº210, Centro, no Município de Santiago do Sul, SC.

#### **II – DA DOCUMENTAÇÃO**

Para a realização da matrícula dos alunos novos e rematrículas, os pais ou responsáveis deverão comparecer na Secretaria munidos dos seguintes documentos;

- Cópia da Certidão de Nascimento da criança;
- Carteira de Vacinação;
- Comprovante de residência dos pais ou responsáveis;
- Histórico Escolar, para alunos oriundos de outro estabelecimento de Ensino.

Obs: A efetivação da matrícula somente ocorrerá após a apresentação de todos os documentos acima exigidos.

#### **III – DO INGRESSO**

Poderão ingressar na Rede Municipal de Ensino crianças cuja idade de ingresso seja assim compreendida:

Maternal I: Crianças que completarem 01 (um) anos até 31 de março do ano de 2017;

Maternal II: Crianças que completarem 02 (dois) anos até 31 de março do ano de 2017;

Maternal III: Crianças que completarem 03 (três) anos até 31 de março do ano de 2017;

Pré I: Criança que completarem 04 (quatro) anos até 31 de março do ano de 2017;

Pré II: Crianças que completarem 05 (cinco) anos até 31 de março do ano de 2017;

1º ano: Crianças que completarem 06 (seis) anos até 31 de março do ano de 2017.

Santiago do Sul-SC, 27 de outubro de 2016.

Volmir Antonio Sotille

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Educação Cultura e Esporte

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECISÃO Nº 11/2016 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

São Bento do Sul 20 de Outubro de 2016

Decisão Final  
Processo 011/2016

Secretaria Municipal de Saúde  
Divisão de Vigilância Sanitária  
Farmácia e Drogaria Nissei Ltda  
CNPJ 79.430.682/0215-53

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon  
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

### DECRETO Nº 1487/2016

DECRETO Nº 1487, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

#### DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Antonio Alcioni Cardoso, Jocemari Telma Teixeira, Lisane Krisz Ilg, Chiara Mariele Gurgacz Destro e Sergio Miguel de Matos para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 201/2016, a realizar-se às 14:30 horas, do dia 21 de novembro de 2016, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 31 de outubro de 2016.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### DECRETO Nº1486/2016

DECRETO Nº 1486, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.628/2015 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 03 – Polícia Militar

Atividade: 2.005 – Serviços Especiais – Polícia Militar

(49) 3.3.90.39.00.00.00 106 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 03 – Polícia Militar

Atividade: 2.005 – Serviços Especiais – Polícia Militar

(50) 4.4.90.51.00.00.00 106 - Obras e Instalações R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

---

## **SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 56/2015

Contrato Nº: 62/2016 – 1º T.A.

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Vigência: Início: 11/10/2016 - Término: 11/10/2017

Recursos: Dotação:

113 – 3.3.39.00.00.00 – EXERCÍCIO VIGENTE.

Objeto: Contratação de empresa que detém autorização para prestar o Serviço Móvel Pessoal – SMP, no Estado de Santa Catarina, por intermédio de até 25 (vinte e cinco) códigos de acesso, com o fornecimento de até 23 (vinte e três) estações móveis, devidamente ativadas, associadas a um plano pós-pago, com franquia global, que possibilite o atendimento da contratante em todas as localidades atendidas pela autorizada, em sua área de prestação, para uso em ligações locais telefones fixos e celulares de qualquer operadora, inclusive na condição de visitante em todo território nacional e com encaminhamento de chamadas de Longa Distância Nacional e Roaming nacional, devendo possuir sistema de acompanhamento (consulta de resumos de minutos e detalhamentos de faturas de cada acesso) por meio da internet.

Valor: R\$ 9.927,80 (Três Mil, Novecentos e Vinte e Sete Reais e Oitenta Centavos) por mês.

São Bento do Sul, 31 de outubro de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São Cristóvão do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL

### LICITAÇÃO Nº01/2016

#### A V I S O

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2016  
(25.10.2016)

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2016 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL, em obediência ao art. 26 da Lei Federal n.º 8.666/93, torna público o Processo de Dispensa de Licitação para contratação dos serviços abaixo especificados.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para planejamento, organização e elaboração de editais, avisos, portarias, regulamentos, conteúdos programáticos, aplicação de prova teórica, de títulos e práticas, avaliação de recursos, elaboração de lista de resultado provisório e final, e demais atos pertinentes ao CONCURSO PÚBLICO a ser realizado pela CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL/SC.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 7.400,00 (Sete mil e quatrocentos reais).

EMPRESA CONTRATADA: ASSCONPP ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICO PRIVADA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dr. Maruri, 1204 – Sala A em Concórdia/SC, com CNPJ nº 17.688.208/0001-48.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, c/c o Art. 13, inciso III da Lei nº 8.666/93.

São Cristóvão do Sul/SC, 25 de Outubro de 2016.

João Carlos Grobe dos Santos

Presidente

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO 2450 DE 25 10 2016 DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 2450, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento de 2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) no Orçamento de 2016 da unidade Prefeitura Municipal na seguinte programação de despesa:

Da Programação de Despesa:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO				
04.122.1.002.2.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	01	01.0000	3.500,00

Para Programação de Despesa:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO				
04.122.1.002.2.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	02	01.0000	3.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 25 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda designada

### DECRETO 2452 DE 26 10 2016 DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 2452, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento de 2016 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.776, de 26/11/15;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no Orçamento de 2016 da unidade Fundo Municipal de Saúde na seguinte programação de despesa:

Da Programação de Despesa:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	9	01.0038	50.000,00

Para Programação de Despesa:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	6	01.0038	50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 26 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária de Administração e Fazenda designada

**POR 2043 DE 26 10 16 COMISSAO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001 DE 2016**

PORTARIA Nº 2043, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa Comissão de Acompanhamento de Processo Seletivo Simplificado - para Cargo Público do Município de São Domingos (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/12, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12, atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/12:

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica designada Comissão para Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2016 - para Cargo Público, para provimento de vagas no quadro específico de servidores de São Domingos (SC), nos termos da legislação vigente, sendo:

- I. Paula Natana Comachio (presidente)
- II. Iraci Inês Marmentini Walendorff (membro)
- III. Cristiane Ansolin(membro)
- IV. Odila Giroto Elger (membro)
- V. Ari Pertille (membro)

Art. 2º Compete à Comissão ora nomeada acompanhar e fiscalizar todos os atos do Processo Seletivo Simplificado até a homologação do resultado final.

Art. 3º Os trabalhos prestados pela comissão não serão remunerados.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de outubro de 2016.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

**POR 2044 DE 26 10 16 AUTORIZA A CONDUZIR VEICULOS FRANCISMARA APARECIDA MARIANI**

PORTARIA Nº 2044, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

Autoriza empregada pública a conduzir veículos públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social a Senhora Sandra Maria Fiorese;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a conduzir veículos de propriedade deste

município, a empregada pública municipal Francismara Aparecida Mariani, ocupante do emprego público de Psicóloga, na Secretaria Municipal de Assistência Social, portadora da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 04466020000.

Art. 2º A empregada ora autorizada a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de outubro de 2016.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária de Administração e Fazenda Designada

**PORTARIA 2042 DE 26 10 16 INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

PORTARIA Nº 2042, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 116-D, alínea f da Lei Orgânica Municipal e o art. 125 da Lei Complementar n. 045/2012 em combinação com o art. 37 da Constituição Federal;

· Considerando as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes acerca da ocorrência de acidente de trânsito ocasionado pelo servidor público Jacir Marmentini;

· Considerando o Relatório de acidente de trânsito anexo às informações prestadas;

· Considerando a solicitação apresentada pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, pugnando pela instauração de processo administrativo municipal em desfavor do Sr. Jacir Marmentini;

· Considerando a determinação do Prefeito Municipal para que sejam adotadas as medidas necessárias para a apuração dos fatos nos termos previstos no Estatuto dos Servidores;

· Considerando o que dispõe os artigos 130 e 131 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 14 de novembro de 2012 - Estatuto dos Servidores;

**RESOLVE:**

Art. 1º INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, em face de Jacir Marmentini, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista, matrícula nº 1874, tendo em vista a informação de ocorrência de acidente de trânsito envolvendo o referido servidor.

Art. 2º NOMEAR a Comissão Disciplinar, conforme segue:

I - Anileida Nicolao Pretto, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor PD/D-IV, matrícula nº 338-9, presidente;

II - Cristiane Ansolin, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, matrícula nº 1889, Membro;

III - Alyne Nayara Lammel, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, matrícula

nº 1756, Membro;

Art. 3º FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, com a apresentação do relatório pela Comissão.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

# São João do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 080 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 080 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1768 de 08 de dezembro 2015 (Lei Orçamentária);

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 10.285,86 (dez mil, duzentos e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0127.2025 - Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária

4.4.90.00.00.00.00.00.3047 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.285,86

TOTAL ..... R\$ 10.285,86

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado superávit financeiro de recurso vinculado de Transferência do SUS – Sistema Único de Saúde - V.S. – Vigilância Sanitária Piso Estratégico, verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
25 de outubro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 077 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº. 077 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de São João do Sul e dá outras providências

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1777, de 10 de junho de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 96.963,04 (noventa e seis mil, novecentos e sessenta e três reais e quatro centavos), com a seguinte classificação:

0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0135.1056 – Pavimentação e Infraestrutura para Ruas e Rodovias Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 83.500,00

TOTAL ..... R\$ 83.500,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0401 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

28.843.0000.0061 – Serviços da Dívida Interna

3.2.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 23.500,00

TOTAL ..... R\$ 83.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
21 de outubro de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 078 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº. 078 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

“Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1768 de 08 de dezembro 2015 (Lei Orçamentária);

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 30.840,00 (trinta mil, oitocentos e quarenta reais), para cobertura de dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0201 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0122.2003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice Prefeito e Assessorias

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.950,00

0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0123.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.100,00

<b>0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>	
12.361.0128.2031 – Manutenção da Secretaria de Educação	
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas .....	
.....	R\$ 950,00
12.365.0128.2032 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0096 – Aplicações Diretas .....	
.....	R\$ 25.840,00
<b>TOTAL .....</b>	
.....	R\$ 30.840,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

<b>0201 – GABINETE DO PREFEITO</b>	
04.122.0122.2003 – Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Assessorias	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....	
.....	R\$ 950,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....	
.....	R\$ 1.000,00

<b>0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
04.122.0123.2004 – Manutenção da Secretaria de Administração	
3.1.71.00.00.00.00.00.0080 – Transferência a Consórcios Públicos .....	
.....	R\$ 1.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.0080 – Aplicação Direta Decorrente de Oper. entre Órgãos .....	R\$ 100,00
4.4.71.00.00.00.00.00.0080 – Transferência a Consórcios Públicos .....	
.....	R\$ 1.000,00

<b>0501 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>	
12.361.0128.2031 – Manutenção da Secretaria de Educação	
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas .....	
.....	R\$ 950,00
12.365.0128.2032 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0098 – Aplicações Diretas .....	
.....	R\$ 25.840,00
<b>TOTAL .....</b>	
.....	R\$ 30.840,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
21 de outubro de 2016.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 079 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº. 079 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

“DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE SÃO JOÃO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso V, do Art. 55, da Lei Orgânica do Município e com o artigo 155 da Lei nº 1063, de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando a necessidade de contenção de gastos com o funcionamento da máquina administrativa nos dias que se intercalam feriados e fins de semana,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de São João do Sul, no dia 01 de novembro de 2016, em função da transferência, para esta data, das comemorações alusivas ao DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, comemorado originalmente no dia 28 de Outubro de 2016.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Educação, as Escolas da Rede Municipal de Ensino, bem como o Transporte Escolar do Município manterão o atendimento normal neste dia, para cumprimento do Calendário Escolar 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
24 de outubro de 2016.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 081 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº. 081 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

“Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1768 de 08 de dezembro 2015 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 19.776,84 (dezenove mil, setecentos e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

<b>0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS</b>	
26.782.0135.2051 – Manutenção da Rede Viária Municipal	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....	
.....	R\$ 19.776,84

<b>TOTAL .....</b>	
.....	R\$ 19.776,84

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

<b>0901 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS</b>	
26.782.0135.2051 – Manutenção da Rede Viária Municipal	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....	
.....	R\$ 17.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Consórcios Públicos .....	
.....	R\$ 1.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00.0080 – Aplicação Direta Decorrente de Oper. entre Órgãos .....	R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....	
.....	R\$ 776,84

TOTAL .....  
..... R\$ 19.776,84

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
26 de outubro de 2016.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

## **LEI Nº 1787 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.**

LEI Nº 1787 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Orçamento do Município de São João do Sul, para o exercício financeiro de 2017, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais

II – as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

### **I – DAS METAS FISCAIS**

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2017 a 2019, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, são as identificadas no Anexo I desta Lei.

### **II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas nos anexos II e III desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos estimados na lei orçamentária serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no anexo II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas e valores estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

### **III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º. O orçamento abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 6º. A Lei de Orçamento evidenciará as Receitas e Despesas de cada Unidade Gestora, identificadas por código da destinação de recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação.

Art. 7º. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá quadro demonstrativo da evolução da Receita dos exercícios de 2013, 2014 e 2015, previsão para, 2016, 2017, 2018 e 2019, com justificativa da estimativa para 2017, acompanhado de metodologia e memória de cálculo.

## **IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

Art. 8º. O orçamento e a sua execução obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 9º. Os estudos para definição do Orçamento da Receita, excluídas as previsões de convênios, alienações de bens e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Parágrafo único. Se a receita estimada, comprovadamente não atender ao disposto neste artigo, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, observada a destinação de recursos, ressalvadas as decorrentes de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento da dívida.

Art. 11. O orçamento da Prefeitura Municipal contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme anexo III.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2017, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses somente constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 13. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária Anual com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os orçamentos da receita e da despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 14. As renúncias de receita estimadas para o exercício financeiro de 2017 serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo, cultural, saúde, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 16. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante num exercício, em cada evento, não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios, alienação de bens e operações de crédito.

Art. 18. O Município poderá contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, mediante celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere e previsto os recursos na Lei Orçamentária Anual.

Art. 19. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a valores correntes.

Art. 20. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único. Para melhor adequar a execução do orçamento da Despesa, poderá ser efetuada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro da mesma categoria de programação, assim entendida, cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais. (Art. 167, VI da CF).

Art. 21. Durante a execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado

por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício e constantes desta lei, conforme art. 167, I da CF.

Art. 22. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 23. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício, para atendimento à Despesas de Capital, respeitado o limite de endividamento, na conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24. O Município, mediante lei autorizativa, observada a iniciativa privativa de cada Poder, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal a qualquer título, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 25. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de

horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 27. – A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas ao final de cada semestre na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 28. O Poder Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 29. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em Dívida Ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 30. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

#### III – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no caput deste artigo serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 32. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 33. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 34. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 35. O Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 36. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 25 de outubro de 2016.  
JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do  
mês de outubro de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária de Administração e Finanças

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETOS Nº 282/2016

DECRETO Nº 282/2016

"QUE DECLARA PONTO FACULTATIVO NO DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em conformidade com o Artigo 153 da Lei Complementar Nº 4.323/2015, de 15/05/2015, "Dispõe Sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá Outras Providências"; Fica Decretado Ponto facultativo em todas as repartições públicas municipais no dia 28 de Outubro de 2016 (sexta-feira), em comemoração ao Dia do Funcionário Público.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá os seus efeitos legais no dia 28 de Outubro de 2016, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 26 de Outubro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 431/2016

PORTARIANº 431/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ANA PAULA COSTA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 10 (dez) dias, a contar do dia 06/10/2016. – FABIANE DA SILVA CEVEY TAMAKI, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 14/10/2016. – JANAINA BORGES HABITZREUTER, ocupante da Função de Professora, por 01 (um) dia, no dia 12/10/2016. – SELONI APARECIDA JENTING, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 17/10/2016, e o retorno de acordo com o INSS. – CLAUDIA GÓSS, ocupante do Cargo de Professora, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 18/10/2016. – CLEBER ANTONIO DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 04 (quatro) dias, a contar do dia 18/10/2016. LUSIANE ZANDONADI NUNES, ocupante do Cargo de Assistente Social, por 01 (um) dia, no dia 18/10/2016, para acompanhar sua filha – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 18/10/2016, e o retorno de acordo com o INSS – FERNANDO ZANETE, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 18/10/2016, para acompanhar sua filha.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 25 de Outubro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 432/2016

PORTARIANº 432/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ESTELA MARIS MARIOT CHIODELLI, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 19/10/2016. – RAQUEL MENDES COELHO, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 20/10/2016 – CRISTIANI RIBEIRO SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 20/10/2016. – MARILZA APARECIDA EHING DE BRIDA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 20/10/2016, para acompanhar seu filho. – MARTA GODOY DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 20/10/2016. – EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 20/10/2016, para acompanhar seu filho - FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 20/10/2016, para acompanhar seu filho – VALERIA DA SILVA BATISTA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 10/10/2016. – HILDA MARA NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 21/10/2016. - RICARTE COSTA NUNES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 21/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 25 de Outubro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 433/2016

PORTARIANº 433/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – EDNA PADILHA GODINHO NUNES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 24/10/2016, para acompanhar seu pai. – FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante

do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 24/10/2016, para acompanhar seu sogro – CRISTIANE RIBEIRO SOUZA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 24/10/2016. – NELCI HEMENEGILDA DO AMARAL TOMAZ, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 24/10/2016, para acompanhar sua filha. – RIAT DE CÁSSIA NUNES, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 24/10/2016. – FRANCIELE APARECIDA CESCNETO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 25/10/2016. – SUZANA NAZARE ATAIDE DE LIMA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 25/10/2016. – RITA DE FATIMA RIBEIRO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 25/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 25 de Outubro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 434/2016**

PORTARIANº 434/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Chamada Pública Nº 19 e Lei Nº 4.398/2016 de 11/03/2016; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - ADRIANA APARECIDA MACEDO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.I.M. Boqueirão, Localidade de São Francisco Xavier, Profª. Normalista, na área de Artes, com 10 horas semanais, a contar do dia 25/10/2016, em substituição a professora Irene Albertina Hugen Nunes, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 25 de Outubro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA Nº 435/2016**

PORTARIANº 435/2016

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Chamada Pública Nº 19 e Lei Nº 4.398/2016 de 11/03/2016; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as senhoras: - CHARLO PEREIRA DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta, na C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, Bairro: Jardim Bandeira, Profª. 2ºGrau, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 26/10/2016, em substituição a professora Adriana da Rosa Quirino Padilha, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS. - GISELA MENDONÇA GOULART, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Boqueirão, Localidade do São Francisco Xavier, Profª. 2ºGrau, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 26/10/2016, em substituição a professora Elenita Abel Matos Cechinel, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS. - ROSIMÉRI DA CRUZ PEREIRA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Boqueirão, Localidade do São Francisco Xavier, Profª. 2ºGrau, na área de Educação Física, com 10 horas semanais, a contar do dia 26/10/2016, em substituição a professora Irene Albertina Hugen Nunes, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS. - VERONICA SCHLISCHTING MULLER RIBEIRO, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Maria Aparecida Nunes, Localidade do São Sebastião do Arvoredo, Profª. Normalista, na área de Artes, com 20 horas semanais, a contar do dia 26/10/2016, em substituição a professora Elenita Abel Matos Cechinel, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas serem exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 26 de Outubro de 2016.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

# São José

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7107/2016

DECRETO Nº 7107/2016

CESSA EFEITOS DO DECRETO 6925/2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam cessados os efeitos do Decreto 6925/2016 de 30 de agosto de 2016, que designou a servidora NATALIA VIANA SILVA, ocupante do cargo de Assessora Técnica de Gabinete – CCM8, para exercer INTERINAMENTE as funções do cargo em comissão de Secretária Executiva da Comunicação Social – SM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 7108/2016

DECRETO Nº 7108/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ALAMIR FABIANO MARQUES BATISTA para exercer o cargo de Secretário Executivo da Comunicação Social – SM, com lotação na Secretaria Executiva de Comunicação Social, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 1º de novembro de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2016.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### PORTARIA Nº 1.347 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 1.347 de 31 de outubro de 2016

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR – SERVIDOR ADMITIDO EM CARATER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

- A necessidade de análise de processo administrativo;
- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no Artigo 4º, da Lei 4.908/2009, que altera o inciso

VII do art. 10 da Lei Ordinária nº 4.670/2008, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I – INSTAURAR Processo administrativo nº 025092/2016, relativo a ato disciplinar da servidora Z.R.B.R., e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Eliane Fátima Rover, Patricia Ana Marques e Eleana Costa Soares para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José, 31 de outubro de 2016

Daniela da Silva Fraga  
Secretária Municipal da Educação Interina

### PORTARIA Nº 1.296/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 1.296/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O ARTIGO 66, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ – SC,

RESOLVE:

I – DESIGNAR a Comissão que coordenará e avaliará o processo de transferência temporária de local de atuação e/ou alteração temporária de carga horária dos ocupantes de cargo de provimento efetivo dos membros do Magistério Público Municipal, em conformidade com a Instrução Normativa nº 001/2016, integrada pelos seguintes membros:

CARLA LÚCIA NASCIMENTO  
ELIANE FÁTIMA ROVER  
GLADYS SORAIA SILVA  
JENAIR MARIA PATRÍCIO  
PATRÍCIA SERRATINE DA PAIXÃO

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de outubro de 2016.

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação  
São José - SC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2016**

Disciplina a transferência temporária de local de atuação e alteração temporária de carga horária para os ocupantes de cargos de provimento efetivo do Magistério Municipal para o ano letivo de 2017.

A Secretária Municipal de Educação do Município de São José – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do Parágrafo Único, do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal e pelas demais disposições contidas na legislação municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Estabelecer normas relativas à transferência temporária de local de atuação e/ou alteração temporária da carga horária de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo no âmbito do Magistério Municipal, para o ano letivo de 2017.

Art. 2º - A transferência de local de atuação e/ou alteração de carga horária temporárias obedecerão ao disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 3º - Poderão solicitar transferência temporária de local de atuação e/ou alteração temporária de carga horária os servidores efetivos, ocupantes de cargo de provimento efetivo do Magistério Municipal que:

- não estejam em licença sem vencimentos;
- não estejam respondendo a processo administrativo disciplinar;
- não estejam em processo de aposentadoria;
- não estejam à disposição de outras secretarias e ou fundações;
- não estejam ou estiveram em licença médica por período igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias em 2016;
- não estejam ou estiveram readaptados por período igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias em 2016.

Art. 4º - A transferência de local de atuação e/ou alteração temporárias de carga horária deverá ser requerida através de procedimento administrativo, no período de 01 a 22 de novembro de 2016, das 13h00min às 19h00min, no Centro de Atendimento ao Cidadão, junto à Prefeitura Municipal de São José – SC, situada à avenida Acioni Souza Filho, nº 403, Praia Comprida, anexando cópia de declaração de vínculo empregatício no serviço público, de acordo com o Anexo I desta Instrução Normativa.

Parágrafo único - Serão considerados indeferidos os requerimentos incompletos, a apresentação falsa ou inexata de declaração de vínculo empregatício de cargo público ou requerimentos intempestivos.

Art. 5º - O requerimento, através de procedimento administrativo, não assegura ao servidor o direito à transferência de atuação e/ou alteração da carga horária temporárias.

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

Art. 6º - Os ocupantes de cargo de provimento efetivo de Professor, Auxiliar de Sala e Auxiliar de Ensino da Educação Infantil poderão solicitar a alteração temporária para 40 (quarenta) horas semanais e transferência temporária de local de atuação.

Art. 7º - Os ocupantes de cargo de provimento efetivo de Professor, Auxiliar de Sala e Auxiliar de Ensino da Educação Infantil com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais de lotação, poderão solicitar somente a transferência temporária de local de atuação.

Art. 8º - O professor com atuação nos anos iniciais do ensino fundamental poderá solicitar alteração temporária da carga horária

até o limite de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 9º - O professor com lotação nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio, ou com lotação nas disciplinas de Inglês dos Anos Iniciais e Educação Física da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental poderá solicitar alteração temporária da carga horária até o limite de 40 (quarenta) horas-aulas semanais.

§ 1º - Poderão ser atribuídas aulas excedentes ao professor horista, sempre que for de interesse do servidor, limitadas estas ao número de 10 (dez) aulas semanais, respeitada a habilitação exigida para o cargo, respeitando-se as necessidades e interesses da Administração Pública.

§ 2º - As aulas excedentes serão consideradas, para todos os efeitos, aumento temporário de carga horária, o qual vigorará até o fim do respectivo ano letivo de sua concessão.

§ 3º - As aulas excedentes só poderão ser oferecidas aos professores efetivos, após a distribuição das aulas aos professores com número de aulas inferior ao limite de 40 (quarenta) horas-aula semanais, que tenham solicitado alteração de jornada de trabalho.

Art. 10 - Não será autorizada a concessão de gozo de licença-prêmio durante o ano letivo de 2017, para os servidores que alterarem temporariamente a sua carga horária e/ou local de atuação para referido ano letivo.

Art. 11 - Os procedimentos administrativos quanto à transferência temporária de local de atuação e/ou alteração de carga horária temporárias serão analisados por Comissão designada pela Secretária Municipal de Educação e deferidos de acordo com a disponibilidade de vaga, obedecendo aos seguintes critérios:

- Tempo de serviço em cargo efetivo no magistério municipal;
- Índice de assiduidade;
- Habilitação profissional;
- Idade.

§ 1º - Quando houver mais de um servidor interessado no aumento de carga horária, requerendo a mesma vaga na unidade educacional, terá direito à alteração temporária da carga horária o professor que possuir maior tempo de serviço na unidade de ensino.

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

§ 2º - A assiduidade será comprovada através do relatório - ponto das unidades de ensino, referente ao período de 04.02.2016 a 30.10.2016.

§ 3º - O preenchimento das vagas realizar-se-á na seguinte ordem:

- I – transferência temporária de local de atuação;
- II – alteração temporária de carga horária.

Art. 12 - Em caso de empate, quanto ao tempo de serviço no magistério, os demais critérios do artigo 11 serão considerados para fins de desempate.

Art. 13 - O servidor que tiver deferido o seu pedido de transferência de local de atuação e/ou alteração de carga horária temporárias para o ano letivo de 2017, deverá permanecer no novo local de atuação e com a referida carga horária até o término do ano letivo de 2017.

§ 1º - Fica o professor ciente de que, excepcionalmente, poderá perder a alteração da carga horária, durante o ano letivo, em decorrência de diminuição de turmas e ou re-enturmação, implicando

na redução proporcional de sua remuneração.

§ 2º - A portaria da transferência de local de atuação ou alteração da carga horária temporárias poderá ser revogada a qualquer momento, quando houver retorno do servidor titular da vaga.

Art. 14 – Deferido o requerimento do servidor, o mesmo deverá iniciar as atividades na nova situação funcional, a partir do primeiro dia letivo de 2017.

Art. 15 – A divulgação do resultado dos processos administrativos deferidos e indeferidos será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM) e sítio da Prefeitura Municipal de São José, até o dia 16 de dezembro de 2016.

Art. 16 - Os casos omissos e as decisões que se fizerem necessárias por interesse da Administração Pública serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Comissão responsável pela análise dos requerimentos.

Art. 17 – Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir de sua publicação.

São José (SC), 27 de outubro de 2016.

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal de Educação  
São José – SC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação  
ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO OU DE ACUMULAÇÃO LÍCITA DE CARGOS OU PROVENTOS  
Conforme exigências do TC – 11/2011 do Tribunal de Contas de Santa Catarina

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

Nome:	RG:
Cargo:	Carga Horária:
Lotação:	Período de lotação:

( ) DECLARO que não exerço qualquer outro cargo público, função ou emprego em Entidades Federais, Estaduais ou Municipais, bem como Autarquias, Empresas Públicas ou de Economia Mista e em Fundações Públicas em desrespeito as disposições previstas no artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

O art. 37 da Constituição Federal de 1988 assim dispõe: XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
--

( ) DECLARO que não estou em licença sem vencimento em outro órgão público Federal, Estadual ou Municipal.

( ) DECLARO que exerço o(s) cargo(s) público(s), função(es) ou emprego(s) CUMULÁVEL, nos termos da Constituição Federal de 1988 e da legislação municipal:

a) \_\_\_\_\_ cuja jornada de trabalho é de \_\_\_\_ às \_\_\_\_ horas.

b) \_\_\_\_\_ cuja jornada de

trabalho é de \_\_\_\_ às \_\_\_\_ horas.

c) \_\_\_\_\_ cuja jornada de trabalho é de \_\_\_\_ às \_\_\_\_ horas.

Em caso de acumulação de cargo, emprego ou função pública, é IMPRESCINDÍVEL que o candidato forneça a declaração atualizada do órgão competente onde exerça seu cargo, emprego ou função pública. No documento deverá constar:

- a) Órgão competente;
- b) Cargo/Emprego/Função;
- c) Lotação e Local de Trabalho;
- d) Carga horária e Jornada de Trabalho.

DECLARO que em caso de acumulação lícita de cargo, emprego ou função pública, não haverá incompatibilidade entre as cargas horárias a serem cumpridas;

DECLARO, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor da norma abaixo transcrita e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades prevista na legislação vigente, caso venha a incorrer em acumulação ilegal, durante o exercício do cargo para o qual fui empossado.

DECLARO, também estar ciente de que devo comunicar a Prefeitura Municipal de São José qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que atenda às determinações legais vigentes para os casos de acumulação de cargos;

DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa caracteriza o crime de falsificação ideológica previsto no Código Penal Brasileiro, e que por tal crime serei responsabilizado, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

São José, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

Assinatura do Declarante

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2016 – PROCESSO Nº 620/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 133/2016 – Processo nº 620/2016 – Proc. Adm. 22609/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHES) DA REDE MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, ATRAVÉS DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 01 de novembro de 2016 às 18h00min até dia 17 de novembro de 2016, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h31min do dia 17 de novembro de 2016. INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h32min do dia 17 de novembro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2016 – PROCESSO Nº 624/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2016 – Processo nº 624/2016 – Proc. Adm. 23754/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO E VÍDEO PARA EQUIPAR O TEATRO DO CEU – CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS, DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 01 de novembro de 2016 às 18h00min até dia 16 de novembro de 2016, às 16h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 16h30min do dia 16 de novembro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2016

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2016, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretária Municipal de Educação, Sra. Lúcia Iliane da Costa, brasileira, portadora do RG nº 2.039.498-5 e inscrita no CPF nº 693.306.119-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa ALEXANDRE PANSERA & CIA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Monte Castelo, n. 081, Sala, Bairro Santa Catarina, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.693.709/0001-73, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Alexandre Pansera, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 009.040.119-09 e portador da Cédula de Identidade sob nº 4.041.138 SSP/SC, residente e domiciliado no Município de São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 067/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 051/2016, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 4,38% (quatro vírgula trinta e oito por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para a construção de muro na EBM São Francisco e realização de pequenas reformas nas Escolas da rede pública municipal de ensino.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 2.325,00 (dois mil, trezentos e vinte e cinco reais) o que perfaz aproximadamente 4,38% (quatro vírgula trinta e oito por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 067/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 051/2016, que trata da AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE PONTES E OUTRAS OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, NO ANO DE 2016, o seguinte item:

Contratada: ALEXANDRE PANSERA & CIA LTDA ME;

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	CIMENTO 50 KG	VOTORANTIM	75	R\$ 31,00	R\$ 2.325,00
TOTAL					R\$ 2.325,00

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 2.325,00 (dois mil, trezentos e vinte e cinco reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de outubro de 2016.

LÚCIA ILIANE DA COSTA Secretária Municipal de Educação	GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	ALEXANDRE PANSERA Alexandre Pansera & Cia Ltda Me
---	---	--

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2016 - SRP - PR Nº 090/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 16/11/2016, às 14h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2016. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 090/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, PURIFICADOR DE ÁGUA E UTENSÍLIOS DE COZINHA PARA USO DO CRAS-CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CREAS-CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR E SINE-SISTEMA NACIONAL DE EMPREGOS, TODOS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 31 de outubro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 5.512, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5.512, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Permite o uso oneroso do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica permitido o uso oneroso do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, pertencente à estrutura do Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, de São Lourenço do Oeste/SC, para a realização de apresentação cultural de dança, a ser realizada nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2016, pela empresa Vanessa Garbin Sanagiotto 08268620986, inscrita no CNPJ sob o nº 14.855.804/0001-87.

Parágrafo único. Pela utilização a que se refere o caput, a empresa permissionária deverá efetuar o recolhimento do montante fixado em 18,70 UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, correspondente a R\$ 1.930,96 (um mil, novecentos e trinta reais e noventa e seis centavos).

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento de Permissão de Uso a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a Permissionária que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5.513, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5.513, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.303, de 27 de outubro de 2016, e de acordo com o inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito especial, por excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.122.4503.2.008.3.3.30.00.00.00.00.00.01.0010 195 Aplicação Direta R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.303, de 27 de outubro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 31 de outubro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5.514, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.**

DECRETO Nº 5.514, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - superávit financeiro, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.302 de 27 de outubro de 2016, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei

Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito especial, por superávit financeiro, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 13.342,17 (treze mil, trezentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.122.4503.2.008.3.3.30.00.00.00.00.03.0010 194 Aplicação Direta R\$ 13.342,17

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.302, de 27 de outubro de 2016 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 31 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO DE TERMO ADITIVO - PL 021/2016**

RETIFICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, através do Sr. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, a retificação do 4º Termo Aditivo do Processo Licitatório n. 021/2016, Pregão Presencial nº 015/2016, publicado em 21 de outubro de 2016, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, edição nº 2107, página 443, nos seguintes termos:

TERMO ADITIVO 4º.1/2016

FICA RETIFICADO O VALOR UNITÁRIO, VALOR TOTAL DO ITEM 04 E VALOR GLOBAL, AMBOS DA TABELA DO 4º TERMO ADITIVO DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 021/2016, DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016, ONDE ALTERA-SE O ITEM DO ADITIVO CONFORME SEGUE:

**REDAÇÃO ORIGINAL**

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Reinaldo Francisco Guerra Junior, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.096.786 e inscrito no CPF sob nº 076.639.689-48, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa LS MERCADO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ernesto Beuter, nº 925, Bairro Brasília, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.841.640/0001-73, neste ato representada por seu representante legal, Sra. Neusa Ana Gabriel, brasileira, comerciante, inscrita no CPF sob nº 729.866.979-68 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 2.168.061, residente e domiciliada no Município de São Lourenço do Oeste, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

[...]

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	Arroz parboilizado, classe longo fino, tipo 1, agulhinha, embalagem 1kg	75 Kg	2,43	182,25
TOTAL				R\$ 1.045,94

**NOVA REDAÇÃO**

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Administração e Fazenda, Sr. Reinaldo Francisco Guerra Junior, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 5.096.786 e inscrito no CPF sob nº 076.639.689-48, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa LS MERCADO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ernesto Beuter, nº 925, Bairro Brasília, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.841.640/0001-73, neste ato representada por seu representante legal, Sra. Neusa Ana Gabriel, brasileira, comerciante, inscrita no CPF sob nº 729.866.979-68 e portadora da Cédula de Identidade sob nº 2.168.061, residente e domiciliada no Município de São Lourenço do Oeste, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem:

[...]

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
04	Arroz parboilizado, classe longo fino, tipo 1, agulhinha, embalagem 1kg	75 Kg	2,98	223,50
TOTAL				R\$ 1.087,19

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2016.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 8.762/2016-FICA APROVADO O DESDOBRAMENTO LOTE URBANO Nº 321, COM ÁREA DE 800,00M², DE PROPRIEDADE DE ANA MARIA FABRO**

DECRETO Nº 8.762/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano).

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o DESDOBRAMENTO Lote urbano nº 321, com área de 800,00m², sito a rua Barão do Triunfo, Loteamento Primitivo, Centro do município de São Miguel do Oeste – SC, MATRÍCULA nº 44.398, de propriedade de Ana Maria Fabro, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

#### DESDOBRAMENTO:

O lote urbano nº321-A, com área de 320,00m² confrontando; ao norte com o lote urbano nº321-B por linha seca de 20,00 metros; ao leste com a rua Barão do Triunfo, por 16,00 metros; ao sul com Parte do lote urbano nº321 por linha seca de 20,00 metros; ao oeste com Parte do lote urbano nº319 por linha seca de 16,00 metros.

O lote urbano nº321-B: com área de 240,00m² confrontando; ao norte com o Lote urbano nº321-C por linha seca de 20,00 metros; ao leste com a rua Barão do Triunfo, por 12,00 metros; ao sul com o lote urbano nº321-A por linha seca de 20,00 metros; ao oeste com Parte do lote urbano nº319 por linha seca de 12,00 metros.

O lote urbano nº321-C: com área de 240,00m² confrontando; ao norte com o lote urbano nº322 por linha seca de 20,00 metros; ao leste com a rua Barão do Triunfo, por 12,00 metros; ao sul com o lote urbano nº321-B por linha seca de 20,00 metros; ao oeste com Parte do lote urbano nº319 por linha seca de 12,00 metros.

Art. 2º Ficam a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE– SC.

Em, 28 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

### **EXT. CONTRATO 126.2016 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 126/2016

Processo Licitatório nº 119/2016

Inexigibilidade nº 11/2016

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

VALOR: R\$ 2.517,79

CONTRATADO: ANA BAUMGRATZ

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: ANA BAUMGRATZ

São Miguel do Oeste, SC., 25 de outubro de 2016

### **EXT. CONTRATO 127.2016 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 127/2016

Processo Licitatório nº 119/2016

Inexigibilidade nº 11/2016

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

VALOR: R\$ 5.137,29

CONTRATADO: CLAIR PAULO GOSSLER

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: CLAIR PAULO GOSSLER

São Miguel do Oeste, SC., 25 de outubro de 2016

### **EXT. CONTRATO 128.2016 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 128/2016

Processo Licitatório nº 119/2016

Inexigibilidade nº 11/2016

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

VALOR: R\$ 16.000,00

CONTRATADO: LEONARDO SUSSEK

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: LEONARDO SUSSEK

São Miguel do Oeste, SC., 25 de outubro de 2016

**EXT. CONTRATO 129.2016 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 129/2016

Processo Licitatório nº 119/2016

Inexigibilidade nº 11/2016

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

VALOR: R\$ 3.603,41

CONTRATADO: MARCIO JOSÉ SANTIN

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: MARCIO JOSÉ SANTIN

São Miguel do Oeste, SC., 25 de outubro de 2016

**EXT. CONTRATO 130.2016 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 130/2016

Processo Licitatório nº 119/2016

Inexigibilidade nº 11/2016

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

VALOR: R\$ 3.550,06

CONTRATADO: MIGUEL LAUERMANN

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: MIGUEL LAUERMANN

São Miguel do Oeste, SC., 25 de outubro de 2016

**EXT. CONTRATO 131.2016 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 131/2016

Processo Licitatório nº 119/2016

Inexigibilidade nº 11/2016

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

VALOR: R\$ 2.936,27

CONTRATADO: TEREZINHA BUZIM

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: TEREZINHA BUZIM

São Miguel do Oeste, SC., 25 de outubro de 2016

**EXT. CONTRATO 132.2016 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 132/2016

Processo Licitatório nº 119/2016

Inexigibilidade nº 11/2016

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04

de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

VALOR: R\$ 16.040,00

CONTRATADO: VICENTE KNOB

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: VICENTE KNOB

São Miguel do Oeste, SC., 25 de outubro de 2016

**EXT. CONTRATO 133.2016 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 133/2016

Processo Licitatório nº 119/2016

Inexigibilidade nº 11/2016

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, conforme Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02/04/2015, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 03 meses.

VALOR: R\$ 1.541,40

CONTRATADO: VILSON SCHWARZ

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: VILSON SCHWARZ

São Miguel do Oeste, SC., 25 de outubro de 2016

**EXT. CONTRATO 134.2016 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

EXT. CONTRATO 134/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 26/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PINTURA EXTERNA/INTERNA, POR OCASIÃO DA RESPECTIVA AMPLIAÇÃO DA OBRA NA CRECHE CEI MUNDO MÁGICO, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE ACORDO COM O ANEXO I, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

VALOR: R\$ 58.046,20

CONTRATADO: JOSEMA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - ME

VIGÊNCIA: 03 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR

ASSINA pela CONTRATADA: GELOIR ALEXANDRE SEVERIO

São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016

**EXT. RESCISÃO CONTRATO 38.2016 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

TERMO DE RESCISÃO BILATERAL DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016

CONTRATO Nº 38/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE CORTE DE GRAMA, LIMPEZA DE PÁTIO E PODA DE ARVORES, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA O EXERCÍCIO DE 2016

CONTRATADO: GILMAR DOS SANTOS MEI

RESCISÃO: A PARTIR DE 01/11/2016.

ASSINA pela CONTRATANTE: JOÃO CARLOS VALAR  
ASSINA pela CONTRATADA: GILMAR DOS SANTOS  
São Miguel do Oeste, SC., 27 de outubro de 2016.

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 125/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de filmadora Full HD, infravermelho, mínimo de 10X de zoom óptico, visor ocular (focal), conexões USB e HDMI, Slots para Cartão SD, Memória interna mínima de 64GB e Captura de Áudio Externo para a 13ª Ciretran conforme Convênio nº 2016TN001765 e Lei Municipal nº 4.727/2011, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 10h45min do dia 17 de novembro de 2016.

Abertura: às 11h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 31 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 126/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de lixeiras monobloco e container lixeiras para diversos locais no Município de São Miguel do Oeste – SC, conforme Ata nº 13/2016, do FMRBL, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 18 de novembro de 2016.

Abertura: às 08h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 31 de outubro de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 61/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Aquisição de moveis sob medida destinado ao atendimento ao público pelo Setor de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Projeto, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 10h45min do dia 02 de dezembro de 2015.

Abertura: às 11h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 17 de novembro de 2015.

AIRTON JOSE MACARINI SEGUNDO

Gestor do Fundo

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 62/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de ar condicionado destinados ao Consultório Odontológico da Unidade de Saúde do Bairro Estrela e do Bairro Salete, Serviço de Atendimento Médico de Urgência – SAMU, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e para a Unidade de Pronto Atendimento Leonardo Weissheimer UPA 24hs, da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 17 de novembro de 2016.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 31 de outubro de 2016

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

Gestora do Fundo

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 63/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a conservação e manutenção do Veículo Cobalt Placa MKE 8117, Veículo Ducato Placa MHV 8673, Veículo Ducato Placa MHV 8993 e Veículo Doblo Placa MIK 5164, da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 09h45min do dia 17 de novembro de 2016.

Abertura: às 10hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 31 de outubro de 2016.

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

Gestora do Fundo

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 64/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016

O Fundo Municipal de Saúde, a partir da Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de refrigerador, televisor, computador e demais equipamentos destinados para estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica do Ministério da Saúde referente a Proposta nº 11136.549000/1140-03, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 18 de novembro de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 31 de outubro de 2016.

KARISE ANELISE SCHMIDT FERREIRA

Gestora do Fundo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº171/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº171/2016

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 1.017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4-2.015 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 11.517,96

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0005 – Aplicações Diretas R\$ 11.517,96

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0004 – Aplicações Diretas R\$ 11.517,96

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 27 de outubro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2016

A Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a chamada pública para seleção de (1) Agente Comunitária de Saúde (ACS) para a micro área II - Bairros: Vila Junckes, Campo Demonstração e Santa Filomena, para o período de 02 (seis) meses, encerrando o contrato em 31/12/2016.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido a necessidade da contratação de um(a) profissional ACS, carecido à servidora Jaqueline Pleger ter retornado da perícia com observação de readaptação pois a mesma não tem condições para uso de moto, e nesta área as residências ficam longe uma da outra.

Art. 2º - Os profissionais interessados (as) em participar, deverão comparecer a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 04 novembro de 2016, às 9h, portando a seguinte documentação:

I - Xerox Identidade;

II - Xerox CPF;

III - Xerox PIS PASEP/ Carteira Trabalho;

IV - Xerox Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral;

V - Xerox Certificado de Reservista;

VI - Xerox Títulos Escolares;

VII - Xerox Certidão de Casamento;

VIII - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos;

IX - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);

X - 01 Foto 3 x 4 atual;

XI - Comprovante de Residência;  
XII - Declaração de bens;  
XIII - Declaração de Acumulação;  
XIV - Conta Banco Brasil;  
XV - Declaração Penalidades;  
XVI - Folha Corrida Judicial.

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 8h às 12h ou através do telefone (48) 32770122 R:221.

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 3º - A vaga ofertada, tem como pré-requisito o cargo temporário de ACS da micro área II e candidato deverá morar na área.

§ 1º - No momento da escolha o candidato deverá apresentar cópia do certificado de ensino fundamental, bem como comprovante de residência;

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 4º - O (a) ACS, irá assumir uma carga horária de 40 horas semanais.

§ 1º - Devendo desempenhar tarefas quanto aos atendimentos domiciliares e quanto a entrega de consultas agendadas aos pacientes. Efetuar registros e relatórios no Programa E-sus. Trabalhar em conformidade com as boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;

§ 2º - O profissional, deverá exercer as atividades que constam na descrição do cargo da Lei Municipal nº 138/99, ou outras atividades relevantes na área da saúde, determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 5º - A escolha será realizada em forma de assembléia, sendo exposta a vaga, havendo a manifestação de interesse no momento em que for anunciada a vaga.

§ 1º - Havendo mais de um candidato (a) interessado pela mesma vaga, será adotado os seguintes critérios de desempate:

I – Escolaridade;

II – Nº de filhos;

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Art. 6º - Após a escolha da vaga, o(a) ACS, irá assinar a declaração de ciência da vaga e de suas atribuições, conforme o ANEXO 1, do presente edital.

São Pedro de Alcântara, 27 de outubro de 2016.

TATIANA CORDEIRO DA SILVA

Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

#### ANEXO I

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, servidor (a) aprovado (a) na Chamada Pública n.º 04/2016, da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de ACS por período temporário, declaro que escolhi tal vaga, e tenho ciência das atribuições do cargo prevista na Lei Municipal nº 138/99 e que poderei vir a desempenhar outras funções não descritas no cargo, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

São Pedro de Alcântara, 27 de outubro de 2016.

Nome:

**REVOGAÇÃO DO PROCESSO 45.2016**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SAO PEDRO DE ALCANTARA**

**CNPJ:** 01.613.101/0001-09  
**Praça Leopoldo Francisco Kretzer , 1**  
**C.E.P.:** 88125-000 - São Pedro de Alcântara - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 45/2016 - PR**

**Processo Administrativo:** 45/2016  
**Processo de Licitação:** 45/2016  
**Data do Processo:** 16/08/2016

**Objeto:** A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada e estimada de pneus e Câmara de Ar NOVO para a frota da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Secretaria de Educação e Obras, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital.

**NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2016**

**Motivo:** COM BASE NO PARECER JURÍDICO DE Nº 109.2016, REVOGA ESTE PROCESSO PARA MELHOR ADEQUAÇÃO.

São Pedro de Alcântara, 31 de Outubro de 2016

-----  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL e.e

# Schroeder

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 95/2016-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

#### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 95/2016-PMS

PROCESSO Nº. 175/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 31 de outubro de 2016, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em confecção de crachás de identificação para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, do instrumento convocatório.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 95/2016-PMS, realizar-se-á em 18 de novembro de 2016, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 31 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **NOTIFICAÇÃO Nº 007/2016 SMS**

NOTIFICAÇÃO Nº 007/2016 SMS

Processo Licitatório nº. 39/2016

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2016

Fica a empresa Aliança Hospitalar EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.501.603/0001-65, estabelecida na Avenida Oscar Barcelos, Sala 02 nº 205. Centro, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89160-027, NOTIFICADA do inadimplemento da ata de registro de preços nº 13/2016 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 1792/16 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Quinta da ata de registro de preços supramencionada.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas, cláusula décima primeira da ata de registro de preços, nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobede- cido
1792/16	Item 1 – Abaixador de língua de madeira descartável. Pacote com 100 unidades; Item 33 – Cateter para oxigênio tipo óculos, esterilizado adulto; Item 53 – Equipo multivias adulto 2 vias luer lock composição básica quatro extremi- dades próximas com conectores luer lock fêmea, quatro extensões em PVC dotadas de clamp (abre/fecha), três intermediários em Y unindo a extensão distal. Conexão luer distal para dispositivo de acesso venoso. Polifix 2 vias. Item 132 – Termômetro clínico digital tipo axila/oral; tempo de mediação 90 segun- dos, com alarme de segurança; aprovado pelo INMETRO; possui indicador de nível de bateria; tipo de alimentação: uma bateria LR 41. Tamanho: altura 1 cm, largura 1,3 cm, comprimento 12,3 cm, peso 30 gr. Tamanho do visor: 1,5 cm x 0,6 cm.	22/09/2016	29/09/2016.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 25 de outubro de 2016.

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde.

A  
ALIANÇA HOSPITALAR EIRELI - EPP.  
CNPJ nº. 03.501.603/0001-65  
(47) 3521-0456.

### **NOTIFICAÇÃO Nº 008/2016 SMS**

NOTIFICAÇÃO Nº 008/2016 SMS

Processo Licitatório nº. 39/2016  
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2016

Fica a empresa Disquemed Distribuidora de Produtos Hospitalar LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.306.465/0001-38, estabelecida na Rua: Américo Vespúcio, nº 995. Nova Brasília, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89213401, NOTIFICADA do inadimplemento da ata de registro de preços nº 13/2016 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 1796/16 não efetuou a entrega dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Quinta da ata de registro de preços supramencionada. Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas, cláusula décima primeira da ata de registro de preços, nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobede- cido
1796	Item 41 – Compressa de gaze 7,5 x 7,5 x 5,5 cm, 13 fios, 100% algodão, hidrofóbi- ca. Pacote com 500 unidades.	22/09/2016	29/09/2016.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 25 de outubro de 2016.

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde.

A  
DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA.  
CNPJ nº. 01.306.465/0001-38  
(47) 3426-0907.

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 95/2016-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 95/2016 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 175/2016 Data do Processo: 04/10/2016

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 160/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em confecção de crachás de identificação para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC,

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 31 de Outubro de 2016

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Eloir José Wendt	- ..... - Equipe de Apoio

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO TERMO ADITIVO N. 004/2016**CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 004/2016

PARTES: Câmara de Vereadores de Schroeder e Betha Sistemas Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original e reajuste dos valores com base no IGP-M acumulado no período.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da assinatura do presente termo.

DATA DA ASSINATURA: 31 de outubro de 2016.

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

SIGNATÁRIOS: Câmara de Vereadores de Schroeder e Betha Sistemas Ltda.

Ver. Adriano Kath  
Presidente

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1140

DECRETO Nº 1140, de 27 de outubro de 2016

Abre créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior no valor de R\$ 391.781,87

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei Municipal nº 1844, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 - LDO, e combinado com alínea "d", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1854, de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 2.108 Gestão das Ações do Conv. Corpo de Bombeiros Militar

Modalidade: 214 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0786 Aplicação Direta ..... R\$ 86.399,30

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

Unidade: 01 – Departamento da Cidade

Projeto Atividade: 1.021 Pavimentação, Infraestrutura e Revitaliz. de Vias Públicas

Modalidade: 216 – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0745 Aplicação Direta ..... R\$ 12.173,89

Projeto Atividade: 2.041 Gestão dos Recursos e Projetos de Iluminação Pública

Modalidade: 186 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0017 Aplicação Direta ..... R\$ 41.362,27

Projeto Atividade: 2.039 Gestão de Parcerias de Trânsito com a Segurança Pública e Radiopatrulha

Modalidade: 185 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0098 Aplicação Direta ..... R\$ 144.340,67

Modalidade: 215 – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0098 Aplicação Direta ..... R\$ 100.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Departamento de Ensino

Projeto Atividade: 2.082 Gestão das Ações do Transporte Escolar na Educação Básica Municipal na Área Rural

Modalidade: 217 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0012 Aplicação Direta ..... R\$ 7.505,74

TOTAL ..... R\$ 391.781,87

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro na fonte de recursos:

Fonte 0.3.0786 – Conv. Corpo de Bombeiros Militar ..... R\$ 86.399,30

Fonte 0.3.0745 – Fundo Especial do Petróleo - FEP ..... R\$ 12.173,89

Fonte 0.3.0017 – COSIP ..... R\$ 41.362,27

Fonte 0.3.0098 – Multas de Trânsito – Prefeitura ..... R\$ 244.340,67

Fonte 0.3.0012 – FNDE Salário Educação ..... R\$ 7.505,74

TOTAL GERAL ..... R\$ 391.781,87

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 27 de outubro de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se

Em 27 de outubro de 2016

Ademir Verza

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 1141

DECRETO Nº 1141, de 31 de outubro de 2016

Autoriza horário especial nos estabelecimentos comerciais do Município de Seara e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, o disposto no art. 208, § 2º da Lei 541/86 e, Considerando a solicitação da CDL, constante no ofício nº 020/2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado horário especial de atendimento nos estabelecimentos comerciais do Município de Seara, conforme descrito abaixo:

DATA	DIA DA SEMANA	HORÁRIO
05/11/2016	Sábado	Até 16h

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 31 de outubro de 2016.

LACI GRIGOLO

Prefeita de Seara

Registra-se e Publica-se

Em 31 de outubro de 2016

Ademir Verza

Secretário de Administração

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 190/2016

DECRETO Nº 190/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

“Concede Licença Saúde à Servidora Pública Municipal DARLI PANDOLFO CIEPLAK, e dá outras providências”

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal em Exercício de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença Saúde, à Servidora Pública Municipal DARLI PANDOLFO CIEPLAK, conforme atestado médico de 27/10/2016 até a emissão do Laudo Pericial do INSS, a mesma é ocupante do Cargo efetivo de Servente de Escola Nível 11, do grupo 1 –SEG, 40 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir de 27/10/2016, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Outubro de 2016.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO  
Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 191/2016

DECRETO Nº. 191/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE MIRTES PESCADOR SGANZERLA DO CARGO DE DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal em Exercício de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir desta data, a Sra. Mirtes Pescador Sganzerla, portadora CPF nº.637.253.559-91, RG nº. 1.851.358, do Cargo de Diretora de Departamento da Cultura, com lotação junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível CC – 03, do Grupo VII – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a exoneração deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001

de 10/09/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Outubro de 2016.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO  
Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 192/2016

DECRETO Nº. 192/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE BIANCA CEREJO DO CARGO DE ASSESSORA DE IMPRENSA E RELAÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal em Exercício de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido a partir desta data, a Sra. Bianca Cerejo, portadora do CPF nº.074.053.219-76 RG nº 4.970.297-1 do Cargo de Assessora de Imprensa e Relações Públicas, Nível CC – 01, do Grupo VII – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC.

Art. 2º Aplica-se a exoneração deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2016.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO  
Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 193/2016**

DECRETO Nº. 193/2016 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CAMILA MABEL SGANZERLA PARA O CARGO DE FISIOTERAPEUTA, APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, EDITAL Nº. 002/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal em exercício de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, e de acordo com o Edital de Concurso Público nº. 002/2014, do Município de Serra Alta/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir desta data, a Sra. Camila Mabel Sganzerla, portadora do CPF nº. 069.494.559-50, RG nº.4.815.764 para o Cargo de Fisioterapeuta, com lotação junto a Secretaria Municipal de Saúde, Nível 50, do Grupo 05 – TEC, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Novembro de 2016.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

# Sombrio

## PREFEITURA

**DEC. 376/2016**

DECRETO Nº 376, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal do Fundo Municipal de Saúde, crédito suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). na seguinte dotação orçamentária:

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020 - Atendimento de Saúde Básica

3.3.90.00.00.00.00.0070 (21) -Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º A abertura de crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 70.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 03 de outubro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**PORT. 213/2016**

PORTARIA Nº 213 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Exonerar a Pedido o Servidor efetivo Sra. JÉSSICA MOTA PEREIRA SABINO, professor de séries iniciais, matrícula nº 7462, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nomeado pela Portaria nº 045, de 01 de março de 2016.

Fica revogada em a Portaria nº 045, de 01 de março de 2016, e demais disposições em contrário.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 31 de outubro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 227/2016

DECRETO Nº 0227/2016 DE 01/11/2016

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1º – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

: DE:

05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	R	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00. (12)	0.1.00.01264	Investimentos- Aplicações Diretas (1264)	R\$ 18.000,00

PARA:

01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	R	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00. (17)	0.1.00.01264	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1264)	R\$ 18.000,00

Artigo 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 01 de novembro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER

CRC/SC 024848/O-0

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### **DECRETO 185/2016; ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 185, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

11.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação  
2.013 – Manutenção do Departamento de Promoção Social  
3.3.90.00.00.00.00.0037(123)

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito adicional da suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da seguinte dotação:

11.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação  
2.013 – Manutenção do Departamento de Promoção Social  
3.1.90.00.00.00.00.0037(120) – Aplicações Diretas ..... R\$ 6.000,00

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 27 de outubro de 2016.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### **ATA ANÁLISE RECURSO TOMADA DE PREÇO N.º 65 2016 PMT** COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE DE RECURSO  
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 65/2016

Às nove horas, do trigésimo primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezesseis, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, para análise do recurso apresentado pela empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA-EPP, no certame Tomada de Preços nº 65/2016.

Considerando que compete a Comissão de Licitações a análise prévia do recurso, podendo reconsiderar a sua decisão a respeito da inabilitação da empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA-EPP ou encaminhar os autos do processo para a autoridade superior, neste caso o Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para julgamento.

Desta forma, a Comissão decide manter a inabilitação da empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA-EPP pelos motivos expostos na Ata de Julgamento da Habilitação.

Portanto, encaminha-se o processo ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para que profira a sua decisão a respeito do recurso.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelos membros da Comissão de Licitações, para os fins legais.

MARLISE THEILACKER  
Presidente  
BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro  
LOURDES MOSER  
Membro

### **CONVOCAÇÃO ABERTURA PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇO N.º 65 2016 PMT** COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS TOMADA DE PREÇO Nº 65/2016 - PMT

Às doze horas do trigésimo primeiro dia, do mês de outubro de dois mil e dezesseis, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço nº 65/2016 – PMT.

Tendo em vista a decisão de Recurso Administrativo da autoridade competente, a Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento dos interessados, que a sessão pública de abertura das Propostas de Preços, se realizará no dia 03 de novembro de 2016, às 08 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER  
Presidente  
BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro  
LOURDES MOSER  
Membro

### **DECISÃO RECURSO TOMADA DE PREÇO N.º 65 2016 PMT** DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 65/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução do prolongamento da iluminação pública da rua Nicarágua e trevos da rua marechal Deodoro.

RECORRENTE: INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA-EPP

A empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA-EPP. interpôs recurso contra sua inabilitação no certame (não apresentou a Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó, item 7.1.3, "f" do Edital), alegando em síntese que todos os documentos foram

apresentados conforme a previsão do edital.

Em análise dos documentos apresentados, constatou-se que a empresa em questão, se equivocou na apresentação dos documentos, tendo em vista a apresentação de duas(02) Certidões Negativas de Débitos do Município de Guaramirim, com validade de 03/11/2016 e 19/12/2016, constante às fls.0465 e 0466, respectivamente, do processo licitatório, porém não apresentou a Certidão de Negativa de Débitos do Município de Timbó, em evidente descumprimento ao item 7.1.3 "f" do edital.

Nesse sentido é o posicionamento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PORTEIRO, VIGIA E MONITORAMENTO - INABILITAÇÃO DE EMPRESA LICITANTE - DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO DO EDITAL QUE EXIGIA CERTIDÃO DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO (CRA/SC) - DOCUMENTO DESTINADO À COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA FINS DE HABILITAÇÃO NÃO APRESENTADO NO MOMENTO PREVISTO NO EDITAL - VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - FASE DE SANEAMENTO QUE NÃO AUTORIZA A APRESENTAÇÃO ULTERIOR - EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL (ART. 43, § 3º, DA LEI FEDERAL N. 8.666/1993) - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO PRÉVIA AO EDITAL - DIREITO LÍQUIDO E CERTO INEXISTENTE. A Lei Federal n. 8.666/1993 prevê, no art. 30, as exigências editalícias possíveis para comprovação de qualificação técnica, cabendo à Administração, dentre estas, delimitar as relacionadas com o objeto licitado. Se o licitante não cumpre exigência editalícia para a habilitação em processo licitatório, sua exclusão do certame, por inabilitação, é medida que se impõe. A Administração Pública está restrita ao conteúdo do edital da licitação, sendo facultada a qualquer cidadão sua impugnação (§§ 1º e 2º e 'caput' do art. 41 da Lei Federal n. 8.666/1993). Ausente a discussão prévia sobre o conteúdo do instrumento convocatório, decai o interessado do direito de revisão de seu conteúdo. (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2013.002561-7, de Campos Novos, rel. Des. Jaime Ramos, j. 03-09-2015).

Ante o exposto e tendo em vista que não atendeu a exigência do Edital, que no caso em apreço, não foi apresentada a Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó, decido em manter a decisão da Comissão Permanente de Licitações, ou seja, inabilitando a empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA-EPP.

Em seguida, o processo deverá ser encaminhado para a Comissão de Licitações a fim de dar continuidade no certame.

Publique-se, registre-se e intime-se.  
Timbó, 31 de outubro de 2016.

ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 12 2016 FMS - AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR (SORO)**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2016 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material hospitalar (soro) destinado às Unidades de Saúde, CAPS, Policlínica de Referência, e SAMU.

EMPRESA FORNECEDORA: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Metromed Com de Material Medico Hospitalar Ltda e Cirurgica Parana - Distribuidora, Importadora e Exportadora de Equipamentos Ltda - Epp

TOTAL ESTIMADO: R\$ 25.112,13 (vinte e cinco mil, cento e doze reais e treze centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/10/2017

Timbó, 01/11/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

#### **EXTRATO CONTRATO 2016.158 FCT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/158

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADA: Gislaine de Souza Me

OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais destinados à promoção da iniciação musical e inclusão social de crianças, jovens e adolescentes (relacionados ao Programa Transferência n.º 2016005083, Proposta Transferência n.º 0000016460, firmado com o Estado de Santa Catarina, por intermédio dos recursos do Fundo Social)

VALOR: R\$ 38.238,00 (trinta e oito mil e duzentos e trinta e oito reais).

PRAZO: 12 meses

Data da Assinatura 14/10/2016.  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

## **EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2012.177**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/177

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Pró-cópia Tecnologia em Impressões LTDA.

OBJETO: Reajuste contratual no percentual de 8,4764% (correspondente ao IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – setembro/2016).

DATA DA ASSINATURA: 03/10/2016.

MARIA ANGELICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

## **RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 05/2015**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC  
PUBLICAÇÃO OFICIAL DE ATOS DO PODER EXECUTIVO  
Edital 04/2016

RETIFICAÇÃO ao Edital nº 05/2015 de Contribuição de Melhoria aos não aderentes à execução pelo regime de mutirão de que trata a Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, da Pavimentação por Tijolão, da Rua Taubaté.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Rua Taubaté, abaixo relacionados, que não aderiram à execução da pavimentação por tijolão da via pelo regime de mutirão, que o Município de Timbó, com base no artigo art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427 todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação por tijolão, tendo como custo apurado o valor total de R\$ 20.669,69 (Vinte mil seiscentos e sessenta e nove reais sessenta e nove centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação Asfáltica da Rua Taubaté- Timbó-SC

1 – Memorial Descritivo da Obra:

1.1 – Identificação:

Projetos para pavimentação tipo tijolão, da Rua Taubaté- (com área de 1.209,73 m²), sendo que 897,48 m² foram realizados pelo sistema de mutirão (aderentes) e 312,25 m² por Contribuição de Melhoria (não aderentes), sendo no Bairro Capitais, em Timbó – SC.

1.2 – Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido à grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Rua Taubaté foi pavimentada, e em face à indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.2 – Especificações: Para a pavimentação tipo tijolão da Rua Taubaté, será utilizado asfalto betuminoso usinado a quente, na espessura de 5,00 cm, conforme especificações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA – Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes.

2 – Orçamento para implantação (referente à parte da rua a ser lançada como Contribuição de Melhoria:

2.1 – Pavimentação tipo tijolão da Rua Taubaté - (com área de 312,25 m²): (trezentos e doze metros e vinte e cinco décimos quadrados).

2.1.1 – Pavimentação tipo tijolão da Rua Taubaté (com área de 312,25m²).

- Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora .....312,25m³

- Custo Unitário ..... R\$ 6,46

- Custo ..... 312,25x6,46= R\$ 1.109,44

- Aterro compactado ..... 93,68 m³

- Custo Unitário ..... R\$ 17,91

- Custo ..... 93,68 x17,91= R\$ 1.677,81

- Serviços de preparo da cancha ..... 312,25 m²

- Custo Unitário ..... R\$ 1,32

- Custo ..... 312,25 x1,32= R\$ 891,74

- - Custo da pavimentação (base de areia ou pó de brita e tijolão) referente aos não-aderentes

- Quantidade Total ..... 312,25m²

- Custo ..... 312,25x 55.94= R\$ 17.467,27

- Custo Total da pavimentação .....R\$ 20.666,69

Global da Obra ..... R\$ 20.666,69

3 – Cronograma:

A obra teve início em 15/10/2014 e término em 04/03/2015.

4 – Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 – Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 03 (três) propriedades não aderentes, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 – Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área beneficiada por esta obra abrange trecho da Rua Taubaté correspondente aos imóveis pertencentes aos proprietários/possuidores não aderentes à execução pelo regime de mutirão - (com área 312,25m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são aqueles que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes que não aderiram à execução da obra de melhoria pelo regime de mutirão, nos termos do art. 2º inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra publica em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 Clube Universitário de Timbó	01.02.011.0271	R\$ 100.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 20.000,00
2 Margarida Floriani	01.02.009.0371	R\$ 65.000,00	R\$ 78.000,00	R\$ 13.000,00
3 GM INCORPRADORA E CONSTRUTORA LTDA	01.02.009.0443	R\$ 65.000,00	R\$ 78.000,00	R\$ 13.000,00
TOTAL				R\$ 46.000,00

7– Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 – Participação do Município de Timbó = R\$ 3.100,00 o que corresponde a 15,00% da obra.

7.2 – Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 17.566,69 o que corresponde a 85,00% da obra.

7.3 – O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula:  $CM = A \times Vi / Vtr$ , onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 20.669,69

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 46.000,00

7.4 – Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)	CM (em R\$)*	
1 Clube Universitário de Timbó	01.02.011.0271	R\$ 20.000,00	R\$ 7.637,69	R\$ 8.783,34	

2	Margarida Floriani	01.02.009.0371	R\$ 13.000,00	R\$ 4.964,50	R\$ 5.709,18	5.036,02
3	GM INCORPORADORA E CONSTRU- TORA LTDA	01.02.009.0443	R\$ 13.000,00	R\$ 4.964,50	R\$ 5.709,18	
	TOTAL			R\$ 17.566,69	R\$ 20.201,70	

\* De acordo com o §3º do Art. 427, da Lei Complementar Municipal nº 142/98 com redação dada pela LC nº 311, de 09/06/06: "O disposto no "caput" e § 1º deste artigo não se aplica ao lançamento da contribuição de melhoria decorrente da aplicação da lei que regulamenta a pavimentação pelo sistema de mutirão, contribuição esta que será lançada com acréscimo de 15% (quinze por cento), e poderá, o contribuinte, recolhê-la, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, pelo seu valor lançado, ou então, a critério da Secretaria de Administração e Finanças, pleitear o parcelamento do seu débito em até 60 (sessenta) prestações mensais e sucessivas, seguindo-se a tabela prevista no § 1º deste artigo, utilizando-se a UFM como fator de correção, sem incidência de juros sobre o pagamento parcelado."

#### 8 – Disposições Finais:

##### 8.1 – Condições de Pagamento:

8.1.1 – O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 – A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

##### 8.2 – Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

- Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;
- Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;
- Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;
- Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas."

Município de Timbó, 17 de outubro de 2016.

Orlei Adazir Pedron  
Secretário de obras

Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração

Roseli L. da Rocha  
Engenheira Civil

# Três Barras

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 008/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2016

Vigência: 27/10/2016 a 27/10/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – SC, CNPJ Nº 11.491.075/0001-39.

Contratado: OI MÓVEL S.A – CNPJ nº. 05.423.963/0001-11.

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia fixa pós-pago a ser instalada na Unidade Básica de Saúde localizada na Rua Cyriaco Felício de Souza, Bairro Vila Nova e na Central de Fisioterapia do Município, localizada em frente ao Hospital Félix da Costa Gomes, localizado na Rua João Manoel Sardá.

Valor: R\$ 2.277,60 (dois mil e duzentos e setenta e sete reais e sessenta centavos).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 31 de outubro de 2016.

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA N. 551/L/2016

PORTARIA N. 551 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDORA.

JOEL DA CRUZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

CONCEDER a servidora CLAUDETE DA SILVA, ocupante do cargo de Recepcionista e Responsável pela Ouvidoria, Matrícula 94-0, do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, 30(trinta) dias de férias regulamentares, referente período de aquisição de 2015/2016, de acordo com o requerimento, protocolado sob o n. 297/2016, sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009, a contar do dia 01 de Novembro de 2016.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 31 de Outubro de 2016.

JOEL DA CRUZ

Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) na data de 1º de Novembro de 2016.

Joel Antonio Voigt

Gestor Legislativo e Contábil

# Tunápolis

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 21/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 21/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Pelo presente termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enoi Scherer e de outro lado a empresa SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 00.593.476.0001-83 com sede na Rua Guilherme Scharf, 2520, Bairro Fidélis, no Município de Blumenau-Santa Catarina, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 21/2016.

Considerando o Contrato Administrativo nº 21/2016 da Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 26 de Janeiro de 2016, proveniente do processo licitatório nº 10/2016 - pregão presencial nº 08/2016, em que consta como objeto a aquisição de SÊMEN BOVINO E MATERIAIS AUXILIARES, utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis – SC.

Considerando que os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (95) da Prefeitura Municipal de Tunápolis.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com a SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

#### Cláusula Primeira- DO ACRÉSCIMO DE DOSES:

Ao presente contrato ficam acrescidas 850 doses conforme segue tabela abaixo, de acordo com a justificativa constante na requisição.

09	doses	850	<p>sêmen bovino da raça Jersey com prova atualizada não inferior a Dezembro de 2015, na base americana ( USDA ) ou equivalente "Interbull " com as seguintes características.</p> <p>JPI = ou &gt; 106  PTA leite = ou &gt;263 lbs positivo  Proteína = ou &gt;17 lbs  Gordura = ou &gt;13 lbs  Positivo nos percentuais de gordura e proteína.  Confiabilidade p / produção = ou &gt; 74%  PTA tipo = ou &gt; 1.4  Confiabilidade para tipo = ou &gt; 74%  NM\$ = ou menor que 308  SCS = ou &lt; 3.03  Vida produtiva = ou &gt; 2.1. x ray</p>	15,80	13.430,00
----	-------	-----	--	-------	-----------

Cláusula Segunda – As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 31 de outubro de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXP. LTDA.  
Contratada

Zeno Hammerschmitt  
Secretario Municipal da Agricultura.  
Responsável por Termo

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

## SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 19/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA –ME

Pelo presente termo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enoi Scherer e de outro lado a empresa AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA –ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 01.646.475.0001-12, com sede na Avenida Cerro Largo, 845, sala A, centro, no Município de Tunápolis, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 19/2016.

Considerando o Contrato Administrativo nº 19/2016 da Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 26 de Janeiro de 2016, proveniente do processo licitatório nº 10/2016 - pregão presencial nº 08/2016, em que consta como objeto a aquisição de SÊMEN BOVINO E MATERIAIS AUXILIARES, utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis – SC.

Considerando que os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (95) da Prefeitura Municipal de Tunápolis.

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados pelo contrato celebrado com a AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA, empresa esta denominada como CONTRATADA, têm as partes entre si justo e acordado os termos seguintes:

### Cláusula Primeira- DO ACRÉSCIMO DE DOSES:

Ao presente contrato ficam acrescidas 800 doses conforme segue tabela abaixo, de acordo com a justificativa constante na requisição.

08	800 doses	R\$ 15,85	R\$ 12.680,00	<p>sêmen bovino da raça Holandês preto e branco com prova atualizada não inferior a Dezembro de 2015, na base americana ( USDA ) ou equivalente "Interbull" com as seguintes características</p> <p>Confiabilidade produtiva igual ou maior a 78%, com PTA Leite igual ou maior que 535 libras, TPI igual ou superior a 2237; PTA Gordura igual ou maior que 33 libras; PTA Proteína = ou maior a 27 lbs</p> <p>Positivo nos percentuais de gordura e proteína.</p> <p>PTA Tipo igual ou menor que 2.50 e confiabilidade Tipo igual ou maior que 76%, Composto de úbere igual ou maior que 2.0, Composto Pernas e Pés igual ou maior que 1.35; Estatura igual ou maior que 1.14: Úbere anterior igual ou maior que 2.14: Largura do úbere posterior igual ou maior que 2.72; Comprimento dos tetos igual ou menor que 0.0: Facilidade de parto do touro igual ou menor a 7.7%.</p> <p>Contagem de células somáticas menor ou igual a 2.93; NM\$ igual ou menor que 536: Vida produtiva igual ou maior que 2.0:</p> <p>CASE</p>
----	-----------	-----------	---------------	--

Cláusula Segunda – As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 31 de outubro de 2016.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

AGRO COMERCIAL PAMPA LTDA ME  
Contratada

Zeno Hammerschmitt  
Secretario Municipal da Agricultura.  
Responsável por Termo

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

# Turvo

## PREFEITURA

### DECRETO 39/2016

DECRETO Nº 039/16, de 31 de Outubro de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.265/15 (Lei Orçamentária Anual), de 08/12/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), assim classificados:

08.01 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0047.2.027 – MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

3.1.90.00.00.00.00.0112 (099) – Aplicações Diretas ..... R\$ 32.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0112 por excesso de arrecadação do FNAS (Fundo Nacional Assistência Social) no valor de R\$ 32.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 31 de outubro de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

# União do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO N. 3228/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO Nº. 3228, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei nº. 1033/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de União do Oeste para o Exercício de 2016 no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), oriundos do possível excesso de arrecadação em fonte específica, destinado a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

#### ADICIONAR DOTAÇÕES

Órgão: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 08.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

FUNÇÃO: 15 Urbanismo - SUBFUNÇÃO: 452 Serviços Urbanos

Projeto Atividade: 2040 – Manutenção dos Serviços de Utilidade Pública

121 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0108 .....	7.000,00
--	----------

Saldo Total a Suplementar .....	7.000,00
---------------------------------	----------

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, serão utilizados recursos do possível excesso de arrecadação em fonte de recurso específica descritas a seguir:

#### ORIGEM DOS RECURSOS

Fonte Recurso: 00.01.0108 - Contribuição para O custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP.	7.000,00
---	----------

Origem: Convênio para arrecadação de recursos da iluminação pública

Total de Recursos Suplementados .....	7.000,00
---------------------------------------	----------

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado cfe. Lei Municipal N.º 1010/2014.

**DECRETO N. 3229/2016**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE**

DECRETO MUNICIPAL Nº. 3229, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em acordo com a Lei 1033/2015;

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, por anulação de dotação no Orçamento do Município de União do Oeste, para o Exercício de 2016 no valor de R\$22.000,00 (Vinte e Dois Mil Reais), destinados a suplementar os seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

**ADICIONAR DOTAÇÕES**

ENTIDADE 02: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 301 Atenção Básica

Projeto Atividade: 2.027 – Manutenção do PAB Variável

23 - Aplicações Diretas - 3.3.90.00.00.00.00.00.38.0020 ..... 22.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO ..... 22.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar do Artigo 1º, ficam anulados os valores dos seguintes projetos/atividades e respectivas modalidades de despesa:

**SUBTRAIR DOTAÇÕES**

ENTIDADE 02: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UNIÃO DO OESTE

Órgão: 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 11.01 – Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÃO: 10 Saúde - SUBFUNÇÃO: 301 Atenção Básica

Projeto Atividade: 2.027 – Manutenção do PAB Variável

18 - Aplicações Diretas - 3.1.90.00.00.00.00.00.38.0020 ..... 22.000,00

TOTAL ANULADO ..... 22.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado cfe. Lei Municipal N.º 1010/2014.

**DECRETO N. 3230/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.230, de 01 de Novembro de 2016.  
Concede Adicional Titulação para Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o disposto no Artigo 16 da Lei Complementar Municipal N.º 090 de 27 de agosto de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Fica concedido Adicional Titulação para a Servidora EDICIANE CRISTINA CRISTIANO BELÉ, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo da Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente apresentação do certificado de conclusão de graduação de nível superior, correspondente ao valor de 10% sob a denominação de ADICIONAL DE GRADUAÇÃO, calculado sobre o vencimento base da servidora.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 01 de Novembro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

UNIÃO DO OESTE, 31  
de outubro de 2016.

DARCY JOÃO LUZI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 35/2016**

Estado de Santa Catarina	
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	35/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA
Objeto .....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC.
Valor .....:	R\$ 9.880,00.(Nove mil oitocentos e oitenta reais).
Vigência .....:	Início: 01/11/2016 Término: 31/12/2016.
UNIÃO DO OESTE, 31 de Outubro de 2016.	
EVERALDO LUIS CASONATTO	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 08/2016 - FMS**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	08/2016
Contratante.:	MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE
Contratada.:	CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA
Objeto .....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, DISPOSIÇÃO FINAL DO LIXO HOSPITALAR E RESÍDUOS PRODUZIDOS NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC.
Valor .....:	R\$ 3.000,00 (Três mil reais)
Vigência .....:	Início: 01/11/2016 Término: 31/12/2016.
Licitação .....:	Tomada de Preços n.º 52/2016

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### LEILÃO Nº. 70/2016 - ALIENAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA VIDAL RAMOS

LEILÃO PÚBLICO Nº. 70/2016

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação nº. 70/2016, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de:

ITEM 01 - 01 Plantadeira de cor vermelha com branco, hidráulica com 3 linhas da marca Max.

ITEM 02- 01 Plantadeira Jumil 2090, 4 linhas;

ITEM 03 - 01 Roçadeira de cor verde, marca NEC – RURAL;

ITEM 04 - 01 Distribuidor de Calcário 2500 kg;

ITEM 05 - 01 Caçamba com hidráulico para 1113;

ITEM 06 - 01 VEÍCULO GOL, PLACA MAX 7718, COR BRANCA;

ITEM 07 - 01 PAS/ONIBUS MARCA M. BENZ, MODELO OF 1318, ANO DE FABRICAÇÃO 1992 MODELO 1993, CAPACIDADE PARA 45 PASSAGEIROS, COM 184 CV, CATEGORIA OFICIAL DE COR PREDOMINANTE BRANCA, CÓDIGO RENAVAM 317612212, CHASSI 9BM-3840878NB964320, PLACA KTB 8102 A DIESEL.

O interessado deverá se cadastrar até as 09h00min do dia 21/11/2016 na Garagem da Prefeitura, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderá ser obtida junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33562300. Vidal Ramos, 31 de outubro de 2016. Laercio da Cruz – Prefeito Municipal.

# Videira

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 13.375/16**

DECRETO Nº 13.375/16, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, VILMA CAON, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de setembro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de setembro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 13.453/16**

DECRETO Nº 13.453/16, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 4564/16, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado pela Agro Florestal Aristides Mallon LTDA;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 18 (dezoito) áreas distintas, sendo o lote nº 01 com 3.846,44 m<sup>2</sup> (três mil oitocentos e quarenta e seis metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), o lote nº 02 com 763,45 m<sup>2</sup> (setecentos e sessenta e três metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), o lote nº 03 com 784,76 m<sup>2</sup> (setecentos e oitenta e quatro metros e setenta e seis decímetros quadrados), o lote nº 04 com 806,08 m<sup>2</sup> (oitocentos e seis metros e oito decímetros quadrados), o lote nº 05 com 827,40 m<sup>2</sup> (oitocentos e vinte e sete metros e quarenta decímetros quadrados), o lote nº 06 com 848,72 m<sup>2</sup> (oitocentos e quarenta e oito metros e setenta e dois decímetros quadrados), o lote nº 07 com 958,69 m<sup>2</sup> (novecentos e cinquenta e oito metros e sessenta e nove decímetros quadrados), o lote nº 08 com 1.296,86 m<sup>2</sup> (um mil duzentos e noventa e seis metros e oitenta e seis decímetros quadrados), o lote nº 09 com 1.302,96 m<sup>2</sup> (um mil e trezentos e dois metros e noventa e seis decímetros quadrados), o lote nº 10 com 951,01 m<sup>2</sup> (novecentos e cinquenta e um metros e um decímetro quadrado), o lote nº 11 com 969,90 m<sup>2</sup> (novecentos e sessenta e nove metros e noventa decímetros quadrados), o lote nº 12 com 988,80 m<sup>2</sup> (novecentos e oitenta e oito metros e oitenta decímetros quadrados), o lote nº 13 com 1.007,69 m<sup>2</sup> (um mil e sete metros e sessenta e nove decímetros quadrados), o lote nº 14 com 1.026,58 m<sup>2</sup> (um mil e vinte e seis metros e cinquenta e oito decímetros quadrados), o lote nº 15 com 1.061,32 m<sup>2</sup> (um mil e sessenta e um metros e trinta e dois decímetros quadrados), o lote nº 16 com 757,38 m<sup>2</sup> (setecentos e cinquenta e sete metros e trinta e oito decímetros quadrados), o lote nº 17 com 827,02 m<sup>2</sup> (oitocentos e vinte e sete metros e dois decímetros quadrados), o lote nº 18 com 832,13 m<sup>2</sup> (oitocentos e trinta e dois metros e treze decímetros quadrados) de propriedade da Agro Florestal Aristides Mallon LTDA, constante da matrícula 17.318, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, a área remanescente ficará com uma porção que possa constituir lote independente, observando as dimensões mínimas prevista no Art. 66 da Lei Complementar nº 062/08, conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo nº 4564/16.

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 1.986,44 m² (um mil novecentos e oitenta e seis metros e quarenta e quatro décimos quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 17.318, a ser desmembrada, é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e alterações, a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 10890/16.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de outubro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 13.473/16

DECRETO Nº 13.473/16, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.  
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Ações de Média e Alta Complexidade	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0065.17 – Aplicações Diretas	200.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0065.17 – Aplicações Diretas	50.000,00
15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	60.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	310.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2016 e anulação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.068 – Assistência Farmacêutica	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de outubro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 13.474/16**

DECRETO Nº 13.474/16, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Nomeia Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CAMILA REGINA ROSTIROLA, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Manutenção e Preservação do Patrimônio, símbolo DAS-5, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de dezembro de 2016.

Videira, 24 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 13.476/16**

DECRETO Nº 13.476/16, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Altera o art. 1º, alínea "b", item 05 do Decreto nº 12.625/16, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 3.215/15, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18644/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, alínea "b", item 05, do Decreto n. 12.625/16, que Nomeia Membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art 1º (...)

b)

(...)

5. Representante da Escola de Pais do Brasil:

Titular: FABIANA WOITKO ARNDT;

Suplente: MARLENE FRANCO SCHWAB

(...)"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 13.477/16**

DECRETO Nº 13.477/16, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Altera o art. 1º, inciso I, alínea "a", item 02 do Decreto nº 12.256/16, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal do Idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Complementar nº 024/02, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18642/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, alínea "a", item 02 do Decreto n. 12.256/16, que Nomeia Membros para compor o Conselho Municipal do Idoso, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art 1º (...)

I (...)

a)

(...)

2. Representantes do Departamento de Ação Social:

Titular: ROSENIR CORSO;

(...)"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 13.478/16**

DECRETO Nº 13.478/16, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

Altera o Decreto nº 13.454/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Alterar o art. 1º, do Decreto nº 13.454/16, de 17 de outubro de 2016, que Exonera Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Exonerar, a partir de 30 de novembro de 2016, JOÃO LUIZ MEZAROBBA, do cargo comissionado de Assessor do Departamento de Máquinas e Equipamentos, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado pelo Decreto nº 11.947/15."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 13.479/16**

DECRETO Nº 13.479/16, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 42.226,82 (Quarenta e dois mil, duzentos e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação		
03 – Departamento de Ensino Infantil		
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022 – Aplicações Diretas	42.226,82	
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	42.226,82	

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Excesso de Arrecadação dos recursos vinculados do Programa Brasil Carinhoso do exercício de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 13.480/16**

DECRETO Nº 13.480/16, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

Altera o art. 1º, I, a, do Decreto nº 12.966/16, que Nomeia Membros para o Conselho Municipal da Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nas Leis Municipais nº 343/97, 2.413/10 e no Decreto nº 10.026/12, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18648/2016,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º, I, a, do Decreto n. 12.966/16, que Nomeia Membros para compor o Conselho Municipal da Saúde, passando a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º(...)

I – (....)

a) Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social:

Titular: MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH

Suplente: ROSANI LUIZA SCHNEIDER”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 13.481/16**

DECRETO Nº 13.481/16, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

Declara a vacância de cargo que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, bem como, no art. 100, VI da Lei Complementar nº 129/12,

**RESOLVE**

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, em virtude do falecimento da sua titular NELI ANTONIA WITTI, ocorrido em 24 de outubro de 2016, conforme Certidão de Óbito registrada no Cartório de Registro Civil, sob a matrícula nº 107946 01 55 2016 4 00020 080 0007225 74.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 24 de outubro de 2016.

Videira, 27 de outubro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 13.482/16**

DECRETO Nº 13.482/16, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor ANTONIO PALLEZO, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID nº 059/2016,

**DECRETA**

Art. 1º Fica aposentado por tempo de contribuição, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor ANTONIO PALLEZO, inscrito no CPF nº 384.865.809-78, com RG 1.100.389 e no PIS/PASEP nº 106.09247.24-4, detentor da matrícula funcional nº 859, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.640,16 (três mil seiscentos e quarenta reais e dezesseis centavos) que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal nº 129/12 – Estatuto dos Servidores Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, estabelecendo seus

efeitos a partir de 01 de novembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de outubro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 095/2016**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 095/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 002/2014:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. SABRINA SURDI	AGENTE ADMINISTRATIVO II	13.464/16, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 25 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 096/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 096/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ROSILDA OLIVEIRA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13.469/16, DE 20/10/2016
2. JUSSARA MACIEL MARTINS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13.471/16, DE 20/10/2016

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 26 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 0856/16

PORTARIA nº 0856/16

Revoga a Portaria nº 0480/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0480/14, que designou IEDA MARIA CESCO MIOZZO, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Atividades Sócio Pedagógica, símbolo FG-3, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 0932/16

PORTARIA nº 0932/16

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

#### RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Concorrência nº 04/2016-PMV, Contrato Administrativo nº CT 162/2016, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia especializada para execução de pavimentação asfáltica (C.A.U.Q) na Rua Sebastião Ribeiro de Deus (item 01), Rua Vereador José Gheller (item 02) e Rua Severino José Pasqual/Final Rua XV de Novembro (item 03), conforme Projeto Básico, incluindo material e mão de obra.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de outubro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 0934/16**

PORTARIA nº 0934/16

Autoriza o Uso de Bens Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, bem como no Processo Administrativo nº 18315/2016,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso de uma passarela em madeira 06 (seis) peças, de posse da Secretaria Municipal de Infraestrutura, a ser montado ao lado da Igreja Matriz, pela Paróquia Imaculada Conceição, nos dias 28 de novembro a 08 de dezembro de 2016, a fim de realizar a apresentações artísticas da Festada Padroeira Imaculada Conceição.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a) É de inteira responsabilidade da entidade o uso, conservação e transporte dos bens públicos não podendo haver qualquer alteração em suas estruturas físicas;
- b) A entidade não poderá ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-los para fins diversos do ora estipulado;
- c) Em caso de qualquer dano ao bem público utilizado a entidade obriga-se ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes;
- d) Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de servidor devidamente qualificado, visitar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições dos bens públicos quando da devolução dos mesmos.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de outubro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

#### **PORTARIA Nº 0935/16**

PORTARIA nº 0935/16

Autoriza o Uso de Praça Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.589/16,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço da Praça Nereu Ramos, localizada na Avenida Dom Pedro II, pelo Centro Universitário UNINTER – Polo de Apoio Presencial de Videira, nos dias 05 e 12 de novembro de 2016, das 08h00min às 16h00min para divulgação dos cursos oferecidos.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, bem como paralisação do trânsito, quando da realização do evento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de outubro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0936/16**

PORTARIA nº 0936/16

Revoga a Portaria nº 0456/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.410/16,

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0456/15 que Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00035/15-9, nos assentos funcionais da servidora IEDA MARIA CESCO MIOZZO, detentora da matrícula funcional nº 2005, e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos à 22 de junho de 2015.

Videira, 24 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0937/16**

PORTARIA nº 0937/16

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18845/16,

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, por 30 (trinta) dias a partir de 24 de outubro de 2016, pelo Centro de Educação Profissional – SENAC Videira, a fim de haver a colocação de uma faixa, para divulgação do Vestibular Senac 2017, para o Curso em Processos Gerenciais.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o texto e/ou imagens da referida faixa, ficando o Centro de Educação Profissional – SENAC Videira inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 25 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0938/16**

PORTARIA nº 0938/16

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, solteira, inscrito no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 18/2016-PMV, contrato administrativo nº CT 174/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para executar ampliação e reforma geral da edificação em alvenaria do C.E.M.E.I. Ambrósio Fiorese (área existente: 449,25 m² e área ampliação: 40,75 m²), por meio da Secretaria de Educação, conforme projeto básico.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0939/16**

PORTARIA nº 0939/16

Autoriza o uso do Ginásio Poliesportivo Medalhão

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18554/16,

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do Ginásio Poliesportivo Medalhão, por Valdo dos Santos Borges – VB Arte e Cultura, no dia 13 de novembro de 2016, das 08h30min às 17h00min, para realização do primeiro festival nacional de Capoeira do Grupo Brasil Videira, com participação de vários grupos do Estado de Santa Catarina, Paraná, Fortaleza e Bahia.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio Poliesportivo Medalhão e demais materiais quando da devolução dos mesmos.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o organizador inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de outubro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

## **PORTARIA Nº 0940/16**

PORTARIA nº 0940/16

Autoriza o uso do Ginásio Poliesportivo Medalhão

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 18755/16,

### **RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o uso do Ginásio Poliesportivo Medalhão, pela UNOESC – Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus Videira, no dia 06 de dezembro de 2016, das 09h00min às 22h30min, para realização de ensaios e organização do evento “Noite de Encerramento do Colégio Superação”, com início previsto para às 19h00min.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;

- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio Poliesportivo Medalhão e demais materiais quando da devolução dos mesmos.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o organizador inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de outubro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

## **PORTARIA Nº 0941/16**

PORTARIA nº 0941/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 8072/2016, nomeada pela Portaria nº 0525/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

### **RESOLVE**

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 11 de novembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 8072/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 11 de novembro de 2016.

Videira, 27 de outubro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0942/16**

PORTARIA nº 0942/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 15081/2016, nomeada pela Portaria nº 0680/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 05 de novembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 15081/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de novembro de 2016.

Videira, 27 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0943/16**

PORTARIA nº 0943/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 14625/2016, nomeada pela Portaria nº 0682/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 05 de novembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 14625/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de novembro de 2016.

Videira, 27 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0944/16**

PORTARIA nº 0944/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 11149/2016, nomeada pela Portaria nº 0510/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 11 de novembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 11149/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 11 de novembro de 2016.

Videira, 27 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0945/16**

PORTARIA nº 0945/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 10329/2016, nomeada pela Portaria nº 0519/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 08 de novembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 10329/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 08 de novembro de 2016.

Videira, 27 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0946/16**

PORTARIA nº 0946/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 11152/2016, nomeada pela Portaria nº 0513/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 11 de novembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 11152/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 11 de novembro de 2016.

Videira, 27 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0947/16**

PORTARIA nº 0947/16

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 8093/2016, nomeada pela Portaria nº 0524/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho do presidente da Comissão de Sindicância;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 11 de novembro de 2016, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 8093/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 11 de novembro de 2016.

Videira, 27 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0948/16**

PORTARIA nº 0948/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18850/2016

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor IVO LUIZ TONETTA, Motorista III - Ônibus, a partir de 01 de fevereiro de 2017 até 01 de maio de 2017, referente ao quinquênio de 01 de julho de 2009 até 30 de junho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0949/16**

PORTARIA nº 0949/16

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18503/2016

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MARINES LUCAS DALLAGNOL, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 01 de fevereiro de 2017 até 01 de maio de 2017, referente ao quinquênio de 05 de junho de 2011 até 04 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0950/16**

PORTARIA nº 0950/16

Interrompe gozo de licença para tratar de assuntos particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no § 4º art. 194 da Lei Complementar nº 129/12, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18501/2016,

**RESOLVE**

Art. 1º Interromper, a pedido, o gozo de licença para tratar de assuntos particulares, concedida à servidora GISELLE PIOLLI PAGNO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, a partir de 1º de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2016.

Videira, 27 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

**TERMO ADITIVO Nº 128/2016**

Termo Aditivo nº 128/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 239/2013

Processo: TP nº 01/2013-FMS

Contratado: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 239/2013 por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de novembro de 2016 até o dia 31 de outubro de 2017, e reajustar os valores previstos na Cláusula 2ª, por meio do INPC (IBGE) acumulado nos últimos 12 (doze) meses (outubro/2015 a setembro/2016), no percentual de 9,1548300%, conforme solicitação e justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Contratada.

Valor: R\$ 80.650,80.

Data: 31/10/2016.

**TERMO DE RESCISÃO Nº 12/2016**

TERMO DE RESCISÃO Nº 12/2016

Termo de Rescisão nº 12/2016.

Ata de Registro de Preços nº 98/2016.

Pregão Presencial nº 60/2016-PMV.

Fornecedor: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

Objeto: Rescisão parcial da Ata de Registro de Preços nº 98/2016, oriunda do Pregão Presencial nº 60/2016-PMV, relativamente ao item 11, tendo em vista a revisão do preço do litro do leite registrado em decorrência da redução dos valores praticados no mercado, bem como a expressa negativa da empresa em manter o fornecimento pelo valor de R\$ 2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) o litro.

Valor: R\$ 113.068,08.

Data: 31/10/2016.

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 19/2016 – PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2016-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A ETAPA 01 (AMPLIAÇÃO FUNDOS DA EDIFICAÇÃO) DO PROJETO DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E READEQUAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS VITÓRIA - CEVI, ÁREA DE AMPLIAÇÃO: 222,31M², DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO restando HABILITADAS para a segunda fase do prélio as empresas Felipe Bruschi Engenharia Ltda – ME, Reger Engenharia e Construções Ltda EPP, Nicolli & Mendes Engenharia e Obras Ltda – EPP, GL Construtora e Incorporadora Ltda, Construtora Edificação Ltda ME e Global Edificações Ltda – ME. Fica designada a data para abertura das propostas para o dia 11/11/2016, às 14:00hrs, desde que não haja interposição de recursos. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 31 de outubro de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 030/16****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED030/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993.

**NOTIFICA:**

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Irene Benedetti no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, conforme documento do Processo Administrativo 17214/2016, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

**1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO** (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, páginas 01 a 04, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório TP nº 13/2012.

**2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA** (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares na Rua Irene Benedetti no valor total de R\$ 101.562,57 (cento e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 04 deste Edital.

**3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO** (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 28.494,20 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos). Valor este correspondente a valorização dos imóveis beneficiados com a obra.

**4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA** (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Irene Benedetti conforme demonstrado no Anexo II, pág 01 deste Edital.

**5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA** (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria =  $\frac{\text{Valorização decorrente da obra (individual)}}{\text{Valorização total da obra}}$  X participação dos proprietários

**PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**  
**DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA**  
**RUA IRENE BENEDETTI**

TOTAL GERAL DA OBRA -	R\$ 101.562,57
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$ 28.494,20
PARTIC.MUNICÍPIO - ÁREAS PÚBLICAS	R\$ 73.068,37
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA	R\$ 28.494,20

<b>Rua Irene Benedetti - lado Direito proprietários inscrição imobiliária</b>	<b>Área do Terreno</b>		<b>Valor terreno antes da obra</b>	<b>valor terreno após obra</b>	<b>valorização resultante da obra</b>	<b>valor contribuição melhoria</b>	<b>rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.</b>
ALFREDO RIBEIRO PONTES 01.06.016.0192.001.01-03	406,00	m2	29.480,00	30.954,00	1.474,00	<b>1.474,00</b>	5,17%
ROSELI APARECIDA DA CRUZ 01.06.016.0204.001.01-01	300,00	m2	24.000,00	25.200,00	1.200,00	<b>1.200,00</b>	4,21%
VALDIR NOVASKI 01.06.016.0216.001.01-02	300,00	m2	24.000,00	25.200,00	1.200,00	<b>1.200,00</b>	4,21%
OVIDIO ALVES MOREIRA - ESPÓLIO 01.06.016.0227.001.01-02	300,00	m2	24.000,00	25.200,00	1.200,00	<b>1.200,00</b>	4,21%
ELIAS TREVISAN - ESPOLIO 01.06.016.0239.001.01-01	300,00	m2	24.000,00	25.200,00	1.200,00	<b>1.200,00</b>	4,21%
VALMOR RODRIGUES 01.06.016.0251.001.01-01	300,00	m2	24.000,00	25.200,00	1.200,00	<b>1.200,00</b>	4,21%
VILSON BATISTELA 01.06.016.0262.001.01-01	300,00	m2	24.000,00	25.200,00	1.200,00	<b>1.200,00</b>	4,21%
ELIO CARLIM DOS SANTOS 01.06.016.0273.001.01-02	300,00	m2	24.000,00	25.200,00	1.200,00	<b>1.200,00</b>	4,21%
TEREZINHA G PEREIRA DOS SANTOS 01.06.016.0285.001.01-02	300,00	m2	24.000,00	25.200,00	1.200,00	<b>1.200,00</b>	4,21%
ANTONIO ENORY RHODEN E DARCI DIAS 01.06.016.0297.001.01-02	300,00	m2	24.000,00	25.200,00	1.200,00	<b>1.200,00</b>	4,21%
ODAIR JOSE PIACENTINI 01.06.016.0309.001.01-02	300,00	m2	24.000,00	25.200,00	1.200,00	<b>1.200,00</b>	4,21%

<b>Rua Irene Benedetti - lado Esquerdo proprietários inscrição imobiliária</b>	<b>Área do Terreno</b>		<b>Valor terreno antes da obra</b>	<b>valor terreno após obra</b>	<b>valorização resultante da obra</b>	<b>valor contribuição melhoria</b>	<b>rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.</b>
DALMIR PEREIRA DUARTE 01.06.015.0959.001.01-02	406,00	m2	29.804,00	31.294,20	1.490,20	<b>1.490,20</b>	5,23%
CLAUDIMAR ANTONIO BALEN 01.06.034.0920.001.01-01	300,00	m2	24.600,00	25.830,00	1.230,00	<b>1.230,00</b>	4,32%
LINDOMAR CORTINA 01.06.034.0908.001.01-01	300,00	m2	24.600,00	25.830,00	1.230,00	<b>1.230,00</b>	4,32%
GABRIEL ALVES DOS SANTOS 01.06.034.0896.001.01-01	150,00	m2	12.300,00	12.915,00	615,00	<b>615,00</b>	2,16%
ANGELINA PEROVANO 01.06.034.0896.002.01-01	150,00	m2	12.300,00	12.915,00	615,00	<b>615,00</b>	2,16%
AMARLI ZABANDIALA 01.06.034.0884.001.01-01	150,00	m2	12.300,00	12.915,00	615,00	<b>615,00</b>	2,16%
NICANOR DE JESUS OLIVEIRA 01.06.034.0884.002.01-01	150,00	m2	12.300,00	12.915,00	615,00	<b>615,00</b>	2,16%
MARIANO FRARAO NETO 01.06.034.0872.001.01-02	300,00	m2	24.600,00	25.830,00	1.230,00	<b>1.230,00</b>	4,32%
OSNI MULLER 01.06.034.0860.001.01-01	300,00	m2	24.600,00	25.830,00	1.230,00	<b>1.230,00</b>	4,32%
CLAUDIO JAQUES DE LIMA 01.06.034.0848.001.01-01	300,00	m2	24.600,00	25.830,00	1.230,00	<b>1.230,00</b>	4,32%
VALMOR RODRIGUES 01.06.034.0836.001.01-01	300,00	m2	24.600,00	25.830,00	1.230,00	<b>1.230,00</b>	4,32%
LEDOVINA TEREZA GAIO 01.06.034.0824.001.01-02	300,00	m2	24.600,00	25.830,00	1.230,00	<b>1.230,00</b>	4,32%
CLENI SALETE LOPES DE P. LIMA 01.06.034.0812.001.01-01	300,00	m2	24.600,00	25.830,00	1.230,00	<b>1.230,00</b>	4,32%
PAULO FARIAS 01.06.034.0800.001.01-01	300,00	m2	24.600,00	25.830,00	1.230,00	<b>1.230,00</b>	4,32%

**6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO:** (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

**I – Pagamento em parcela única:** somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de dezembro de 2016, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

**II – Pagamento parcelado:** o tributo poderá ser pago em vinte e quatro parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de dezembro de 2016.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

**7 - PAGAMENTO COM ATRASO:**

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)

b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

**8 - FALTA DE PAGAMENTO:** (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

**9 - IMPUGNAÇÕES** (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

**10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Contrato de Prestação de Serviços 104/2012, páginas 01 a 04.

Anexo II – Delimitação da zona beneficiada.

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 20 de outubro de 2016.

**Wilmar Carelli**  
**Prefeito Municipal**

**Dionisio Robaskewicz Neto**  
**Secretário de Administração**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 031/16****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED031/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993.

**NOTIFICA:**

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Vereador Antonio Breda no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, conforme documento do Processo Administrativo 17214/2016, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

**1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO** (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, páginas 01 a 04, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório TP nº 13/2012.

**2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA** (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares na Rua Vereador Antonio Breda no valor total de R\$ 90.420,79 (noventa mil, quatrocentos e vinte reais e setenta e nove centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 0 deste Edital.

**3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO** (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 21.954,20 (vinte e um mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos).

**4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA** (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Vereador Antonio Breda conforme demonstrado no Anexo II, pag 01 deste Edital.

**5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA** (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria =  $\frac{\text{Valorização decorrente da obra (individual)}}{\text{Valorização total da obra}}$  X participação dos proprietários

**PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA****DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA****RUA VEREADOR ANTONIO BREDA**

TOTAL GERAL DA OBRA -  
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS  
PARTIC.MUNICÍPIO - ÁREAS PÚBLICAS  
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA

R\$ 90.420,79  
R\$ 21.954,20  
R\$ 68.466,59  
R\$ 21.954,20

**Rua Vereador Antonio Breda - lado Direito  
proprietários  
inscrição imobiliária**

			<b>Valor terreno antes da obra</b>	<b>valor terreno após obra</b>	<b>valorização resultante da obra</b>	<b>valor contribuição melhoria</b>	<b>rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.</b>
IRIVALTE RIBEIRO DA SILVA 01.06.017.0063.001.01-01	516,25	m2	29.880,00	31.374,00	1.494,00	<b>1.494,00</b>	6,81%
ERNO KONIG 01.06.017.0075.001.01-01	150,00	m2	12.175,00	12.783,75	608,75	<b>608,75</b>	2,77%
FATIMA MARIA QUEIROZ 01.06.017.0075.002.01-01	150,00	m2	12.175,00	12.783,75	608,75	<b>608,75</b>	2,77%
ILSON DIAS E IRENE DIAS 01.06.017.0087.001.01-01	300,00	m2	24.350,00	25.567,50	1.217,50	<b>1.217,50</b>	5,55%
EVALDO WALDELINO STRATMANN 01.06.017.0099.001.01-01	300,00	m2	24.350,00	25.567,50	1.217,50	<b>1.217,50</b>	5,55%
SIDMAR CARLOS STRAPAZZON 01.06.017.00110.001.01-02	300,00	m2	24.350,00	25.567,50	1.217,50	<b>1.217,50</b>	5,55%
VERONICA B. DUARTE E VALMOCIR PEREIRA DUARTE 01.06.017.0122.001.01-01	300,00	m2	24.350,00	25.567,50	1.217,50	<b>1.217,50</b>	5,55%
ORACIDES CORREA CAMARGO 01.06.017.0146.001.01-01	600,00	m2	24.350,00	26.298,00	1.948,00	<b>1.948,00</b>	8,87%

**Rua Vereador Antonio Breda - lado Esquerdo  
proprietários  
inscrição imobiliária**

			<b>Valor terreno antes da obra</b>	<b>valor terreno após obra</b>	<b>valorização resultante da obra</b>	<b>valor contribuição melhoria</b>	<b>rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.</b>
CATARINA PAZ PADILHA 01.06.016.0140.001.01-01	500,00	m2	28.804,00	30.244,20	1.440,20	<b>1.440,20</b>	6,56%
LUIZ IGNACIO DO SACRAMENTO 01.06.016.0108.001.01-01	300,00	m2	24.410,00	25.630,50	1.220,50	<b>1.220,50</b>	5,56%
ANDRE MARTINS DE LIMA 01.06.016.0096.001.01-01	300,00	m2	24.410,00	25.630,50	1.220,50	<b>1.220,50</b>	5,56%
WALDECIR DEODORO SOUZA 01.06.016.0084.001.01-01	300,00	m2	24.410,00	25.630,50	1.220,50	<b>1.220,50</b>	5,56%
WALDEMAR BARBOSA DE SOUZA 01.06.016.0072.001.01-02	300,00	m2	24.410,00	25.630,50	1.220,50	<b>1.220,50</b>	5,56%
ACELIA TEREZA GRUTZMANN 01.06.016.0060.001.01-01	300,00	m2	24.410,00	25.630,50	1.220,50	<b>1.220,50</b>	5,56%
MANOEL KEI DA SILVA 01.06.016.0048.001.01-01	300,00	m2	24.410,00	25.630,50	1.220,50	<b>1.220,50</b>	5,56%
ADIR PIRES DE CAMPOS 01.06.016.0036.001.01-01	300,00	m2	24.410,00	25.630,50	1.220,50	<b>1.220,50</b>	5,56%
ANTONIO MARTINS 01.06.016.0028.001.01-01	300,00	m2	24.410,00	25.630,50	1.220,50	<b>1.220,50</b>	5,56%
JOSE ANTONIO ROSA 01.06.016.0016.001.01-02	150,00	m2	12.205,00	12.815,25	610,25	<b>610,25</b>	2,78%
JOAO ADEJAR PACHECO - ESPÓLIO 01.06.016.0016.002.01-02	150,00	m2	12.205,00	12.815,25	610,25	<b>610,25</b>	2,78%

**6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO:** (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

**I –Pagamento em parcela única:** somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de dezembro de 2016, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

**II – Pagamento parcelado:** o tributo poderá ser pago em vinte e quatro parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de dezembro de 2016.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

**7 - PAGAMENTO COM ATRASO:**

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)

b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

**8 - FALTA DE PAGAMENTO:** (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

**9 - IMPUGNAÇÕES** (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

**10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Contrato de Prestação de Serviços 104/2012, páginas 01 a 04.

Anexo II – Delimitação da zona beneficiada.

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), Link "Portal de Serviços On Line". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 20 de outubro de 2016.

**Wilmar Carelli**  
**Prefeito Municipal**

**Dionisio Robaskewicz Neto**  
**Secretário de Administração**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 033/16****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED033/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993.

**NOTIFICA:**

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Jadir Dalle Cort no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação asfáltica, pelos valores e distribuição constantes do Anexo I, conforme documentos autuados no Processo Administrativo 17209/2016 pela Secretaria de Planejamento, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

**1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO** (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

Obra realizada pela equipe da Prefeitura, Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, páginas 01 a 03, deste Edital.

**2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA** (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação asfáltica na Rua Jadir Dalle Cort no valor total de R\$ 180.295,99 (cento e oitenta mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 02 deste Edital.

**3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO** (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis e da área pública situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 180.295,99 (cento e oitenta mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa e nove centavos)

**4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA** (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Jadir Dalle Cort conforme demonstrado no Anexo I, pág 03 deste Edital.

**5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA** (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria =  $\frac{\text{Valorização decorrente da obra (individual)}}{\text{Valorização total da obra}}$  X participação dos proprietários

PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA  
DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA  
RUA JADIR DALLE CORT

TOTAL GERAL DA OBRA -	R\$ 180.295,99
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$ 123.100,00
PARTIC.MUNICÍPIO - ÁREAS PÚBLICAS	R\$ 57.195,99
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA	R\$ 123.100,00

Rua Jadir Dalle Cort - lado Esquerdo proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno		Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
ZARDO ESQUADRIA E FUNILARIA LTDA 01.01.045.0289.001.01.01	1.178,54	m2	80.000,00	88.000,00	8.000,00	8.000,00	6,50%
CONSTRUTORA MAYOR LTDA 01.01.045.0218.001.01.01	2.000,00	m2	150.000,00	162.000,00	12.000,00	12.000,00	9,75%
MÓVEIS LAZZARI LTDA 01.01.045.0167.001.01.01	1.000,00	m2	75.000,00	82.500,00	7.500,00	7.500,00	6,09%
LUIZ CARLOS DALLE CORT ME 01.01.045.0144.001.01.01	2.000,00	m2	150.000,00	162.000,00	12.000,00	12.000,00	9,75%
ESTRELA COMERCIO DISTRIBUICAO E REPRESENTACAO LTDA EPP 01.01.045.0095.001.01.01	4.000,00	m2	150.000,00	162.000,00	12.000,00	12.000,00	9,75%
SPHIGA IND E COM DE ALIMENTOS LTDA 01.01.045.0045.001.01.01	2.000,00	m2	75.000,00	82.500,00	7.500,00	7.500,00	6,09%
DUOPRES ENTEGAS LTDA - ME 01.01.045.0020.001.01.01	1.178,54	m2	80.000,00	88.000,00	8.000,00	8.000,00	6,50%
Rua Jadir Dalle Cort - lado Direito proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno		Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
ANA SILVIA DAL PIZZOL 01.01.046.0289.001.01.01	1.178,54	m2	80.000,00	88.000,00	8.000,00	8.000,00	6,50%
IND. E COM DE ESTOFADOS E TRANSP CIDADE ALTA LTDA ME 01.01.046.0366.001.01.01	3.000,00	m2	225.000,00	243.000,00	18.000,00	18.000,00	14,62%
IND. E COM DE ESTOFADOS E TRANSP CIDADE ALTA LTDA ME 01.01.046.0392.001.01.01	1.000,00	m2	75.000,00	82.500,00	7.500,00	7.500,00	6,09%
KLETTKE E MELO LTDA 01.01.046.0416.001.01.01	1.000,00	m2	75.000,00	82.500,00	7.500,00	7.500,00	6,09%
INDUSTRIA E COM. DE ALIMENTOS BANIL LTDA 01.01.046.0440.001.01.01	1.000,00	m2	75.000,00	82.500,00	7.500,00	7.500,00	6,09%
OUROPAN DISTR. E AGROPECUARIA LTDA 01.01.046.0497.001.01.01	1.178,54	m2	80.000,00	87.600,00	7.600,00	7.600,00	6,17%

## 6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

**I – Pagamento em parcela única:** somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de dezembro de 2016, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emiteido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

**II – Pagamento parcelado:** o tributo poderá ser pago em vinte e quatro parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de dezembro de 2016. O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

## 7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes

acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)
- b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

**8 - FALTA DE PAGAMENTO:** (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

**9 - IMPUGNAÇÕES** (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

**10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Memorial do custo da obra, páginas 01 a 02, Delimitação da zona beneficiada. pág 03.

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 19 de outubro de 2016.

**Wilmar Carelli**  
**Prefeito Municipal**

**Dionisio Robaskewicz Neto**  
**Secretário de Administração**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 034/16****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED034/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993.

**NOTIFICA:**

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Angelo Brancalione e Rua Jundiá no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, conforme documento do Processo Administrativo 17216/2016, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

**1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO** (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, páginas 01 a 07, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório TP nº 22/2012.

**2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA** (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares na:

- Rua Angelo Brancalione no valor total de R\$ 70.758,60 (setenta mil, setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 07 deste Edital.
- Rua Jundiá no valor total de R\$ 40.327,84 (quarenta mil, trezentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 07 deste Edital.

**3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO** (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na Rua Angelo Brancalione irão custear o valor de R\$ 62.747,40 (sessenta e dois mil, setecentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos).

E os proprietários de imóveis situados na Rua Jundiá, abrangidos pela obra irão custear o valor de R\$ 4.689,12. (quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais e doze centavos).

Valores estes correspondentes a valorização dos imóveis beneficiados com a obra.

**4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA** (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Angelo Brancalione e Rua Jundiá conforme demonstrado no Anexo II, pag 01 e 02 deste Edital.

**5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA** (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários  
Valorização total da obra

**PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**  
**DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA**

**RUA JUNDIAI**

TOTAL GERAL DA OBRA -	R\$	40.327,84
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$	4.689,12
PARTIC IMÓVEIS PUBLICOS	R\$	35.638,72
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA	R\$	44.584,00

Rua Jundiai - lado Direito proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno	Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
IREN MARIA DAMBROS 01.03.088.0133.001.01-01	360,00 m2	43.200,00	45.792,00	2.592,00	<b>2.344,56</b>	5,81%
NILSON DIRCEU ZAGO 01.03.088.0172.001.01-01	360,00 m2	43.200,00	45.792,00	2.592,00	<b>2.344,56</b>	5,81%

**PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**  
**DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA**

**RUA ANGELO BRANCALIONE**

TOTAL GERAL DA OBRA -	R\$	70.758,60
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$	62.747,40
PARTIC IMÓVEIS PUBLICOS	R\$	8.011,20
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA	R\$	62.747,40

Rua Angelo Brancalione - lado Direito proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno	Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
LUIZ RENATO LOCATELLI ANTUNES 01.06.007.0167.001.01-01	434.615,24 m2	308.340,00	317.590,20	9.250,20	<b>9.250,20</b>	14,74%
MARGARIDA GAIO DE CAMPOS 01.06.007.0189.001.01-01	473,81 m2	37.260,00	39.495,60	2.235,60	<b>2.235,60</b>	3,56%
MARGARIDA GAIO DE CAMPOS 01.06.007.0202.001.01-01	310,50 m2	37.260,00	39.495,60	2.235,60	<b>2.235,60</b>	3,56%
SEBASTIAO PEREIRA DIAS 01.06.007.0215.001.01-01	310,50 m2	37.260,00	39.495,60	2.235,60	<b>2.235,60</b>	3,56%
JANDIRA TEREZINHA MEIRA 01.06.007.0230.001.01-01	310,50 m2	37.260,00	39.495,60	2.235,60	<b>2.235,60</b>	3,56%
SILMAR PINTO DE LIMA 01.06.007.0241.001.01-01	310,50 m2	37.260,00	39.495,60	2.235,60	<b>2.235,60</b>	3,56%
EDICLEI DEVALIERI 01.06.007.0254.001.01-01	310,50 m2	37.260,00	39.495,60	2.235,60	<b>2.235,60</b>	3,56%
PATRICIA SOVRANI 01.06.007.0267.001.01-01	310,50 m2	37.260,00	39.495,60	2.235,60	<b>2.235,60</b>	3,56%
RIVELINO MARCOS RUBAS 01.06.007.0280.001.01-02	310,50 m2	37.260,00	39.495,60	2.235,60	<b>2.235,60</b>	3,56%
FLAVIO MOREIRA - ESPÓLIO 01.06.007.0293.001.01-01	310,50 m2	37.260,00	39.495,60	2.235,60	<b>2.235,60</b>	3,56%
VILMAR ANTUNES CORREA E LEILAMAR CORTINA 01.06.007.0306.001.01-02	310,50 m2	37.260,00	39.495,60	2.235,60	<b>2.235,60</b>	3,56%
MARLI APARECIDA ARIOTTI BALDISSERA 01.06.007.0319.001.01-01	310,00 m2	36.260,00	38.435,60	2.175,60	<b>2.175,60</b>	3,47%
MARLI APARECIDA ARIOTTI BALDISSERA 01.06.007.0334.001.01-01	317,72 m2	35.260,00	37.375,60	2.115,60	<b>2.115,60</b>	3,37%

Rua Angelo Brancalione - lado Esquerdo proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno	Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
NIVIA MARIA DE MELLO 01.06.012.0014.001.01-01	399,16	m2 37.850,00	40.121,00	2.271,00	<b>2.271,00</b>	3,62%
VANDIR DE LIMA 01.06.012.0384.001.01-01	416,98	m2 37.850,00	40.121,00	2.271,00	<b>2.271,00</b>	3,62%
JAQUELINA RIBEIRO 01.06.008.0168.001.01-02	503,82	m2 37.850,00	40.121,00	2.271,00	<b>2.271,00</b>	3,62%
VANIA REGINA FRIZON 01.06.008.0122.001.01-01	360,00	m2 37.500,00	39.750,00	2.250,00	<b>2.250,00</b>	3,59%
FRANCIELI KOHLER BLOS PROENCA 01.06.008.0109.001.01-01	352,11	m2 37.500,00	39.750,00	2.250,00	<b>2.250,00</b>	3,59%
DANIEL ROSA DA SILVA 01.06.008.0096.001.01-01	344,15	m2 37.500,00	39.750,00	2.250,00	<b>2.250,00</b>	3,59%
GERMANO SCOPEL - ESPÓLIO 01.06.008.0083.001.01-01	336,25	m2 37.500,00	39.750,00	2.250,00	<b>2.250,00</b>	3,59%
MARIA SALETE RODRIGUES DA SILVA 01.06.008.0070.001.01-01	328,32	m2 37.500,00	39.750,00	2.250,00	<b>2.250,00</b>	3,59%
MARIO ROSARIO RIGO 01.06.008.0057.001.01-01	320,45	m2 37.500,00	39.750,00	2.250,00	<b>2.250,00</b>	3,59%
JOVANI DEON 01.06.008.0044.001.01-01	312,59	m2 37.500,00	39.750,00	2.250,00	<b>2.250,00</b>	3,59%
SERGIO DENARDI 01.06.008.0031.001.01-04	304,55	m2 36.325,00	38.504,50	2.179,50	<b>2.179,50</b>	3,47%
ADRIANA DENARDI DE MATTOS 01.06.008.0019.001.01-01	488,63	m2 35.125,00	37.232,50	2.107,50	<b>2.107,50</b>	3,36%

#### 6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

**I – Pagamento em parcela única:** somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de dezembro de 2016, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

**II – Pagamento parcelado:** o tributo poderá ser pago em vinte e quatro parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de dezembro de 2016. O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

#### 7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)
- b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

#### 8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

**9 - IMPUGNAÇÕES** (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

**10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I –Contrato de Prestação de Serviços 206/2012, Termo de Aditivo 77/2013, Planilha quantitativa da rua Angelo Brancalione e planilha quantitativa da Rua Jundiá, páginas 01 a 07.

Anexo II –Delimitação da zona beneficiada. páginas 01 a 02

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município **[www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br)**, Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 19 de outubro de 2016.

**Wilmar Carelli**  
**Prefeito Municipal**

**Dionisio Robaskewicz Neto**  
**Secretário de Administração**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 036/16****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED036/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993.

**NOTIFICA:**

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Iomere no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, conforme documentos do Processo Administrativo 3761/2016, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

**1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO** (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, páginas 01 a 04, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório TP nº 03/2012.

**2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA** (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares na Rua Iomere no valor total de R\$ 130.022,00 (cento e trinta mil e vinte e dois reais), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 04 deste Edital.

**3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO** (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 80.052,80 (oitenta mil, cinquenta e dois reais e oitenta centavos). Valor este correspondente a valorização dos imóveis beneficiados com a obra.

**4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA** (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Iomere conforme demonstrado no Anexo II, pag 01 deste Edital.

**5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA** (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria =  $\frac{\text{Valorização decorrente da obra (individual)}}{\text{Valorização total da obra}}$  X participação dos proprietários

**PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA****DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA****RUA IOMERE**

TOTAL GERAL DA OBRA -	R\$ 130.022,00
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$ 80.052,80
PARTIC.MUNICÍPIO - ÁREAS PÚBLICAS	R\$ 49.969,20
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA	R\$ 80.052,80

Rua Iomere - lado Direito proprietários inscrição imobiliária			Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
ALISON SCHULLER 01.02.047.0800.001.01.07	4.748,27	m2	139.920,00	142.718,40	2.798,40	<b>2.798,40</b>	3,50%
NILSO VALDEMIR ZACARON 01.02.047.0815.001.01.01	300,00	m2	24.800,00	26.784,00	1.984,00	<b>1.984,00</b>	2,48%
LUCAS YURI TOLDO 01.02.047.0829.001.01.02	300,00	m2	24.800,00	26.784,00	1.984,00	<b>1.984,00</b>	2,48%
HELENA CAMANA 01.02.047.0844.001.01.02	308,15	m2	24.652,00	26.624,16	1.972,16	<b>1.972,16</b>	2,46%
ALISSON SCHULLER 01.02.047.0858.001.01.01	308,15	m2	22.652,00	24.464,16	1.812,16	<b>1.812,16</b>	2,26%
DIEIME DE PAULA NERES 01.02.047.0872.001.01.01	300,00	m2	22.652,00	24.464,16	1.812,16	<b>1.812,16</b>	2,26%
CLAUDIO GALVAN 01.02.047.0879.001.01.01	300,00	m2	22.652,00	24.464,16	1.812,16	<b>1.812,16</b>	2,26%
EDITE MELANHA CRUZ 01.02.047.0886.001.01.01	300,00	m2	22.652,00	24.464,16	1.812,16	<b>1.812,16</b>	2,26%
VALDECIR JOSE DZINGELENSAKI 01.02.047.0907.001.01.03	622,22	m2	25.312,00	27.336,96	2.024,96	<b>2.024,96</b>	2,53%
ALISON SCHULLER 01.02.047.0921.001.01.03	608,56	m2	23.150,00	25.002,00	1.852,00	<b>1.852,00</b>	2,31%
OSMAR ALBERTO CRESTANI 01.02.047.0382.001.01.01	1.200,00	m2	43.700,00	45.448,00	1.748,00	<b>1.748,00</b>	2,18%
GUILHERME MENDES GVENDTNER 01.02.047.0940.001.01.01	533,00	m2	24.742,00	26.721,36	1.979,36	<b>1.979,36</b>	2,47%
LUIZ CARLOS ALQUIERI 01.02.047.0953.001.01.02	407,00	m2	23.200,00	25.056,00	1.856,00	<b>1.856,00</b>	2,32%
NILSON TELES JUNIOR E CLAUDIO MIGUEL GUILL 01.02.047.0318.001.01.02	25.278,90	m2	250.500,00	253.005,00	2.505,00	<b>2.505,00</b>	3,13%

Rua Iomere - lado Esquerdo proprietários inscrição imobiliária			Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra Partic. Prop.	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz.
JUAREZ RODRIGUES PEDROSO 01.02.043.0185.001.01.01	394,00	m2	28.520,00	30.516,40	1.996,40	<b>1.996,40</b>	2,49%
NAIR SIMÃO MOCCELINI 01.02.043.0168.001.01.02	373,00	m2	27.840,00	29.788,80	1.948,80	<b>1.948,80</b>	2,43%
FABIANE SERAFINE 01.02.043.0146.001.01.01	357,00	m2	27.560,00	29.489,20	1.929,20	<b>1.929,20</b>	2,41%
CLAUDIO DIONISIO KOVALSKI 01.02.043.0135.001.01.03	357,00	m2	26.560,00	28.419,20	1.859,20	<b>1.859,20</b>	2,32%
HELENA CAMANA 01.02.043.0118.001.01.01	328,00	m2	26.240,00	28.076,80	1.836,80	<b>1.836,80</b>	2,29%
SALETE ALBINA RUBINI CERON 01.02.043.0102.001.01.01	323,00	m2	26.540,00	28.397,80	1.857,80	<b>1.857,80</b>	2,32%
ERENI CLAVE DOS ANJOS 01.02.043.0088.001.01.03	318,00	m2	24.160,00	26.092,80	1.932,80	<b>1.932,80</b>	2,41%
SILVINHA FRITSCHÉ ZINI 01.02.043.0073.001.01.01	300,00	m2	24.500,00	26.460,00	1.960,00	<b>1.960,00</b>	2,45%
DALCI PERETTI 01.02.043.0059.001.01.02	637,00	m2	45.300,00	47.112,00	1.812,00	<b>1.812,00</b>	2,26%
ALBINO PERETTI 01.02.043.0043.001.01.01	637,00	m2	45.300,00	47.112,00	1.812,00	<b>1.812,00</b>	2,26%

ALBINO PERETTI 001.02.043.0029.001.01.04	637,50 m2	45.300,00	47.112,00	1.812,00	<b>1.812,00</b>	2,26%
VILMA PERETTI 01.02.043.0015.001.01.01	318,75 m2	24.300,00	26.244,00	1.944,00	<b>1.944,00</b>	2,43%
CLAUDIR ZINI GOLÇALVES 01.02.048.0014.001.01.02	384,00 m2	31.720,00	33.623,20	1.903,20	<b>1.903,20</b>	2,38%
CLAUDINEI ZINI GONÇALVES 01.02.048.0026.001.01.01	371,13 m2	30.690,40	32.531,82	1.841,42	<b>1.841,42</b>	2,30%
ANA PAULA CORREA COUTO 01.02.048.0038.001.01.03	399,00 m2	31.920,00	33.835,20	1.915,20	<b>1.915,20</b>	2,39%
INES WASEN PIQUETTI 01.02.048.0051.001.01.04	419,58 m2	32.690,40	34.651,82	1.961,42	<b>1.961,42</b>	2,45%
LINDOMAR LUCAS MELLO 01.02.048.0064.001.01.02	471,05 m2	32.680,00	34.640,80	1.960,80	<b>1.960,80</b>	2,45%
VENICIOS SCHMITZ 01.02.048.0069.001.01.01	536,48 m2	33.918,40	35.953,50	2.035,10	<b>2.035,10</b>	2,54%
DINO LUIZ PASQUAL 01.02.048.0080.001.01.01	552,00 m2	32.160,00	34.089,60	1.929,60	<b>1.929,60</b>	2,41%
NARCI PASCOALI 01.02.048.0093.001.01.01	495,00 m2	32.600,00	34.556,00	1.956,00	<b>1.956,00</b>	2,44%
JADETE PEREGO VIERO 01.02.048.0106.001.01.03	504,66 m2	33.280,00	35.276,80	1.996,80	<b>1.996,80</b>	2,49%
MARCOS ROBERTO RIGO 01.02.048.0119.001.01.01	513,00 m2	33.040,00	35.022,40	1.982,40	<b>1.982,40</b>	2,48%
MARIZA MARIA OGLIARI LIMA 01.02.048.0134.001.01.04	604,28 m2	33.200,00	35.192,00	1.992,00	<b>1.992,00</b>	2,49%
JOSE VANDERLEY ANTUNES REI 01.02.048.0296.001.01.02	308,25 m2	28.560,00	30.559,20	1.999,20	<b>1.999,20</b>	2,50%
FRANCISNELI SAFIRA MILAN 01.02.048.0164.001.01.01	586,39 m2	32.908,80	34.883,33	1.974,53	<b>1.974,53</b>	2,47%
AUGUSTO GRANEMANN GOIS 01.02.048.0179.001.01.02	596,01 m2	32.680,00	34.640,80	1.960,80	<b>1.960,80</b>	2,45%
VERONI JORGE DA SILVA-ME 01.02.048.0192.001.01.03	596,00 m2	33.180,00	35.170,80	1.990,80	<b>1.990,80</b>	2,49%

## 6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

**I – Pagamento em parcela única:** somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de dezembro de 2016, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

**II – Pagamento parcelado:** o tributo poderá ser pago em vinte e quatro parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de dezembro de 2016.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

## 7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)
- b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

## 8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa,

devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

**9 - IMPUGNAÇÕES** (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

**10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Contrato de Prestação de Serviços 102/2012, páginas 01 a 04.

Anexo II – Delimitação da zona beneficiada.

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 24 de outubro de 2016.

**Wilmar Carelli**  
**Prefeito Municipal**

**Dionisio Robaskewicz Neto**  
**Secretário de Administração**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 038/16****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED038/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993.

**NOTIFICA:**

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Humberto Bom, Carolina Ragadalli e Genoveva Brandalise no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, conforme documentos do Processo Administrativo 15679/2015, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

**1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO** (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, páginas 01 a 05, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório TP nº 01/2012.

**2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA** (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares nas Ruas Humberto Bom, Carolina Ragadalli e Genoveva Brandalise no valor total de R\$ 78.592,80 (setenta e oito mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 05 deste Edital.

**3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO** (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 54.812,47 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e doze reais e quarenta e sete centavos).

**4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA** (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para as Ruas Humberto Bom, Carolina Ragadalli e Genoveva Brandalise conforme demonstrado no Anexo II, pag 01 deste Edital.

**5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA** (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria =  $\frac{\text{Valorização decorrente da obra (individual)}}{\text{Valorização total da obra}}$  X participação dos proprietários

**PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**  
**DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA**  
**RUA HUMBERTO BOM, GENEVEVA BRANDALISE E CAROLINA RAGADALLI**

TOTAL GERAL DA OBRA -	R\$ 78.592,80
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$ 54.812,47
PARTIC. MUNICÍPIO	R\$ 23.780,33
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA	R\$ 78.592,80

<b>Rua Humberto Bom proprietários inscrição imobiliária</b>			<b>Valor terreno antes da obra</b>	<b>valor terreno após obra</b>	<b>valorização resultante da obra</b>	<b>valor contribuição melhoria</b>	<b>rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.</b>
MECÂNICA ATLAS LTDA 01.06.001.0275.001.01.01	9.615,95	m2	238.450,00	250.372,50	11.922,50	<b>3.364,42</b>	6,14%
CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA 01.06.001.0366.001.01.06	24.000,00	m2	236.120,00	245.564,80	9.444,80	<b>2.665,23</b>	4,86%
DIRCEU ALBERTI MACULAN 01.04.169.0018.001.01.01	439,19	m2	51.400,00	59.110,00	7.710,00	<b>2.175,69</b>	3,97%
<b>Rua Genoveva Brandalise proprietários inscrição imobiliária</b>			<b>Valor terreno antes da obra</b>	<b>valor terreno após obra</b>	<b>valorização resultante da obra</b>	<b>valor contribuição melhoria</b>	<b>rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.</b>
OLINDO BEVILAQUA 01.04.169.0061.001.01.02	429,95	m2	55.400,00	63.710,00	8.310,00	<b>2.345,00</b>	4,28%
MARIA TEREZA GONÇALVES DA SILVA 01.04.169.0080.001.01.01	380,00	m2	49.890,00	57.373,50	7.483,50	<b>2.111,77</b>	3,85%
JOÃO MARIA DIAS DOS SANTOS 01.04.169.0100.001.01.02	400,00	m2	52.180,00	60.007,00	7.827,00	<b>2.208,71</b>	4,03%
WALDECIR LUIZ BRESCIANI 01.04.169.0371.001.01.01	780,00	m2	52.200,00	60.030,00	7.830,00	<b>2.209,55</b>	4,03%
RAFAEL LASKOSKI 01.04.169.0139.001.01.01	400,00	m2	52.180,00	60.007,00	7.827,00	<b>2.208,71</b>	4,03%
WALTER REICHERT 01.04.169.0159.001.01.01	400,00	m2	52.320,00	60.168,00	7.848,00	<b>2.214,63</b>	4,04%
PAULO PEPPER 01.04.169.0179.001.01.01	400,00	m2	52.280,00	60.122,00	7.842,00	<b>2.212,94</b>	4,04%
JANETE TEREZINHA SCHWARTZ WEISS 01.04.169.0199.001.01.01	400,00	m2	52.130,00	59.949,50	7.819,50	<b>2.206,59</b>	4,03%
DELACI MARTINS DE MELLO 01.04.169.0236.001.01.01	396,00	m2	65.265,00	75.054,75	9.789,75	<b>2.762,58</b>	5,04%
LOURENÇO DI FÁVERI 01.04.170.0200.001.01.02	353,00	m2	69.143,00	79.514,45	10.371,45	<b>2.926,73</b>	5,34%
FERNANDO CARDOSO DOS SANTOS 01.04.170.0161.001.01.02	327,00	m2	54.910,00	63.146,50	8.236,50	<b>2.324,26</b>	4,24%
ZACARIAS MESSIAS DO NASCIMENTO 01.04.170.0140.001.01.01	372,70	m2	52.620,00	60.513,00	7.893,00	<b>2.227,33</b>	4,06%
FLÁVIO ÂNGELO SCUCIATO 01.04.170.0120.001.01.01	432,50	m2	52.840,00	60.766,00	7.926,00	<b>2.236,64</b>	4,08%
IVO BERTÉ 01.04.170.0100.001.01.01	466,26	m2	52.120,00	59.938,00	7.818,00	<b>2.206,17</b>	4,02%
IVO BROLESE 01.04.170.0081.001.01.01	491,00	m2	49.920,00	57.408,00	7.488,00	<b>2.113,04</b>	3,86%
LIBERA DEON PITTOL 01.04.170.0063.001.01.01	508,00	m2	48.260,00	55.499,00	7.239,00	<b>2.042,78</b>	3,73%
HELENA PAHLUKE 01.04.170.0046.001.01.02	518,00	m2	48.871,00	56.201,65	7.330,65	<b>2.068,64</b>	3,77%
VALMIR BENEDETTI 01.04.170.0030.001.01.01	520,50	m2	48.150,00	55.372,50	7.222,50	<b>2.038,12</b>	3,72%
DANIELA CRISTINA MORAES DE OLIVEIRA 01.04.170.0015.001.01.01	520,00	m2	48.150,00	55.372,50	7.222,50	<b>2.038,12</b>	3,72%
<b>Rua Carolina Ragadalli proprietários inscrição imobiliária</b>			<b>Valor terreno antes da</b>	<b>valor terreno após obra</b>	<b>valorização resultante da obra</b>	<b>valor contribuição melhoria</b>	<b>rateio individual conf valoriz.</b>
LIDIA VICINE DE MOURA E OUTROS 01.04.169.0272.001.01.03	396,50	m2	42.150,00	48.472,50	6.322,50	<b>1.784,15</b>	3,26%
MILTON ADELAR PADILHA 01.04.168.0405.001.01.01	5.873,50	m2	75.150,00	82.665,00	7.515,00	<b>2.120,66</b>	3,87%

**6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO:** (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

**I –Pagamento em parcela única:** somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de dezembro de 2016, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

**II – Pagamento parcelado:** o tributo poderá ser pago em vinte e quatro parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de dezembro de 2016.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

**7 - PAGAMENTO COM ATRASO:**

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)
- b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

**8 - FALTA DE PAGAMENTO:** (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

**9 - IMPUGNAÇÕES** (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

**10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I –Contrato de Prestação de Serviços 56/2012, planilha quantitativa, e aditivo 267/2012, págs. 01 a 05.

Anexo II –Delimitação da zona beneficiada.

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 24 de outubro de 2016.

**Wilmar Carelli**  
**Prefeito Municipal**

**Dionisio Robaskewicz Neto**  
**Secretário de Administração**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 039/16****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED039/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); considerando o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993, e o disposto no Edital prévio 003/2016.

**NOTIFICA:**

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Serafin Fortunato Tedesco, Rua Projetada 03 e Rua Adelar Pirolli no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, conforme documento do Processo Administrativo 17210/2016, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

**1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO** (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, páginas 01 a 04, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório TP nº 17/2015.

**2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA** (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares na:

- Rua Serafin Fortunato Tedesco no valor total de R\$ 118.309,54 (cento e dezoito mil, trezentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 04 deste Edital.
- Rua Projetada 03 no valor total de R\$ 39.544,96 (trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 04 deste Edital.
- Rua Adelar Pirolli no valor total de R\$ 51.533,41 (cinquenta e um mil quinhentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 04 deste Edital.

**3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO** (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na Rua Serafin Fortunato Tedesco irão custear o valor de R\$ 40.436,00 (quarenta mil, quatrocentos e trinta e seis reais).

Os proprietários de imóveis situados na Rua Projetada 03, abrangidos pela obra irão custear o valor de R\$ 3.002,20. (tres mil, dois reais e vinte centavos).

E os proprietários de imóveis situados na Rua Adelar Pirolli abrangidos pela obra irão custear o valor de R\$ 5.750,00. (cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

Valores estes correspondentes a valorização dos imóveis beneficiados com a obra.

**4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA** (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Serafin Fortunato Tedesco, Rua Projetada 03 e Rua Adelar Pirolli conforme demonstrado no Anexo II, pag 01 a 03 deste Edital.

**5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA** (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria = Valorização decorrente da obra (individual) X participação dos proprietários  
Valorização total da obra

#### PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

##### DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA

###### RUA PROJETADA 03

TOTAL GERAL DA OBRA - R\$ 39.544,96  
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS R\$ 3.002,00  
PARTIC IMÓVEIS PUBLICOS R\$ 36.542,96  
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA R\$ 3.002,00

Rua Projetada 03 proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno		Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
INESIO PORT 01.02.079.0221.001.01.01	300,00	m2	23.500,00	25.850,00	2.350,00	<b>2.350,00</b>	78,28%
VITALINA RAMOS E ANTONIO GERALDO MEIRA 01.02.077.0467.001.01.01	271,90	m2	16.300,00	16.952,00	652,00	<b>652,00</b>	21,72%

#### PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

##### DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA

###### RUA ADELAR PIROLI

TOTAL GERAL DA OBRA - R\$ 51.533,41  
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS R\$ 5.750,00  
PARTIC IMÓVEIS PUBLICOS R\$ 45.783,41  
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA R\$ 5.750,00

Rua Adelar Piroli proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno		Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
JACKSON PETROVICH 01.02.126.0066.001.01.01	364,00	m2	23.000,00	24.150,00	1.150,00	<b>1.150,00</b>	20,00%
LAIDE APARECIDA COSTA DE ALBUQUERQUE 01.02.126.0079.001.01.01	364,00	m2	23.000,00	24.150,00	1.150,00	<b>1.150,00</b>	20,00%
GILBERTO LUIZ TREIN 01.02.126.0091.001.01.04	364,00	m2	23.000,00	24.150,00	1.150,00	<b>1.150,00</b>	20,00%
CARLOS ALBERTO BARBOSA 01.02.126.0106.001.01.02	364,00	m2	23.000,00	24.150,00	1.150,00	<b>1.150,00</b>	20,00%
PAULO DA SILVA 01.02.126.0143.001.01.01	364,00	m2	23.000,00	24.150,00	1.150,00	<b>1.150,00</b>	20,00%

#### PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

##### DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA

###### RUA SERAFIN FORTUNATO TEDESCO

TOTAL GERAL DA OBRA - R\$ 118.309,54  
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS R\$ 40.436,00  
PARTIC IMÓVEIS PUBLICOS R\$ 77.873,54  
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA R\$ 40.436,00

Rua Serafin Fortunato Tedesco- lado Direito proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno		Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
ALEX BORGES DE OLIVEIRA 01.02.080.0013.001.01.01	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
ROSA MARIA ROVEDA DE CAMARGO 01.02.080.0026.001.01.01	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
LEOCLIDES SILVA DE SOUZA 01.02.080.0039.001.01.03	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
JOÃO CARLOS DA VEIGA 01.02.080.0052.001.01.02	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%

JOÃO GOMES DE SOUZA 01.02.080.0065.001.01.01	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
ADILSON LEANDRO BERNARDO 01.02.080.0078.001.01.01	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
VALDOMIRO MENCATTO 01.02.080.0091.001.01.01	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
AFONSO ANTONIO DOS SANTOS SOBRINHO 01.02.080.0104.001.01.01	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
ORACI BATISTA JOAQUIM 01.02.080.0117.001.01.01	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
PEDRO THIBES DE CAMPOS 01.02.080.0130.001.01.01	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
SIDINEI CARLOS BENDER 01.02.080.0143.001.01.01	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
IRMA EMA PATZLAFF BARTOKOSKI 01.02.080.0156.001.01.02	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
ADEMIR DA ROSA 01.02.080.0169.001.01.03	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
JOSE OSNI ALMEIDA DE SOUZA 01.02.080.0182.001.01.01	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
LAUDIR CORDEIRO 01.02.080.0195.001.01.01	312,00	m2	24.960,00	26.208,00	1.248,00	<b>1.248,00</b>	3,09%
JOSÉ RIVAIL LEMOS DE OLIVEIRA 01.02.080.0232.001.01.01	319,00	m2	26.960,00	28.308,00	1.348,00	<b>1.348,00</b>	3,33%

Rua Serafin Fortunato Tedesco - Id Esquerdo proprietários inscrição imobiliária	Área do Terreno	Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
VALDENI ANTUNES 01.02.079.0015.001.01.03	445,23 m2	35.600,00	38.092,00	2.492,00	<b>2.492,00</b>	6,16%
VALDENI ANTUNES 01.02.079.0029.001.01.05	360,00 m2	28.800,00	30.816,00	2.016,00	<b>2.016,00</b>	4,99%
ABRAO VENTURA BECKER 01.02.079.0049.001.01.02	300,00 m2	28.000,00	29.120,00	1.120,00	<b>1.120,00</b>	2,77%
RUDINEY FELIPE DOS SANTOS 01.02.079.0049.002.01.01	300,00 m2	28.500,00	29.640,00	1.140,00	<b>1.140,00</b>	2,82%
NELCI TEREZINHA MACHADO 01.02.079.0352.001.01.01	300,00 m2	24.000,00	25.200,00	1.200,00	<b>1.200,00</b>	2,97%
SONIA MARIA CARLESSO 01.02.079.0088.001.01.01	600,00 m2	48.000,00	49.920,00	1.920,00	<b>1.920,00</b>	4,75%
GENTIL BOLZAN 01.02.079.0107.001.01.01	600,00 m2	48.000,00	49.920,00	1.920,00	<b>1.920,00</b>	4,75%
ANTONIO LOPES 01.02.079.0126.001.01.01	300,00 m2	24.000,00	24.960,00	960,00	<b>960,00</b>	2,37%
VOLMIR ANTONIO ELAUTERIO 01.02.079.0126.002.01.01	300,00 m2	24.000,00	24.960,00	960,00	<b>960,00</b>	2,37%
IDALCIR CARDOZO DOS SANTOS 01.02.079.0142.001.01.01	600,00 m2	48.000,00	49.920,00	1.920,00	<b>1.920,00</b>	4,75%
RUBENS ALDINO SIEBAUER 01.02.079.0162.001.01.02	600,00 m2	48.000,00	49.920,00	1.920,00	<b>1.920,00</b>	4,75%
VALDECIR DE OLIVEIRA 01.02.079.0258.001.01.02	300,00 m2	24.000,00	25.920,00	1.920,00	<b>1.920,00</b>	4,75%
VERA LUCIA ALVES 01.02.079.0239.001.01.01	300,00 m2	22.000,00	22.880,00	880,00	<b>880,00</b>	2,18%

**6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO:** (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

**I – Pagamento em parcela única:** somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de dezembro de 2016, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

**II – Pagamento parcelado:** o tributo poderá ser pago em vinte e quatro parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de dezembro de 2016.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

#### **7 - PAGAMENTO COM ATRASO:**

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- a) Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)
- b) Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

#### **8 - FALTA DE PAGAMENTO:** (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

#### **9 - IMPUGNAÇÕES** (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

#### **10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I – Contrato de Prestação de Serviços 217/2015, Edital Prévio 03/2016, páginas 01 a 04.

Anexo II – Delimitação da zona beneficiada. páginas 01 a 03

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 27 de outubro de 2016.

**Wilmar Carelli**  
**Prefeito Municipal**

**Dionisio Robaskewicz Neto**  
**Secretário de Administração**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 040/16****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º ED040/2016**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 145, III da Constituição Federal; considerando o disposto nos artigos 81 e 82 da Lei 5.172 de 25/10/66 CTN; considerando o disposto no Decreto-Lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967; considerando o disposto do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal; considerando o disposto nos artigos 69 a 78 da Lei n.º 69/85 (Código Trib. Municipal); e o disposto no Decreto n.º 3386, de 30 de março de 1993.

**NOTIFICA:**

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis situados na Rua Josefina Somer e Armando Schuler no Município de Videira, que nesta data está sendo lançada pela Secretaria Municipal de Finanças a Contribuição de Melhoria decorrente da valorização imobiliária de obra pública relativa à pavimentação em pedras irregulares, pelos valores e distribuição constantes dos Anexos I e II, conforme documentos do Processo Administrativo 3761/2016, e deverá ser paga observado os seguintes prazos e condições:

**1 – DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO** (art. 82, I, a, da Lei 5.172/66 – CTN)

O Memorial Descritivo da obra é o constante do Anexo I, páginas 01 a 04, deste Edital e Processo Administrativo Licitatório TP nº 03/2012.

**2 – DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA** (art. 82, I, b, da Lei 5.172/66 – CTN)

Serviços de pavimentação em pedras irregulares na Rua Josefina Somer e Armando Schuler no valor total de R\$ 44.871,80 (quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e oitenta centavos), conforme documentos do Anexo I, páginas 01 a 04 deste Edital.

**3 – DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO** (art. 82, I, c, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os proprietários de imóveis situados na rua onde a obra foi executada irão custear o valor de R\$ 20.248,90 (vinte mil, duzentos e quarenta e oito reais e noventa centavos). Valor este correspondente a valorização dos imóveis beneficiados com a obra.

**4 – DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA** (art. 82, I, d, da Lei 5.172/66 – CTN)

Os imóveis limítrofes, com testada integral ou parcial para a Rua Josefina Somer e Armando Schuler conforme demonstrado no Anexo II, pag 01 deste Edital.

**5 – DO LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA** (art. 82, I, “e”, e §§1º e 2º, Lei 5.172/66–CTN)

O valor a ser pago limitar-se-á ao fator de valorização dos imóveis, decorrente da obra de pavimentação e será rateado pela área de abrangência dos imóveis beneficiados pela obra.

O valor da Contribuição de Melhoria será definido através de fórmula de cálculo, que leva em consideração a valorização individual decorrente da obra de pavimentação, tendo por limite máximo o custo da obra.

Contribuição de Melhoria =  $\frac{\text{Valorização decorrente da obra (individual)}}{\text{Valorização total da obra}}$  X participação dos proprietários

**PLANILHA DE RATEIO E CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA****DADOS DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS COM A OBRA**

Josefina Somer e Armando Schuler

TOTAL GERAL DA OBRA -	R\$ 44.871,80
PARTIC. PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS	R\$ 20.248,90
PARTIC.MUNICÍPIO - ÁREAS PÚBLICAS	R\$ 24.622,90
VALORIZAÇÃO TOTAL RESULTANTE DA OBRA	R\$ 20.248,90

Rua Armando Shuller - proprietários inscrição imobiliária			Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
LUCIMAR ZANAO 01.02.121.0181.001.01.01	373,00	m2	25.340,00	27.113,80	1.773,80		8,76%
APARECIDA MARIA OLARI 01.02.122.0284.001.01.01	360,00	m2	25.340,00	27.113,80	1.773,80		8,76%
Rua Josefina Somer- proprietários inscrição imobiliária			Valor terreno antes da obra	valor terreno após obra	valorização resultante da obra	valor contribuição melhoria	rateio individual conf valoriz. Partic. Prop.
ILDOMAR TONIAZZO 01.02.121.0235.001.001	404,00	m2	36.320,00	38.862,40	2.542,40		12,56%
VALCIR CORDEIRO 01.02.122.0244.001.001	418,63	m2	35.490,00	37.974,30	2.484,30		12,27%
LUIZA VERONA 01.02.122.0206.001.001	392,00	m2	30.560,00	32.699,20	2.139,20		10,56%
ALCIDIR GOMES 01.02.122.0170.001.001	360,00	m2	24.500,00	26.215,00	1.715,00		8,47%
ADEMAR DA SILVA E IVETE AP.P. DA SILVA 01.02.120.0261.001.001	430,73	m2	25.400,00	27.178,00	1.778,00		8,78%
LIRES SCHUMANN 01.02.120.0275.001.001	360,00	m2	25.800,00	27.606,00	1.806,00		8,92%
MAURO KUHL E EVA M DE GODOY KUHL 01.02.120.0294.001.001	361,00	m2	27.880,00	29.831,60	1.951,60		9,64%
ANTONIO RUBENS LIRA 01.02.120.0029.001.001	382,00	m2	28.560,00	30.844,80	2.284,80		11,28%

## 6 - PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO: (art. 82, § 2º da Lei 5.172/66 – CTN)

**I – Pagamento em parcela única:** somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de dezembro de 2016, e gozará de desconto de 20% (vinte por cento). O documento de arrecadação pré-emitido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

**II – Pagamento parcelado:** o tributo poderá ser pago em vinte e quatro parcelas vencíveis nos dias 20 (vinte) de cada mês, sendo a primeira vencível em 20 de dezembro de 2016.

O recolhimento deverá ser realizado nas agências da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil em documento de arrecadação próprio do município.

## 7 - PAGAMENTO COM ATRASO:

O pagamento com atraso das parcelas estará sujeito à atualização monetária a partir de 90 (noventa) dias do vencimento (Artigo 100, §1º, "a" da Lei Municipal 69/85,) e aos seguintes acréscimos (artigo 100 da Lei Municipal n.º 69/85):

- Multa: de 0,3 (três décimos por cento) ao dia até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)
- Juros de mora: de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do mês seguinte ao do vencimento, considerado mês qualquer fração.

## 8 - FALTA DE PAGAMENTO: (art. 201 e seguintes da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo não pago no prazo regulamentar será inscrito em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. (art. 147 da Lei Municipal n.º 69/85). Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente.

## 9 - IMPUGNAÇÕES (art. 82, II da Lei 5.172/66 – CTN)

O tributo acima mencionado poderá ser objeto de impugnação obedecido o disposto nos artigos 153 a 156 da Lei Municipal n.º 69/85. Podendo ser impugnado dentro do prazo de 30 dias.

**10 - DISPOSIÇÕES FINAIS:**

São partes integrantes deste Edital:

Anexo I –Contrato de Prestação de Serviços 102/2012 e Planilha Quantitativa, pág. 01 a 04.

Anexo II –Delimitação da zona beneficiada.

Os DAM's de Contribuição de Melhoria (CM) estão disponíveis no Portal Tributário do Município, no site do município **www.videira.sc.gov.br**, Link "Portal Tributário". O contribuinte deverá acessar o site, solicitar o *login*, e após o recebimento do mesmo, poderá imprimir o carnê pelo portal do Município.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09

Videira, 27 de outubro de 2016.

**Wilmar Carelli**  
Prefeito Municipal

**Dionisio Robaskewicz Neto**  
Secretário de Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PR 04/2016 - CMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 - CMV

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 04/2016 - CMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS, PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 15:00 horas do dia 21 de novembro de 2016, no Departamento de licitações da Prefeitura, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 15:00 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.camaravideira.sc.gov.br](http://www.camaravideira.sc.gov.br) ou na Câmara Municipal de Vereadores, no horário das 13:00 às 19:00h. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566 - 0500.

Videira/SC, 31 de Outubro de 2016.

RAFAEL BALESTRIN  
Presidente

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 31 de Outubro de 2016, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 24/2016, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 31/10/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para AQUISICAO DE MATERIAL DE COPA E COZINHA E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

3992.6 - ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	PACOTE	ACUCAR REFINADO EMB 5KG	ALTO ALEGRE	80,00	13,99	1.119,20
00002	CAIXA	CAFE EM PO ACONDICIONADO EM EMBALAGEM A VACUO COM 500 GRAMAS ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS DE PAPEL	OURO/VALE-RIA/RIO SUL	400,00	9,49	3.796,00
00003	UN	CAFE SOLUVEL ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 100 GRAMAS	MELITA/IGUAÇU	75,00	8,29	621,75
00004	CAIXA	CHA EM SACHES DE 10 GRAMAS CADA SACHE ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 10 SACHES DE SABORES SORTIDOS (PORANGABA MACA CANELA PESSEGO CAMOMILA CIDREIRA IBISCO ETC)	CHINES	350,00	3,29	1.151,50
00006	UN	AGUA MINERAL GALAO DE VINTE LITROS COM TROCA DO GALAO	RIO DO OURO/STARITA	380,00	9,53	3.621,40
00026	UN	OLEO DE PEROBA EMBALAGEM DE 200ML	KIM	40,00	10,77	430,80
00039	UN	CARGA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO - GLP ACONDICIONADO EM BOTILHO DE 13KG	LIQUIGAS	30,00	65,00	1.950,00
00041	CAIXA	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND	TERRA VIVA/PIRACANJU	120,00	29,85	3.582,00
00042	PACOTE	BALA CONFEITADA PCT 300G	BERBAU	200,00	4,25	850,00
Total do Fornecedor: 17.122,65 ( DEZESSETE MIL E CENTO E VINTE E DOIS REAIS E SESENTA E CINCO CENTAVOS )						

10328.4 - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00005	CAIXA	FILTRO DE PAPEL PARA CAFE NUMERO 103 DEVERA CONTER CADA EMBALAGEM 30 FILTROS	BRIGITTA	150,00	2,72	408,00
00007	UN	AGUA SANITARIA COM NO MINIMO 02GR% IONS ATIVO EMBALAGEM 02 LITROS	TOP CLEAN	80,00	3,48	278,40
00008	UN	AMACIANTE PARA ROUPAS EMBALAGEM 2 LITROS	GIRANDO SOL	50,00	4,43	221,50
00009	UN	DESINFETANTE LIQUIDO EMBALAGEM 2 LITROS	TOP CLEAN	150,00	4,15	622,50
00010	UN	SABONETE LIQUIDO (CREMOSO) ACONDICIONADO EM EMB DE 1LITRO	TOP CLEAN	75,00	8,63	647,25

00011	UN	RODO COM LAMINA DE PROLIPROPILE-NO E BORACHA COM LARGURA MINIMA DE 30 CM COM CABO DE MADEIRA	HARACEM	50,00	8,75	437,50
00012	UN	ALCOOL 70% EMBALAGEM COM 1000ML	FLOPS	100,00	5,55	555,00
00013	UN	ALCOOL LIQUIDO 96% EMBALAGEM DE 1LT	FLOPS	150,00	5,96	894,00
00014	UN	SABAO EM PO DE BOA QUALIDADE EMBALAGEM DE 01 KG	BREEZE	100,00	6,45	645,00
00015	UN	SAPONACEO CREMOSO EMBALAGEM COM NO MINIMO 300ML	PRATIK	150,00	4,40	660,00
00016	UN	VASSOURA DE NYLON COM LARGURA MINIMA DE 30 CM E ALTURA MINIMA DAS CERDAS DE 09CM COM CABO DE MADEIRA	HARACEM	40,00	6,45	258,00
00017	UN	VASSOURA DE PALHA TIPO COLONIAL COM TRÊS COSTURAS, LARGURA MINIMA DE 30 CM COM CABO DE MADEIRA	HARACEM	50,00	20,35	1.017,50
00018	UN	BALDE PLASTICO CAPACIDADE MINIMA DE 10 LITROS COM ALCAS	ARQPLAST	30,00	7,02	210,60
00019	UN	CERA LIQUIDA INCOLOR EMBALAGEM COM 750 ML	ANDREIA	30,00	5,47	164,10
00020	UN	DESENGORDURANTE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500G	PRATIK	35,00	5,40	189,00
00021	UN	DETERGENTE BIODEGRADAVEL ACONDICIONADO EM EMB DE 500ML	GIRANDO SOL	150,00	1,60	240,00
00022	UN	ESPONJA DE ACO ACONDICIONADAS EM PACOTES COM 08 UNIDADES	INOVE	50,00	1,69	84,50
00023	UN	ESPONJA DUPLA FACE SENDO UM LADO VERDE E EUM LADOAMARELO ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS COM 03 UNIDADES	BETTANIN	100,00	3,57	357,00
00024	UN	LIMPA VIDROS EMBALAGEM 500 ML	ZAVASKI	60,00	3,29	197,40
00025	PARES	LUVAS DE BORRACHA TAMANHO P E M	NOBRE	60,00	4,57	274,20
00027	CAIXA	PEDRA SANITARIA COM EMBALAGEM DE NO MINIMO 04 PEDRAS DE 30GRAMAS CADA, QUE SUPORTE NO MINIMO 300 RAJADAS	SANY	200,00	1,79	358,00
00028	UN	PERFUMADOR DE AMBIENTE EMBALAGEM AEROSOL FRASC CONTENDO NO MINIMO 265 GRAMAS	ULTRA FRESH	50,00	8,30	415,00
00030	PACOTE	COPOS PLASTICOS DESCARTAVEIS BRANCOS COM CAPACIDADE DE 50 ML CADA COPO ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS PLASTICAS COM 100 UNIDADES CADA EMBALAGEM TIRAS	CRISTAL COPO	100,00	1,77	177,00
00031	UN	PANO DE CHAO DE SACO ALVEJADO NAS MEDIDAS MINIMASDE 40CM POR 70CM COM COSTURAS EM TODAS AS SUAS LATERAIS	MARTINS	100,00	3,96	396,00
00032	UN	PANO DE LOUCA EM TECIDO 100% ALGODAO NAS MEDIDAS DE 45X32X65CM	MARTINS	100,00	3,48	348,00
00034	Fardo	PAPEL HIGIENICO EM PAPEL BRANCO DE BOA QUALIDADE COM DELIMITACOES DE PICOTE SEM FUROS FOLHAS SIMPLES EM ROLO DE 60 METROS ACONDICIONADOS EM FARDOS CONTENDO 16 PACOTES COM 4 ROLOS CADA PACOTE TOTALIZANDO 64 ROLOS NO FARDO	DALMATA	80,00	42,95	3.436,00
00047	PACOTE	SACO DE LIXO 100L C/25	PEGA LIXO	150,00	8,75	1.312,50
00048	PACOTE	SACO DE LIXO 50L C/50	PEGA LIXO	80,00	8,75	700,00
00049	PACOTE	SACO DE LIXO 30L C/50	PEGA LIXO	150,00	8,73	1.309,50
Total do Fornecedor: 16.813,45 ( DEZESSEIS MIL E OITOCENTOS E TREZE REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS )						

12051.0 - CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
------	-----	---------	-------	------------	-----------	----------



00029	PACOTE	COPOS PLASTICOS DESCARTAVEIS BRANCOS COM CAPACIDADE DE 180 ML CADA COPO ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS PLASTICAS COM 100 UNIDADES CADA EMBALAGEM TIRAS	COPOSUL	500,00	3,87	1.935,00
00033	UN	PANOS DE LIMPEZA MULTI USO NAS MEDIDAS MINIMAS 30CMX60CM	MARTINS	100,00	5,89	589,00
00035	UN	LIMPA VIDROS EMB 500ML COM BORRIFADOR	ZAVASKI	50,00	6,89	344,50
00040	UN	HIPOCLORITO DE SODIO DILUIDO, CONCENTRACAO CONTENDO 2 A 2,5% DE CLORO ATIVO, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO AQUOSA ESTABILIZADA COM CLORETO DE SODIO, EMBALAGEM COM 5 LITROS	SEQUINEL	50,00	18,57	928,50
00043	UN	EMBALAGEM PLASTICA 3KG	ITUPEL	20,00	17,80	356,00
00044	UN	EMBALAGEM PLASTICA 5KG	ITUPEL	20,00	23,90	478,00
00045	CAIXA	FOSFORO GRANDE C/240	FIAT LUX	20,00	2,24	44,80
00046	UN	RODO DE ESPUMA	HARACEM	25,00	7,58	189,50
00050	PACOTE	SACO DE LIXO 15L C/100	EMBRAS	50,00	8,76	438,00
Total do Fornecedor: 5.303,30 ( CINCO MIL E TREZENTOS E TRES REAIS E TRINTA CENTAVOS )						
Total da Licitação: 39.239,40 ( TRINTA E NOVE MIL E DUZENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E QUARENTA CENTAVOS )						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, a PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 24/2016 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

## 4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será nas Secretarias Municipais e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

## 5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

## 6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

## 7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 5,0% (cinco por cento) do valor da ordem de compra por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados na Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

8.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 31 de Outubro de 2016.

### COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO – Pregoeiro

JAIR WIPPEL – Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING – Equipe de Apoio

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

CLEITON DE SOUZA

Contratada

ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP

TIAGO LUIZ FOSSA

Contratada

JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

THIAGO SIMAO WEISS

Contratada

**EXTRATO DE DISPENSA 002/2016**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 046/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – Município de Vitor Meireles

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATADA: J A CONTABILIDADE LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA, CONSULTORIA TÉCNICA/ADMINISTRATIVA NA ÁREA DO GÊNERO CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NA SUA ESPÉCIE, NA COMPLEXIDADE DO INSTITUTO DA COMPENSAÇÃO CONFORME JUSTIFICATIVAS E EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS PARA A CONTRATAÇÃO SUPRA DESCRITAS.

VALOR TOTAL: R\$ 7.900,00

Vitor Meireles – SC, 28 de Outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 027/2016**

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

TERMO DE RESCISÃO REFERENTE AO CONTRATO 027/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITOR DE OFICINAS DE VIOLÃO, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 79.372.553/0001-25 estabelecido à Rua Santa Catarina, 2.266, Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor Lourival Lunelli, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Vitor Meireles – SC, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE; e de outro lado o S.r. JULIO CESAR DA SILVA, residente na Rua Vitor Meneghelli, nº 8, bairro Centro, Cidade de Vitor Meireles-SC, inscrita no CPF sob o nº 070.633.549-06, e no RG nº 5.332.666., doravante denominado simplesmente CONTRATADO, mediante as cláusulas a seguir:

**1– CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1 A rescisão contratual foi feita por ato da Administração segundo o disposto no art. 78, XII e 79, I da Lei 8.666/93.

**2– CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**

2.1 O presente contrato está sendo rescindido para atender ao interesse público, face a grave situação econômico financeira, pela qual vem passando a Administração Municipal, sem condições de adimplir as suas obrigações, inclusive os contratos de fornecimento, de prestação de serviços e folhas de pagamento de pessoal.

2.2 Diante dessa situação é imprescindível e urgente que a administração adote medidas rigorosas de contenção de despesas, com a finalidade de manter o equilíbrio financeiro e garantir a governabilidade, e assim foi determinado pelo Gestor Municipal.

**3– CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.1 – Notifica se a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após 5 (cinco) dias da publicação, conforme o disposto no § 1º, “e” do art. 109, da Lei de Licitações vigente.

E, estando assim determinado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, publique-se, registre-se e cumpra-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Vitor Meireles, 11 de outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 028/2016****TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

TERMO DE RESCISÃO REFERENTE AO CONTRATO 028/2016. QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A SR. SAULO EDUARDO FONSECA, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 79.372.553/0001-25 estabelecido à Rua Santa Catarina, 2.266, Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor Lourival Lunelli, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Vitor Meireles – SC, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE; e de outro lado o S.r. SAULO EDUARDO FONSECA, residente na Rua Caminho Moema s/n, Bairro Dalbegia, Cidade de Ibirama –SC, CEP 89.140-000, inscrito no CPF sob o nº 009.652.809-50, RG nº 4.088.048 e PIS nº 200.58237.22-9, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, mediante as cláusulas a seguir:

**1– CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1 A rescisão contratual foi feita por ato da Administração segundo o disposto no art. 78, XII e 79, I da Lei 8.666/93.

**2– CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**

2.1 O presente contrato está sendo rescindido para atender ao interesse público, face a grave situação econômico financeira, pela qual vem passando a Administração Municipal, sem condições de adimplir as suas obrigações, inclusive os contratos de fornecimento, de prestação de serviços e folhas de pagamento de pessoal.

2.2 Diante dessa situação é imprescindível e urgente que a administração adote medidas rigorosas de contenção de despesas, com a finalidade de manter o equilíbrio financeiro e garantir a governabilidade, e assim foi determinado pelo Gestor Municipal.

**3– CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

3.1 – Fica rescindido o contrato a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após publicação, conforme o disposto no § 1º, “e” do art. 109, da Lei de Licitações vigente.

E, estando assim determinado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, publique-se, registre-se e cumpra-se, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Vitor Meireles, 11 de outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº AJG 199/2016

DECRETO Nº AJG 199/2016

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, no art. 43 da Lei Municipal nº AM 2768/2003, de 12 de novembro de 2003 e Lei Municipal nº AM2907/06;

Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Trânsito CONTRAN- nº 357 de 02 de agosto de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, integrante do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº AM 071/2004 de 27 de maio de 2004.

Xanxerê/SC, 27 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI  
Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DA JARI - JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ - ESTADO DE SANTA CATARINA

### CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - A Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, funcionará junto ao Departamento Municipal de Trânsito e Engenharia de Tráfego, cabendo-lhe julgar recursos das penalidades impostas por inobservância de preceitos do Código de Trânsito Brasileiro- CTB e demais normas legais atinentes ao trânsito.

### CAPÍTULO II

Das Competências e Atribuições

Art. 2º - Compete à JARI:

- I- analisar e julgar os recursos interpostos pelos infratores;
- II- solicitar ao Departamento Municipal de Trânsito e Engenharia de Tráfego, quando necessário, informações complementares relativas aos recursos, objetivando uma análise mais completa da situação recorrida;
- III- encaminhar ao Departamento Municipal de Trânsito e Engenharia de Tráfego, informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

Art. 3º - Compete à JARI o julgamento dos recursos de penalidades aplicadas pela Autoridade de Trânsito com base nos autos de infração lavrados por seus agentes, devidamente credenciados junto ao órgão municipal de trânsito ou conveniados ao Poder Público Municipal.

### CAPÍTULO III

Da Composição da JARI

Art. 4º-De acordo com a Resolução do CONTRAN n. 357/2010, a JARI, órgão colegiado, terá, no mínimo, três integrantes, obedecendo-se aos seguintes critérios para a sua composição:

I – 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

a) excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por comprovado desinteresse do integrante estabelecido no inciso I deste artigo, ou quando indicado, injustificadamente, não comparecer à sessão de julgamento, deverá ser observado o disposto no artigo 5º, § 2º deste regimento, com a substituição do membro por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato.

II – 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade.

III – 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

a) Excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por inexistência de entidades representativas da sociedade ligada à área de trânsito ou por comprovado desinteresse dessas entidades na indicação de representante, ou quando indicado, injustificadamente, não comparece à sessão de julgamento deverá ser observado o disposto no artigo 5º, § 2º deste regimento, com a substituição do membro por um servidor habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito, que poderá compor o Colegiado pelo tempo restante do mandato.

§ 1º. O presidente poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade competente para designá-los.

§ 2º. É facultada a suplência.

§ 3º. É vedado ao integrante da JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito- CETRAN.

Art. 5º - A nomeação dos integrantes da JARI do Município de Xanxerê será feita pelo chefe do Poder Executivo Municipal, facultada a delegação.

§1º. O mandato será, no mínimo, de um ano e, no máximo de dois anos.

§2º. Perderá o mandato e será substituído o membro que, durante o mandato, tiver:

a) três faltas injustificadas em três reuniões consecutivas;

b) quatro faltas injustificadas em quatro reuniões intercaladas;

Art. 6º - O presente Regimento Interno deverá ser encaminhado ao CETRAN para conhecimento e cadastro, nos termos da Resolução do Contran nº357/2010, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno JARI.

Art. 7º - Ocorrendo fato gerador de incompatibilidade ou impedimento, o Departamento Municipal de Trânsito e Engenharia de

Tráfego adotará providências cabíveis para tornar sem efeito ou cessar a designação de membros e suplentes da JARI, garantindo direito de defesa dos atingidos pelo ato.

Art. 8º - Não poderá fazer parte da JARI:

- I – aquele que estiver cumprindo ou cumpriu penalidade de suspensão do direito de dirigir, cassação da habilitação ou proibição de obter o documento de habilitação, até 12 (doze) meses do fim do prazo da penalidade;
- II – ao julgamento do recurso, aquele que tiver lavrado o Auto de Infração;
- III – o condenado criminalmente por sentença transitada em julgado;
- IV – membro ou assessor do CETRAN;
- V – pessoa cujos serviços, atividades ou funções profissionais estejam relacionados com Autoescolas e Despachantes;
- VI – agentes de autoridade de trânsito, enquanto no exercício dessa atividade;
- VII – a autoridade de trânsito municipal.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Atribuições dos Membros da JARI

Art. 9º - São atribuições do Presidente da JARI:

- I – convocar e presidir, suspender e encerrar as reuniões;
- II – solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos e informações sempre que necessário aos exames e deliberação da JARI;
- III – convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;
- IV – resolver questões de ordem, apurar votos e consignar, por escrito, no processo, o resultado do julgamento;
- V – comunicar à autoridade de trânsito os julgamentos proferidos nos recursos;
- VI – assinar atas de reunião;
- VII – fazer constar nas atas a justificativa das ausências às reuniões.

Art. 10º – São atribuições dos membros da JARI;

- I – Comparecer às sessões de julgamento e às reuniões convocadas pelo Presidente da JARI ou, quando for o caso, pelo responsável pela Coordenação da JARI;
- II – Justificar as eventuais ausências;
- III – relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o voto;
- IV – discutir a matéria apresentada pelos demais relatores, justificando o voto quando for vencido;
- V – solicitar à presidência a convocação de reuniões extraordinárias da JARI para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento dos recursos;
- VI – comunicar ao Presidente da JARI, com antecedência mínima de 15 dias, o início de suas férias ou ausência prolongada, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente, sem prejuízo do normal funcionamento da JARI;
- VII – solicitar informações ou diligências sobre matéria pendente de julgamento, quando for o caso.

#### CAPÍTULO V

##### Das Reuniões

Art. 11º – As reuniões da JARI serão realizadas no mínimo uma vez por semana, para apreciação da pauta a ser discutida.

Art. 12º - A JARI poderá abrir a sessão e deliberar com a maioria simples de seus integrantes, respeitada, obrigatoriamente, a

presença do presidente ou seu suplente.

Parágrafo Único – Mesmo sem número para deliberação será registrada a presença dos que comparecerem.

Art. 13º - As decisões da JARI deverão ser fundamentadas e aprovadas por maioria simples de votos dando-se a devida publicidade.

Art. 14º - As reuniões obedecerão à seguinte ordem:

- I – abertura;
- II – leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- III – apreciação dos recursos preparados;
- IV – apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados com a JARI;
- V – encerramento.

Art. 15º- Os recursos apresentados à JARI deverão ser distribuídos equitativamente aos seus três membros, para análise e elaboração de relatório.

Art. 16º - Os recursos serão julgados em ordem cronológica de ingresso na JARI.

Art. 17º – Não será admitida a sustentação oral do recurso do julgamento.

#### CAPÍTULO VI

##### Do Suporte Administrativo e da Secretaria da JARI

Art. 18º–A JARI disporá de um Secretário a quem cabe especialmente:

- I – secretariar as reuniões da JARI;
- II – preparar os processos, para distribuição aos membros relatores, pelo Presidente;
- III – manter atualizado o arquivo, inclusive as decisões, para coerência dos julgamentos, estatísticas e relatórios;
- IV – lavrar as atas das reuniões e subscrever os atos e termos do processo;
- V - requisitar e controlar o material permanente e de consumo da JARI, providenciando, de forma devida, o que for necessário;
- VI –verificar o ordenamento do processo com os documentos oferecidos pelas partes ou requisitados pela JARI, numerando e rubricando as folhas incorporadas aos mesmos;
- VII – prestar os demais serviços de apoio administrativo aos membros da JARI.

#### CAPÍTULO VII

##### Dos Recursos

Art. 19º – O recurso será interposto perante a autoridade recorrida.

Art. 20º – O recurso não terá efeito suspensivo, salvo nos casos previstos no parágrafo 3º do art. 285 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 21º - A cada penalidade caberá, isoladamente, um recurso cuja petição deverá conter:

- I - a qualificação do recorrente, endereço completo e, quando possível o telefone;
- II- dados referentes à penalidade, constantes da notificação ou documento fornecido pelo Departamento Municipal de Trânsito e Engenharia de Tráfego;
- III – características do veículo, extraídas do Certificado de Registro e Licenciamento do veículo- CRVL ou Auto de Infração de Trânsito- AIT, se este entregue no ato da sua lavratura ou remetido pela repartição ao infrator;
- IV – exposição dos fatos e fundamentos do pedido;

V – documentos que comprovem o alegado ou que possam esclarecer o julgamento do recurso.

Art. 22º - A apresentação do Recurso dar-se-á junto ao órgão que aplicou a penalidade.

§1º Para os recursos encaminhados por via postal serão observadas as mesmas formalidades previstas acima:

§2º A remessa pelo Correio, mediante porte simples, não assegurará ao interessado qualquer direito de conhecimento do recurso.

Art. 23º - O órgão que receber o recurso deverá:

I – examinar se os documentos mencionados na petição estão efetivamente juntados, certificando em caso contrário;

II – verificar se o destinatário da petição é a autoridade recorrida;

III – observar se a petição se refere a uma única penalidade;

IV – fornecer ao interessado protocolo de apresentação do recurso, exceto no caso de remessa postal, oportunidade em que comprovante será o carimbo da repartição do correio;

V – autuar o recurso e encaminhá-lo à JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias.

Art. 24º - Das decisões da JARI caberá recurso ao Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN, no prazo de trinta dias, contados da publicação ou da notificação da decisão.

#### CAPÍTULO VIII

##### Disposições Finais

Art. 25º – O Departamento Municipal de Trânsito e Engenharia de Tráfego deverá prestar à JARI todas as informações necessárias ao julgamento dos recursos, permitindo aos seus membros, se for o caso, consultar registros e arquivos relacionados com o seu objetivo.

Art. 26º - A qualquer tempo, de ofício ou por representação de interessado, o Departamento Municipal de Trânsito e Engenharia de Tráfego examinará o funcionamento da JARI e se o órgão está observando a legislação de trânsito vigente, bem como as obrigações deste Regimento.

Art. 27º – Aos membros da JARI, bem como aos suplentes quando em substituição aos respectivos titulares, será devida a gratificação de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo nacional vigente, por sessão, de acordo com o artigo 43/C, § 1º da Lei AM 2768/03.

Art. 28º – A função de membro da JARI é considerada de relevante interesse para a Administração Pública.

Art. 29º - O depósito prévio das multas obedecerá a normas fixadas pela Fazenda Pública, ficando assegurada a sua pronta devolução no caso de provimento do recurso, de preferência mediante crédito em conta bancária indicada pelo recorrente.

Art. 30º– Caberá ao órgão ou entidade junto ao Departamento Municipal de Trânsito e Engenharia de Tráfego, ao qual funcione a JARI prestar apoio técnico, administrativo e financeiro de forma a garantir seu pleno funcionamento.

Art. 31º – A JARI seguirá, quanto ao julgamento das autuações e penalidades, o disposto no Capítulo XVIII, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 32º – Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Departamento Municipal de Trânsito e Engenharia de Tráfego.

Art. 33º - Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê, SC, 27 de outubro de 2016.

Ademir José Gasparini

Prefeito Municipal.

#### DECRETO Nº AJG 200/2016

DECRETO Nº AJG 200/2016

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no artigo 4º e no artigo 5º do Regimento Interno da Junta Administrativa de Recursos e Infrações – JARI, aprovado pelo Decreto nº AJG 199/2016, de 27 de outubro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI do Município de Xanxerê, composta pelos seguintes membros:

I – 1 (um) integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade:

JOACIR FRANCISCON;

II – 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade:

FERNANDO DAL ZOT;

III – 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito:

ANTÔNIO ALCIDES ROCHA.

Art. 2º - A JARI terá como competências e atribuições àquelas estabelecidas no Regimento Interno e demais disposições legais pertinentes à matéria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 27 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº AJG 201/2016**

DECRETO Nº AJG 201/2016

EXONERA SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a servidora ocupante do cargo em comissão de Coordenadora de Unidades de Saúde e Atividades Regulamentadas, ALINE FERRONATO, nomeada pelo Decreto nº AJG 110/2013, de 05 de março de 2013.

Art. 2º. Determino ao Setor de Recursos Humanos que proceda ao cálculo das verbas devidas a servidora ora exonerada, para fins de empenhamento e programação de pagamento.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Fica revogado o decreto nº AJG 110/2013, de 05 de março de 2013.

Xanxerê/SC, 31 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

**EXTRATO 1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0059/2016**

Extrato 1º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0059/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Siviero Diesel Ltda.

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Óleo Diesel S-500, Óleo Diesel S-10 e Arla em balde de 20 lt, com fornecimento em comodato de um tanque de duas repartições com duas bombas separadas para armazenamento dos combustíveis, destinados ao abastecimento dos veículos das Secretarias do Município de Xanxerê.

Fica reajustado o valor unitário dos itens, conforme relacionados em tabela abaixo, tendo em vista a baixa no valor de acordo com Requerimento da Detentora da Ata e parecer Jurídico:

ITEM	PRODUTO	UNID.	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
01	ÓLEO DIESEL S-500	Litro	R\$ 2,75	R\$ 2,72
02	ÓLEO DIESEL S-10	Litro	R\$ 2,89	R\$ 2,87

Xanxerê-SC, em 31 de Outubro de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

**PUBLICAÇÃO PREGÃO 0090/2016**

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, juntamente com o Fundo de Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0090/2016, tendo como objeto Aquisição de impressoras e material permanente para Polícia Militar, Aquisição de equipamentos de informática e materiais permanentes para Secretaria de Assistência Social; (descrição completa Anexo I A e B), conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

O recebimento das propostas será até as 09:45h, do dia 18 de novembro de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 31 de outubro de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

# Xavantina

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA SESSÃO SOLENE DE POSSE Nº001/2016

Ata da 1ª Sessão Solene de Posse. Ata da Sessão 1ª Sessão Solene de Posse nº001/2016 da Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina – SC. Aos trinta e um dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezesseis, às 18h00min, e havendo número legal de Vereadores presentes, o Sr. Presidente Interino, Hélio Domingos Sordi declarou aberta a 1ª Sessão Solene de Posse deste ano para a posse do Prefeito Municipal e Vice-Prefeito eleitos em eleição indireta suplementar realizada diante da vacância dos cargos em razão da decisão judicial que cassou os mandatos de Mauro Junes Poletto e José Dlabosco. Na sequência o Presidente Interino da Câmara Municipal pediu ao secretário que fizesse a leitura do objetivo da sessão. Secretário: “1ª Sessão solene de posse do cargo de Prefeito e Vice-Prefeito de Xavantina em razão da vacância por ordem judicial e diante do resultado das eleições indiretas suplementares ocorridas em 24/10/2016, na Câmara Municipal de Vereadores de Xavantina”. Também solicitou a leitura da ata nº010 da Sessão Extraordinária de 2016, logo após colocou em aprovação a ata e a mesma foi aprovada. Conforme determinação da Justiça Eleitoral e da Resolução Administrativa n. 001/2016, hoje foi realizado a sessão solene de posse dos candidatos eleitos nas eleições indiretas suplementares ocorridas na câmara de Vereadores no dia 24/10/2016, Srs. Domingos Luiz Zanandrea (Prefeito), e Adelar Gabiatti (Vice-Prefeito). Dispensados os eleitos da apresentação de diploma emitido pela Justiça Eleitoral diante das eleições indiretas regulamentadas pelo Poder Legislativo Municipal, o presidente solicitou a declaração de Bens e Rendas de acordo com o que determina a Lei Nº 8730/1993. Após a apresentação das declarações, convidou o Atual Prefeito interino Claudi Babinski e o futuro prefeito Domingos Luiz Zanandrea para assinarem o Livro de Transmissão de Cargo. Assinado o livro, solicitou ao Excelentíssimo Prefeito eleito, Domingos Zanandrea, que prestasse o compromisso de posse, estendendo o braço direito em direção às bandeiras: “PROMETO MANTER, DEFENDER, CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM ESTAR GERAL E DESEMPENHAR O CARGO HONRADA, LEAL E PATRIOTICAMENTE”. Prestado o compromisso, o Presidente Interino da Câmara de Vereadores, declarou empossado o Senhor DOMINGOS ZANANDREA, como Prefeito do Município de Xavantina para a gestão 2013/2016. Em seguida, solicitou ao Excelentíssimo Vice Prefeito eleito, ADELAR GABIATTI, que prestasse seu compromisso de posse, estendendo o braço direito em direção às bandeiras: “PROMETO MANTER, DEFENDER, CUMPRIR E FAZER CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E OBSERVAR AS LEIS, PROMOVER O BEM ESTAR GERAL E DESEMPENHAR O CARGO HONRADA, LEAL E PATRIOTICAMENTE”. Prestando o compromisso, o Presidente Interino da Câmara de Vereadores, declarou empossado o Senhor, ADELAR GABIATTI, como Vice Prefeito do Município de Xavantina para a gestão 2013/2016. Em seguida, o Presidente Helio Domingos Sordi lembrou a todos que a partir do primeiro dia de novembro de 2016 o Prefeito Interino Claudi Babinski, brasileiro, casado, vereador, reside em domicílio em Linha das Palmeiras, na cidade de Xavantina-SC, CEP 89780-000, inscrito no RG, sob o número 2.322.522, e CPF sob o número 573.537.279-34, retornara a presidência da Câmara de Vereadores de Xavantina, e o Vereador Helio Domingos Sordi retornara com Vice Presidente desta casa. Assim continuando como 1ºSecretário: Eugenio João Comin, brasileiro, união estável, vereador, reside em domicílio em Xavantina-SC, CEP 89780-000, inscrito no RG, sob o número 2.697.681-1, e CPF sob o número 825.035.249-15. Sendo o que havia para a sessão solene de hoje, o presidente declarou encerrada os trabalhos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária a ser realizada no dia 07 de novembro de 2016 às 18h00min.

# Xaxim

## PREFEITURA

**AVISO DE PREGÃO 079/2016**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM – SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 159/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 079/2016 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

O Município de Xaxim – SC e o Fundo Municipal de Saúde, comunicam que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa para confecção de móveis sob medida para as salas de vacina das ESFS Santa Terezinha, Primavera e Alvorada. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 00min do dia 16 de novembro de 2016, procedendo à abertura às 08h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 31 de outubro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

# Consórcios

## AGIR

### AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2016

#### A U T O R I Z A Ç Ã O DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Desenvolvimento de plataforma digital para relacionamento entre a AGIR, prestadores de serviços e usuários dos serviços de saneamento básico, com acesso pela internet e por aplicativos para smartphones com sistemas IOS e Android.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento de que se cogita, objetivando a contratação de dispensa de licitação por valor conforme a prestação de serviços em favor da seguinte empresa:

ü RICARDO LIMA GONÇALVES ME (CNPJ nº 22.055.914/0001-92)

Descrição do objeto	Valor	Fornecedor
Desenvolvimento de plataforma digital para relacionamento entre a AGIR, prestadores de serviços e usuários dos serviços de saneamento básico, com acesso pela internet e por aplicativos para smartphones com sistemas IOS e Android.	R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)	ü RICARDO LIMA GONÇALVES ME.
Valor Total		R\$ 13.500,00

Ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato e/ou empenho e a publicação do objeto mencionado, como condição de sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau (SC), em 31 de outubro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2016

#### E X T R A T O DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 009/2016

OBJETO: Desenvolvimento de plataforma digital para relacionamento entre a AGIR, prestadores de serviços e usuários dos serviços de saneamento básico, com acesso pela internet e por aplicativos para smartphones com sistemas IOS e Android.

CONTRATADO: RICARDO LIMA GONÇALVES ME. (CNPJ nº 22.055.914/0001-92)

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

DATA VIGÊNCIA: 01/11/2016.

BASE LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau (SC), em 31 de outubro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

### RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2016

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2016

OBJETO: Desenvolvimento de plataforma digital para relacionamento entre a AGIR, prestadores de serviços e usuários dos serviços de saneamento básico, com acesso pela internet e por aplicativos para smartphones com sistemas IOS e Android.

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o Artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor da empresa RICARDO LIMA GONÇALVES ME (CNPJ nº 22.055.914/0001-92), para o desenvolvimento de plataforma digital para relacionamento entre a AGIR, prestadores de serviços e usuários dos serviços de saneamento básico, com acesso pela internet e por aplicativos para smartphones com sistemas IOS e Android. E, ordeno que se proceda a realização do respectivo contrato, bem como a publicação do objeto supramencionado, para sua eficácia.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau (SC), em 31 de outubro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

**ARIS****PORTARIA/DIRETOR GERAL Nº 022/2016**

PORTARIA/Diretor Geral nº 022/2016

Conceder 10 (dez) dias de Férias ao servidor RICARDO MARTINS.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição e na forma do artigo 40, XII do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, combinado com o artigo 55 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos da ARIS.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor relacionado abaixo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Concessão
Ricardo Martins	Diretor de Regulação	2014 á 2015	31/10/2016 á 09/11/2016

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Florianópolis, 27 de Outubro de 2016.

ADIR FACCIO

Diretor Geral

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 103/2016 DISPENSA Nº 066/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 103/2016

DISPENSA Nº 66/2016

OBJETO: aquisição de moveis para a sede da ARIS, sendo:

Item 1 – 1 Complemento frontal para balcão da recepção com mão de obra para instalação medindo 76x20x200 cm em mdf argila duratex

Item 2 – 2 Semalhas (roda teto) de acabamento para painéis p/ auditório, medindo 1.09x0,04x10x 0,04x10x0,04. na cor noce amendoa duratex

Item 3 - Painel complementar com encaixe sob medida, sala auditório em mdf cor argila duratex engrossado 10 cm c/ as medidas HxL 2.29x1.06

Item 4 – 1 Complemento para faixa de proteção para cadeiras para sala do auditório em mdf na cor argila medindo 2.0 x40cm 3cm engrosso, com suportes - todos instalados.

Item 5 – 4 Mãos francesas para reforço instaladas na parte inferior ao tampo da mesa de reunião.

Item 6 – 1 Caixa em mdf na cor preta padrão duratex para acabamento da fiação elétrica na mesa de reuniões.

Item 7 - Modificação de balcão recepção incluindo mão de obra de corte, acabamento de fitamento do balcão corte e polimento do tampo de vidro.

CONTRATADA: GILMAR SANI ME

CNPJ: 14.588.459/0001-62

VALOR: R\$5.095,00 (Cinco mil e noventa e cinco reais)

Florianópolis, 24 de outubro de 2016.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 104/2016 DISPENSA Nº 067/2016**

Processo Licitatório nº. 104/2016

Dispensa de Licitação nº. 67/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) REPETIDORES DE SINAL WI FI, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SEDE DA ARIS.

CONTRATADA: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR- EPP

CNPJ: 06.635.187/0001-86

VALOR: R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais)

Florianópolis, 24 de outubro de 2016.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 105/2016 DISPENSA Nº 068/20165**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 105/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 68/2016

OBJETO: Contratação de gráfica para a diagramação e confecção de material de expediente personalizado com a logomarca da ARIS, nos seguintes termos: 100 cartões de visita, 5x9cm, 4x4cores.

CONTRATADO: Rocha Gráfica e Editora Ltda.

CNPJ nº 95.833.307/0001-80

VALOR: R\$ 186,00 (Cento e oitenta e seis reais).

Florianópolis, 24 de outubro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 106/2016 DISPENSA Nº 069/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 106/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 069/2016

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Materiais de gênero alimentício, para a sede administrativa da ARIS.

CONTRATADO: GIASI E CIA LTDA

CNPJ nº 83.648.477/0002-96

VALOR: R\$ 909,66 (Novecentos e nove reais e sessenta e seis centavos).

Florianópolis, 26 de outubro de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral

---

**CIGA**

---

**COMUNICADO Nº 4-CONVOCAÇÃO DO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO- EDITAL Nº 01/2016-CIGA**

EDITAL N.º 01/2016/CIGA

SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR

COMUNICADO N.º 4

CONVOCAÇÃO DO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, tendo em vista a desistência dos alunos candidatos a vaga de estágio e obedecendo a classificação final, convoca o seguinte aluno aprovado no Processo de Seleção de Estagiários do Ensino Superior, em atendimento ao Edital n.º 01/2016/CIGA:

Nome	Instituição de Ensino	Pontuação Final	Classificação Final
Flávio Welker Merola Gentil	Universidade Federal de Santa Catarina	5,5	6º

O aluno acima convocado deverá apresentar os documentos necessários para celebração do contrato de estágio.

Florianópolis, 28 de outubro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

DIRETOR EXECUTIVO DO CIGA

**EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO CIGA Nº 03/2014**

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

CONCURSO PÚBLICO CIGA N.º 03/2014

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Prorroga prazo de validade de concurso público.

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto nos incisos II e III do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; no inciso II do artigo 26 e no artigo 27, ambos do Contrato de Consórcio Público do CIGA; no artigo 49, no inciso IV do artigo 50, no § 2.º do artigo 52, no parágrafo único do artigo 53 e na alínea 'j' do inciso I do artigo 55, todos do Regimento Interno do CIGA; e demais legislação cogente;

Considerando a abertura de Concurso Público regido pelo Edital n.º 03/2014/CIGA, publicado no órgão oficial de publicações do CIGA, Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Edição n.º 1525, em 11 de julho de 2014, páginas 629-636; e o respectivo Edital de

Homologação de Resultado Final e Classificação, publicado no DOM/SC, Edição n.º 1616, em 17 de novembro de 2014, páginas 349-353, devidamente divulgados nos sites <https://concurso2014.ciga.sc.gov.br/> e [www.ciga.sc.gov.br/](http://www.ciga.sc.gov.br/);

Considerando o disposto no item 16.1 do Edital do Concurso Público n.º 03/2014/CIGA: A validade do Concurso Público será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1.º PRORROGAR por 2 (dois) anos, até 17 de novembro de 2018, o prazo de validade do Concurso Público aberto pelo Edital n.º 03/2014/CIGA, relativo aos empregos públicos de Assessor Jurídico, Contador, Programador e Assistente Administrativo, a contar de 17 de novembro de 2016.

Art. 2.º Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 27 de outubro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## CIS NORDESTE

### PORTARIA Nº 03/2016

PORTARIA Nº 03/2016 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016.

Designa o fluxo de transferência da data do agendamento de consultas/procedimentos no Sistema Saudetech/Olostech por parte do prestador de serviço.

ANA MARIA GROFF JANSEN, Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 31 do Contrato de Consórcio Público, datado de 10 de dezembro de 2013, resolve:

1º) Considerando a necessidade de padronizar o fluxo de transferência da data dos agendamentos das consultas/procedimentos no sistema Saudetech/Olostech por parte do prestador de serviço, fica estabelecido o seguinte fluxo:

a) O prestador pode realizar a transferência dos agendamentos já confirmados no prazo de até três dias úteis de antecedência da data da consulta/procedimento, ficando o município de origem responsável por comunicar o paciente sobre a transferência da data.

b) Caso esta transferência seja realizada pelo prestador depois deste prazo, o prestador deve comunicar o paciente e o município de origem a nova data do agendamento.

c) Os agendamentos sempre deverão ser realizados dentro da vigência do mês.

2º) Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Joinville, 31 de outubro de 2016.

Ana Maria Groff Jansen

Diretora Executiva

### RESOLUÇÃO Nº 17/2016

Resolução nº 17/2016.

Dispõe sobre a suspensão do agendamento de consultas, exames e procedimentos em saúde para municípios Consorciados que estiverem inadimplentes para com o CISNORDESTE/SC há mais de 10 dias.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. José Chaves, Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, resolve:

1º) Suspender o agendamento de consultas, exames e procedimentos em saúde para os municípios Consorciados que estiverem inadimplentes para com o CISNORDESTE/SC há mais de 10 dias do vencimento das parcelas à serem creditadas no dia 20 de cada mês, conforme preconizado no Contrato de Rateio – Recursos Financeiros e dotações.

2º) Esta Resolução revoga a Resolução nº. 108/2011 de 27 de janeiro de 2011.

3º) Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de novembro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Joinville, 31 de outubro de 2016.

José Chaves

Prefeito Municipal de Garuva

Presidente do CISNORDESTE/SC

**CIS/AMMVI****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2016**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 072/2016.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI E UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Sr. Carlos Cesar da Silva, inscrito no CPF sob o nº 312.767.419-87, doravante denominado CISAMVI e, de outro, UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Cuiabá, nº 212, bairro Bom Retiro, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ nº 97.466.387/0001-08, neste ato representado pelo Sr. Jaime Celso Gonçalves, portador da Carteira de Identidade nº 4/R-1.209.553 e inscrito no CPF nº 495.245.269-72, doravante denominado CREDENCIADO, tem entre si justo acordado o presente Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do Processo de Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento nº 006/2016, na melhor forma de direito e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O CREDENCIADO prestará aos usuários da rede municipal de saúde dos Municípios consorciados ao CISAMVI, serviços especializados de saúde em:

Diagnóstico por ultrassonografia		
205020038	ULTRASSONOGRAMA DE ABDOMEN SUPERIOR	50,00
205020046	ULTRASSONOGRAMA DE ABDOMEN TOTAL	50,00
205020054	ULTRASSONOGRAMA DE APARELHO URINARIO	44,00
205020062	ULTRASSONOGRAMA DE ARTICULACAO	50,00
205020070	ULTRASSONOGRAMA DE BOLSA ESCROTAL	50,00
205020097	ULTRASSONOGRAMA MAMARIA BILATERAL	50,00
205020100	ULTRASSONOGRAMA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	50,00
205020119	ULTRASSONOGRAMA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	50,00
205020127	ULTRASSONOGRAMA DE TIREOIDE	50,00
205020143	ULTRA-SONOGRAFIA OBSTETRICA	44,00
205020151	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	80,00
205020160	ULTRASSONOGRAMA PELVICA (GINECOLOGICA)	44,00
205020186	ULTRASSONOGRAMA TRANSVAGINAL	50,00
10	ULTRASSONOGRAMA DE PAREDE ABDOMINAL	50,00
12	ULTRASSONOGRAMA OBSTETRICA MORFOLÓGICA	110,00
13	ULTRASSONOGRAMA TIREOIDE COM DOPPLER	110,00

1.2 - Os procedimentos solicitados serão prestados na UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA S/S LTDA, pessoa jurídica, com sede na Rua Cuiabá, nº 212, bairro Bom Retiro, na cidade de Blumenau/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

2.1 - Os contratos decorrentes deste credenciamento ficarão adstritos à vigência dos respectivos créditos orçamentários, e poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por ato do CISAMVI, pelo prazo máximo de 60 (sessenta meses).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE/REVISÃO**

3.1 - Os serviços de saúde prestados pelo CREDENCIADO serão remunerados por cada procedimento realizado.

3.2 - O preço ajustado entre as partes são os constantes no “Termo de Referência - Anexo I” do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 006/2016, estando inclusos taxas de administração, taxas de sala, custos diretos e indiretos, mão-de-obra, impostos, tarifas, encargos e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços.

3.3 - O valor dos procedimentos não sofrerá reajuste no período de vigência do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

4.1 - O pagamento será realizado mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao da prestação dos serviços, mediante apuração e comprovação dos serviços que foram prestados até o dia 25 do mês em faturamento, conforme quantidade de procedimentos realizados, acompanhados do respectivo documento fiscal (deverá ser sempre Nota fiscal) e apresentados ao CISAMVI até o último dia útil do mês.

4.2 - A comprovação da realização dos serviços será feita mediante:

I - Relatório dos atendimentos, contendo data do atendimento, nome do paciente, município de origem, procedimento/exame realizado, valor unitário e valor total;

II – Requisição do CISAMVI, assinado pelo paciente ou responsável (para confirmar o atendimento).

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CISAMVI

5.1 – Compete ao CISAMVI:

- a) Efetuar o pagamento ao CREDENCIADO em função dos serviços prestados de acordo com os valores constantes no “Termo de Referência – Anexo –I”;
- b) Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;
- c) Fiscalizar o cumprimento das disposições deste Contrato e a prestação dos serviços, bem como esclarecer eventuais dúvidas;
- d) Fornecer requisições para execução dos serviços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 – Compete ao CREDENCIADO:

- a) Executar os serviços nas condições estipuladas neste Contrato, observando-se os parâmetros de boa técnica e resolutividade, bem como as normas legais aplicáveis;
- b) Prestar os serviços apenas mediante autorização do órgão municipal responsável pelos encaminhamentos ou autorização do CISAMVI;
- c) Dar atendimento adequado aos usuários e prestar as informações ao CISAMVI sobre os serviços prestados de maneira correta e nos prazos estabelecidos neste Contrato;
- d) Apresentar documento fiscal dos serviços prestados no mês anterior, no prazo estipulado neste Contrato, acompanhado do relatório constando nome do paciente, procedimento e valor, juntamente com as autorizações para execução dos serviços emitidas pelo CISAMVI e assinadas pelo paciente;
- e) Apresentar laudo técnico juntamente com os resultados do exame;
- f) Manter todas as condições de habilitação exigidas para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado;
- g) Comunicar ao CISAMVI, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- h) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade, responsabilidade técnica e plena execução dos serviços contratados;
- i) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- j) Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade;
- k) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CISAMVI, e atender e/ou responder as reclamações relativas aos serviços prestados;
- l) Assumir o pagamento de todos os tributos, taxas, contribuições previdenciárias e trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre os serviços realizados e/ou necessárias ao cumprimento do objeto do credenciamento.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESCREDENCIAMENTO

7.1 - Constituem motivo para o descredenciamento:

- a) Deixar de atender a requisição para prestação do serviço e/ou a atualização dos documentos de habilitação e de regularidade fiscal;
- b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica e/ou fiscal do CREDENCIADO;
- c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional exigido para a prestação dos serviços;
- d) As hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

7.2 - O CREDENCIADO poderá descredenciar-se voluntariamente, mediante requerimento por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e desde que não prejudique os atendimentos já agendados, ou que venham a ser agendados antes de decorrido o prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo mencionado, será lavrado o termo de descredenciamento e/ou rescisão contratual, quando cessará as obrigações para ambas as partes.

7.3 - O descredenciamento não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, se for o caso.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes das contratações realizadas a partir deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária própria consignada no Orçamento Programa Anual do CISAMVI (3390 – Manutenção das Atividades de Procedimento Médico Hospitalar).

#### CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - Em caso de atraso na entrega das faturas pelo CREDENCIADO, o pagamento feito pelo CISAMVI será retardado proporcionalmente.

9.2 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar ou receber qualquer outra importância a título de honorários pelos serviços prestados, além da prevista na Cláusula Terceira deste contrato, seja do CISAMVI, do usuário, paciente ou terceiro.

9.3 - O CISAMVI reserva-se ao direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados e solicitação de perícias e informações adicionais, glosar despesas e procedimentos das faturas apresentadas.

9.4 - A remuneração recebida pelo CREDENCIADO não gerará nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária de seus profissionais com o CISAMVI.

9.5 - O credenciamento de que trata o Processo de Inexigibilidade nº 006/2016 será de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento, a juízo de conveniência e oportunidade do CISAMVI.

9.6 – Aplica-se a este contrato, as condições e preceitos contidos no Processo de Inexigibilidade nº 006/2016 e na Ficha de Credenciamento firmada pelo CREDENCIADO, independentemente de transcrição.

9.7 - Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo CISAMVI, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

Blumenau (SC), 31 de outubro de 2016.

CISAMVI  
Carlos Cesar da Silva  
Diretor Executivo  
CREDENCIADO  
Jaime Celso Gonçalves  
Sócio Administrador

---

**CISAM**

---

**RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 25/2016**

RESOLUÇÃO Nº 25/2016

“Estabelece ponto facultativo no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste no dia 28 de outubro de 2016, em comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 25 de outubro de 2016.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

---

**CPIMMOC**

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03 DE NOVEMBRO 2016**

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO

MEIO OESTE CONTESTADO - CPIMMOC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2016

O Sr. Vitor João Faccin, Prefeito do município de Ouro e Presidente da CPIMMOC – Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, no uso de suas atribuições conferidas pelo Capítulo VII, inciso 1º do Estatuto da entidade.

CONVOCA:

Os(as) Senhores(as) Prefeitos(as) dos municípios associados à CPIMMOC para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se conforme segue:

DATA: 11 de Novembro de 2016

HORA: 8:30 horas

LOCAL: Auditório da Ammoc

Rua Roberto Trompowski, 68 – Centro – Joaçaba - SC

ORDEM DO DIA:

- Apresentação dos Resultados trabalhos realizados no ano 2016;

- Aprovação do Orçamento para 2017; e

- Assuntos da AMMOC

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente do CPIMMOC

---

**CIRSURES**

---

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO 037/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento – CPLJ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 037/2016 Termo Aditivo nº 012/2016

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Contratado: SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

CNPJ: 14.779.384/0004-40

Processo Licitatório n.º 006/2015

Objeto: Majoração do contrato no máximo de 25 % para aquisição de Brita 4 ou Bica Corrida,

Valor: R\$ 7.449,50 (sete mil quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos).

Período: 02/10/2016 a 01/10/2017.

Data da assinatura: 11/10/2016

Urussanga (SC), 31 de outubro de 2016.